

OS MERCADORES-BANQUEIROS ALEMÃES E A EXPANSÃO PORTUGUESA NO REINADO DE D. MANUEL I



JÜRGEN POHLE

FICHA TÉCNICA

Título

Os mercadores-banqueiros alemães e a Expansão Portuguesa no reinado de D. Manuel I

Autor

Jürgen Pohle

Colecção

CHAM eBooks // Estudos #2

Director científico da colecção

João Luís Lisboa

Edição

CHAM – Centro Humanidades

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade

NOVA de Lisboa

Universidade dos Açores

Av. de Berna, 26

1069-061 Lisboa - Portugal

www.cham.fcsh.unl.pt | cham@fcsh.unl.pt

Director

João Paulo Oliveira e Costa

Sub-Director (Pelouro Editorial)

Luís Manuel A. V. Bernardo

Coordenadora Editorial

Cátia Teles e Marques

Arbitragem científica externa

Marília Lopes (CECC, Universidade Católica Portuguesa).

Foi aceite para publicação em Novembro de 2017.

Imagem da capa

Detalhe da representação do escritório da Casa dos Fugger em Augsburg, onde se regista uma referência a Portugal. Gravura, 1517. © Imagem do domínio público.

ISBN: 978-989-8492-55-5

Projecto gráfico e paginação

José Domingues | UNDO

Data de publicação

Dezembro de 2017

Apoio

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

UNIVERSIDADE DE LISBOA, UNIVERSIDADE DE AÇORES E UNIVERSIDADE DE COVILHÃ

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto estratégico do CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – UID/HIS/04666/2013.

COPYRIGHT:

Esta é uma obra em acesso aberto, distribuída sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 (CC BY NC 4.0).



ÍNDICE

- 5 **Agradecimentos**
- 6 **Nota prévia**
- 9 **Introdução**
Os mercadores-banqueiros alemães no contexto do comércio internacional no alvorecer da Modernidade
- 16 **Capítulo 1**
As relações luso-alemãs antes do reinado de D. Manuel I
- 16 Os primeiros contactos medievais
- 16 Portugal e a Hansa
- 23 O casamento do imperador Frederico III com D. Leonor e a intensificação das relações luso-alemãs
- 34 O início da presença dos mercadores da Alta Alemanha em Portugal
- 61 **Capítulo 2**
O estabelecimento dos mercadores-banqueiros alemães em Portugal
- 61 A subida ao trono de D. Manuel I e as suas consequências para as relações entre Portugal e o Sacro Império Romano-Germânico
- 71 A fundação das primeiras feitorias alemãs em Lisboa
- 75 A consolidação da colónia alemã na capital portuguesa
- 82 **Capítulo 3**
A participação de agentes comerciais alemães nas expedições portuguesas à Índia
- 83 Primeiros viajantes (1502-1504)
- 90 A armação da frota de D. Francisco de Almeida e o consórcio alemão-italiano
- 98 A armada de Tristão da Cunha e as expedições portuguesas seguintes à Ásia
- 102 Lazarus Nürnberger e a sua viagem à Índia em 1517
- 110 Jörg Pock: feitor dos Hirschvogel e dos Herwart na Índia
- 115 **Capítulo 4**
As grandes casas comerciais de Nuremberga e de Augsburg e os seus representantes em Lisboa e nas colónias portuguesas
- 115 As famílias de Nuremberga
- 133 As famílias de Augsburg
- 161 A vida na colónia alemã de Lisboa

173	Capítulo 5 Especiarias e metais preciosos: o comércio dos mercadores-banqueiros alemães com a Coroa portuguesa
173	As mercadorias
191	O “Privilégio dos Alemães”
208	A Feitoria de Antuérpia como intermediária das relações comerciais
215	Os negócios efectuados na Alta Alemanha
226	Capítulo 6 Os mercadores-banqueiros alemães e as repercussões dos Descobrimentos Portugueses na Alemanha
242	Capítulo 7 O fim do “ciclo de ouro” nas relações comerciais luso-alemãs
242	A morte do Venturoso e as suas consequências para as relações entre Portugal e o Sacro Império Romano-Germânico
245	A ascensão de Sevilha e a retirada dos agentes comerciais alemães de Lisboa
250	Capítulo 8 As casas comerciais alemãs em Portugal após a morte de D. Manuel I
257	Conclusão
265	Bibliografia

*Para Lúcia
com gratidão*

*Para Tito
in memoriam*

AGRADECIMENTOS

A realização do presente estudo não teria sido possível sem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) da qual fui bolseiro de pós-doutoramento nos anos de 2010 a 2015 (Ref.: SFRH/BPD/64785/2009) e à qual presto os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço profundamente ao Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa, meu muito prezado orientador, pela grande dedicação com que acompanhou os projectos que levei a cabo nestes anos. Uma palavra de gratidão é dirigida aos colegas e funcionários do CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH–UAc), instituição acolhedora, à qual me encontro vinculado desde Dezembro de 2009, pela constante disponibilidade e profícuo apoio. Muito agradeço também ao pessoal das bibliotecas e arquivos portugueses, alemães e austríacos, nos quais efectuei as minhas pesquisas, pelas múltiplas ajudas. Estou muito grato à Professora Doutora Maria Manuela Gouveia Delille e à Professora Doutora Marília dos Santos Lopes Hanenberg que apoiaram este projecto de investigação com cartas abonatórias quando me candidatei à bolsa de pós-doutoramento. Não me posso esquecer, nestas palavras de agradecimento, do Dr. Hugo Gonçalves que, com muita paciência e entrega, fez uma primeira revisão do texto.

Gostaria, por fim, de agradecer à minha família, nomeadamente à minha mulher Helena e aos meus filhos Catarina e Tomás que são os pilares da minha vida e que há tantos anos acompanham as minhas investigações e se tornaram uma principal fonte de inspiração. Dedico este livro aos meus sogros que, desde o primeiro momento, me trataram como um filho e aos quais devo mais do que posso descrever em palavras.



NOTA PRÉVIA

O presente estudo tem como ponto de partida um capítulo da minha tese de doutoramento acerca das relações luso-alemãs na época da Expansão Portuguesa¹, capítulo este que se ocupa das relações económicas entre Portugal e o Sacro Império Romano-Germânico no primeiro quartel do século XVI. Na altura, notei que não existia ainda nenhum estudo pormenorizado sobre esta temática em língua portuguesa e que, não obstante ser a fase mais intensa no que respeita à história das relações comerciais luso-alemãs nos séculos XV e XVI, esta não tem sido bem reconhecida e destacada na investigação histórica portuguesa.

De facto, existem diversos trabalhos sobre aspectos particulares das relações económicas e culturais entre Portugal e a Alemanha na era da Expansão Portuguesa como, por exemplo, o trabalho de Marion Ehrhardt, intitulado *A Alemanha e os Descobrimentos Portugueses*.² Neste, debate-se sobretudo a participação de alemães nas viagens dos Descobrimentos, com uma tradução de alguns relatos de agentes comerciais sobre as suas viagens à Índia no início do século XVI. A. A. Marques de Almeida debruçou-se, em 1993, sobre *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria*³ na primeira metade do século XVI, dedicando aos mercadores alemães um capítulo do seu estudo. O autor sublinha também a grande importância da feitoria portuguesa de Antuérpia no desenvolvimento das relações comerciais luso-alemãs. Este facto, aliás, já tinha sido realçado por Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo em 1971 no seu excelente estudo

¹ Pohle 2000.

² Ehrhardt 1989. Na investigação histórica, dedicada às relações luso-alemãs nos séculos XV e XVI, a maior parte dos estudos ocupa-se com os contactos culturais, principalmente com as repercussões dos Descobrimentos Portugueses na Alemanha, destacando-se os trabalhos, que surgiram nas últimas décadas, da autoria da historiadora Marília dos Santos Lopes.

³ A. A. M. de Almeida 1993.



sobre Rui Fernandes de Almada⁴, que inclui vários documentos referentes à correspondência trocada entre este alto funcionário da Feitoria de Antuérpia e o rei D. Manuel I, que iluminam os negócios da Coroa portuguesa com os mercadores-banqueiros alemães por volta de 1520. Um outro problema que despertou o interesse dos historiadores portugueses refere-se ao “Privilégio dos Alemães”, isto é, ao conjunto de direitos e liberdades concedidos por D. Manuel I aos mercadores alemães entre 1503 e 1511. Estes privilégios foram publicados em 1909 no *Archivo Historico Portuguez*⁵, contando com diversas reedições.⁶ São de referenciar também as investigações de A. H. de Oliveira Marques⁷, embora estas estejam mais ligadas às relações económicas entre Portugal e a Liga Hanseática.⁸

Em língua alemã, a literatura sobre as relações económicas entre Portugal e a Alemanha na Idade Moderna apresenta-se mais abundante. É de destacar a vasta obra de Hermann Kellenbenz, sobretudo o seu estudo profundo sobre as actividades económicas da célebre casa comercial dos Fugger na Península Ibérica e no ultramar.⁹

São de salientar também algumas publicações em língua inglesa como, por exemplo, o artigo de Walter Grosshaupt que surgiu, em 1990, sob o título «Commercial Relations between Portugal and the Merchants of Augsburg and Nuremberg»¹⁰ e que constitui um excelente resumo sobre as actividades dos mercadores-banqueiros alemães em terras portuguesas no século XVI.¹¹

Reflectindo acerca dos resultados da minha investigação sobre a história das relações luso-alemãs na Idade Moderna, surgiu-me a ideia

⁴ Barata 1971.

⁵ Denucé 1909, 381-388.

⁶ Cf. «Privilégios» 1959; J. A. P. Ferreira 1969.

⁷ A. H. de O. Marques 1987d; 1995a; 2000.

⁸ A. H. de O. Marques 1980a; 1985; 1987a; 1993.

⁹ Kellenbenz 1990. Desta obra existe também uma tradução castelhana que surgiu em 2000 com o título *Los Fugger en España y Portugal hasta 1560*.

¹⁰ Grosshaupt 1990.

¹¹ Vd. também: Mathew 1999a; Malekandathil 1999.

de elaborar um estudo mais pormenorizado sobre o impacto que os mercadores-banqueiros alemães tiveram nos Descobrimentos Portugueses na era de D. Manuel I, depois de ter constatado a particular e acentuada relevância deste grupo estrangeiro neste contexto histórico.

O objectivo principal do presente estudo é acrescentar um capítulo relevante, não obstante pouco estudado, à História da Expansão Portuguesa, proporcionando outras reflexões e investigações no âmbito da história das relações luso-alemãs. Deste modo, gostaria de promover, com este trabalho, uma aproximação da historiografia portuguesa e alemã no que se refere aos contactos entre Portugal e a Alemanha, ou seja, entre dois países que, apesar da sua distância geográfica, conseguiram já há 500 anos estabelecer um rico intercâmbio político, económico e cultural.

JÜRGEN POHLE

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Bolseiro de pós-doutoramento do CHAM, ao abrigo do projecto estratégico financiado pela FCT UID/HIS/04666/2013

INTRODUÇÃO

OS MERCADORES-BANQUEIROS ALEMÃES NO CONTEXTO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL NO ALVORECER DA MODERNIDADE

O grande edifício das relações luso-alemãs em qualquer época não se compreende cabalmente sem nos apercebermos da profundidade e da robustez dos seus alicerces. Os contactos entre as populações ibéricas, nomeadamente as da faixa ocidental da Península, e os povos germânicos, datam de tempos recuados. Gentes distantes foram-se habituando umas às outras, traçando rotas de contacto terrestres e marítimas, contemplando paisagens novas, ouvindo linguajares diferentes, admirando costumes exóticos, observando corpos coloridos, interpretando gestos inusitados. Muito mais foram os Germanos na Hispânia do que os Lusitanos na Germânia. As migrações dos povos nórdicos levaram-nos para o meio-dia, em busca de pilhagem e até de sol, movidos por razões e por instintos hoje incompleta e imperfeitamente definidos. E, se grande número de «visitantes» do Norte regressou à pátria ou se ateuve ao seu clã familiar, outros muitos ficaram e proliferaram nas terras meridionais. A miscigenação física aconteceu em todos os séculos de convívio, fundindo loiros e morenos, cruzando semitas e indo-europeus. Mas mais importantes ainda se mostraram as miscigenações política, económica e cultural, inter-relacionando legislações e práticas administrativas, estabelecendo interesses mútuos por



produtos e moedas, introduzindo topónimos e antropónimos imperecíveis.¹

As relações luso-germânicas podem olhar, como clarificou A. H. de Oliveira Marques, para uma tradição de muitos séculos. Enquanto na Idade Média os contactos ainda se apresentaram relativamente esporádicos, ganharam, no início da Idade Moderna, uma qualidade e uma intensidade bem diferentes. O factor mais importante que influenciou positivamente as relações luso-alemãs, prende-se, como vamos ver, com o desenvolvimento da expansão marítima de Portugal nos séculos XV e XVI. Os Descobrimentos Portugueses aumentaram, como nenhum outro acontecimento desta época, o interesse alemão em Portugal e nas colónias portuguesas no ultramar, actuando decisivamente na génese das relações luso-alemãs. Distinguimos três fases do interesse alemão na Expansão Portuguesa:²

- uma primeira, que despertou a curiosidade e a vontade aventureira de alguns alemães que se deslocaram para Portugal e para as colónias portuguesas no século XV, e que contribuiu para uma primeira ocupação intelectual com o espaço português por parte dos humanistas alemães, nomeadamente, em Nuremberga;
- uma segunda fase, que é caracterizada pela intensificação das relações políticas, económicas e culturais entre Portugal e a Alemanha depois da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia. Este período, que permanece até meados dos anos 20 do século XVI, designamo-lo como o do “apogeu das relações luso-alemãs”.
- Segue-se a terceira e última fase em que, na Alemanha, o interesse humanista nos Descobrimentos Portugueses permanece, enquanto os interesses políticos e económicos diminuem lentamente.

¹ A. H. de O. Marques 2007, 17.

² Pohle 2000, 283-291; 2007a.

A etapa mais importante, porque mais intensa nas relações luso-alemãs, é, portanto, a segunda fase, entre a abertura da Rota do Cabo por Vasco da Gama e a deslocação gradual do ponto principal do comércio mundial para Sevilha. Esta era coincide aproximadamente com o reinado de D. Manuel I, e não é por acaso que, precisamente aí, se observa um intercâmbio mais rico entre alemães e portugueses, seja a nível político-diplomático, seja culturalmente, mas sobretudo a nível económico.

É certamente conveniente lembrar que o conceito de “Alemanha” na viragem do século XV para o século XVI não corresponde àquele que temos deste país na actualidade. No fim da Idade Média e em toda a Idade Moderna, costuma empregar-se o termo *Heiliges Römisches Reich deutscher Nation*³, ou seja, Sacro Império Romano-Germânico. Este Império foi composto por numerosos territórios independentes, unidos apenas pela língua alemã, ou melhor, pelas várias formas regionais deste idioma e pela geralmente “maleável” autoridade do imperador que, apesar de ser um monarca eleito, pertencia quase sempre à Casa de Habsburgo. Nesta altura, entende-se por Alemanha um termo meramente geográfico que se aplica a um território que se estendia do Atlântico (Mar do Norte) e do Mar Báltico, no Norte, aos Alpes, no Sul, e dos Países Baixos, no Oeste, à Boémia e à Morávia, no Este. Dentro da Alemanha, são de distinguir, entre outras regiões, uma “Baixa Alemanha”, que se refere às planícies do Norte do império, e uma “Alta Alemanha”, que se situa no Sul com uma topografia mais montanhosa. É nesta Alta Alemanha, precisamente nas suas cidades localizadas na Baviera e na Suábia, que encontramos os mercadores-banqueiros alemães que se tornaram no mundo económico, a par dos bem sucedidos mercadores e banqueiros italianos, os grandes protagonistas de uma era em que nasceu o denominado *early modern capitalism*.⁴ Em centros de comércio como Nuremberga, Augsburgo, Ulm, Memmingen, Konstanz ou Regensburg, desenvolveram-se actividades mercantis que levaram o respectivo patriciado daquelas cidades à acumulação de riquezas espantosas.

³ Título oficial do Império Alemão desde os anos 80 do século XV.

⁴ Prak 2001.

Assistiu-se, principalmente em Nuremberga e Augsburgo, à ascensão de autênticas *Handelsmonarchien*.⁵ Duas famílias, a dos Fugger e dos Welser, vieram a ganhar um relevo ímpar no mundo económico do século XVI que Richard Ehrenberg designou como «*das Zeitalter der Fugger*».⁶ Embora este termo seja discutível, como mostrou recentemente Erich Landsteiner⁷, não há dúvida que a empresa de Jacob Fugger e do seu sucessor, Anton Fugger, marcou uma época da História Económica em que se combinaram negócios mercantis com actividades bancárias e “industriais”. No início deste desenvolvimento dinâmico estiveram pequenas manufacturas, tal como no caso dos Fugger que, no século XIV, ainda eram simples tecelões. A subida imparável destas empresas alemãs verificou-se, na maioria dos casos, a partir da segunda metade do século XV quando expandiram os seus negócios pela Europa.⁸ Foram, em primeiro lugar, os contactos efectuados com o mundo comercial e financeiro italiano que promoveram várias famílias da Alta Alemanha, tornando-as, por vezes, em poucos anos, em casas comerciais de relevância internacional. Os seus contemporâneos explicaram o sucesso com a localização geoestratégica desta região. De Nuremberga, dizia-se que não se encontrava apenas no centro do Sacro Império Romano-Germânico, mas que era também «*quasi centrum Europe*», como observou, em 1471, o célebre matemático e astrónomo Regiomontano.⁹ Humanistas como Conrad Celtis e Johannes Cochläus corroboraram esta visão. O último mencionado sublinhou, na sua *Germania* de 1512, a posição da cidade entre o Mar Báltico e o Mar Adriático, entre o rio Don e Cádiz, tal

⁵ Port.: monarquias comerciais. Sobre a importância de Nuremberga e de Augsburgo na rede comercial internacional na viragem da Idade Média para a Idade Moderna, vd. Ammann 1970; Neuhaus 2000b; Peters 2005; Walter 2006a, 126-134; Zorn 2001; Pölnitz 1949/51; Roeck 2005; Herbers e Rückert 2009; Dauser e Ferber 2010.

⁶ Port.: «a era dos Fugger». Cf. Ehrenberg 1922.

⁷ Landsteiner 2008.

⁸ Alguns historiadores alemães (por exemplo: Götz Frhr. v. Pölnitz e Wolfgang Frhr. Stromer von Reichenbach) conseguiram, porém, mostrar que houve, já na segunda metade do século XIV, empresas da Alta Alemanha a desempenhar um papel de relevo na alta finança internacional. Cf. Peters 2005, 121.

⁹ Neuhaus 2000a, 44.

como entre Antuérpia e Viena, chegando à conclusão: «*Norinberga centrum Europe simul atque Germanie*», ou seja, «Nuremberga, centro da Europa e simultaneamente da Alemanha».¹⁰ Nuremberga simbolizou na viragem do século XV para o século XVI um dos principais núcleos políticos, culturais e comerciais no Sacro Império. Nesta era, que coincide com a “idade de Dürer”, o poderoso patriciado da cidade, onde se destacaram, entre outras famílias, os Tucher, Holzschuher, Stromer e Imhoff, expandiu os seus negócios por toda a Europa.¹¹ A maior concorrência vinha de Augsburg, da cidade dos Welser, Fugger, Paumgartner, Herwart e Höchstetter.¹² Os negócios com algodão, lã e tecidos, sobretudo *Barchent* (fustão), foram, em muitos casos, os que primeiramente contribuíram para a ascensão das empresas da Alta Alemanha. Esta subida foi ainda acelerada pelas exportações de metais e pelo denominado comércio de dinheiro.¹³ Relativamente a esta última actividade, os mercadores-banqueiros alemães orientaram-se pelas práticas comerciais de Veneza, grande mestra nos assuntos creditícios.¹⁴ Na *Serenissima*, as firmas alemãs possuíam, a partir do século XIII, uma feitoria, designada *fondaco dei Tedeschi*, que se tornou, segundo as palavras do historiador Philippe Wolff, «o pulmão de Veneza».¹⁵ Através do *fondaco dei Tedeschi*, os mercadores-banqueiros alemães adquiriram as cobiçadas mercadorias orientais, em primeiro lugar, especiarias e outras drogarias, seda e pedras preciosas. Veneza tornou-se a principal escola dos jovens empregados das casas comerciais alemãs. Neste local, os futuros feitores e agentes comerciais, destinados ao serviço em terras estrangeiras,

¹⁰ Neuhaus 2000a, 43.

¹¹ É de realçar o crescimento demográfico dinâmico de Nuremberga na segunda metade de Quatrocentos, de 20 000 habitantes em meados do século XV a mais do que 28 000 habitantes por volta de 1500. Acerca da ascensão desta cidade e os produtos comercializados, vd. Weiß 2000; Neuhaus 2000a; Walter 1992b.

¹² Sobre o patriciado de Augsburg, cf. o estudo prosopográfico de W. Reinhard (1996).

¹³ Enquanto Nuremberga se notabilizou primeiramente nas transacções comerciais, Augsburg ocupou, no início do século XVI, uma posição dominante na Europa no que se refere ao comércio de dinheiro. Vd. Bernecker 2000, 200-201.

¹⁴ Schneider 2000, 293-297.

¹⁵ Wolff 1988, 217.

aprenderam o idioma e os métodos mais avançados do mundo mercantil e da alta finança, como, no âmbito da contabilidade, a *partita doppia*.¹⁶ O domínio da língua italiana foi muito importante para as ulteriores actividades na Europa Meridional e criou, assim, uma condição fundamental para a extensão das relações comerciais das empresas alemãs em direcção à Península Ibérica.¹⁷ Já no fim da Idade Média, encontramos aí os seus representantes, primeiro, em Barcelona, Valencia e Saragoça, mais tarde, em Burgos, Medina del Campo e Sevilha. Salientam-se neste contexto também os mercadores que acompanharam os peregrinos no caminho para Santiago de Compostela ou nobres que se encontraram em missões diplomáticas. Na viragem do século XV para o século XVI, os agentes das casas comerciais de Nuremberga e de Augsburgo chegaram também ao território de Portugal.¹⁸ Tal aconteceu numa fase em que Portugal alcançou êxitos espectaculares, no campo da sua política expansionista, que culminaram com a viagem de Vasco da Gama à Índia, que abriu, desta forma, o caminho marítimo, há muito procurado e desejado, para os mercados da Ásia.¹⁹ Com a chegada das especiarias do espaço índico a Portugal, várias empresas da Alta Alemanha apressaram-se a estabelecer-se em Lisboa e a entrar em contacto com a Coroa portuguesa. Desta forma, coincidiram, precisamente na mesma altura, duas tendências de uma envergadura fundamental para a história económica a nível mundial, que se influenciaram reciprocamente: por um lado, a ascensão dos mercadores-banqueiros

¹⁶ Método das partidas dobradas ou “método veneziano”.

¹⁷ Cf. Häberlein 2010b; Lang 2010. Sobre a formação profissional dos mercadores e feitores na Alta Alemanha, vd. Denzel 2002.

¹⁸ Sobre as ligações dos mercadores da Alta Alemanha a Península Ibérica no século XV, vd. Kellenbenz 1967; 1970a; Stromer von Reichenbach 1970.

¹⁹ Cf. L. A. da Fonseca 1997; Bouchon 1998; Subrahmanyam 1995; 1998; Garcia et al. 1999; *Vasco da Gama e a Índia* 1999.

alemães, que contribuiu decisivamente para a génese do *early modern capitalism*²⁰ e, por outro, a subida de Portugal como potência comercial.²¹

Para um melhor entendimento do aparecimento dos mercadores-banqueiros alemães em Portugal no tempo de D. Manuel I, iremos, no capítulo seguinte, lançar um olhar à génese das relações luso-alemãs, dos primórdios até aos meados dos anos 90 do século XV.

20 O termo «capitalismo» é bastante recente e surgiu apenas em consequência da Revolução Industrial. No entanto, os historiadores salientaram que já tinham existido, pelo menos a partir da viragem da Idade Média Tardia para a Idade Moderna, formas remotas de capitalismo. Para Jacques Le Goff (s.d., 32-33) o «pré-capitalista» nasceu na Idade Média:

Sem dúvida, é melhor considerar o grande mercador medieval como um pré-capitalista. (...) pela massa de dinheiro que movimenta, pela extensão dos seus horizontes geográficos e económicos, pelos métodos comerciais e financeiros que utiliza, o mercador-banqueiro medieval é um capitalista. É-o também pela mentalidade, pelo tipo de vida, pelo lugar que ocupa na sociedade.

21 Vd. M. N. Dias 1963/64.

CAPÍTULO 1

AS RELAÇÕES LUSO-ALEMÃS ANTES DÓ REINADO DE D. MANUEL I

Os primeiros contactos medievais

Já poucos anos após a fundação do reino de Portugal, encontram-se vestígios que documentam contactos entre portugueses e alemães. No Verão de 1147, D. Afonso Henriques contou, na conquista de Lisboa, com o apoio de cruzados alemães que se encontravam em viagem à Terra Santa. Estes alemães pertenciam a um contingente militar composto por várias nacionalidades da Europa Ocidental que terá partido do Canal da Mancha, no âmbito da denominada Segunda Cruzada, para ajudar na reconquista do Santo Sepulcro.¹ Durante uma escala que a frota fez na foz do rio Douro, o bispo do Porto conseguiu convencer os cruzados, após negociações tenazes, a combater os “infiéis” na Península Ibérica. Em finais de Junho de 1147, a frota entrou no Tejo. Depois de um cerco que durou vários meses, os muçulmanos renderam-se no dia 23 de Outubro e portugueses e cruzados apoderaram-se da cidade. Entre os últimos mencionados, encontraram-se, como refere A. H. de Oliveira Marques, muitos alemães de Colónia e de outros sítios da Renânia:

À frente de todos teriam entrado, em posição de igualdade, 140 Ingleses e 160 Renanos e Flamengos, os primeiros que subiram à alcáçova – hoje, o castelo de São Jorge – e hastearam

¹ Acerca da participação de alemães na Reconquista em Portugal, vd. A. H. de O. Marques 2000, 15-16; 2007; M. G. Martins 2011, 77-101 e 132-134; Strasen e Gândara 1944, 15-26; Ehrhardt 1980, 11-13 e 33-35; Erdmann 1930; P. Müller 1935, 29-30; Schumacher 1892, 1-5; Kunstmann 1848, 79-82.



o pendão da cruz. Portanto, pode dizer-se que, antes dos Portugueses, foram os Colonienses que puseram pé no ponto mais alto da cidade de Lisboa...²

Luís de Camões lembrou n'Os *Lusíadas* (VIII, 18) outro renano, o cavaleiro Heinrich von Bonn (Henrique de Bona), falecido no combate:

Olha Henrique, famoso cavaleiro,
A palma que lhe nasce junto à cova!
Por ela mostra Deus milagre visto;
Germanos são os mártires de Cristo!³

Os alemães que deram a vida na conquista de Lisboa tiveram o seu próprio cemitério. Sobre o local onde foram sepultados, começou a construir-se o mosteiro de S. Vicente de Fora. Os sobreviventes partiram em Fevereiro do ano seguinte, rumando para à Palestina, mas nem todos retomaram o caminho marítimo para a Terra Santa.

Nas cruzadas seguintes, as autoridades portuguesas requisitaram novamente os serviços militares dos cruzados, dado que Lisboa se tornou um porto de relevo no reabastecimento das frotas a caminho do Próximo Oriente. Consequentemente, vários guerreiros do Sacro Império Romano-Germânico participaram na Reconquista em Portugal como, por exemplo, nas lutas por Alvor e na tomada de Silves (1189), bem como na conquista de Alcácer do Sal em 1217. Após as vitórias alcançadas em batalha, alguns combatentes alemães optaram por permanecer em Portugal, o que lhes foi

² A. H. de O. Marques 2007, 23-24. Existe uma série de pequenos relatos, elaborados por cruzados alemães que participaram na conquista de Lisboa como, por exemplo, a carta de um sacerdote, de nome Dodechin, ou um texto de um combatente anónimo que foi publicado nos *Annales Colonienses*. Vd. A. H. de O. Marques 1988, 156-157.

³ *Apud* A. H. de O. Marques 2007, 23. Narra a lenda que cresceu perto do túmulo do cavaleiro alemão uma palmeira («palma») que esteve na origem de muitos milagres e que deu nome a uma rua de Lisboa (Rua de Palma). Sobre a lenda do cavaleiro Henrique e as fontes medievais, vd. R. Jansen 1965; Kuder e Ptak 1984, 2-4.

facilitado pela Coroa portuguesa, interessada em assegurar a continuidade de recursos humanos qualificados. Os privilégios que foram concedidos aos alemães permitiram-lhes o seu estabelecimento em terras portuguesas onde se dedicaram à agricultura ou à defesa e administração do país.

Na época das grandes Cruzadas e da Reconquista da Península Ibérica, os contactos entre Portugal e Alemanha, embora esporádicos, contribuíram para o aumento das ligações interculturais. Aos cruzados alemães, juntaram-se os peregrinos do Sacro Império Romano-Germânico, que passaram pelo Norte do país a caminho de Santiago de Compostela. No entanto, o impulso mais significativo que as relações luso-alemãs receberam durante a Idade Média efectuou-se através dos mercadores da Liga Hanseática.

Portugal e a Hansa

A Hansa tem as suas raízes no século XII e foi, originalmente, uma espécie de corporação de mercadores, predominantemente da Baixa Alemanha, que se especializou no comércio externo e no *long-distance trade*.⁴ Em meados do século XIV, a Hansa transformou-se numa organização de mercadores e cidades com fins económicos e políticos. Segundo Rolf Hammel-Kiesow, pertenceram à Liga Hanseática, na primeira metade do século XV, aproximadamente 200 cidades, localizadas sobretudo nas costas do Mar do Norte e do Mar Báltico, mas também no interior do Sacro Império Romano-Germânico.⁵ Dos Países Baixos no Oeste ao extremo Este do Mar Báltico⁶, havia cidades da Hansa. Através de uma rede de entrepostos comerciais

⁴ O termo Hansa, em alemão *Hanse*, foi aplicado mais tarde. Na Inglaterra, em França e nos Países Baixos costumava-se designar os membros desta associação como *easterlings*, *osterlins*, *[o]osterlinge* etc., ou seja, como “os homens do Este”. Num documento de 1282 surgiu, pela primeira vez, a designação *mercatores de hansa Alemanie*.

⁵ Hammel-Kiesow 2000, 10-13.

⁶ Por exemplo as cidades de Reval (hoje Tallinn, capital da Estónia) e de Riga (actualmente a capital da Letónia) são fundações da Hansa, onde esteve em vigência a lei das cidades fundadoras.

(*Kontore*) em que se destacam as feitorias estabelecidas em Londres, Bruges, Bergen e Novgorod, a Hansa tornou-se o maior intermediário de comércio na Europa Setentrional durante a Idade Média Tardia. Dominando o mundo económico no Norte da Europa, estendeu, ainda no século XIV, o seu comércio em direcção à costa ocidental de França e à Península Ibérica. A partir dos anos 70 deste século, existiram ligações marítimas directas e regulares entre a Hansa e Portugal.⁷ A iniciativa veio das cidades da Ordem Teutónica, situadas na Prússia e na Livónia. De Riga, Reval e Danzig⁸ partiram, por volta de 1400, anualmente, navios em direcção a Lisboa para aí carregar sal, cortiça, vinho, fruta e azeite. Após a derrota da Ordem Teutónica contra a Polónia-Lituânia na batalha de Tannenberg em 1410⁹, que conduziu à decadência do estado prussiano daquela ordem militar, seguiu-se uma fase de estagnação na rota comercial regular entre Portugal e o Mar Báltico que, no entanto, foi retomada no segundo terço do século XV. Danzig foi o porto de partida de preferência nas viagens da Hansa para Portugal. Só no século XVI aparecerem mais frequentemente na foz dos rios Tejo e Sado barcos vindos de outras cidades hanseáticas, como Hamburgo, Bremen e Lübeck. As trocas de mercadoria não se realizaram apenas em terras portuguesas. São de destacar também as feitorias da Hansa e de Portugal em Bruges – e, seguidamente, em Antuérpia – como centros do comércio luso-hanseático na viragem da Idade Média para a Idade Moderna.

A. H. de Oliveira Marques mostrou que uma viagem de Danzig para Lisboa durou cerca de 38 dias.¹⁰ Habitualmente, os navios com destino à Península Ibérica juntaram-se à *Baienflotte*, isto é, à frota que se deslocou

⁷ O estudo mais exaustivo sobre as relações luso-hanseáticas na Idade Média é a publicação da dissertação de doutoramento de A. H. de O. Marques intitulada *Hansa e Portugal na Idade Média* que surgiu em 1959 (2.ª ed. 1993). Sobre as relações luso-hanseáticas na viragem da Idade Média para a Idade Moderna, vd. também: A. H. de O. Marques 1980; 1985; 1988-92; Durrer 1953; Borrêcho 1994.

⁸ Em polaco: Gdansk.

⁹ Cf. Pohle 2003a.

¹⁰ Relativamente à rota seguida pelos navios da Hansa, a duração da viagem e os períodos da navegação, vd. A. H. de O. Marques 1993, 45-60. Cf. também Dollinger 1989, 336.

anualmente à Baía de Bourgneuf e a outros sítios na costa ocidental de França¹¹ para comprar o cobiçado sal desta região.¹² Chegando à costa da Bretanha, parte desta frota rumou para estes locais, enquanto outra continuou a viagem, navegando para sul em direcção aos portos castelhanos e portugueses. O mesmo historiador refere também que o sal português era, de longe, a mercadoria mais procurada pelos mercadores hanseáticos em Portugal. Este não era, de modo geral, mais barato do que o sal francês, mas de uma óptima qualidade.¹³ Esse não foi, porém, o único motivo que levou alguns mercadores da Hansa a apostar numa viagem bem mais comprida e, conseqüentemente, mais dispendiosa do que a para a Baía de Bourgneuf. Além disso, encontraram em Lisboa um excelente mercado para a venda dos seus produtos.

Mas a Baía de Bourneuf, como mais tarde Brouage, nunca ofereceu aos navios do Báltico as condições ideais para um perfeito comércio. Comércio implica troca – ora, a costa francesa do Atlântico estava principalmente interessada em vender, menos em comprar. Desdenhava do trigo e dos produtos florestais que a Hansa, repetidas vezes, lhe trazia.

(...) Os hanseáticos puderam saber que, mais para sul, teriam oportunidade de colocar, com bom lucro, os excedentes da sua produção nativa (...).

¹¹ Outros sítios relevantes foram Brouage e a ilha de La Rochelle.

¹² Existiram salinas no Norte do Sacro Império, precisamente na zona de Lüneburg. A distribuição deste sal encontrou-se, porém, nas mãos de um consórcio, composto por comerciantes de Lübeck e Lüneburg, que controlou, no espaço do Mar Báltico, praticamente todo o comércio e, conseqüentemente, o preço deste produto deveras essencial no quotidiano medieval. Para se livrar do domínio daquele consórcio, algumas cidades, como é o exemplo de Danzig, decidiram ir buscar o sal à longa distância.

¹³ A. H. de O. Marques 1993, 66-69. O autor consegue clarificar que apenas para os finais de Quatrocentos, o sal de Lisboa se apresentava mais económico do que o sal francês, destacando a maior qualidade do sal português. No entanto, é estranha e, de algum modo, contraditória a afirmação à qual chega na conclusão do mesmo livro. Segundo esta, os hanseáticos poderiam «conseguir, por preço mais baixo (de forma a compensar o frete mais caro) e de qualidade idêntica, o sal que vinham buscar a França» (148-149). Acerca do preço do sal em Portugal no século XV, cf. Rau 1968, 178-182.

(...) como eram bem recebidos os cereais panificáveis de que os seus navios vinham cheios! (...) Como eram cobiçadas as robustas madeiras das florestas nórdicas, nunca demasiadas para satisfazer a procura crescente dos estaleiros portugueses, à medida que as expedições marítimas iam avançando pelo mar oceano! Como bem se compravam o alcatrão e o pez que completavam os carregamentos de cereais, e a madeira, necessários para a construção e reparação de naus e caravelas!¹⁴

Podemos apontar ainda outras razões que influenciaram a decisão dos mercadores de Danzig e de outras cidades hanseáticas a procurar sucessivamente os portos portugueses. Hermann Kellenbenz esclareceu que existiram, durante quase todo o século XV, tensões nas relações da Liga Hanseática, seja com a França, seja com a Castela, que jogaram a favor de Portugal.¹⁵ Também o desenvolvimento na construção naval criou uma condição importante para a extensão das rotas marítimas para Portugal em Quatrocentos. O *Koggen*, o barco comercial tradicional da Hansa na Idade Média, foi, a partir de 1400, pouco a pouco substituído pelo *Holk* ou *Hulk*, sobretudo nos caminhos de longa distância.¹⁶ O *Holk* emergiu primeiramente na costa prussiana, ou seja, precisamente nos estaleiros daquelas cidades que se destacaram no comércio luso-hanseático. Quase todos os navios da Hansa que ancoravam no porto de Lisboa, corresponderam a este tipo de barco que superou o *Koggen* pela sua capacidade de carga. O *Holk* revelou-se um excelente veículo para o transporte de produtos de massa ou de grande vulto, como sal, cereais, mastros e outros utensílios de madeira para a construção naval.

¹⁴ A. H. de O. Marques 1993, 148-149.

¹⁵ Kellenbenz 1991a, 64-66.

¹⁶ Em alemão costuma-se dizer “*die Kogge*”, em vez de “*der Koggen*” o que, no entanto, seria correcto. Na literatura portuguesa, *Koggen* e *Hulk* são habitualmente designadas por coca e urca, respectivamente.

Os barcos da Hansa que aportaram na capital portuguesa, estavam carregados de produtos alimentares (cereais, farinha, peixe seco e salgado, cerveja), manufacturados (têxteis, couros, peles) e florestais (madeira, pez, alcatrão), enquanto os metais ganharam importância, sobretudo, a partir do século XVI. Cereais e madeira foram, indubitavelmente, entre as mercadorias fornecidas pela Hansa, as mais desejadas. Relativamente aos cereais, a produção nacional e as importações da Madeira e dos Açores não chegavam para satisfazer a procura em Portugal. Assim, para abastecer a população portuguesa com os alimentos básicos, foi sempre necessário importar cereais da Europa Setentrional. No que se refere à madeira, a sua importação foi privilegiada pela Coroa portuguesa mediante isenção de impostos. Em finais do século XV, os mercadores de Danzig pagaram apenas a dízima para a madeira fornecida, enquanto mastros com comprimento de, pelo menos, dez braças poderiam ser importados sem qualquer despesa tributária.¹⁷

Os protagonistas das relações mercantis da Hansa com Portugal pertenceram maioritariamente à alta burguesia das cidades hanseáticas, que se encontrava em condições de financiar os custos altíssimos que este comércio implicou. Além disso, realizavam-se os negócios através de intermediários, predominantemente oriundos dos Países Baixos.¹⁸

É de supor que o início de uma colónia alemã em Lisboa tenha tido lugar através dos contactos luso-hanseáticos e com o aparecimento de uma capela dedicada a S. Bartolomeu, que se tornou o núcleo da denominada Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães.¹⁹ Em 1425, foi concedido aos alemães, por carta régia, um local onde podiam sepultar os seus conterrâneos.²⁰ Neste tempo, as actividades económicas dos germânicos em Lisboa já tinham atingido uma tal dimensão que justificava a existência

¹⁷ Vd. A. H. de O. Marques 1993, 77-78, 109; Schumacher 1892, 7; Kellenbenz 1970a, 316-317.

¹⁸ A. H. de O. Marques 1993, 130-135.

¹⁹ Sobre a história desta irmandade, cf. Schickert e Denk 2010; Hinsch 1890; *Die Bartholomäus-Bruderschaft* 1970; Ehrhardt 1996a; Gennrich 1936, 12-14; «Der evangelisch-lutherische Gottesdienst zu Lisboa» 1858; Strasen e Gândara 1944, 31-38; Mörsdorf 1957/58; C. A. Pinto 2011.

²⁰ Hinsch 1890, 4.

de um feitor e procurador próprio, tendo que este lhes foi concedido por D. João I e confirmado em 1433 e 1439, ou seja, no início dos reinados de D. Duarte e D. Afonso V.²¹ No entanto, este procurador, um certo Afonso Bernardes, que representou também os mercadores ingleses e flamengos em Portugal, não falava alemão. Esta circunstância conduziu posteriormente a algumas queixas por parte dos comerciantes da Hansa, que solicitaram ao rei que gostariam de ser representados por «armam pilliterio E anrique os quaees som homeens da nosa naçam (...) pois o dicto noso procurador nom sabe fallar nosa lingagem nem nos entendees».²² Em Maio de 1456, D. Afonso V respondeu à solicitação dos «mestres e gente das urcas da Alemanha»²³, porque «a naçom dos dictos alemaes nos prazeria ssenpre ser bem Reçebida E trautada em nossos Regnno».²⁴

É precisamente nesta altura, a partir dos anos 50 do século XV, que encontramos cada vez mais indivíduos oriundos do Sacro Império Romano-Germânico em Portugal, o que conduziu a um crescimento da colónia alemã de Lisboa. Um importante impulso que favoreceu este desenvolvimento foi dado por um acontecimento político-dinástico.

O casamento do imperador Frederico III com D. Leonor e a intensificação das relações luso-alemãs

A presença alemã em território português baseou-se, durante a Idade Média Tardia, na vinda e no estabelecimento dos mercadores da Hansa. Assim, as relações luso-alemãs concentraram-se, numa primeira fase, quase exclusivamente nas ligações estabelecidas por alemães geralmente provenientes do Norte do Sacro Império Romano-Germânico. Apenas a partir da

²¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 19, fl. 29v.

²² ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 137v. e *Leitura Nova*, Livro 1 de Extras, fl. 104 (carta de privilégios, Carnide, 12.5.1456) *apud* J. M. da S. Marques 1988, vol. 1 (Suplemento), 359.

²³ *Ibidem*, 356.

²⁴ *Ibidem*, 357.

segunda metade do século XV apareceu na colónia alemã em Lisboa, além destes mercadores da Baixa Alemanha, um maior número de pessoas vindas de outras partes do Sacro Império, com um leque profissional mais variado. Uma das razões para este facto pode relacionar-se com o casamento do imperador Frederico III com a infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, em 1451.

Uma primeira aproximação entre a Casa de Avis e os imperadores do Sacro Império Romano-Germânico foi estabelecida pelo infante D. Pedro que, durante uma extensa viagem às principais cortes europeias, entre 1425 e 1428, permaneceu quase dois anos na corte do imperador Sigismundo da Casa de Luxemburgo, a quem acompanhou em várias campanhas militares contra os Turcos.²⁵ Também com o sucessor de Sigismundo, o habsburgo Frederico III, D. Pedro manteve, enquanto regente, relações diplomáticas das quais surgiram os primeiros planos sobre uma ligação dinástica entre as casas de Avis e de Habsburgo.²⁶ Este projecto foi fortemente apoiado pela corte borgonhesa que desempenhou um papel decisivo na intermediação do futuro enlace.²⁷ Em Março de 1451, os enviados de Frederico III, Jacob Motz e Nicolaus Lanckmann von Valckenstein, capelão imperial, partiram para Lisboa, onde se realizou, no dia 1 de Agosto, o casamento com D. Leonor *per procurationem*.²⁸ A cerimónia foi acompanhada por festas opulentas até à partida da frota que levou a noiva para Itália, onde esta se encontrou, em Siena, com o imperador. Seguidamente, os noivos deslocaram-se a Roma, para receber a bênção do papa. No dia 16

²⁵ Sobre a missão de D. Pedro, vd. Maurício 1959; Andrade 1972a, vol. 1, 17-23; Rau 1964, 247-249; A. H. de O. Marques 1987b, 545; Serrão 1994, 93-97; Rákóczi 1994; Zeibig 1965, 250; Baum 1993, 196; Pietschmann 2011, 23-25.

²⁶ Acerca dos preparatórios do casamento de 1451, vd. Hanreich 2002a; Nascimento 1992b, 62-87; Santarém 1842, 348-351; Wiesflecker 1971-86, vol. 1, 58; Serrão 1980a, 78-80; A. H. de O. Marques 1987b, 322.

²⁷ Felipe o Bom, duque de Borgonha, casado com a infanta portuguesa D. Isabel, procurou, por volta de 1450, uma aproximação da sua dinastia à Casa de Habsburgo. Com a mediação do casamento luso-alemão, tentou levar os seus planos políticos a bom termo. Acerca das relações entre as dinastias de Avis e de Borgonha no século XV, vd. Paviot 1990; 1993; 1995; 2006; Renouard 1985a; 1985b; Houtte 1991a.

²⁸ Sobre o casamento de D. Leonor, sua viagem à Itália e a sua coroação em Roma, vd. L. de Almeida 1935; *Crónicas de Rui de Pina* 1977, 759-764; Nascimento 1992a; Hanreich 2002a, 56-58; Strasen e Gândara 1944, 69-76; Wiesflecker 1971-86, vol. 1, 59-61; Wiedmann 2005; Pangerl 2010.

de Março de 1452, o papa Nicolau V celebrou as núpcias e três dias depois Frederico III e D. Leonor obtiveram das mãos papais a coroa de ouro, alcançando, desta forma, a dignidade profana mais elevada da Cristandade.

Foi a última vez que um imperador do Sacro Império Romano-Germânico chegou a ser coroado pelo papa em Roma. Segundo Hermann Wiesflecker, «a ida a Roma, a coroação imperial e o casamento devem ter sido os pontos mais altos na vida de Frederico III»²⁹, sublinhando a importância do ano de 1452 na vida do imperador. Por outro lado, significou a coroação de D. Leonor como imperatriz, também um sucesso extraordinário para a diplomacia portuguesa que conseguiu, nos anos 50 do século XV, estabelecer fortíssimas relações com as duas mais elevadas autoridades do Ocidente cristão. É de lembrar que foi o próprio papa Nicolau V que concedeu à Coroa portuguesa em 1455 a célebre bula *Romanus Pontifex* que Charles R. Boxer designou como a «carta (...) do imperialismo português».³⁰

Historiadores portugueses e alemães concordam que «o enlace de Frederico III (...) com a Infanta D. Leonor (...) veio, de facto, reforçar a comunicação entre Portugal e a Alemanha».³¹ A esta afirmação de Marion Ehrhardt, acrescentou Manfred Kuder que «devido à sua [= de D. Leonor] residência em Viena as relações do Sul da Alemanha referentes a Portugal tornaram-se agora mais vivas».³² De facto, o casamento de 1452 não só contribuiu para a intensificação das relações diplomáticas entre as casas de Avis e de Habsburgo, como também para um aumento dos contactos entre Portugal e a Alta Alemanha, como veremos mais adiante.

Para Joaquim Veríssimo Serrão, «a primeira aliança de sangue luso-germânica (...) teve a maior importância na política europeia do século XV.»³³ O mesmo historiador acredita ainda «que o casamento de D. Leonor

²⁹ Wiesflecker 1971-86, vol. 1, 60: «Romzug, Kaiserkrönung und Vermählung waren wohl die Höhepunkte in Friedrichs III. Leben.»

³⁰ Boxer 2012, 38. Cf. J. P. O. Costa 2009, 345.

³¹ Ehrhardt 1989, 14.

³² Kuder e Ptak 1984, 17: «Da sie in Wien residierte, wurden die Beziehungen Süddeutschlands zu Portugal nunmehr lebhafter.»

³³ Serrão 1994, 104.

tenha contribuído para que muitos portugueses se fixassem no território imperial, na segunda metade do século XV.»³⁴ Esta suposição não se deixa, porém, documentar. Houve, sim, um número restrito de diplomatas portugueses que passaram pelo território imperial, habitualmente com estadias de curta duração. São exemplos as viagens do marquês de Valença, que acompanhou D. Leonor após o casamento dela a Viena, e de Lopo de Almeida que aí visitou, em 1452, a corte imperial em missão diplomática. Mas, de uma forma geral, é de constatar que, durante os séculos XV e XVI, vieram muito mais alemães para Portugal do que portugueses para a Alemanha.

A. H. de Oliveira Marques encontrou na documentação disponível, precisamente na Chancelaria de D. Afonso V, vários nomes de alemães estabelecidos em Portugal e concluiu: «Na segunda metade do século XV, era já estável e numerosa a colónia alemã fixada em Lisboa.»³⁵ Houve, além dos mercadores, também ferreiros, freeiros, vidreiros, sapateiros, tanoeiros, serralheiros, ourives, piliteiros, escrivães e encadernadores, tapeceiros, marinheiros, cozinheiros, bombardeiros e espingardeiros oriundos do Sacro Império que se mantiveram activos em terras portuguesas ou nas expedições marítimas de Portugal.³⁶ Estes alemães receberam da Coroa portuguesa privilégios que melhoraram significativamente as suas condições de vida profissional e privada.³⁷ Ao lado dos privilégios individuais que lhes foram

³⁴ Serrão 1985d, 482. Vd. também: Serrão 1980a, 80.

³⁵ A. H. de O. Marques 1993, 105.

³⁶ *Ibidem*, 103-109. Cf. ANTT, *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 66; liv. 10, fl. 113; liv. 11, fls. 43v., 45v.; liv. 12, fls. 34, 50, 54v., 64v., 74, 94, 95; liv. 13, fls. 98, 137v./138; liv. 15, fl. 62; liv. 19, fls. 29v., 59v., 290v.; liv. 20, fl. 22; liv. 31, fl. 139v.; liv. 32, fl. 43; liv. 33, fls. 7, 222v.; liv. 34, fl. 137; liv. 37, fl. 31.

³⁷ Um exemplo típico é o privilégio individual que foi outorgado ao sapateiro Miguel Armão em 1452. Este documento pode ser considerado representativo porque foi «feito na forma dos outros», como se lê no fim da carta. Eis um trecho do conteúdo [BA, 44-XIII-58, doc. 9b, fls. 85v.-86v. (na paginação manuscrita: 83v.-84v.)]:

Dom Affonso por graça de Deos Rey de Portugal e do Algarve, Senhor de Ceuta. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nos privilegiamos a todos Os Framengoz, Alamaeni, Francezes, Bretoeñs que a nossos Reynos vierem e por quanto Miguel Armao, sapateiro, morador em a nossa cidade de Lisboa he hum das ditas Naçoeñs que assim privilegiamos Nos pedio por merce que lhe mandasemos dar Nosso Priuilegio e visto seu requerimento

concedidos, surgiram, na segunda metade do século XV, outros privilégios, que beneficiaram um grupo ou mesmo toda a nação. O colectivo que tirou maior proveito destes novos privilégios foi o dos mercadores. Em Março de 1452, uma carta régia favoreceu, em geral, os súbditos das 72 cidades da Liga Hanseática.³⁸ Dois anos depois, os privilégios concedidos por D. Afonso V já se estendiam a «todollos alemaes q[ue] a noßos rregnos vierem com m[er]cadorias».³⁹ Os mercadores alemães obtiveram o direito de vender livremente as suas mercadorias em Portugal após o pagamento da sisa e da dízima. No caso de panos importados, pagaram apenas a dízima.

As cartas de privilégios constituíram a base jurídica que regulamentava o comércio luso-alemão em território português. Nos casos de infração face ao estipulado, o colectivo dos mercadores germânicos podia reclamar os seus direitos junto do rei, como veio de facto a acontecer em 1456. Nesse ano, os representantes de uma frota da Hansa, composta por 20 navios, que se encontrava ancorada no porto de Lisboa, protestaram oficialmente contra tributos alfandegários demasiadamente altos e relativamente ao tratamento indigno por parte dos funcionários reais.⁴⁰ D. Afonso V reagiu às queixas, «porque a naçom dos dictos alemaes nos prazeria ssenpre ser bem Reçebida

querendo lhe fazer Graça e merce hauemos por bem e queremos que daqui em diante não seja constringido para hauer de pagar em nenhuñs de Nossos pedidos, peitas, fintas (...).

Outrosim queremos que não sirua nem vá seruir por mar nem por terra a nenhuma partes que seião, nem tenha cauallo nem armas nem besta para Nosso seruiço (...).

Item mandamos e defendemos que não seja nenhum tão ouzado de qualquer estado e condição que seja que lhe pouze em suas casas de morada adegas nem caualarisas nem lhe tomem seu pão nem vinho, roupa nem outra nenhuma do seu contra sua vontade. (...)

Dada em a cidade devora vinte e outo dias do mes de Março, Lopo Fernandes a fes, anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus christo de mil e quatrocentos e sincoenta e dous annos. E esta carta não guardareis se asellada não for. - El Rey. Priuilegio deste Alamão sapateiro, morador em a cidade de lisboa, feito na forma dos outros. Registrado. Pagou mil Reis. - Dom Gabriel. - Petrus.

Cf. também: BA, 44-XIII-54, n.º 20i; ANTT, *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 50; Denucé 1909, 380-381; Cassel 1771, 4-5.

³⁸ A. H. de O. Marques 1993, 106.

³⁹ ANTT, *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 113; Durrer 1953, doc. 2.

⁴⁰ ANTT, *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 137v. *apud* J. M. da S. Marques 1988, vol. 1 (Suplemento), 358:

(...) uosa alteza deue saber que nosas vontades era de vijrmos a estes uosos Regnnos com frotas asy como himos aa baya E a outros lugares onde achamos mujta homrra e fauor pellos

E trautada em nossos Regnno»⁴¹, prometendo-lhes «guarda e ssegurança».⁴² Em Dezembro de 1485, D. João II concedeu novos privilégios aos «alemaaes e vassallos do duque desterrique» para facilitar a importação de têxteis.⁴³

Os privilégios e as cartas de segurança que os mercadores alemães receberam de D. Afonso V e de D. João II evidenciam a intenção da Coroa de atrair os comerciantes do Sacro Império para assegurar algumas mercadorias básicas de que o reino carecia, como cereais e têxteis, para satisfazer as necessidades económicas do país. Por outro lado, Portugal tentava, mediante a importação de madeira e outros materiais indispensáveis no sector da construção naval, garantir a continuidade da sua política expansionista. Quanto mais avançavam as expedições ultramarinas, mais evidentes se tornavam as lacunas relativas aos recursos humanos. Para compensar a crónica falta de soldados, marinheiros e outros profissionais qualificados no ramo da navegação, o governo português estimulou também o recrutamento de estrangeiros que se podiam integrar no projecto ambicioso de Portugal. Em consequência desta tendência, surgiram, a partir da segunda metade do século XV, cada vez mais bombardeiros e espingardeiros germânicos em Portugal.⁴⁴ O principal ponto de partida para as suas missões foi Lisboa onde se juntaram na Confraria dos bombardeiros alemães.⁴⁵ Em 1489, foi constituída, a mando de D. João II, uma nómima de

grandes proueitos que de nos ham mas pella pouca honrra E Justiça que em esta uosa çidade Reçebemos vos fazemos saber ante da nosa partida que himos daqui mall contentes.

⁴¹ *Ibidem*, 357.

⁴² *Ibidem*. Em 1460, D. Afonso V reforçou os direitos dos mercadores alemães, respondendo, desta forma, a novos protestos destes, referentes à confiscação ilegal de madeira importada [ANTT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Extras, fls. 153v./154 (Carta régia, Oeiras, 13.3.1460); Durrer 1953, doc. 3]. As medidas tomadas pela Coroa portuguesa para proteger o comércio dos alemães em Portugal parecem ter surtido efeito, pois, já em 1462, rumou, de Lisboa a Danzig, uma frota da Hansa, composta por 52 embarcações, bem carregada. Vd. Rau 1951, 101; 1970, 17-18.

⁴³ ANTT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Extras, fls. 124/124v. (Carta régia, Sintra, 6.12.1485). O termo «vassallos do duque desterrique» (fl. 124) refere-se aos súbditos neerlandeses do arquiduque Maximiliano da Áustria, o futuro imperador Maximiliano I.

⁴⁴ Aparecem na documentação disponível alguns nomes de bombardeiros e espingardeiros alemães. Em quase todos os casos está indicada a tença que receberam. Vd. ANTT, *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 11, fls. 43v., 45v.; liv. 31, fl. 139v.; liv. 32, fl. 43; liv. 33, fls. 7, 222v.; liv. 37, fl. 31; Viterbo 1908, 37.

⁴⁵ Sobre a organização dos alemães em Lisboa na viragem do século XV para o século XVI, vd. cap. 4.

35 artilheiros do mar, chefiada por um certo mestre Hans.⁴⁶ É de supor que alguns destes artilheiros eram alemães. O médico e humanista nuremberguês, Hieronymus Münzer, que em finais de Novembro de 1494 visitou a capital portuguesa confirmou que tinha contado, numa nau que se encontrava no rio Tejo, 30 bombardeiros alemães, cujo comandante, um tal Gregorius Piet, era muito estimado pelo rei.⁴⁷

Além de Hieronymus Münzer, houve outros alemães que viajaram na segunda metade do século XV pelo território português, fixando por escrito as impressões obtidas. De cinco viagens, existem relatos, mais precisamente das de Nicolaus Lanckmann von Valckenstein⁴⁸, Georg von Ehingen⁴⁹, Leo von Rožmitál⁵⁰, Niclas von Popplau⁵¹ e do já referido Hieronymus Münzer.⁵² Com excepção do último mencionado, todos eles pertenceram à nobreza ou ao clero e todos eles eram provenientes do Sul ou do Este do Sacro Império Romano-Germânico e ligados, de alguma forma, à Casa Imperial. Esta observação alimenta a ideia de que as respectivas viagens e missões fossem estimuladas devido às relações diplomáticas luso-alemãs mais intensas em consequência do casamento real de 1451.

Relativamente à deslocação de Nicolaus Lanckmann von Valckenstein, as razões da estadia em terras portuguesas são, como vimos, evidentes e giraram à volta do casamento dinástico acima mencionado. É de realçar

⁴⁶ ANTT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Extras, fl. 187; J. M. da S. Marques 1988, vol. 3, 357-358.

⁴⁷ Vasconcelos 1930, 558.

⁴⁸ Nascimento 1992a, *passim*.

⁴⁹ O manuscrito original de 1467 encontra-se na Württembergische Landesbibliothek (Hist. Quart. Nr. 141) em Estugarda. Existe, na Biblioteca da Ajuda [BA] (Cód. 52-XIII-33), uma cópia de uma parte do manuscrito que se refere, em primeiro lugar, às aventuras dos dois cavaleiros em Portugal e na África do Norte. Uma versão – infelizmente incompleta – do documento com tradução portuguesa encontra-se em Strasen e Gândara 1944, 52-65. Vd. também: Ehrmann 1979; Mercadal 1952, 233-249.

⁵⁰ Paravicini 2010.

⁵¹ Radzikowski 1998; P. D. Braga 2005f; Mercadal 1952, 307-325; Liske 1878, 9-65.

⁵² Bayerische Staatsbibliothek [BSB], *Clm* (= *Codex latinus monacensis*) 431, Fol. 96-274v.

Por motivo da celebração do quinto centenário da morte deste célebre médico e humanista surgiram na década passada vários estudos biográficos, nos quais se destaca, principalmente, a viagem de Münzer à Península Ibérica em 1494/95. Vd. Herbers 2000; 2005; Classen 2003; Hurtienne 2009; 2010. – Uma trad. port. do relato de Münzer em: Vasconcelos 1930. Em castelhano: Münzer 1991; Mercadal 1952, 327-417.

o facto que a comitiva imperial⁵³ fez, na sua viagem para Itália, escala em Ceuta, entrando, desta maneira, em contacto com o mundo colonial de Portugal. Valckenstein descreveu esta praça costeira noroeste-africana como uma «grande cidade, duas vezes maior que Viena, no ducado da Áustria».⁵⁴ O clérigo alemão interpretou a sua conquista como um julgamento divino, não deixando dúvidas acerca da legitimação das operações militares dos portugueses na terra dos «infiéis».⁵⁵ Valckenstein terminou a descrição sobre a sua experiência de três dias no continente africano com uma frase que transmite, claramente, o fascínio do viajante, mas também as esperanças e as preocupações do cristão e homem da igreja: «Ó África, boa e fértil terra! Mas como são tão poucos os cristãos!»⁵⁶

Georg von Ehingen viajou em 1457 para a corte de D. Afonso V acompanhado por Georg von Ramsyden de Salzburgo. Os dois cavaleiros alemães, que tinham procurado, no ano anterior, a Península Ibérica para se distinguir em luta contra os pagãos, deslocaram-se, depois de terem participado na guerra contra os Mouros de Granada, para Ceuta, apoiando os portugueses na defesa desta cidade. Passado sete meses, regressaram a Portugal, onde foram muito bem recebidos na corte de D. Afonso V, que se despediu deles com presentes, no Inverno de 1457/58. Ehingen mostrou-se fascinado com o esplendor da corte portuguesa e das residências dos infantes D. Henrique e D. Fernando, onde foram «extremamente bem tratados».⁵⁷ É de observar que as experiências deste cavaleiro da Suábia em

⁵³ O relato de Valckenstein não apresenta indicações específicas relativamente à composição numérica da comitiva. Sabe-se apenas que nela participaram, além de Valckenstein, o referido Jacob Motz e um cavaleiro oriundo da Caríntia, cujo nome era Christoph Ungnad.

⁵⁴ Nascimento 1992a, 57.

⁵⁵ *Ibidem*: «Mas o sereníssimo senhor rei de Portugal [= D. João I (NdA)], conquistou a cidade com pesados e grandes custos, e desbaratou os africanos. E desencadeou grande luta contra os africanos, mas Deus omnipotente, de modo admirável, concedeu a vitória aos cristãos.» Mais adiante (59) Valckenstein afirma: «Nesse domínio, todos os cristãos têm, da Sé Apostólica, absolvição geral e remissão de todos os pecados, de acordo com o teor da bula, em razão das lutas que diariamente travam contra africanos e infiéis, no mar e em terra.»

⁵⁶ *Ibidem*, 61.

⁵⁷ BA, 52-XIII-33; Ehrmann 1979, 63: «*Bey disen zwayen fürsten wurden mir gantz über die maß woll gehalten.*»

Portugal e Ceuta estiveram claramente no centro da sua obra autobiográfica, intitulada *Des schwaebischen Ritters Georg von Ehingen Reisen nach der Ritterschaft in den Jahren 1456 bis 1458* que, segundo J. G. Mercadal, «tiene todas las trazas de un libro de cabellaria».⁵⁸

Leo von Rožmitál, cunhado do rei da Boémia, Jiří z Poděbrad, passou pelo território português em 1465/66, no âmbito da sua peregrinação a Santiago de Compostela, que o levou também a visitar várias cortes europeias. No seu séquito, encontramos, nas pessoas de Gabriel Muffel e Gabriel Tetzl, dois patrícios de Nuremberga.⁵⁹ Duas vezes, precisamente em Braga e em Évora, reuniram-se com D. Afonso V. Na primeira ocasião, entregaram cartas da imperatriz, na segunda, levaram a correspondência do monarca destinada à sua irmã.

A viagem de Niclas von Popplau (Popielowo), oriundo da Silésia, relacionou-se igualmente com a transmissão de notícias entre a Casa Imperial e o rei português. O mensageiro de Frederico III esteve, no ano de 1484, quatro meses em Portugal. Popplau passou a maior parte do tempo na residência de D. João II, em Setúbal. No seu relato, Popplau descreveu a vida na corte. Neste, concedeu especial atenção às notícias vindas de além-mar, traçando alguns pormenores sobre a Expansão Portuguesa, nomeadamente, até à construção da feitoria-fortaleza de Jorge da Mina.

O relato mais completo que os viajantes do Sacro Império deixaram da sua experiência em terras portuguesas deriva de Hieronymus Münzer (Jerónimo Monetário).⁶⁰ Münzer terá partido, de Nuremberga, no início de Agosto de 1494, acompanhado de Anton Herwart de Augsburgo e dos nuremberguêses Kaspar Fischer e Nikolaus Wolkenstein. O facto de todos os seus companheiros serem mercadores deixa supor que o interesse económico desempenhava um papel fulcral nesta viagem à Península Ibérica. Seguindo a rota comercial tradicional que se tinha estabelecido entre a

⁵⁸ Mercadal 1952, 233.

⁵⁹ Cf. Kellenbenz 1967, 464; *Nürnberger entdecken die Welt* 1972; Fleischmann 2008, vol. 2, 720.

⁶⁰ Sobre a biografia de Münzer e sua estadia em Portugal, vd. Goldschmidt 1938; Imhoff 1989, 54; Knefelkamp 1997; Branco 1989; M. E. C. Ferreira 1985; A. P. Marques 1994.

Alta Alemanha e a Catalunha na Idade Média, por Genebra, Lyon e Narbonne, chegaram a Barcelona, que foi, segundo H. Kellenbenz, nos séculos XIV e XV, a praça mais importante dos mercadores alemães em “Espanha”.⁶¹ Os viajantes continuaram o seu *itinerarium*⁶² e entraram, em Novembro de 1494, depois de terem passado por Valência, Almeria, Granada e Sevilha, em Portugal. Aí, procuraram primeiro a residência real em Évora, onde ficaram de 16 a 26 de Novembro de 1494. Nestes dias, Münzer encontrou-se várias vezes com D. João II e teve com este uma conversa prolongada sobre questões relativas à cosmografia, às viagens dos Descobrimentos e a aspectos económicos da expansão colonial portuguesa.⁶³ No seu relato, Münzer destacou as grandes capacidades políticas e comerciais do rei português e sublinhou o comércio rentável que os portugueses praticavam na Guiné, apontando alguns produtos, provenientes de Nuremberga, que os portugueses trocavam na costa ocidental africana contra ouro, escravos, malagueta e marfim. Na véspera da sua despedida da corte portuguesa, um dos membros da comitiva alemã, Anton Herwart, foi armado cavaleiro por D. João II. De Évora, dirigiram os alemães para Lisboa, onde estes permaneceram os restantes dias até à sua partida de regresso à Alemanha, no dia 2 de Dezembro de 1494.

No século XV, apenas poucos alemães devem ter entrado em contacto com o império colonial português. Hieronymus Münzer frisou que as condições climatéricas em África eram, para os homens da Europa Setentrional, dificilmente suportáveis e podiam ser fatais. Por esta razão, era diminuto o número de conterrâneos que o rei enviava para o continente africano.⁶⁴ No entanto, Münzer mencionou um artilheiro alemão, um certo Conrad, oriundo de Regensburg, que, na segunda metade do século XV, tinha permanecido alguns meses na “Etiópia” e na região de

⁶¹ Kellenbenz 1967, 460.

⁶² Assim reza o título do relato de Münzer, ou seja, *Itinerarium suie Peregrinatio Exellentissimi viri, artium as utriusaz medicine doctoris, Hieroni monetarii de Feltkirchen, Civis Nurembergensis*.

⁶³ Cf. Kunstmann 1854.

⁶⁴ Cf. Garcia 1983, 65.

Cabo Verde. Segundo o *Itinerarium*, D. João II podia contar, em Alcácer Ceguer, com «*bombardarios Alamanos*», entre os quais um «*Iacobus Sweuus*» de Waiblingen.⁶⁵

Há outros exemplos que documentam a presença alemã no além-mar português. Já em 1415, o poeta tirolês Oswald von Wolkenstein participara na conquista de Ceuta⁶⁶, cidade esta que Hans von Baysen, enviado do Grão-Mestre da Ordem Teutónica, ajudou a defender contra os Mouros entre 1419 e 1421.⁶⁷ Por volta de 1440, tinha chegado, segundo o cronista Gomes Eanes de Zurara, «um gentil-homem da Casa do Imperador da Alemanha, o qual viera a casa do Infante (...), cujo nome era Baltasar»⁶⁸, para solicitar ao infante D. Henrique que acompanhasse Antão Gonçalves, no ano de 1441, na expedição ao Rio do Ouro.⁶⁹ Em 1445, encontramos um tal Pedro Alemão, morador em Lagos, no Senegal.⁷⁰ Um documento, datado de 1457, prova que dois alemães, o cavaleiro Heinrich («Amrique») e um certo «André», receberam terra na Madeira que tinham de cultivar no prazo de cinco anos, juntamente com mais sete ou oito colonos oriundos, possivelmente também, do Sacro Império Romano-Germânico.⁷¹ Residia na ilha da Madeira, nos anos 80 do século XV, outro alemão, cujo nome era João Aires, que se deixou naturalizar como português, em 1487.⁷² No ano de 1496, é documentado na mesma ilha o primeiro alemão produtor de açúcar, Hermann («Armão»), que

⁶⁵ Vasconcelos 1930, 567-568.

⁶⁶ Schwob 1977, 112. Wolkenstein é também conhecido pela alcunha «*der letzte Minnesänger*» (port.: o último trovador).

⁶⁷ A. H. de O. Marques 1993, 103-104. O autor sublinha que Baysen tinha sido muito bem recebido e honrado «pelo infante D. Duarte, que o tomou como escudeiro» (104).

⁶⁸ Zurara 1978/81, vol. 1, 78 e vol. 2, 104-105.

⁶⁹ Barros 1988, 33-34; Ehrhardt 1989, 13; A. H. de O. Marques 1993, 103.

⁷⁰ Zurara 1978/81, vol. 1, 215 e vol. 2, 317-318; Strasen e Gândara 1944, 42.

⁷¹ ANTT, *Livro das Ilhas*, fl. 31v.; J. M. da S. Marques 1988, vol. 1, 541-543; Schmitt 1984-86, vol. 1, 174-177; Kellenbenz 1963a; 1990b, 99-101; Vieira 1994, 42.

É de destacar o contributo flamengo na colonização dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Para tudo isto, cf. R. Carita 1989; Rau e Macedo 1962; Everaert 1989; 1991; 1996; Verlinden 1970; 1984; 1990; 1991a; Arruda 1989; Serpa 1929; Brasão 1969, 75-86; Lisboa 1994a; Silveira 1989.

⁷² P. D. Braga 2005b, 215.

A. H. de Oliveira Marques parece identificar com o mercador germânico, Armão Álvares, que terá surgido, nos anos 60, em Lisboa.⁷³ Por volta de 1490, dois impressores de Nördlingen e de Straßburg estabeleceram-se na ilha de São Tomé, sendo improvável terem exercido aí o seu ofício⁷⁴, ao contrário dos artilheiros alemães que participaram nas expedições portuguesas ao ultramar. No reinado de D. João II, estabeleceram-se em Portugal, em número cada vez maior, bombardeiros e espingardeiros do Sacro Império que se tornaram «uma instituição permanente nas armadas portuguesas».⁷⁵ Alguns deles pertenceram, no reinado de D. Manuel I, ao corpo de elite dos “bombardeiros da nómina”.⁷⁶

É precisamente nesta altura, em finais do século XV, que em Nuremberga teve início uma fase de intensa ocupação intelectual de humanistas e mercadores alemães com a Expansão Portuguesa. Mas o primeiro passo conducente a este desenvolvimento já terá sido feito por outra personagem que se destaca como nenhuma outra na história das relações luso-alemãs de Quatrocentos a quem dedicamos o capítulo seguinte.

O início da presença dos mercadores da Alta Alemanha em Portugal

Martin Behaim (Martinho da Boémia)⁷⁷

A vida de Martin Behaim é um dos capítulos mais enigmáticos no âmbito da história das relações luso-alemãs. Misturaram-se em torno desta figura

⁷³ ANTT, *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 66 e *gaveta* 15, maço 21, n.º 8; A. H. de O. Marques 1993, 103-104 (nota 53).

⁷⁴ Cf. Kunstmann 1854, 57; Garcia 1983, 65 e 69; A. Anselmo 1981, 129-130. De acordo com Yvonne Hendrich (2007, 48-51) trata-se, no caso destes impressores, na realidade, de dois carpinteiros alemães que se tinham deslocado, em 1493, a São Tomé. Ingeborg Grau (2008, 195) menciona no seu artigo dois impressores alemães que se tinham estabelecido, supostamente, na África Central com uma prensa tipográfica.

⁷⁵ Halbartschlager 2004, 668.

⁷⁶ Cf. Castro 2014, 44-45.

⁷⁷ Sobre este capítulo, vd. Pohle 2007b. Do nome de Martin Behaim existem, na documentação e literatura portuguesa várias formas de grafia como, por exemplo, Martinho/ Martim de Beheim/ Boémia/ Bohemia.

polémica factos e lendas que distorceram a sua biografia e deixaram controvérsias duradouras, e de uma tal maneira que H. Kellenbenz chegou à conclusão:

*Nur wenige Nürnberger Bürger repräsentieren so sehr die Weltoffenheit und das internationale Ansehen der Kulturleistungen ihrer Heimatstadt wie Martin Behaim, keiner ist aber auch so umstritten, von der Nachwelt so sehr diskutiert worden wie gerade er. Leistungen und Leistungsanspruch Behaims sind mit zu den heikelsten Fragen der Entdeckungsgeschichte geworden.*⁷⁸

[Poucos cidadãos de Nuremberga representam tanto o carácter cosmopolita e a reputação internacional dos feitos culturais da sua cidade natal como Martin Behaim, nenhum é também tão polémico e tão discutido pela posterioridade como ele. Os feitos efectivos e as pretensões de Behaim tornaram-se das mais delicadas questões da história dos descobrimentos.]

Os apologistas de Behaim atribuíram-lhe um papel significativo no âmbito da História dos Descobrimentos como, por exemplo, o de ser um grande navegador e cosmógrafo. Os supostos méritos do alemão fizeram correr tanta tinta na investigação histórica nos últimos dois séculos, que Peter J. Bräunlein, apenas há duas décadas atrás, constatou na sua biografia sobre Martin Behaim, algo resignado:

Die wissenschaftliche Behaim-Forschung beginnt Mitte des vorigen Jahrhunderts und ist bis heute nicht abgeschlossen. Man könnte sogar den Eindruck bekommen, je mehr sich Historiker der Person Behaims

⁷⁸ Kellenbenz 1969, 69.

*annehmen, desto rätselhafter wird dessen Leben und Gestalt, und umso mehr Fragen und ungelöste Probleme treten hervor.*⁷⁹

[A investigação científica sobre Behaim inicia-se em meados do século passado (= século XIX), não se encontrando concluída até ao presente. Até se pode pensar que quanto mais os historiadores se ocupam com a pessoa de Behaim, tanto mais questões e problemas não resolvidos se põem em evidência.]

São várias as razões que tornaram a avaliação do papel de Behaim na História dos Descobrimentos tão complicada. A escassez de fontes originais e a existência de documentos com afirmações contraditórias são circunstâncias que muito contribuíram para as controvérsias. Mas ainda mais prejudicial para o rumo da investigação foi a tendência repetitiva dos apologistas de Behaim em apresentar dados não documentados acerca das suas supostas façanhas, cultivando, desta forma, a imagem lendária e popular deste alemão de Nuremberga.⁸⁰ Resumindo as principais etapas da investigação histórica sobre Martin Behaim, é de constatar o seguinte:

Particularmente fatal para a avaliação de Martin Behaim foi uma publicação do professor universitário Johann Christoph Wagenseil, que surgiu em 1682, na qual o autor homenageou Behaim, entre outras razões, por ter sido o descobridor dos Açores, da América e do Estreito de Magalhães. Tais afirmações foram introduzidas durante o século XVIII em vários dicionários biográficos e enciclopédias, espalhando-se, a partir daí, pela esfera dos eruditos. Ao “descobridor” Martin Behaim, juntou-se, durante o século XIX, o “cientista”, sendo que este, supostamente, teria dado às ciências náuticas portuguesas impulsos muito importantes. Com base

⁷⁹ Bräunlein 1992a, 8.

⁸⁰ Um exemplo que documenta bem a insistência intransigente nas lendas e façanhas de Behaim por parte de alguns autores, ainda em finais do século XX, é o livro de A. M. Brandt (1989). Não é de estranhar, que este livro tenha sido duramente criticado quer por historiadores alemães (Bräunlein 1992a, 63 e 185-187), quer por especialistas portugueses (cf. a recensão crítica de L. de Albuquerque no 4.º vol. da revista *Oceanos* de 1990, 123).

em algumas fontes escritas que surgiram décadas após a sua morte, os apologistas de Behaim atribuíram-lhe alguns méritos como, por exemplo, o de pertencer à misteriosa Junta de Matemáticos⁸¹ de D. João II e de ser um excelente cartógrafo e cosmógrafo, que teria introduzido em Portugal o astrolábio, a balestilha e as tábuas astronómicas (*Ephemerides*) do famoso matemático e astrónomo alemão Regiomontanus, do qual Behaim, segundo o cronista João de Barros, «se gloriáua ser discípulo».⁸² As primeiras biografias críticas sobre Behaim surgiram com as obras de Christoph Gottlieb von Murr⁸³ e de F. W. Ghillany⁸⁴, que conseguiram reunir praticamente toda a documentação disponível em Nuremberga. Embora o *curriculum vitae* de Behaim, em consequência destas duas obras, ficasse isento de alguns exageros, a historiografia, todavia, não se soube libertar de todas as lendas que giraram à volta do célebre alemão. Ernest George Ravenstein conseguiu provar, no início do século XX, que a grande maioria dos supostos méritos de Behaim tinha de ser recusada por falta de provas.⁸⁵ Esta sua conclusão foi apoiada por Joaquim Bensaúde e outros historiadores portugueses.⁸⁶ Estes atribuíram ao nuremberguês um papel insignificante

⁸¹ L. de Albuquerque 1990, 15-27; 1994a; 1994d.

⁸² Barros 1988, I. década, 4. liv., cap. 2.

⁸³ Murr 1801 [1.^a ed.: 1778]. Existe ainda uma 3.^a edição, redigida em língua francesa (Murr 1802).

⁸⁴ Ghillany 1853.

⁸⁵ Ravenstein 1908; s.d.

⁸⁶ Bensaúde 1914; 1917-20; 1967 [1912]; L. P. da Silva 1945, 23-26, 324-328 e *passim*. Sobre a avaliação de Martin Behaim na historiografia portuguesa até meados do século XX, cf. Kellenbenz 1958.

Em Portugal é de notar um certo desinteresse em torno da personagem de Martin Behaim nas últimas décadas. Parece que a historiografia portuguesa, após as publicações de Ravenstein e Bensaúde, que apontaram tantos erros, exageros e, por vezes, autênticos disparates relativamente ao contributo de Behaim para a História dos Descobrimentos, tinha praticamente arquivado o “processo Behaim”. O único detalhe relativamente à história de Behaim que, nos últimos anos, mereceu uma atenção especial por parte dos historiadores portugueses relaciona-se com o seu contacto, igualmente misterioso, com o navegador português Diogo Gomes. Facto é que, durante mais de meio século, não nos deparamos com nenhuma publicação biográfica acerca de Behaim na língua de Camões que tenha excedido o tamanho de uma entrada enciclopédica ou de um sucinto artigo como, por exemplo, os de J. M. P. Oliveira (1960) e de L. de Albuquerque (1985a [1.^a ed.: 1963]). Contra esta tendência surgiram, recentemente, além do meu estudo biográfico de 2007, duas obras de J. M. Garcia, em que o autor destaca o papel de relevo de Martin Behaim na História dos Descobrimentos, devido à visão partilhada com Colombo de navegar via Ocidente para chegar

na História dos Descobrimentos, o que contrastava claramente com uma historiografia alemã nacionalista que continuou a louvar as façanhas do compatriota.⁸⁷ Perante uma tradição de especulações e deturpações, não é de estranhar que a imagem lendária e popular deste aventureiro de Nuremberga se tenha mantido com uma resistência verdadeiramente espantosa. Apenas desde a segunda metade do século passado se nota uma tendência para relativizar a posição de Behaim nos Descobrimentos, partindo, em geral, da voz crítica de Ravenstein.⁸⁸ A partir dos anos 90, especialmente em consequência das comemorações do quinto centenário do globo e da morte de Martin Behaim em 1992 e 2007, respectivamente, surgiram vários trabalhos biográficos que evidenciaram a tendência na investigação histórica alemã para questionar e reavaliar novamente o material disponível, com o intuito de desmistificar a “lenda Behaim”.⁸⁹

Mas quem era afinal Martin Behaim? E o que resta ainda da história deste «filho adoptivo dos Açores», como foi designado por Ernesto do Canto⁹⁰, se nos basearmos na avaliação da documentação disponível? Para um melhor entendimento do papel de Behaim na História da Expansão Portuguesa, traçaremos seguidamente, de forma sucinta, as principais etapas da sua vida.

Martin Behaim nasceu em Nuremberga no dia 6 de Outubro de 1459 como filho mais velho do *Ratsherr*⁹¹ Martin Behaim von Schwarzbach. A família Behaim pertencia ao patriciado, ou seja, à classe privilegiada

à Índia. O historiador português acredita também que Behaim tencionava rumar para a – lendária – ilha das Sete Cidades, no âmbito do projecto de Fernão Dulmo, que devia iniciar-se em 1487, partindo da ilha da Terceira. Vd. Garcia 2012a, 49 e *passim*; 2012b, vol. 2, 27-49 e *passim*.

⁸⁷ Acerca da imagem distorcida de Behaim nos séculos XIX e XX, cf. Bräunlein 1992b; Jakob 2007a.

⁸⁸ Da vasta literatura sobre Behaim, que apresentamos na bibliografia, destacam-se para a fase das décadas de 50 e 60 do século XX as seguintes obras: Schultheiß 1957b; Jacob 1957; Pölnitz 1957; 1959; Berninger 1959; Winter 1959; 1961; Crone 1961; Kellenbenz 1969. – Nos anos 70 e 80 do século XX é de notar uma certa estagnação em relação à investigação acerca de Behaim.

⁸⁹ Willers 1991; 1992b; Knefelkamp 1992; 2007; Jakob 2007b; 2007c; Beyerstedt 2007. Vd. também: Nachrodt 1995; Pohle 2000, 52-77.

⁹⁰ Canto 1878, 437.

⁹¹ Port.: patrício, conselheiro.

de Nuremberga, ganhando a sua vida, com o comércio.⁹² Seguindo esta tradição familiar, Martin Behaim obteve uma formação mercantil, mais precisamente nos Países Baixos. De 1476 a 1478, encontrou-se sobretudo em Mecheln⁹³, visitando, em 1477 e 1478, as feiras de Frankfurt.⁹⁴ De Mecheln, mudou-se para Antuérpia, onde foi aprendiz de um mercador de panos e tintureiro proveniente de Nuremberga.⁹⁵ Desde 1479 que Behaim negociava em Antuérpia com panos, parcialmente por conta própria.⁹⁶ Depois de um período entre Junho de 1479 e o Outono de 1482, de que não possuímos qualquer notícia sobre o seu paradeiro, Behaim aparece outra vez na Feira de Outono de Frankfurt⁹⁷, e encontramos-lo também em 1483 neste local para participar na Feira da Páscoa, depois de uma estadia em Nuremberga, no início do mesmo ano.⁹⁸ No Inverno de 1483/84, Behaim voltou para Brabante (Bergen-op-Zoom e Antuérpia) na função de agente de comissões para a empresa do seu tio Lienhart Hirschvogel e outros mercadores e casas comerciais da sua cidade natal.⁹⁹

Em meados de 1484, Behaim partiu para Portugal. Em Fevereiro do ano seguinte, foi armado cavaleiro em Alcáçovas por D. João II.

1485 adj 18 febrer auf einen freitag In portigal In der Stadt albassomaß In sandt salvators kirchen nach der tag mes wartt ritter

⁹² Sobre a família Behaim von Schwarzbach, vd. Fleischmann 2008, vol. 2, 317-325.

⁹³ Em Mecheln (Malines), o jovem Behaim foi aprendiz na área do comércio de panos na casa de Jorius van Dorpp. Cf. as cartas que Martin Behaim enviou deste local para Nuremberga ao seu tio Lienhart Hirschvogel, datadas de 17.4.1477 (Stadtarchiv Nürnberg [StadtAN], E 11/II, *FA Behaim* Nr. 569,1) e de 13.10.1477 (Germanisches Nationalmuseum Nürnberg [GNM], *Autographen*, Kapsel 28) e de Frankfurt am Main com data de 17.9.1478 [StadtAN, E 11/II, *FA Behaim* Nr. 569,2]. Vd. Ghillany 1853, docs. IV-VI; *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 722-723.

⁹⁴ StadtAN, E11/II, *FA Behaim* Nr. 569,1-2; GNM, *Autographen*, Kapsel 28.

⁹⁵ StadtAN, E11/II, *FA Behaim* Nr. 569,3 (carta de Martin Behaim para Lienhart Behaim, Antuérpia, 8.6.1479). Cf. Ghillany 1853, doc. VII; *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 724-725.

⁹⁶ StadtAN, E11/ II, *FA Behaim*, Nr. 569,3.

⁹⁷ Staatsarchiv Nürnberg, Rep. 54a I, Rst. *Nbg. Rechnungsbelege* 130.

⁹⁸ Staatsarchiv Nürnberg, *Ratsmanuale* 1483/ 2, 9-11. Cf. *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 725.

⁹⁹ O respectivo documento (datado de 4.5.1484) é parte integrante de um auto com data de 13.2.1489 (publicado por Günther 1890, 53, nota 22).

*geschlagen M. B von nurmberg van der hant des grosmechtigen konig hern Johanse des andern von portigal vnnnd konig von algarbia vnnnd konig In affrica vnnnd konig In genea. (...) Dis geschach In beibesen aller fursten vnnnd ritterschaft vnnnd der kongin.*¹⁰⁰

[Numa sexta-feira, dia 18 de Fevereiro de 1485, em Portugal, na cidade de Alcáçovas, na igreja de São Salvador, a seguir à missa, foi armado cavaleiro M[artin] B[eheim] de Nuremberga pela mão do muito poderoso rei D. João II de Portugal, rei do Algarve, em África e na Guiné. (...) Isso aconteceu na presença de todos os príncipes e cavaleiros e da rainha.]

A seguir, viajou, pelo menos uma vez, à África Ocidental. Não se deixa provar a sua participação numa viagem de Diogo Cão¹⁰¹, embora tal seja indicado na denominada *Crónica de Nuremberga* (*Weltchronik* ou *Liber cronicarum*, 1493) de Hartmann Schedel.¹⁰² Após as investigações de Ravenstein, parece ser mais provável concluir-se uma participação de Behaim numa expedição portuguesa à costa da Guiné, que terá tido, sobretudo, fins comerciais como, por exemplo, a empresa de João Afonso de Aveiro ao

¹⁰⁰ StadtAN, E11/II, FA Behaim Nr. 570; *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 725-726; Kraus e Ottomeyer 2007, 390. Trata-se de um texto manuscrito, elaborado por volta de 1500, que não é da autoria de Martin Behaim. Provavelmente esta notícia deriva de um membro da família Behaim ou de uma outra pessoa que tenha vivido perto de Martin. Segundo Günther Hamann (1968, 193), não há dúvida sobre a veracidade da notícia, porque as indicações cronológicas e certos pormenores históricos – por exemplo no que se refere às pessoas que participaram na cerimónia – correspondem ao conteúdo de outros documentos existentes.

¹⁰¹ Relativamente ao problema das viagens de Diogo Cão e da sua cronologia, destacam-se as obras de A. F. da Costa (1990 [1935]), de Damião Peres (1983 [1943], 197-226, 245-246 e *passim*) que supuseram a realização de duas viagens, efectuadas por este descobridor, à costa sudoeste africana, relizadas nos anos 1482-1484 e 1485-1486/7. Carmen Radulet (1983, doc. 21; 1988; 1989; 1990; 1991; 1994) chegou, no entanto, a uma nova interpretação das fontes, que aponta para três viagens de Diogo Cão. – Cf. também: Cordeiro 1936, 5-87, 251-313 e *passim*; Ravenstein 1900; Campos 1966.

Sobre uma possível participação de Martin Behaim numa viagem de Diogo Cão, vd. Hamann 1968, 190-217; Hennig 1956, 379-390; Diffie e Winius 1989, vol. 1, 179-183; Bräunlein 1992a, 56-60; Pohle 2000, 69-77.

¹⁰² Schedel 2004 [Reprint 1493], Fol. CCLXXXVv. – Vd. *infra* uma tradução portuguesa do respectivo capítulo da *Crónica de Nuremberga*.

Benim.¹⁰³ Permanece incerto, outrossim, se Behaim pretendia participar na projectada viagem de Fernão Dulmo¹⁰⁴ e de João Afonso do Estreito à ilha das Sete Cidades. Em 1486, D. João II havia-lhes concedido, em cartas de privilégio, esta e outras ilhas, caso as achassem. Numa destas cartas, datada de 24 de Julho de 1486, está mencionado um «cavaleiro alemão que em companhia deles há de ir, que ele, alemão escolha ir em qualquer caravela que quiser».¹⁰⁵ Alguns historiadores vêem neste cavaleiro alemão Martin Behaim.¹⁰⁶ A projectada viagem deveria iniciar-se em Março de 1487, a partir da ilha Terceira, mas acabou por não se concretizar. É ainda na segunda metade dos anos 80 que se realiza o seu casamento com Joana de Macedo, filha do flamengo Josse van Hurtere¹⁰⁷, capitão-donatário das ilhas do Faial e Pico, e de Brites de Macedo.¹⁰⁸ Do matrimónio de Behaim,

¹⁰³ Ravenstein s.d., 25-35; 1908, 20-25. Acerca da viagem, cronologicamente igualmente problemática, de João Afonso de Aveiro à costa da Guiné: Galvão 1944, 130; A. F. da Costa 1990, 29-30; O. P. de Carvalho 1994.

¹⁰⁴ Cf. Lisboa 1994c; Garcia 2012b, vol. 5, 23-29. Fernão Dulmo, de origem flamenga (Ferdinand van Olm/ Olmen), foi capitão da ilha Terceira na parte das Quatro Ribeiras.

¹⁰⁵ Garcia 2012b, vol. 2, 36. Cf. J. M. da S. Marques 1988, vol. 3, 327 *epassim*; Schmitt 1984-86, vol. 2, 100-105.

¹⁰⁶ Como, por exemplo, J. M. Garcia, em dois estudos recentes. Vd. *supra*, nota 86.

¹⁰⁷ Nome e apelido do primeiro capitão-donatário da ilha do Faial (posteriormente também da ilha do Pico) encontram-se, seja nas fontes, seja na literatura, com variadíssimas formas na sua grafia, tal como Jos, Joss, Joz, Jost, Joost, Job, Jobst, Jod[ocus] [de/van] Hurter, Hurder, Hürtter, Huertere, Hutra, Utra, Dutra etc. – Cf. Serpa 1929, 14.

¹⁰⁸ *Ibidem*, 26-51. É, porém, desconhecido quando se terá estabelecido nos Açores, não se sabendo, também, a data exacta do seu casamento com Joana de Macedo. Para a maioria dos seus biógrafos, a primeira estadia de Behaim no arquipélago teria tido lugar entre os anos de 1486 e 1488, ou seja, após a sua viagem à costa ocidental africana e antes do nascimento do seu filho, Martin, em Abril de 1489. C. Verlinden (1991b) duvidou de uma estadia de Behaim nos Açores nos anos 80 do século XV, argumentando que as indicações referentes aos Açores, no globo de Behaim, eram de tal maneira incorrectas que seria pouco credível que Behaim já conhecesse o arquipélago antes da construção do mesmo. Segundo este historiador, o casamento podia ter-se realizado em Lisboa onde a família Hurtere possuía uma casa. Hieronymus Münzer menciona a existência desta casa no centro de Lisboa no *Itinerarium*, ou seja, no relato da sua viagem à Península Ibérica, em 1494/95 (*apud* Vasconcelos 1930, 562):

Estávamos hospedados numa grande e bonita casa do Rei, habitação do sogro do Sr. Martinho da Boémia, chamado Job Hurder, de Bruges, homem nobre e capitão das ilhas do Faial e Pico, casado com uma senhora nobre, sensata e muito prendada, a qual me deu bolsas de almíscar de gazela e nos rodeou das maiores atenções. Essa casa fica numa grande praça, campo larguíssimo junto do convento de S. Domingos. Fomos muito bem tratados.

Para tudo isto, cf. Pohle 2012.

nasceu, no dia 6 de Abril de 1489, um filho, que recebeu também o nome Martin (Martim).¹⁰⁹

Em 1490, Behaim viajou de Lisboa para Nuremberga, onde permaneceu até 1493.¹¹⁰ Durante a sua permanência na cidade imperial, foi construído o célebre *Erdapfel*, o mais antigo globo terrestre ainda existente, fabricado por um conjunto de artesãos, em conformidade com as informações de Behaim e várias outras fontes.¹¹¹ Este globo deve ter sido construído para convencer mais facilmente o patriciado da cidade, dedicado ao comércio, a investir numa expedição ultramarina portuguesa.¹¹² Esta hipótese ganha credibilidade pelo facto de serem muito mencionados no globo de Behaim locais de origem e comercialização de especiarias.¹¹³

Em 1493, após uma curta estadia em Portugal, Behaim voltou aos Países Baixos. De «*Brabant*», redigiu uma carta ao seu primo Michel Behaim de Nuremberga, mas enviou-a apenas a seguir ao seu regresso a Lisboa, umas semanas depois.¹¹⁴ Esta carta, com data de 11 de Março de 1494, é o último documento escrito por Martin Behaim que se conservou. Pelo conteúdo, transparece que, nesta altura, desempenhou duas funções: enviado de D. João II e representante comercial do seu sogro, Josse van Hurtere, em negócios referentes ao açúcar. Num *post scriptum* a esta carta, indicou os Açores como a sua futura morada. Aqui, perde-se o rasto de Behaim até a alguns meses antes da sua morte, treze anos mais tarde, em Lisboa. Supomos, no período compreendido entre 1494 e 1507, o paradeiro de Behaim em terras portuguesas, inicialmente e sobretudo na ilha do Faial junto da sua família. O alemão não deve ter estado sempre presente nos Açores

¹⁰⁹ StadtAN, E11/II, *FA Behaim* Nr. 582,3.

¹¹⁰ StadtAN, B 14/I, Nr. 7, Fol. 180v.

¹¹¹ Sobre o globo de Behaim, vd. o cap. seguinte.

¹¹² Esta hipótese foi originalmente colocada por G. Frhr. v. Pölnitz (1959, 135-136) e desenvolvida por H. Kellenbenz (1967, 468).

¹¹³ Knepelkamp 2007, 73.

¹¹⁴ StadtAN, E11/II, *FA Behaim* Nr. 569,4 (carta de Martin Behaim para Michel Behaim, «*Brabant*» [Antuérpia?], 11.3.1494, publicada em Murr 1802, doc. IV e Ghillany 1853, doc. XI).

como revela uma das poucas fontes em língua portuguesa, na qual está mencionado *expressis verbis* o nome de Martin Behaim.¹¹⁵ Neste documento, fala-se de «huu [= um (NdA)] Martin de Boeme», uma designação que contrasta claramente com o «Senhor cavaleiro Martin Behaim» [«*Dno Martino bohemio Militj*»], como ele se deixava intitular na sua correspondência. Isso leva a crer que Martin Behaim não terá desempenhado nenhum papel importante na corte de D. Manuel I. Se terá usufruído de alguma função relevante na sociedade portuguesa, deve ter perdido a sua posição privilegiada no fim do reinado de D. João II ou após a subida de D. Manuel I ao trono, em 1495.¹¹⁶

É documentado que Behaim se encontrava em 1507 em Lisboa, onde morreu no dia 29 de Julho «*im spitall unnd inn fast grosser armutt*»¹¹⁷, ou seja, «no hospital e completamente empobrecido». O local do falecimento aqui mencionado é muito provavelmente o hospital que a Confraria de S. Bartolomeu (a futura Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães) possuía na cidade.¹¹⁸ A mesma fonte revela também que foi sepultado na igreja de São Domingos.¹¹⁹

Poucos meses antes da sua morte, tinha falecido, em Lisboa, o seu irmão mais novo, Wolf Behaim, feitor da companhia dos Hirschvogel. Uma fonte, recentemente encontrada por Reinhard Jakob, prova que Martin Behaim, após o falecimento do irmão, em Março de 1507, tencionava

¹¹⁵ ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 37, fl. 78. O documento foi publicado por Serpa 1929, 48-49 e Kellenbenz 1958, 91-93. Trata-se aqui de uma carta de perdão de D. Manuel I, datada de 16 de Novembro de 1501, a favor do D. Fernão de Évora, «escudeiro, morador em a ylha do Fayall». Este tinha fugido da prisão após ser preso por Josse van Hurtere (filho) por ter tido relações íntimas com Joana de Macedo, esposa de Behaim e irmã do capitão-donatário das ilhas do Faial e Pico, que tinha sucedido a seu pai, falecido em 1495. Vd. *Archivo dos Açores* 1878, 152-170.

¹¹⁶ Cf. Pohle 2000, 65-69; Willers 1992b, 182.

¹¹⁷ StadtAN, E 11/II, *FA Behaim*, Nr. 582,11a (carta de Jörg Pock para Michael Behaim, Lisboa, 25.3.1519, publicada por: Murr 1802, doc. VII; Ghillany 1853, doc. XVIII). No que se refere à data de morte de Behaim, cf. Schultheiß 1951.

¹¹⁸ Sobre as confrarias e irmandades compostas por alemães, que viveram em Lisboa, vd. cap. 4.

¹¹⁹ StadtAN, E 11/II, *FA Behaim*, Nr. 582,11a: «*Aber Mertnn behem seelich der lickt in einer kirchen heyst asandt dominica, ist ein predicher kloster*» [«Mas o saudoso Martin Behaim jaz numa igreja que se chama S. Domingos, trata-se de um convento dos Dominicanos»].

ainda viajar para Nuremberga para receber a sua parte da herança.¹²⁰ Os seus familiares na Alta Alemanha, que pelos vistos estiveram a par dos seus problemas financeiros, desaconselharam-no a voltar à sua cidade natal, argumentando que a herança era inferior aos impostos que Martin ainda tinha de pagar. Deram indicações aos feitores dos Hirschvogel, em Antuérpia, para lhe oferecer 150-200 florins (*Gulden*), caso ele chegasse até aos Países Baixos, o que, no entanto, não aconteceu.

Com base na avaliação da documentação disponível e dos estudos críticos realizados sobre a vida de Martin Behaim, chegamos ao seguinte resultado: é evidente que a imagem tradicional que dele se criou, não se deixa corroborar em virtude da escassez de material documental comprovativo. Mesmo assim, podemos deduzir que Behaim, certamente, não terá sido um dos grandes navegadores da era dos Descobrimentos, nem deve ter possuído conhecimentos brilhantes nas áreas da cartografia ou astronomia face à gravidade de alguns erros com que nos deparamos no globo.¹²¹ Também não introduziu instrumentos náuticos ainda desconhecidos em Portugal, e ainda menos ensinou a utilização dos mesmos aos pilotos portugueses. Mas seja qual for a avaliação deste mercador alemão na historiografia durante os séculos passados, é indiscutível que a figura de Behaim vale como um exemplo de como as informações relativamente à expansão marítima de Portugal chegaram ao Sacro Império Romano-Germânico, inspirando a imaginação dos humanistas alemães daquela época. Foram novidades como aquelas que o nuremberguês espalhou na sua terra natal no início dos anos 90 do século XV, que despertaram o interesse alemão pelos resultados da política expansionista portuguesa que, como era visível também no globo de Behaim, tinham contribuído para uma nova imagem do mundo. Da discussão erudita, que nesta fase se iniciou em Nuremberga, até o próprio imperador Maximiliano I tomou parte, como documenta uma carta de Hieronymus Münzer a D. João II, datada de 14.7.1493, na qual se propunha ao rei de Portugal uma viagem

¹²⁰ Jakob 2007c, 46-47.

¹²¹ Vd. *infra*.

de descobrimento conjunta, via Ocidente, com destino a *Catay*, onde se esperava encontrar as terras das especiarias.¹²² O documento prova que Behaim e Münzer partilharam a mesma ideia que Colombo tentou concretizar a partir de 1492: chegar mais rapidamente à terra das especiarias, navegando para oeste.¹²³ Não se sabe ao certo em quantas expedições marítimas Behaim esteve presente, mas, pelas indicações que se encontram no globo e noutras fontes próximas dele, deve ter visitado o litoral do Golfo da Guiné e participado na luta contra os «*affricanos mauros*».¹²⁴ Na corte de D. João II, conviveu com navegadores portugueses. Através de Diogo Gomes de Sintra, tomou conhecimento da história do descobrimento da Guiné, como mostra o denominado *Manuscrito Valentim Fernandes*¹²⁵, que inclui o documento intitulado «*De prima inuentione Guinee*», também conhecido por Relato Behaim-Gomes, que constitui uma das fontes principais no que se refere à história das viagens portuguesas à costa da Guiné no século XV.¹²⁶ Daniel López-Cañete Quiles comparou o texto desta fonte com

122 Da carta original, escrita em latim, existe apenas uma cópia incompleta, redigida por Hartmann Schedel (BSB, 4^o *Inc.c.a.* 424/ último documento). Conservou-se, porém, uma tradução portuguesa da carta, que deriva do monge dominicano e pregador de D. João II, Álvaro da Torre (BSB, *Rar.* 204, Beiband 1, Fol. 18v.-19v.). Foi editada em data incerta, provavelmente no início do século XVI, no *Guia Náutico de Munique*. O texto português foi publicado no primeiro volume do *Archivo dos Açores* (1878, 444-447) e por H. Grauert (1908, 315-316). Cf. *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 734-736.

123 Vd. Garcia 2012b, vol. 2, 35-49; Rötzer 2005.

124 Referente à hipótese de uma participação de Behaim numa campanha militar dos portugueses em África escreveu Ravenstein (1908, 23-24 e 59):

É possível até que Behaim tivesse ido a Ceuta, tomando parte alli n'uma das frequentes escaramuças que se feriam contra os mouros, pois diz que combatera estes com bravura, uma inscrição contida n'um candelabro commemorativo existente em Nuremberg. (...)

Este candelabro, que se encontra hoje no museu germanico [= GNM (NdA)], apresenta a seguinte inscrição: «*Martinus Beheimus, miles auratus Affricanus Mauros fortiter debellavit, et ultra finem orbis terre uxoravit*».

Acerca desta fonte, cf. Bräunlein 1992a, 50-52; Jakob 2007c, 40-41; *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 729-732.

125 BSB, *Cod. hisp.* 27; Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], *Manuscritos Iluminados [IL]*, 154 (Cópia do original existente na Biblioteca Nacional de Munique concluída em 1848). Cf. Baião 1940. Surgiu, em finais do século passado, uma nova edição do *Manuscrito* sob o título *Códice Valentim Fernandes* (1997).

126 BSB, *Cod. hisp.* 27, Fol. 270-291. Sobre Diogo Gomes (de Sintra) e este importante relato, vd. Nascimento 2002; Garcia 1983, 25-54; Andrade 1972a, vol. 1, 121-140; L. F. Oliveira 1994b; A. de

as legendas do globo de Behaim, conseguindo demonstrar que o Relato Behaim-Gomes servia de fonte para o globo. Consequentemente, pode-se chegar à conclusão de que o contacto entre Behaim e Gomes foi estabelecido entre os finais de 1484 e o início de 1490.¹²⁷ É plausível também, como mostrou Theodor Gustav Werner, que Behaim tenha trazido para Portugal instrumentos que se utilizavam nas empresas ultramarinas, fabricados em Nuremberga, uma vez que esta cidade era, precisamente nesta época, um centro de reconhecimento internacional para a construção de instrumentos astronómicos e náuticos.¹²⁸

Não se pode negar que Martin Behaim personifica, como nenhum outro, a primeira geração de mercadores da Alta Alemanha estabelecidos em Portugal, que viriam a tornar-se tão importantes para o desenvolvimento das relações luso-alemãs a partir de 1503. Deste modo, Martin Behaim não entra apenas na história alemã, mas também na história portuguesa. No capítulo seguinte, iremos ver como Behaim contribuiu fortemente para a divulgação, no Sacro Império Romano-Germânico, de notícias ligadas à Expansão Portuguesa e às suas prometedoras perspectivas económicas.

A discussão dos Descobrimentos Portugueses no círculo dos humanistas de Nuremberga

Nos anos 90 do século XV, além de Martin Behaim e Hieronymus Münzer, encontravam-se em Portugal outros alemães de Nuremberga e de Augsburgo, todos eles mercadores: Hans Stromer, que faleceu em Lisboa em 1490¹²⁹, bem como os já referenciados Anton Herwart, Kaspar Fischer e Nikolaus Wolkenstein, que acompanharam Münzer na sua viagem à Península Ibérica em 1494/95.¹³⁰ Estes praticavam ou observavam o comércio em Portugal. As informações obtidas *in loco* foram decerto úteis às casas comerciais da Alta Alemanha, que pretendiam apostar nas relações

Oliveira 2004.

¹²⁷ Quiles 1995.

¹²⁸ Werner 1965a; Zinner 1956; 1960; Bernecker 2000, 189-191.

¹²⁹ J. G. Biedermann 1748, Tabula CCCCLXVII. Cf. Stromer von Reichenbach 1963, 59, 85-87 e *passim*; Kellenbenz 1966, 312.

¹³⁰ Vd. *supra*.

económicas com Portugal. De Hieronymus Münzer, um dos seus biógrafos, E. P. Goldschmidt, escreve:

*Kein Faktor der Fugger hätte von einer Reise, wie Münzer sie machte, lebhaftere kaufmännische Eindrücke heimbringen oder heimgekehrt eingehender Bescheid geben können über Erzeugung, Handel und Ausfuhr auf dem westlichen Kontinent als der gelehrte Arzt.*¹³¹

[Nenhum feitor dos Fugger poderia ter trazido para casa de uma viagem, como a feita por Münzer, impressões mercantis mais vivas ou, regressado a casa, informar mais detalhadamente sobre produção, comércio e exportação no Oeste do continente como o médico erudito.]

Salientamos também o interesse do imperador Maximiliano I, primo direito de D. João II e D. Manuel I, numa expedição luso-alemã a *Catay*. Mas as negociações com os Fugger e os Gossembrot de Augsburg para participarem no financiamento desta empresa, não tiveram, certamente, os resultados que o monarca português ansiava que tivessem.¹³²

Com estes preliminares, não é de estranhar que houvesse, na última década do século XV, pela primeira vez na Alemanha, uma ocupação intelectual mais intensa com a expansão colonial de Portugal. O principal ponto de chegada da recepção das novas sobre os Descobrimentos Portugueses era a cidade de Nuremberga, que contava com a existência de um círculo de humanistas, dentre eles destacando-se homens tão ilustres como Hartmann Schedel, Hieronymus Münzer, Sebald Schreyer ou Conrad Celtis. Estes seguiram com grande curiosidade e muito atentamente o decorrer das expedições marítimas.¹³³ Uma fonte de inspiração para estes humanis-

¹³¹ Goldschmidt 1938, 67.

¹³² Vd. cap. 2.

¹³³ Acerca da recepção da História dos Descobrimentos na Alemanha na viragem do século XV para o século XVI, vd. Wuttke 1991; 2007.

tas eram certamente as notícias espalhadas por Martin Behaim, aquando da sua estadia na sua cidade natal, no período compreendido entre 1490 e 1493. Os eruditos aproveitaram estas e outras informações para obter uma ideia da dimensão do império colonial português e, em consequência disso, uma imagem do mundo desconhecido até então. Durante a permanência de Martin Behaim em Nuremberga, surgiram as principais fontes escritas que documentam essa curiosidade dos humanistas relativamente à Expansão Portuguesa, são elas: o globo de Behaim, o *Liber chronicarum* de Hartmann Schedel e a carta que Hieronymus Münzer dirigiu a D. João II em 1493. Poucos anos depois, este leque de documentos foi completado pelo *Itinerarium* do mesmo autor da mencionada carta.

a) O globo de Behaim

So rätselhaft auch noch vieles, ja gerade das wesentlichste, in dem Leben dieses Abenteurers trotz aller Untersuchungen geblieben ist, so wenig wir auch über die wirkliche Ausdehnung seiner Seereisen oder über seine wissenschaftlichen Qualifikationen feststellen können, ein unbestrittenes Denkmal hat sich Behaim gesetzt: im Jahre 1492 vollendete er in Nürnberg seinen „Erdapfel“, der heute noch im Germanischen Museum zu sehen ist.¹³⁴

[Ainda muito, para não dizer até o mais essencial, sobre a vida deste aventureiro (= Behaim) permanece tão enigmático, não obstante todas as investigações feitas. Averiguámos tão pouco acerca da dimensão real das suas viagens marítimas ou das suas qualificações científicas. Mas *um* grande feito de Behaim ficou indiscutivelmente para a posteridade: no ano de 1492 realizou em

¹³⁴ Goldschmidt 1938, 45.

Nuremberga o seu «*Erdapfel*», que ainda hoje se pode contemplar no Germanisches Nationalmuseum.]

Já foi referido que praticamente todas as questões relativas à vida e à obra de Martin Behaim causaram uma acesa discussão entre os doutos. Incontroversa parece ser unicamente a avaliação dos méritos culturais que Behaim ganhou com a sua intervenção decisiva no globo que tem o seu nome.¹³⁵ Mesmo assim, também a história do denominado *Erdapfel* não é isenta de lendas. Uma delas, que se transmitiu até a um passado recente, afirmava que Martin Behaim tinha construído o globo pessoalmente.¹³⁶ Facto é, no entanto, que um conjunto de artesãos de Nuremberga o fabricou em conformidade com as indicações de Behaim.¹³⁷ As informações, fornecidas por ele, baseiam-se em material geográfico que, infelizmente, já se perdeu. Segundo um documento de 1494, em que são apresentados os custos do globo, Behaim vendeu ao conselho da cidade de Nuremberga um «*mapa mundi*» impresso.¹³⁸ Embora não se deixe esclarecer o que este mapa de facto representou, a maioria dos investigadores parte do princípio que a superfície do *Erdapfel* foi desenhada com base neste. Outras fontes literárias e cartográficas que entraram no conteúdo do globo, foram facultadas pelos humanistas de Nuremberga. Obras de autores antigos

¹³⁵ Sobre o globo de Behaim e a sua história, vd. «Der Behaim-Globus zu Nürnberg» 1943/44; Muris 1943/44; 1955; Willers 1980; 1992a; Knefelkamp 1992a.

¹³⁶ Até ao conceituado historiador português L. de Albuquerque (1985a, 321) cometeu este erro no seu artigo biográfico sobre Martin Behaim, que surgiu na primeira edição de 1963 do *Dicionário de História de Portugal*. O mesmo erro ocorreu a M. T. Amado (1994) no *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*.

¹³⁷ Um membro da família dos Glockengießer, conhecidos fundidores de Nuremberga, tinha produzido em argila moldes para uma esfera que foi aperfeiçoada por Ruprecht Kolberger e finalmente pintada por Georg Glockendon, um famoso artesão e artista nuremberguês. Sobre os construtores do globo, vd. Imhoff 1989, 46-47 e *passim*; Willers 1980, 198; 1992b, 184-185; Timann 1992; 2007.

Sobre material, composição e técnica de construção da esfera, vd. B. Hering 1992. Relativamente aos resultados antigos das análises feitas ao globo, cf. Muris 1955, 170-171; Hellwig 1980.

¹³⁸ *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 744-745. Trata-se de um documento, elaborado pelo senador Georg Holzschuher, após a finalização do globo, nos meses de Agosto e Setembro de 1494.

– como Ptolomeu, Estrabão e Plínio – e relatos de viagem medievais como os de Marco Polo faziam parte destas fontes, tal como material cartográfico mais recente. Não obstante a cooperação intelectual do círculo dos sábios nurembergueses, um dos seus membros, Hartmann Schedel, pôs em evidência, no seu estudo *De Globo Sperico Terre*, o contributo excepcional de Behaim na realização do globo, quando escreveu: «*Hic globus labore et opera M. b. absolutus est*» [«Este globo foi realizado pelo trabalho e pela obra de Martin Behaim»].¹³⁹ Daí, poderemos concluir que Behaim era uma espécie de “director de projecto”, responsável por toda a concepção referente ao conteúdo do globo. Também a sugestão que conduziu à elaboração da esfera deve ter partido de Behaim, como salientou H. Kellenbenz¹⁴⁰:

*Man darf mit Baron von Pölnitz annehmen, daß Behaim seine Nürnberger Reise benutzen wollte, um das handeltreibende Patriziat der Stadt für ein überseeisches Unternehmen zu gewinnen, wobei der Globus als Beweismittel dienen sollte, um die Kaufleute leichter zu überzeugen.*¹⁴¹

[É de supor, como fez o Barão von Pölnitz, que Behaim quisesse aproveitar a sua viagem a Nuremberga para levar o patriado da cidade, dedicado ao comércio, a dar o seu apoio a uma empresa ultramarina. Neste contexto, o globo devia servir como uma prova para mais facilmente convencer os mercadores.]

O *Erdapfel* de Behaim é um globo que “fala” através das suas legendas, constituindo-se, assim, como uma combinação entre um documento cartográfico e uma narração histórica. Trata-se, porém, como sublinha Maria Teresa Amado de um «trabalho com muitas incorrecções»¹⁴², que «marca o ponto de transição entre o conhecimento geográfico antigo e o moderno:

¹³⁹ *Ibidem*, 737. Cf. Stauber 1908, 60-62.

¹⁴⁰ Vd. *supra*, nota 112.

¹⁴¹ Kellenbenz 1967, 468.

¹⁴² Amado 1994, 127.

a visão tradicional é parcialmente substituída pelo conhecimento empírico dos portugueses.»¹⁴³ Já E. G. Ravenstein havia esclarecido que o globo transmitia, em primeiro lugar, a imagem do mundo de Ptolomeu. No que se refere à apresentação do continente africano, o globo baseia-se em mapas antigos, portulanos e outras fontes literárias e cartográficas como, por exemplo, o mapa de Henricus Martellus (Germanus) de 1489. Novas leituras do globo confirmaram estas suposições.¹⁴⁴

O globo terrestre mais antigo preservado até hoje possui, indubitavelmente, um elevadíssimo valor artístico e histórico-cultural, não obstante revelar ao observador uma imagem desactualizada do mundo. De facto, as informações transmitidas no *Erdapfel* não correspondiam aos resultados mais recentes da Expansão Europeia. Esta insuficiência é de estranhar, sobretudo, se tivermos em conta que Behaim esteve pessoalmente em contacto com os Descobrimentos Portugueses, conhecendo, muito provavelmente, pela sua própria experiência, uma parte do Atlântico, inclusive os Açores.

Podemos assim questionar-nos sobre o que sabia Behaim efectivamente acerca da Expansão Portuguesa quando espalhou as suas ideias em Nuremberga no início dos anos 90 do século XV. Se nos orientarmos pelo globo como critério principal para responder a esta questão, é de constatar o seguinte:

A apresentação do litoral noroeste e oeste do continente africano, de Marrocos ao equador, não é exacta, mas em princípio correcta. O mesmo se pode dizer acerca da localização dos arquipélagos que os portugueses possuíram no espaço oriental do Atlântico. Relativamente aos Açores, é de reparar que é exagerada a área das ilhas e a sua distância relativamente ao continente europeu. O posicionamento das ilhas dentro do respectivo grupo a que pertencem, é também, na maioria dos casos, pouco preciso. Na representação do espaço atlântico ao sul do equador, deparamo-nos com muitos erros no globo. Estas incorrecções são de uma forma geral

¹⁴³ *Ibidem*, 128.

¹⁴⁴ Knefelkamp 2007, 73-78; Görz 2007.

tão graves, que põem seriamente em causa as capacidades cosmográficas e cartográficas de Behaim, que tantas vezes foram destacadas na historiografia. Como tudo indica, Behaim tinha alguns conhecimentos, embora vagos, sobre os contornos do império colonial português no tocante ao hemisfério sul.

b) O *Liber chronicarum*

A *Weltchronik* (*Liber chronicarum*)¹⁴⁵ de Hartmann Schedel foi elaborada em comum por vários autores, pois, além de Schedel, também Conrad Celtis e Hieronymus Münzer contribuíram com textos que entraram nesta obra, considerada uma das maiores produções da arte tipográfica da época.¹⁴⁶ Há duas versões da *Weltchronik*, uma em latim e outra, ligeiramente mais recente, em língua alemã, que foram impressas, em 1493, na oficina de Anton Koberger.¹⁴⁷ Nas duas edições, cujos conteúdos na sua essência correspondem, encontra-se um capítulo intitulado «*Portugalia*».¹⁴⁸ A maior parte do texto original, redigido em latim, foi escrita muito provavelmente pela mão de Hieronymus Münzer.¹⁴⁹ Este capítulo refere-se à história portuguesa do século XV, do tempo do infante D. Pedro às viagens de descobrimento de Diogo Cão. Eis o teor do texto da versão latina, traduzida por Justino Mendes de Almeida:

[Governava] em Portugal o infante D. Pedro – «infante» é agnome designativo de filhos de rei antes de reinarem –, príncipe de nomeada, que percorrera quase toda a Europa, demonstrando testemunhos da sua virtude. Tendo governado o Reino na condição de regente, por certo prazo, com o maior louvor e crédito

¹⁴⁵ Schedel 2004, *passim*.

¹⁴⁶ Sobre a *Weltchronik* de Hartmann Schedel, vd. *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 733-734; Rucker 1980.

¹⁴⁷ Imhoff 1989, 55-57. A versão latina foi publicada em 12 de Julho, a alemã em 23 de Dezembro de 1493.

¹⁴⁸ Fls. CCLXXXV e CCLXXXVv. da versão alemã; fls. CCXC e CCXCv. da versão escrita em latim.

¹⁴⁹ Relativamente à questão da autoria de Münzer, vd. *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 734.

não menor, restituiu [depois] o mando a D. Afonso, a um tempo seu sobrinho e genro. Mas surgindo, por fim, dissensões entre ambos, avassalados pelo ódio, encontraram-se em combate, no qual pereceu, trespassado por uma seta perdida, este varão de feitos valorosos, que antes, a soldo do imperador Sigismundo, alcançara glória não pequena na guerra contra os Turcos.

Desde então, D. Afonso, príncipe da maior benignidade, magnânimo e dotado de singular prudência – na verdade, nunca o sangue régio se apartou de Portugal –, desde então [dizia] manteve a paz no Reino. Tendo-lhe morrido a muito amada esposa e igualmente prima coirmã, não puderam persuadi-lo a casar segunda vez, pois todo o seu empenho consistiu em realizar algum feito de que resultassem glória para si e proveito para a religião cristã.

Foi por isto que, com a colaboração dos principais do Reino e erguendo, bem alto, o pendão da Cruz, organizou uma expedição por mar contra os Turcos.

Anos antes, o infante D. Henrique, ao reconhecer que o território de Portugal se confinava em limites exíguos, desejoso de ampliar o Reino, sulcara, com as máximas forças, o oceano Atlântico, confiado no conselho e saber dos cosmógrafos conhecedores da situação da terra e do mar; descobriu [assim] muitas e diferentes ilhas que o homem nunca habitara. Não sem alegria dos seus, navegara em direcção a uma ilha, famosa entre as demais, a qual, embora não habitada, era regada de nascentes, plena de terra fértil, arborizada, propícia para nela se viver. Para lá mandou gente de diversa condição, que a habitasse. Entre os demais produtos, a terra mostrava-se particularmente boa para a cultura do açúcar o qual nela se produz hoje em dia com tamanho rendimento, que a Europa inteira tem mais açúcar do que era habitual. Madeira se chama a ilha, e, daqui, a designação de «açúcar da madeira». Descobriu ainda muitas outras ilhas que povoou e às quais deu o nome, como as de S. Jorge, Faial, Pico,

concedendo que uma delas, fértil de trigo fosse habitada por alemães da Flandres.

Nos anos seguintes, como no ano do Senhor de 1483, D. João II, rei de Portugal, varão de espírito superior, aprestou algumas naus providas de vitualhas e ordenou que perscrutassem as regiões além das Colunas de Hércules, para o Sul, em direcção à Etiópia. Confiou o comando a dois capitães: o português Diogo Cão e o alemão Martinho da Boémia, de Nuremberga, na Alta Alemanha, oriundo de ilustre família da Boémia; era homem assaz conhecedor da geografia e pacientíssimo no mar. Tinham aprendido a conhecer à perfeição as longitudes e latitudes de Ptolemeu para Ocidente, por experiência e persistente navegação. Aos dois, ajudados do Céu e sulcando o oceano meridional, errando não longe do litoral, depois de ultrapassarem o equador, surpreendeu-os um outro mundo, onde, se eles se encontravam voltados para Oriente, a sombra se projectava para Sul e para a sua direita.

Revelaram-nos, pois, mercê da sua coragem, um mundo até então de nós desconhecido e por longos anos não ousado por alguém, a não ser, embora em vão, por Genoveses. Concluída tal navegação, regressaram a Portugal vinte e seis meses depois, tendo morrido muitos em consequência do clima tórrido. Trouxeram uma pimenta especial, a malagueta, e outras coisas mais que seria ocioso enumerar. Com o descobrimento daquele mundo, esta pimenta é transportada para a Flandres em larga escala e, não sendo embora tão rugosa como a do Oriente, no entanto faz lembrar no picante, na forma, enfim, em tudo a verdadeira pimenta.

Muito mais poderia escrever sobre este assunto, mas omiti-o delicadamente, para não enfastiar.¹⁵⁰

¹⁵⁰ J. M. de Almeida 1959, 213-214.

A versão alemã do texto não contém a última parte da versão original, que faz referência à vinda da malagueta para a Europa e ao seu transporte para a Flandres, mas termina com as palavras:

(...) vnd nach volbringung solcher schiffung sind sie in dem sechzehenden monatwiderumb gein Portugalia komen vnd haben doch vil irer mitgeferten von des vberhitzigen luffts wegen tod hinder inen gelassen.¹⁵¹

[(...) e após a realização desta navegação eles (= Cão e Behaim{NdA}) regressaram a Portugal dezasseis meses depois, tendo morrido muitos dos seus companheiros em consequência do clima tórrido.]

Surpreende não apenas a omissão da derradeira parte do texto da versão original, mas, ainda mais do que isso, uma indicação diferente da duração da suposta viagem de Martin Behaim e Diogo Cão. Enquanto se fala, na primeira versão da *Weltchronik*, em 26 meses, a segunda, a alemã, refere-se apenas a 16 meses. Tratar-se-á de uma simples gralha ou será a correcção de uma indicação errada na primeira versão do texto e, portanto, intencional?

c) A carta de Hieronymus Münzer a D. João II

A já mencionada carta¹⁵² que Hieronymus Münzer dirigiu ao rei português D. João II, em Julho de 1493, constitui outro testemunho que prova o impacto dos Descobrimentos Portugueses na Alemanha.¹⁵³ Neste escrito, Münzer destacou as expedições marítimas de Portugal efectuadas desde o tempo do infante D. Henrique, louvando a política expansionista da Coroa portuguesa e, particularmente, o seu zelo no tocante à missão em África. Seguidamente, é formulado o “convite” do imperador

¹⁵¹ Schedel 2004, Fol. CCLXXXVv.

¹⁵² Vd. *supra*, nota 122.

¹⁵³ Cf. Grauert 1908; Hartig 1908; Goldschmidt 1938, 46-47 e *passim*; HARRISSE 1969, 392-395.

Maximiliano I para a realização de uma empresa ultramarina conjunta com destino a *Catay*, propondo, desta forma, a procura do caminho marítimo às terras do Oriente, navegando por via ocidental. Lancemos agora um olhar para o início e o fim do texto:

A cartta que enuiu hieronimo monetario, doutor alemã da çidade de norumberga em alemania, ao serenissimo rey dõ Joham o segundo de portugall sobre o descobrimento do maar, oçeano e prouença do grande cam de catay, tirada de latim em linguajem por mestre aluaro da torre, mestre em theologia da ordem de sam domingos, pregador do dicto senhor rey.

Ao sereníssimo e inuictissimo Johanne, rey de portugal e dos algarues e da mauritania maritima e inuentor primeiro das jlhas fortunadas canarias, da madeira e dos açores, hieronimo monetario, doutor alemã, muy vmildosamente se encomenda porque ate qui este louuor reçebeste do sereníssimo infante dõ anrique, teu tio, que nunca perdoaste a trabalho nem despesas para descobrir a redondeza das terras e pora tua industria fezeste tributarios ate os povos maritimos da ethiopia e o mar de guinee atee ho tropico de capricorno com suas mercadurias, asy como ouro: granos de paraiso, pimenta, escrauos e outras cousas, com ho qual ingenho ganhaste para ty louuor, immortalidade e gloria e tambem muy gram proueito. e nam he duuida que em breve tempo os de ethiopia, quasi bestas em semelhança humana, alienados do culto divino, dispam por tua industria sua bestialidade e venham a guardar a religiam catholica. Considerando estas cousas Maximilian, inuictissimo rey de Romanos, quis conuidar tua magestade a buscar a terra orientall de Catay muy ricã (...).

(...) Mais se esta espediçam acabares, aleuantar te am em louuores como deus: ou outro Hercules e terás tam bem, sete apraz, para este caminho por companheiro deputado do nosso rey Maximiliano ho senhor martinho boemio singularmente

para esto acabar: e outros muy muytos marinheiros sabedores que nauegarám ha largura do maar tomando caminho das jlhas dos açores por sua industria, por quadrante, chilindro e astro labio e outros jngenhos: onde nem frio nem calma os anojará e mais nauegarám a praya orientall sob hũa temperança muy temperada do aar e do maar. muytos infindos argumentos sam, pellos quaes tua magestade pode seer estimada. Mais que a prou-eita esporear a quem corre. Et tu mesmo es tall que totalas cousas com tua jndustria ate a vnha examinas e portanto escreuer muytas cousas desta cousa he jmpedir a quem corre: que nam achegue ao cabo. ho todo poderoso conserne a ty em teu proposito e, acabado o caminho do maar de teus caualleiros, sejas celebrado com jmmortalidade. Vale; de numberga vila da alta alemanha a 14 de julho: salutis de mill e quatroçemtos e nouenta e tres annos.¹⁵⁴

O conteúdo da carta sublinha o especial interesse de Maximiliano I nos Descobrimentos Portugueses e deixa bem expresso que o imperador não pretendia apenas estimular o seu primo a realizar uma expedição a *Catay*, mas estava também disposto a colaborar. Foi recomendada a participação de Martin Behaim na função de «companheiro deputado» de Maximiliano I e uma execução rápida do plano, indicando os Açores como ponto de partida.¹⁵⁵ Não se sabe quando terá D. João II recebido a carta de Münzer¹⁵⁶ nem se respondeu à mesma. Não obstante, deve ter ficado satisfeito pelo facto de o imperador lhe oferecer o seu apoio, numa altura em que Portugal e Castela discutiam veementemente as possessões coloniais no Atlântico. Entretanto, após a partilha de Tordesilhas, o monarca

¹⁵⁴ Grauert 1908, 315-316.

¹⁵⁵ É de supor que, em Julho de 1493, já se conheciam em Nuremberga notícias acerca da primeira viagem de Colombo às Índias Ocidentais, mas, aparentemente, não se atribuiu muita importância às informações divulgadas. Cf. Bernecker 2000, 190-191.

¹⁵⁶ Segundo J. M. Garcia (2012b, vol. 2, 39), o próprio Behaim teria trazido a carta quando regressou a Portugal em 1493. Esta afirmação pode ser plausível, mas não se deixa provar.

português já não deve ter pensado mais na realização do projecto proposto.¹⁵⁷ Quando Münzer esteve no ano seguinte, mais precisamente em Novembro de 1494, na corte real em Évora, conversou exaustivamente com D. João II sobre assuntos relacionados com a Expansão Portuguesa.¹⁵⁸ No entanto, no seu *Itinerarium* não é mencionada a projectada viagem a Catay, nem o papel de Behaim nesta ou noutra empresa marítima portuguesa.

d) O *Itinerarium* de Hieronymus Münzer¹⁵⁹

O relato que Münzer elaborou após a sua viagem à Península Ibérica não é somente um documento valiosíssimo por causa dos detalhes nos quais se reflectem os conhecimentos, que circularam em Nuremberga, referentes a Portugal e aos Descobrimentos. Albrecht Classen considerou esta obra, na perspectiva alemã, como o relato de viagem mais importante que, em toda a Idade Média e início da Idade Moderna, foi escrito sobre a Península Ibérica.¹⁶⁰ De facto, trata-se de uma descrição pormenorizada de um observador muito atento que revela os múltiplos interesses de um médico, bibliófilo, historiador, mercador, geógrafo, cosmógrafo e peregrino, como Münzer é designado por René Hurtienne num artigo publicado em 2010.¹⁶¹ Já dez anos antes, Klaus Herbers tinha destacado as várias funções e missões que Münzer desempenhou na sua viagem, como as de diplomata e enviado de Maximiliano I.¹⁶² Este mesmo autor realça o incremento das

¹⁵⁷ Sobre a posição de D. João II relativamente a uma expedição à Índia por via ocidental, cf. Garcia 2012a.

¹⁵⁸ Vd. *supra*.

¹⁵⁹ O original do *Itinerarium suie Peregrinatio Exellentissimi viri, artium as utriusaz medicine doctoris, Hieroni monetarii de Feltkirchen, Civis Nurembergensis* perdeu-se. Existe apenas uma cópia do manuscrito, redigida, entre 1502 e 1506, por Hartmann Schedel, amigo de Münzer. Esta foi redescoberta em 1845 e encontra-se hoje em Munique (BSB, *Clm* 431, Fol. 96-274v.). Acerca da história do códice *Clm* 431, vd. Hurtienne 2009, *passim*. Referente à literatura sobre o *Itinerarium*, vd. *supra*, nota 52.

¹⁶⁰ Classen 2003, 318.

¹⁶¹ Hurtienne 2010, 66-68 e *passim*.

¹⁶² Herbers 2000.

relações entre a Alemanha e os reinos ibéricos em finais do século XV, chegando à conclusão:

Zusammenfassend ergibt sich eine deutliche Intensivierung der Kontakte im 15. Jahrhundert. Der Bericht Münzers scheint vor diesem Hintergrund einen gewissen Höhepunkt der Beziehungen zu dokumentieren. Das Netz, das bisher durch Pilger, Händler, Handwerker, Gesandte, Gelehrte und Ordensmitglieder geknüpft worden war, wurde dichter, vor allem wohl, weil die sogenannte „Europäische Expansion“ in ihre Hochphase eingetreten war.

(...) Der Atlantik gewann inzwischen eine neue Dimension, und Nürnberger, besonders Händler und Kosmographen, griffen dies auf.¹⁶³

[Resumindo, deu-se uma clara intensificação dos contactos [ibero-germânicos] no século XV. O relato de Münzer parece documentar, com base nesta observação, um certo apogeu das inter-relações. A rede, até aí encetada por peregrinos, comerciantes, artesãos, enviados, eruditos e membros de ordens religiosas, tornou-se mais densa, sobretudo, ao que parece, porque a denominada «Expansão Europeia» tinha entrado no seu auge.

(...) O Atlântico ganhou, entretanto, uma nova dimensão, e alguns nurembergueses, particularmente comerciantes e cosmógrafos, aperceberam-se disso.]

Relativamente à estadia dos viajantes alemães em Portugal, o *Itinerarium* de Münzer contém cinco capítulos. Os três primeiros («*De Ulixbona, nunc Lisibona*», «*De portu maris Ulixbone*» e «*De civilitate populi et agro eius*») referem-se directamente a Lisboa e às observações que Münzer aí efectuou. Os últimos dois capítulos («*De Terra Portugaliae*», «*De Africa maritima occidentali*») baseiam-se, no entanto, em informações que Münzer havia recolhido

¹⁶³ *Ibidem*, 182-183.

acerca de Portugal e das colónias portuguesas em África, informações estas que considerou tão interessantes, que as introduziu no seu relato. Em todos os capítulos, concedeu particular atenção aos descobrimentos com incidência nas questões económicas. Münzer menciona detalhadamente:

- a sua visita à Casa da Mina;
- as importações vindas da “Etiópia”, entre as quais pimenta, marfim e ouro;
- o grande número de escravos negros que viu na capital portuguesa;
- a prosperidade dos comerciantes judeus e flamengos estabelecidos em Lisboa;
- a produção abundante de sal, azeite e vinho nas margens do rio Tejo;
- a riqueza em uvas, figos e amêndoas no Algarve;
- os imensos lucros da Coroa, provindos do comércio marítimo.¹⁶⁴

Em relação ao último ponto mencionado, Münzer refere *expressis verbis* um «lucro incrível»¹⁶⁵ que D. João II tirava anualmente dos negócios com as colónias, com excepção das possessões norteafricanas. «Daí tira o Rei mais honra que proveito.»¹⁶⁶

¹⁶⁴ Vasconcelos 1930, 559-568.

¹⁶⁵ *Ibidem*, 562.

¹⁶⁶ *Ibidem*, 568.

CAPÍTULO 2

O ESTABELECIMENTO DOS MERCADORES- -BANQUEIROS ALEMÃES EM PORTUGAL

A subida ao trono de D. Manuel I e as suas consequências para as relações entre Portugal e o Sacro Império Romano-Germânico

A citada carta de Münzer a D. João II, referenciada no capítulo anterior, deixa transparecer o bom relacionamento entre o rei de Portugal e Maximiliano I, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, que tinha sucedido a seu pai após a morte deste em 1493. Maximiliano era fruto do casamento de Frederico III com D. Leonor¹ e, conseqüentemente, primo direito de D. João II. Existiam, portanto, laços familiares fortes entre os dois monarcas. No entanto, as relações amigáveis, que entre eles se criaram, resultaram, em primeiro lugar, dos acontecimentos que tinham ocorrido

¹ Maximiliano nasceu, no dia 22 de Março de 1459, em Wiener Neustadt. Foi o único filho do enlace entre Frederico III e D. Leonor que sobreviveu à infância. Já H. Wiesflecker (1971-86, vol. 1, 81) sublinhou, na sua vasta obra biográfica, o relacionamento carinhoso que ligava Maximiliano à sua mãe, que perdeu em 1467, quando tinha apenas oito anos de idade. Mais recentemente, A. Hanreich (2002a, 61) sustentou esta opinião, atribuindo ao futuro imperador, «durante toda a sua vida, um grande afecto pela mãe», salientando ainda a «religiosidade» e a «fé profunda» (*ibidem*, 60) que os caracterizava. Outro historiador austríaco, P. Krendl (2002, 101), reforçou estas afirmações, acrescentando:

Maximiliano guardou toda a vida uma profunda veneração por sua mãe. (...)

Se considerarmos a índole e o temperamento de Maximiliano, verificamos que ele apresenta mais os traços caprichosos e a alegria meridional da mãe do que a natureza reservada e avessa à acção do pai. O gosto da aventura, do perigo, de empreendimentos ousados vem certamente de D. Leonor e não de Frederico III. Foi da mãe que herdou a curiosidade pelo exótico (...) e o seu interesse por tudo o que era novidade, assim como decerto o fundo humano do seu carácter, o seu prazer do convívio social e também a sua profunda religiosidade.

Sobre a biografia de D. Leonor, vd. também Hack 2011; 2012.



nos anos 80. Em 1484, várias cidades flamengas tinham-se revoltado contra Maximiliano, na altura arquiduque da Áustria. Neste conflito que se associou com a luta da Casa de Habsburgo contra França pela “herança borgonhesa”², D. João II colocou-se ao lado do seu primo. Proibiu aos seus súbditos, por um período de dois anos e sob ameaça de penas dolorosas, o comércio com as respectivas cidades flamengas, suspendeu os privilégios que os flamengos gozaram em Portugal e ordenou a deslocação dos mercadores portugueses para a Zelândia ou para outros portos neerlandeses.³ A situação na Flandres acalmou-se temporariamente e Maximiliano solicitou a intervenção do monarca português como mediador no conflito franco-habsburguês. Quando chegou, em 1488, à corte portuguesa a notícia de que o novo regente dos Países Baixos tinha sido aprisionado em Bruges, D. João II resolveu tomar uma atitude mais drástica em relação a França. O cronista Garcia de Resende relatou:

Com a qual noua el Rey mostrou muyto nojo, e assim toda a sua corte. E el Rey por isso se vestiu de panos pretos (...). E tanto que el Rey soube de sua prisam mandou logo, que a embaixada que estava pera partir nam partisse. E depois de sobre o dito caso ter conselho, mandou logo por embayxador Duarte Galvão do seu conselho com cartas ao Emperador, e a el Rey de França (...) e com poder de desafiar e romper guerra com os inimigos do dito Rey dos Romãos, e com quaesquer que pera sua soltura lhe parecesse necessario. E assim leuou grandes creditos, prouisões, e letras, e procurações

² Flandres pertencia, como as outras províncias dos Países Baixos, à Borgonha, que Maximiliano, casado com Maria de Borgonha, tinha herdado depois da morte do pai da sua esposa, Carlos o Temerário. – Sobre o papel de D. João II no conflito entre Maximiliano e as cidades flamengas, vd. A. H. de O. Marques 1980b, 175; 2003, 21-22; Rau 1951, 106; Pohl 1977, 25-26.

³ Carta régia, Santiago do Cacém, 21.6.1484 (publicada por J. M. da S. Marques 1988, vol. 3, 277):

(...) atee dia de ssam Joham primeiro que vijra do anno de lxxxvj nom mandem nhuuas mercadarias a escaussa [= Sluis (NdA)] nem a bruges E os que pera frandes que quiserem carregar mandem todos descarregar em medellburgo ou em outros portos do Senhorío do duque que nom vão a bruges nem a gante e sseus termos ssob pena de perderem as mercadarias E nãos e nauyos Em que carreguadas forem E os mestres que as leuarem todos sseus beens.

abastantes pera receber e poder despender ate cem mil ducados de ouro em tudo o que podesse aproueitar pera logo ser solto.⁴

Embora a prisão do «Rei dos Romanos» cessasse após poucos meses, o *Príncipe Perfeito* enviou Duarte Galvão, ainda no mesmo ano, aos Países Baixos, para apoiar Maximiliano na pacificação de Bruges, Gante e Ypern.⁵ A revolta de Bruges teve consequências económicas gravíssimas para esta cidade, onde se encontravam estabelecidas todas as nações mercantis de relevância. Foi precisamente nesta fase que a “Veneza do Norte” começou a perder, pouco a pouco, a sua posição privilegiada no comércio internacional em relação a Antuérpia. A maioria das nações, inclusive a portuguesa, transferiu-se na viragem do século XV para o século XVI para o novo centro económico da Europa Ocidental.⁶

Quando a guerra entre França e a Casa de Habsburgo se desencadeou novamente em 1492, o rei francês, Carlos VIII, criou, em Janeiro de 1493, uma aliança com os Reis Católicos, o que conduziu a uma intensificação das ligações entre o imperador e D. João II.⁷ A aproximação dos dois monarcas foi favorecida, por um lado, devido à mútua desconfiança entre Maximiliano e Fernando de Aragão em relação à política dinástica e, por outro, pelas rivalidades luso-castelhanas na questão dos direitos das possessões no ultramar.⁸ Esta disputa tinha entrado, precisamente nestes anos, na sua fase mais acesa, devido à polémica divisão do Atlântico⁹ pelo papa Alexandre VI, que, no entender da Coroa portuguesa, favoreceu as ambições

⁴ Resende 1973, 105-106. O episódio da prisão de Maximiliano em Bruges também foi mencionado por Álvaro Lopes de Chaves (1983, 203) e Rui de Pina (*Crónicas de Rui de Pina* 1977, 946-947) que dedicou a este incidente na sua *Crónica d'El Rey Dom João II* o capítulo XXXII: «Prisam d'El Rey dos Romaãos, e sua soltura».

⁵ Sobre Duarte Galvão e a mediação de Portugal referente a disputa pela “herança borgonhesa”, vd. Aubin 1975, 51-59; Freire 1920, 77-78; Sylva 1971, 73-87; L. F. Oliveira 1994a.

⁶ Sobre a Feitoria de Flandres e a sua transferência para Antuérpia, vd. cap. 5.

⁷ Krendl 2002, 102-103 e *passim*.

⁸ Wiesflecker 1971-86, vol. 5, 449; Kellenbenz 1969, 78.

⁹ Sobre a diplomacia portuguesa entre os tratados de Alcáçovas e Tordesilhas, vd. Macedo 1987, 65-69; Garcia 2012b, vol. 5, 30-79.

castelhanas. Maximiliano concordou com a posição portuguesa e ofereceu a D. João II o seu apoio, propondo uma viagem de descoberta por via ocidental.¹⁰ O imperador tencionava também subsidiar este projecto. Devido à recomendação do habsburgo, Diogo Fernandes Correia¹¹ negociou neste contexto, ainda em 1493, com os Fugger e os Gossembrot. As duas casas comerciais de Augsburg disponibilizaram-se a pagar ao enviado português, 100 *Gulden*, uma soma que, certamente, deve ter sido muito aquém daquilo que o seu soberano esperava.¹² No Inverno seguinte, D. João II enviou Diogo Fernandes («Didacus Fernandi») à corte de Maximiliano, uma vez mais em missão diplomática.¹³ O reforço das relações diplomáticas entre Portugal e o Sacro Império ganhou os seus contornos mais evidentes em 1494. Nos denominados *Capitulos de Pazes*¹⁴, o imperador e o rei português prometeram mutuamente eterna amizade e aliança em caso de guerra. Eis alguns excertos do tratado, que foi ratificado no dia 23 de Junho de 1494 em Colónia:

(...) a proximidade de linhagem que he antre nos de huma parte e nosso mui caro e muito amado Jrmão e primo João o 2º deste nome, Rey de Portugal etc., Da outra, nos constringe ser bons e leaes parentes e amigos huns dos outros em suas

¹⁰ Wiesflecker 1971-86, vol. 1, 395.

¹¹ Diogo Fernandes Correia foi entre 1488 e 1491 feitor da Feitoria de Flandres. Até 1494 ainda o encontramos nos Países Baixos e na Alemanha. Cf. Freire 1908, 365-368; A. H. de O. Marques 1980b, 178 e 190-191.

¹² Pölnitz 1949/51, vol. 1, 48 e vol. 2, 18; Kellenbenz 1966, 313; 1978, 46.

¹³ Haus-, Hof- und Staatsarchiv (Wien/ Viena) [HHStA], *Maximiliana 2* (alt 1b), Fol. 289 [vd. também: *Maximiliana, alter Zettelkatalog* “Portugal” (18.12.1493)]; Böhmer 1990-2004, vol. 1, 360. – No início de Junho de 1494, Maximiliano I foi informado que uma embaixada portuguesa tinha chegado à corte imperial. Cf. Tiroler Landesarchiv [TLA], *Maximiliana I/38* (2. Teil), Fol. 156; Böhmer 1990-2004, vol. 1, 379.

¹⁴ *Capitulos de Pazes do Emperador Maximiliano e Phelippe, seu Filho, com El Rey Dom Joao o 2º de Portugal*. Uma cópia do documento encontra-se na Biblioteca da Ajuda (cód. 51-VI-38, fls. 114-117v.). Cf. Mendonça 1989.

necessidades e trabalhos e couzas, em tal maneira que não he necessario fazerse antre nos outra amizade ou alliança.

(...) os ditos Senhores Rey e Monsenhor Archiduque serão deste dia avante, suas vidas durando, bons e verdadeyros e leaes parentes, amigos e aleados e confederados hum ao outro.

(...) ajudarão e socorrerão hum ao outro verdadeyramente contra todos, excepto (...) contra El Rey de França nem semelhavelmente (...) contra o Reyno de Inglaterra, amigos (...).¹⁵

Segundo Manuela Mendonça¹⁶ e Jean Aubin¹⁷, existe uma íntima ligação entre os *Capitulos de Paz* e o Tratado de Tordesilhas, que foram elaborados quase em simultâneo.¹⁸ No entender dos dois historiadores, D. João II tinha procurado, perante a ameaça latente de uma guerra ibérica, o apoio de um aliado importante, de modo a aumentar a pressão sobre os Reis Católicos. Por outro lado, a aliança serviu a Maximiliano para manifestar os seus interesses político-dinásticos em Portugal, sobretudo, na iminente questão da sucessão.¹⁹

O pacto luso-habsburguês terminou, porém, no ano seguinte com a morte de D. João II e não foi renovado após a ascensão de D. Manuel I ao trono de Portugal em finais de 1495. Ao que parece, as boas relações até aí existentes entre as Casas de Habsburgo e de Avis esfriaram, pois também Maximiliano tinha reclamado a herança da coroa portuguesa,

¹⁵ BA, 51-VI-38, fls. 114-115. Relativamente ao último trecho, é de realçar que o rei de França aparece nesta altura como «amigo» devido ao tratado de paz, estabelecido em Senlis, em Maio de 1493, entre Maximiliano e Carlos VIII. Sendo a França e a Inglaterra, a antiga aliada de Portugal, excluídas, como possíveis rivais militares, parece que o tratado se dirige, em primeiro lugar, contra os reinos de Castela e Aragão.

¹⁶ Mendonça 1989, 344-347; 1991, 463.

¹⁷ Aubin 1990a.

¹⁸ As negociações em Tordesilhas foram concluídas em 7 de Junho de 1494, mas D. João II ratificou o célebre tratado apenas no início de Setembro do mesmo ano, na data limite para o fazer.

¹⁹ Já em 1491, após a morte do príncipe herdeiro D. Afonso, Maximiliano terá solicitado a D. João II que salvaguardasse os seus direitos à sucessão. Cf. Krendl 2002, 102.

defendendo, ainda em 1498, as suas pretensões.²⁰ Ademais, a orientação diplomática e os planos dinásticos da Casa de Habsburgo tinham mudado drasticamente no decorrer dos anos 90, pela nova constelação das alianças, devido à eclosão das denominadas Guerras Italianas em 1494.²¹ A invasão francesa em Itália ameaçou os interesses dos habsburgos e dos aragoneses na Península Itálica e conduziu a uma aproximação diplomática e familiar entre Maximiliano e Fernando de Aragão. A intensificação dos laços dinásticos ganhou forma nos célebres casamentos de 1496/97 entre os filhos do habsburgo, Filipe *o Belo* e Margarida, e os dos Reis Católicos, Joana *a Louca* e Juan.²² A morte de Juan, príncipe herdeiro de Castela e Aragão, em Outubro de 1497, abriu à Casa de Avis perspectivas prometedoras na questão da sucessão. Dez meses depois, faleceu também a esposa de D. Manuel I, Isabel de Aragão, quando deu à luz D. Miguel, que assim se tornou príncipe herdeiro das três principais coroas ibéricas. No entanto, o pequeno príncipe morreu em Julho de 1500, o que melhorou, de repente e consideravelmente, a posição dos habsburgos em relação à “herança espanhola”.

Portanto, as rivalidades entre Maximiliano e D. Manuel I, que resultaram das ambições do imperador ao trono português e da delicada situação dinástica na Península Ibérica nos últimos anos do século XV, complicaram inicialmente um entendimento entre os dois monarcas, que, aparentemente, evitaram entrar em contacto nos primeiros anos do reinado de D. Manuel I. No ano de 1499, encontramos, todavia, um sinal inequívoco que documenta a retomada das relações diplomáticas entre as Casas de Avis e de Habsburgo. A iniciativa partiu do monarca português, que, no dia 26 de Agosto de 1499, dirigiu uma carta ao imperador para o informar

²⁰ *Ibidem*, 103.

²¹ Cf. Kohler 1993a.

²² Primeiramente casaram Filipe *o Belo* (ou *o Formoso*), arquiduque da Áustria, e Joana *a Louca* (Lier, 20.10. 1496). No ano seguinte, efectou-se o enlace entre Juan, príncipe herdeiro de Castela e Aragão, e Margarida (Burgos, 3.4. 1497). Cf. *ibidem*, 33; Fernández 1993.

acerca dos resultados da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia.²³ Esta carta revela todo o orgulho de D. Manuel I sobre o objectivo alcançado, o que, aliás, já se exprime na nova titulação que aqui utilizou pela primeira vez: «Dom Manuel per graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África e senhor da Guiné e da conquista, da navegação e comércio de Etiópia, Arabia, Pérsia e Índia».²⁴ Trata-se de uma titulação de grande ênfase que reflecte o espírito e a ambição de um verdadeiro «príncipe do Renascimento»²⁵. João Paulo Oliveira e Costa sublinha que, desde cedo, «D. Manuel aspirava ao título de imperador do Oriente e trabalhou laboriosamente para o alcançar (...)»²⁶. Olhando para o conteúdo da missiva é de notar que «Portugal, tendo D. Manuel I à sua frente, surgia como representante e vanguarda da *Respublica Christiana* no mundo, criando uma verdadeira universalidade no encontro dos homens e na expansão da fé cristã.»²⁷ Os aspectos económicos desempenham um papel fundamental neste documento. O *Venturoso* menciona as «mercadorias orientais que pelo orbe inteiro se vão espalhando, a saber, a larga cópia de canela, cravo, pimenta, gengibre e noz-moscada (...) e toda a sorte das especiarias e também das pedras preciosas e todas as outras variedades de produtos de grande preço»²⁸ que os navios portugueses trouxeram

²³ HHStA, *Familien-Korrespondenz* A 1, Fol. 14. A carta foi publicada por P. Krendl (1980, 20-21). Uma tradução portuguesa do documento em Garcia 1993, 30. Pouco antes de informar o «mui vitorioso e mui poderoso príncipe Maximiliano, pela graça de Deus augusto imperado, por todo o sempre, dos romanos, meu bem-amado consobrinho», como o imperador aqui é designado, D. Manuel já tinha remetido aos Reis Católicos uma missiva com conteúdo semelhante. Esta carta aos Reis Católicos está publicada em: J. M. da S. Marques 1988, vol. 3, 671-673; *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique* 1962, doc. 2, 28-31.

²⁴ Garcia 2012b, vol. 4, 118.

²⁵ J. P. O. Costa 2012; 2013, 160.

²⁶ J. P. O. Costa 2010, 46. Sobre a «política oriental» de D. Manuel I, vd. J. P. O. Costa 2013, 145-163; Thomaz 1990; 1994a.

²⁷ Garcia 2012b, vol. 4, 118.

²⁸ Garcia 1993, 30.

em grande quantidade dos mercados da Índia. A terminar a carta, o rei português prometeu partilhar o seu sucesso com Maximiliano:

Resta, enfim, ó todo poderoso príncipe e meu caro consobrinho, que Vossa Majestade se persuada de que este actual benefício de Deus e quantos mais temos e teremos nos dias que hão-de vir, tudo isso há-de sempre constituir, de alguma forma, seguro acrescentamento de vosso estado e vosso poder.

Lisboa, aos vinte e seis dias do mês de Agosto do ano do Senhor de 1499. El-Rei D. Manuel. O conde de Portalegre.²⁹

É incerto se Maximiliano terá respondido à carta do seu primo da Casa de Avis. O imperador encontrava-se nesta altura, ao contrário de D. Manuel I, na mais crítica situação política do seu reinado. Facto é que o habsburgo seguiu, a partir de então, atentamente, o desenvolvimento da Expansão Portuguesa, principalmente através do seu conselheiro Conrad Peutinger, genro de Anton Welser e sócio da grande casa comercial de Augsburgo.³⁰ No início do século XVI, é documentada a presença de Jan von Ried, emissário de Maximiliano, em Portugal.³¹ Desconhecemos, porém, pormenores desta missão diplomática que teve lugar antes do mês de Agosto de 1503.

Com a morte de Isabel a Católica em 1504, a questão da sucessão em Castela colocou-se novamente no centro da política ibérica dos habsburgos e da Casa de Avis. No entanto, as pretensões das duas dinastias não se deixaram realizar nesta fase e foi Fernando de Aragão quem se apoderou da regência em Castela. D. Manuel I reforçou, em meados da primeira década de Quinhentos, os laços diplomáticos com a Casa da Áustria e enviou Duarte Galvão à corte imperial para convidar Maximiliano a participar numa acção militar contra os “inimigos da fé”, que teve como objectivo a

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Cf. König 1923, 45-50, 58-59 e *passim*. Vd. cap. 3 e 6.

³¹ Pölnitz 1949/51, vol. 2, 126.

reconquista da Terra Santa.³² Embora esta empresa não se tenha concretizado, tão pouco como os posteriores projectos de cruzada de Maximiliano, é de constatar que as ideias religioso-ideológicas sempre os uniram. Os dois monarcas entenderam-se no papel de protectores da cristandade e viram na luta contra os infiéis e na missionação destes a sua mais nobre tarefa.³³

Paralelamente à consolidação das relações diplomáticas, D. Manuel I e Maximiliano procuraram fortalecer os laços familiares entre as suas dinastias, preparando o matrimónio da arquiduquesa Eleonore (D. Leonor) com o príncipe D. João ou com outro infante português. Na função de intermediário, encontramos, na corte imperial, Tomé Lopes, primeiro em 1509³⁴ e uma vez mais em 1515.³⁵ Provavelmente pelo mesmo motivo, viajou, em 1513 e 1515, Georg Hackenay, conselheiro financeiro de Maximiliano, para a corte de D. Manuel I.³⁶ Além deste projecto matrimonial, o rei português tentou encaminhar, a longo prazo, o casamento da sua filha D. Isabel com o neto de Maximiliano, Carlos, príncipe herdeiro de Espanha e futuro imperador, casamento este que, de facto, se veio a realizar, contudo, após a morte do *Venturoso*.³⁷

Até ao seu falecimento no dia 12 de Janeiro de 1519, Maximiliano I nunca perdeu de vista a sucessão da sua dinastia ao trono de Portugal. Segundo o seu biógrafo, H. Wiesflecker, o habsburgo considerou a terra natal da sua mãe como o seu «*unmittelbares Patrimonium*».³⁸ Desta forma, não se explicam apenas as inúmeras referências que faz nas suas obras históricas e autobiográficas³⁹ ao império português, mas também

³² HHStA, *Reichsregisterbücher* X/1, Fol. 8v.-9v.; Aubin 1975, 51-52.

³³ Cf. Krendl 1981/82, 182-183; 2002, 98-100; J. P. O. Costa 2010, 47.

³⁴ Freire 1920, 89.

³⁵ *Ibidem*, 221-222.

³⁶ HHStA, *Reichsregisterbücher* Z, Fol. 46; Krendl 1981/82, 181. Em 1514, Maximiliano enviou um outro embaixador para Lisboa, cujo nome, porém, desconhecemos. Vd. J. Fonseca 2014, 116 e 124.

³⁷ Vd. cap. 7.

³⁸ Port.: «património natural». Wiesflecker 1971-86, vol. 1, 395.

³⁹ Trata-se das seguintes obras: *Weißkunig*, *Triumphzug* e *Ehrenpforte*. Cf. Krendl 2002, 97-98; Wiesflecker 1971-86, vol. 5, 448-453; Kohler 1993b; H. Kleinschmidt 2000/01; Hollegger 2005, 190.

o seu grande interesse pela política expansionista de Portugal, que se traduz na correspondência com D. Manuel I a partir da referenciada carta de 1499.⁴⁰

Em suma, desconhecem-se pormenores sobre as ligações luso-habsburguesas no início do reinado de D. Manuel I, o que levanta a suspeita de que estas teriam estagnado devido à questão da sucessão em Portugal. Mesmo supondo este cenário, é de realçar que as boas relações político-diplomáticas e dinásticas entre as casas reinantes, que existiram antes de 1495, foram retomadas por volta de 1500 e consolidadas na primeira década de Quinhentos. Quem tirou proveito deste desenvolvimento positivo, foram os mercadores da Alta Alemanha, que receberam de D. Manuel I privilégios muito vantajosos para praticar o comércio em Portugal. Num estudo recente, Harald Kleinschmidt⁴¹ atribui a Maximiliano I um papel decisivo no que se refere à participação dos mercadores-banqueiros alemães em empresas portuguesas com destino à Índia:

Already in the early years of the sixteenth century, Maximilian encouraged German merchants to participate in the Portuguese expeditions to Calicut. In Maximilian's mental map, Calicut represented a rich and, at the same time, remote place far away in the East. Thus he tried to persuade German merchants to invest into the Portuguese expeditions with the argument that it is necessary to go to remote places in order to acquire even greater riches. (...)

A Portuguese expedition co-sponsored by German merchants indeed got on its way in 1505. (...) Maximilian apparently dispatched a letter to the Portuguese king, his relative, and transmitted a supplication by German merchants to be allowed

⁴⁰ BA, 51-VI-25, fls. 159-160; Freire 1920, doc. XXII, 165-166; Nagel 1971. Para tudo isto, cf. Pohle 2000, 241-249; Metzsig 2011b.

⁴¹ H. Kleinschmidt 2008, 182-185 e *passim*.

to invest and participate in the planned expedition with the payment of 5000 florins.⁴²

A fundação das primeiras feitorias alemãs em Lisboa

Em consequência da descoberta do caminho marítimo para a Índia, por Vasco da Gama, as relações económicas entre Portugal e o Sacro Império Romano-Germânico encaminharam-se para a sua fase mais intensa. Quando se espalharam no velho continente as espectaculares novas da chegada das riquezas orientais à Europa através da denominada Rota do Cabo, vários mercadores-banqueiros alemães resolveram estender os seus negócios para Portugal. As casas comerciais envolvidas encontravam-se, como já vimos nos capítulos anteriores, bem preparadas para dar este passo, conferindo, desta maneira, aos seus planos económicos, uma nova orientação. Este processo foi favorecido por diversos factores, nomeadamente, pela ascensão de Antuérpia, que ultrapassou, no início do século XVI, Bruges como centro económico mais relevante nos Países Baixos. Antuérpia, tradicional entreposto dos mercadores de Colónia e do Sul da Alemanha, tornou-se a praça mais importante na distribuição dos produtos coloniais e tanto o rei de Portugal como as grandes casas comerciais da Alta Alemanha tinham aí as suas feitorias.⁴³ Um outro factor que beneficiou a intensificação das relações económicas luso-alemãs prende-se com as dificuldades em que se encontrava o comércio levantino praticado pelos venezianos. A guerra entre Veneza e o Império Otomano bloqueou, a partir de 1499, as rotas pelas quais as especiarias orientais habitualmente chegavam à Europa. Quem retirou maior proveito deste conflito foi Portugal, pois regressava da Índia, na mesma altura, a frota de Vasco da Gama com a boa nova de ter finalmente alcançado o desejado objectivo, traçado por gerações de

⁴² *Ibidem*, 182-183.

⁴³ Kellenbenz 1986, 245.

governos portugueses. Esta nova criou, desde logo, expectativas económicas enormes no Ocidente.⁴⁴ A *Crónica de Augsburgo* de 1499 continha já notícias acerca «da descoberta do caminho marítimo para Calicut pelo rei de Portugal»⁴⁵ e de «Calicut na Índia, onde cresce especiaria».⁴⁶

Com as armadas portuguesas que voltaram da Índia, chegaram mercadorias orientais, em quantidade considerável, à Europa. O lançamento dos produtos asiáticos no mercado de Antuérpia pelos portugueses causou uma verdadeira sensação entre os comerciantes aí presentes, que nem queriam acreditar naquilo que viam.⁴⁷ Alguns até desconfiaram da origem das especiarias, supondo que não provinham da Índia, mas das colónias africanas de Portugal. Segundo Ludovico Guicciardini, historiador florentino quinhentista, foi Nicolaus von Rechterghem, mercador de Aachen⁴⁸, o primeiro que comprou especiarias indianas ao feitor português de Antuérpia e o primeiro que as expediu para a Alemanha.⁴⁹ A alta qualidade da mercadoria convenceu facilmente os compradores em Nuremberga e em Augsburgo. As empresas alemãs, interessadas no comércio de especiarias, decidiram, por isso, e devido aos problemas com que se viram confrontadas

⁴⁴ Cf. Bitterli 1980, 200-201; Häberlein 2006, 52-54.

⁴⁵ «„Cronica newer geschichten“ von Wilhelm Rem» 1896, 273 *apud* M. dos S. Lopes 1994h, 13: «*Wann der kunig von Portigall zu dem ersten mal die scheffart auff dem mör gen Kalacut gefunden hat.*»

⁴⁶ *Ibidem*: «*Calacut in India, da spetzerei wechst.*». Cf. M. dos S. Lopes 1998a, 34; 2007, 29-30. Segundo M. dos S. Lopes, a notícia deve ter sido redigida por Conrad Peutinger que, a partir de 1497, assumiu em Augsburgo a função de *Stadtschreiber*.

⁴⁷ Ehrenberg 1922, vol. 1, 366.

⁴⁸ Relativamente a esta cidade do Sacro Império encontram-se na literatura várias formas de grafia como, por exemplo, Aquisgrão, Aquisgrano, Aquisgrana ou Aix-la-Chapelle. Sobre Nicolaus von Rechterghem, vd. Kellenbenz 1990a, vol. 1, 437; Everaert 1991, 108.

⁴⁹ Guicciardini 1588, 111: «*Niccolo Rechtermgem (...) fu il primo, che facesse partito di spetierie col Fattore di Portogallo, & il primo che di qua ne mandasse in Germania.*»

A data exacta deste evento é discutível. Os historiadores costumam indicar o ano de 1503 (vd., entre outros, A. A. M. de Almeida 1993, 31; Grosshaupt 1990, 365-366; Goris 1925, 230). O ano de 1503 parece, no entanto, uma data tardia relativamente à primeira venda de pimenta efectuada pelo feitor português de Antuérpia, Tomé Lopes. Seria mais coerente pensar que tal teria acontecido um ou dois anos mais cedo, dado que, como constatou P. Malekandathil (1999, 54), já em 1501/02 tinham chegado especiarias indianas a Antuérpia. Cf. M. N. Dias 1963/64, vol. 2, 26-27; Mathew 1999a, 154; 1999b, 282; Häberlein 2006, 55.

em Itália, enviar os seus representantes para Lisboa.⁵⁰ Relativamente às dificuldades que tiveram em Veneza, Manuel Nunes Dias salientou:

Procurando escapar à bancarrota veneziana, o célebre «Fondaco dei Tedeschi», fielmente representado pelas grandes firmas e consórcios da Alemanha do Sul, sobretudo pelas casas de Nuremberg e Augsburg, deixou de fazer as suas habituais ofertas na famosa Bolsa do Rialto para apresentar-se em Lisboa como novo cliente da Casa da Índia. (...)

Lisboa abriu-se à finança internacional. Se a situação do Rialto não era má, igualmente não era boa. Por isso os magnatas estrangeiros, sobretudo alemães, preferiram transferir suas operações para Lisboa e Antuérpia, respectivamente matriz e sucursal do capitalismo monárquico português na Europa.⁵¹

A companhia⁵² de Anton Welser e Konrad Vöhlin⁵³ foi, entre as grandes casas comerciais da Alta Alemanha, a primeira que reagiu às mudanças significativas no comércio de especiarias após a abertura da Rota do Cabo pelos portugueses. Em finais de 1502, enviaram uma delegação, composta por Simon Seitz, Lucas Rem e Scipio Löwenstein, para a Península Ibérica. Em Janeiro de 1503, o grupo alcançou Saragoça. Enquanto Rem permaneceu ainda três meses em Aragão, os seus companheiros seguiram

⁵⁰ Quando o conflito otomano-veneziano começou a ameaçar os negócios no *Fondaco dei Tedeschi* em Veneza, os mercadores-banqueiros alemães colocaram, primeiramente, a hipótese de se transferirem para Génova. Em vez disso, resolveram, perante esta situação, mudar-se para Portugal. Cf. Azevedo 1978, 91-93; Hümmerich 1922, 9-10; *I Diarii di Marino Sanuto* 1880, coluna 28.

⁵¹ M. N. Dias 1963/64, vol. 2, 172.

⁵² Nos documentos originais quinhentistas é habitualmente utilizado o termo «companhia» no que se refere às grandes empresas de Augsburg e de Nuremberga. É, porém, de notar que se trata nesta altura, em geral, de casas ou sociedades comerciais dirigidas por uma família. Do ponto de vista organizacional não se pode comparar estas firmas com as grandes companhias comerciais por acções (*joint-stock companies*), como a *East India Company* (EIC) ou a *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC), que surgiram apenas na viragem do século XVI para o século XVII.

⁵³ Sobre a companhia dos Welser-Vöhlin e os seus negócios com a Coroa portuguesa, cf. Häbler 1903, 1-37. Vd. cap. 4.

directamente para Portugal. Com a mediação do célebre impressor Valentim Fernandes⁵⁴, Simon Seitz entrou em contacto com D. Manuel I, que concedeu, no dia 13 de Fevereiro de 1503, privilégios muito vantajosos à «Companhia dos nobres mercadores da Imperial Cidade Augusta [= Augsburgo (NdA)] e de outras villas de Alemenha».⁵⁵ Os privilégios facilitaram a fixação, em terras portuguesas, dos Welser-Vöhlin e de outros mercadores-banqueiros alemães, que estiveram dispostos a investir em Portugal e no comércio ultramarino.⁵⁶

Em Maio de 1503, Lucas Rem chegou a Lisboa, onde adquiriu, em Setembro do mesmo ano, «*ain aigen herlich haus*»⁵⁷, ou seja, «uma propriedade estupenda» para os seus patrões, fundando, assim, a primeira feitoria alemã em solo português. Este facto foi confirmado mais tardiamente por Rui Fernandes de Almada, alto funcionário real na Feitoria de Antuérpia, que escreveu, numa carta dirigida a D. Manuel I, datada de 9 de Dezembro de 1519, o seguinte: «(...) a companhia dos Olzeres [= Welser (NdA)] a quall he a mais antiga casa que Vosa Alteza tem em vosos Reinos».⁵⁸

Rem foi incumbido do cargo de feitor, permanecendo vários anos na sua função. O seu relato autobiográfico, o denominado *Tagebuch*⁵⁹, constitui um dos documentos principais que ilumina a história das relações luso-alemãs no início do século XVI. Segundo esta fonte, Rem adoeceu gravemente no Outono de 1503, realçando o facto de que, entre Outubro e Dezembro, este não encontrava em Lisboa nem uma única pessoa conhecida.⁶⁰ Isto é de algum modo estranho, porque é indubitavelmente documentada a presença de outros mercadores da Alta Alemanha na

⁵⁴ Valentim Fernandes foi nomeado, a 21 de Fevereiro de 1503, corretor e tabelião dos mercadores alemães residentes em Lisboa. Vd. *infra*, nota 73.

⁵⁵ BA, 44-XIII-58, doc. 9c, fl. 86v. (na paginação manuscrita: 84v.)

⁵⁶ Sobre os privilégios que D. Manuel I concedeu aos mercadores alemães, vd. cap. 5.

⁵⁷ Greiff 1861, 8.

⁵⁸ ANTT, CC, I-25-75 *apud* Barata 1971, doc. XXI, 217.

⁵⁹ Port.: diário. O historiador Pierre Jeannin (1986, 74) considerou o *Tagebuch des Lucas Rem* «um dos documentos mais esclarecedores deixados por um mercador do século XVI, não só sobre a sua vida privada como sobre os seus negócios».

⁶⁰ Greiff 1861, 8.

capital portuguesa em finais de 1503. Ao que parece, o feitor dos Welser não esteve, neste período, em contacto nem com os membros da família dos Holzschuher de Nuremberga, nem com o representante dos Fugger a quem foram confirmados, em Outubro de 1503, os privilégios que a Coroa portuguesa tinha concedido aos Welser no início do ano.⁶¹ Enquanto no caso dos Holzschuher não se sabe, se terão fundado uma filial na cidade do Tejo, é muito provável que tal tenha acontecido em relação aos Fugger em 1503 ou 1504, em consequência dos privilégios alcançados.⁶²

Aos Welser e Fugger, seguiram-se, entre 1504 e 1507, pelo menos, mais três companhias comerciais da Alta Alemanha, que ergueram uma feitoria em Lisboa. É o caso dos Imhoff e dos Hirschvogel de Nuremberga, bem como dos Höchstetter de Augsburgo. Todas estas empresas estiveram directamente envolvidas no financiamento da expedição que foi para a Índia em 1505 sob o comando de Dom Francisco de Almeida. Os Gossembrot participaram também neste projecto. No entanto, não há indícios que possam provar o estabelecimento de uma representação permanente desta casa comercial de Augsburgo em Portugal.⁶³

A consolidação da colónia alemã na capital portuguesa

Com a fixação das grandes casas comerciais da Alta Alemanha em Lisboa e a vinda dos seus agentes, a colónia alemã existente na capital portuguesa

⁶¹ ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 22, fls. 25/25v. O privilégio, outorgado por D. Manuel I a Ulrich Fugger, data de 6 de Outubro de 1503 (com um aditamento do dia 9.3.1504). Cf. V. Ribeiro 1917, 33. H. Kellenbenz (1964) leu, em vez de «Rigo Fuqer», como consta no documento, «Rigo Inqer», pensando que se tratasse de Ulrich Ehinger, mercador de Konstanz. Não há, porém, indícios que possam comprovar um envolvimento da companhia dos Ehinger nos negócios com Portugal, nem antes nem depois de 1503. Contudo, residiu um outro Ulrich (Utz) Ehinger em Lisboa que representou, por volta de 1510, os Höchstetter de Augsburgo. Cf. Pohle 2000, 100, nota 358. Sobre Utz Ehinger de Ulm, vd. *infra*, cap. 4.

⁶² BA, 44-XIII-54, n.º 20k-l. Vd. cap. 5.

⁶³ Sobre todas as casas comerciais da Alta Alemanha que se estabeleceram em Lisboa no início do século XVI e as suas participações em expedições ultramarinas portuguesas, vd. os capítulos 3 e 4 do presente estudo.

creceu consideravelmente. Esta era formada, na primeira década de Quinhentos, por um conjunto numeroso, composto por bombardeiros, artífices, aventureiros e, sobretudo, por mercadores, quase todos pertencentes ou à Liga Hanseática ou às empresas de Augsburgo e de Nuremberga. Os mercadores organizaram-se em feitorias e, tal como os restantes membros da colónia, em confrarias. A maioria dos alemães residentes em Lisboa juntou-se à Confraria de S. Bartolomeu, que, por volta de 1500, era administrada pelos bombardeiros alemães. A capela de S. Bartolomeu serviu-lhes de ponto de encontro para a vida espiritual. Outros membros da colónia alemã encontravam-se nas capelas de S. Sebastião ou no Convento de S. Domingos, sede da Irmandade de Sta. Cruz e de Santo André.⁶⁴

Um grupo de vulto dentro da colónia alemã de Lisboa era constituído pelos mercenários oriundos do Sacro Império Romano-Germânico.⁶⁵ Tratava-se, em primeiro lugar, de espingardeiros e bombardeiros, que prestaram serviço à Coroa de Portugal na viragem do século XV para o século XVI. No que se refere à qualidade destes homens da guerra, Fernando Gomes Pedrosa salienta:

Os alemães eram então os principais fabricantes de artilharia e também os mais conceituados espingardeiros e bombardeiros, e a sua presença no nosso país desde os fins do séc. XIV ou inícios do seguinte muito contribuiu para a excelência da artilharia naval portuguesa, que nos fins do séc. XV e grande parte do seguinte era considerada a melhor ou uma das melhores do mundo.⁶⁶

No que concerne ao período entre 1498 e 1520, surgem na Chancelaria de D. Manuel mais do que 30 artilheiros alemães e neerlandeses.⁶⁷

⁶⁴ Vd. cap. 1, nota 19.

⁶⁵ Cf. Malekandathil 1999, 23-25 e 30-35; Domingues 1994a; Metzsig 2010; 2011a.

⁶⁶ Pedrosa 2000, 116.

⁶⁷ P. D. Braga 2005a.

O número real deve ter sido bastante maior, mas apenas em alguns casos se consegue apurar seguramente a nacionalidade destes especialistas bélicos. Os bombeiros alemães eram muito apreciados em Portugal. Grande parte deles pertencia ao corpo de elite dos “bombeiros da nómina” e receberam, em 1507, privilégios, que, posteriormente, em 1515 e 1520, foram alargados e confirmados pelo *Venturoso*. Pelo conteúdo do «Priuilegio dos bombeiros alemaes»⁶⁸, outorgado por D. Manuel I, em Abrantes, no dia 15 de Julho de 1507, os privilegiados ficaram isentos de pagar «peitas, fintas, talhas, nem outros nenhûs encargos»⁶⁹, nem podiam ser obrigados a participar na construção ou reparação de muros, fontes, pontes e calçadas. Existia uma legislação especial para os bombeiros alemães que incluía também uma licença de porte de armas, dia e noite.

Entre os artesãos e artífices alemães, estabelecidos em Lisboa no início do século XVI, destacam-se os tipógrafos, não em termos numéricos, mas pela qualidade dos seus trabalhos. Três deles apareceram em Portugal já nos anos 90 do século XV, mais precisamente João Gherlinc, Valentim Fernandes e Nicolau da Saxónia. Na primeira década quinhentista, encontramos nas pessoas de Hermão de Campos e Jakob Cromberger mais dois impressores oriundos do Sacro Império Romano-Germânico.⁷⁰ Apenas num caso ignoramos se alguma vez trabalhou na capital portuguesa, o de João Gherlinc. Sabemos que este residiu em Braga a partir de 1492, onde terminou, em Dezembro de 1494, um dos primeiros incunábulo elaborados em Portugal, o denominado *Breviarium Bracharense*.

A personagem mais brilhante neste campo das relações luso-alemãs foi, sem dúvida, Valentim Fernandes.⁷¹ É possível que este tenha entra-

⁶⁸ BA, 51-VI-28, fls. 123-124. Cf. Pohle 2000, 135.

⁶⁹ BA, 51-VI-28, fl. 123.

⁷⁰ Sobre os impressores alemães que trabalharam em Portugal por volta de 1500, vd. Deslandes 1988, 1-13; A. Anselmo 1981, 100-205; A. J. Anselmo 1926; J. J. A. Dias 1995a; 1995c; 1996; A. H. de O. Marques 1995a; Peixoto 1964; Strasen e Gândara 1944, 111-123; Lima 1943, 8-15; Häbler 1900; 1924, 271-273; Ehrhardt 1996b, 25-30; Hendrich 2007, *passim*.

⁷¹ Valentim Fernandes era natural da Morávia, mais precisamente de Olomouc (Olmütz). Ele próprio indicou a sua origem nas suas obras, designando-se inicialmente como Valentino ou Valentim Fernandes de Morávia e, mais tarde, como Valentim Fernandes Alemão. Cf. Klíma 2012, 54 (nota 8).

do em Portugal juntamente com Hieronymus Münzer e os seus acompanhantes, em 1494, vindo de Sevilha. Facto é que terá servido ao médico e humanista de Nuremberga, em Novembro de 1494, na corte de D. João II, na função de «lingoa», ou seja, de intérprete.⁷² A sua primeira obra efectuada em Portugal, a famosa *Vita Christi*, que era uma co-produção com outro impressor alemão, Nicolau da Saxónia, surgiu em 1495. Valentim Fernandes não actuou apenas como tipógrafo em Lisboa, era também tradutor e desempenhou, a partir de Fevereiro de 1503, a função de corretor e tabelião dos mercadores alemães residentes em Lisboa.⁷³ Era escudeiro de D. Leonor, viúva de D. João II, e gozou de uma posição privilegiada na corte de D. Manuel I. Para vários trabalhos tipográficos, foram-lhe concedidos privilégios reais.⁷⁴ Artur Anselmo sublinha a importância multifacetada de Valentim Fernandes na sua obra *Origens da imprensa em Portugal*:

Pela mestria técnica dos seus trabalhos de impressor, pela complexidade da sua formação cultural, pelos dilatados horizontes da sua curiosidade, pela sua presença constante nas actividades espirituais da sociedade portuguesa dos fins do século XV e do primeiro quartel do século XVI, pelas suas relações com eruditos estrangeiros, pelo seu labor de comerciante, pela sua integração nas coordenadas do Novo Mundo anunciado pelos Descobrimentos, Valentim Fernandes de Morávia é certamente a maior figura da arte tipográfica portuguesa nesta época.⁷⁵

⁷² Baião 1940, 127. Valentim Fernandes encontrou-se, no ano de 1493, em Sevilha. J. J. A. Dias (1995a, 17) tem a «convicção que Valentim Fernandes entrou em Portugal acompanhando Jerónimo Münzer. Passaram a fronteira, em Serpa, vindos de Sevilha (de onde saíram na noite de 11 de Novembro), chegando a Évora no dia 16 pela manhã.» Y. Hendrich (2007, 48-49) conseguiu mostrar no seu recente estudo sobre Valentim Fernandes que este já tinha estado temporariamente em Portugal antes de 1494.

⁷³ ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 35, fl. 53; Deslandes 1988, 2-3; Mathew 1999a, 246-247.

⁷⁴ Como por exemplo para a impressão da *Glosa famosíssima* (1501) e do *Marco Paulo* (1502). Mais tardiamente, a partir de 1512, foi encarregado pelo rei de imprimir as *Ordenações Manuelinas*, a monumental codificação da legislação portuguesa editada em cinco volumes.

⁷⁵ A. Anselmo 1981, 146-147.

Hermão de Campos residiu entre 1509 e 1518 em Portugal. Era «bombardeiro d'El-Rey» e imprimiu livros em Lisboa, Setúbal e Almeirim.⁷⁶ Da sua oficina lisboeta, surgiu, em 1509, o *Regimento do Estrolábio e do Quadrante*, também designado por *Regimento de Munique*⁷⁷, que representa, segundo Luís de Albuquerque, «o mais antigo opúsculo conhecido e impresso com regras náuticas».⁷⁸

Jakob Cromberger apareceu por volta de 1500 na Península Ibérica. Fundou em Sevilha uma oficina tipográfica que ganhou fama internacional.⁷⁹ As ligações portuguesas de Cromberger manifestaram-se em três ocasiões. Em 1508, deslocou-se a convite de D. Manuel I à corte portuguesa, onde foi armado «Cavaleiro da Casa Real».⁸⁰ Provavelmente, o rei terá tentado convencer o impressor alemão para que este viesse a exercer futuramente a sua profissão em Portugal, o que, porém, não deve ter conseguido de imediato. Apenas no ano de 1521 se encontra documentada a estadia de Cromberger em Évora e Lisboa, participando na nova edição das *Ordenações Manuelinas*. Durante a sua última passagem por Portugal, morreu, em 1528, em Lisboa.

Os mercadores germânicos formaram, sem dúvida, o grupo profissional que mais influenciou o crescimento demográfico da colónia alemã em Lisboa no início do século XVI. Aos hanseáticos, cujo comércio em Portugal já tinha uma longa tradição, e a alguns mercadores singulares de várias partes do Sacro Império, juntaram-se, em grande número, os representantes dos mercadores-banqueiros da Alta Alemanha. Existiram, como já foi referido, vários factores que pesaram na decisão das respectivas casas comerciais para enviar os seus agentes à cidade do Tejo. Em 1505, este processo foi acelerado devido aos problemas com os quais os mercadores

⁷⁶ Noronha 1874, 12.

⁷⁷ BSB, Rar. 204: *Regimento do estrolabio e do quadrante pera saber ha declinaçam e ho logar do soll em cada huim dia e asy pera saber ha estrella do norte*.

⁷⁸ L. de Albuquerque 1994f, 935. Cf. L. de Albuquerque 1965; 1994e; J. Bensaúde 1914.

⁷⁹ Otte 2004c, 164-165; Häbler 1897b, 55-67; Kellenbenz 1967, 466; Kellenbenz e Walter 2001, 19.

⁸⁰ ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 5, fl. 6v. (Carta régia, Santarém, 20.2.1508); Deslandes 1988, 12-13.

alemães se viram confrontados em Veneza em consequência da destruição do *Fondaco dei Tedeschi*, vítima de um incêndio.⁸¹

A documentação disponível não nos permite apurar os locais exactos das feitorias alemãs em Lisboa, mas é credível que tenham sido fundadas na zona comercial tradicional da cidade, entre o Rossio e o Terreiro do Paço. Aí se encontravam as três principais ruas onde se realizava o comércio: a Rua Nova dos Mercadores, a Rua Nova d'El-Rey e a Rua Nova dos Ferros.⁸² Neste bairro mercantil, estrategicamente bem situado, perto da margem do Tejo e da Casa da Índia, costumavam instalar-se as nações estrangeiras dedicadas ao comércio. Através do *Tagebuch* de Lucas Rem, temos uma ideia da dimensão de uma feitoria alemã em Lisboa. Segundo esta fonte, os Welser-Vöhlín compraram uma casa com várias salas de habitação e armazéns. O feitor contava habitualmente com a ajuda de alguns colaboradores, nomeadamente de um escrivão, de um contabilista e do pessoal que se ocupava das compras. Lucas Rem confirmou que teve sempre «muitos ajudantes.» Indicando um número entre três e seis.⁸³ Associou-se a estes colaboradores profissionais ainda o *staff*, composto por criados e escravos. A feitoria servia ao feitor e aos seus colaboradores, simultaneamente, de local de trabalho e de residência permanente, sendo apenas abandonada em tempos de epidemia. No caso concreto dos Welser, sabemos que, nestas circunstâncias, estes se deslocaram para Alvalade onde possuíam outra propriedade.⁸⁴ De facto, a vida na capital portuguesa era, por vezes, bastante complicada, particularmente, devido aos múltiplos surtos de peste. Na primeira década de Quinhentos, a epidemia grassou várias vezes na região de Lisboa com consequências catastróficas e, entre 1505 e 1507, também se lhe juntou e espalhou o tifo.⁸⁵ Lucas Rem descreveu os efeitos da «pestilência» no seu diário:

⁸¹ Häberlein 2006, 52.

⁸² Cf. Brito 1935, 192; Coelho 1986, 54-58; H. Carita 1999, *passim*; C. A. Pinto 2011, 270.

⁸³ Greiff 1861, 9.

⁸⁴ Cf. *ibidem*, 13.

⁸⁵ Cf. Mattoso 1993, 216-218.

Gleich um disse zeit fong der sterbent an zuo Lixbona. Floch ich gen Cazilios, Almada, Lumiar, Sta Maria Deluz, Calvalada, an mer Ort, aini-ge heysser, da Ich die Nacht was, aber schier al tag in die Stat rit.

Got behiet uns! Die pestilenz XImal im haus hett, mir fil einkauffer, megdt & & sturben. (...) Ob 4 Jar starb es on mas, fast on auffhoren.⁸⁶

[Logo nesta altura instalou-se a morte em Lisboa. Fugi para Cacilhas, Almada, Lumiar, Santa Maria da Luz, Alvalade e outros locais, alguns mais quentes, onde fiquei à noite, mas quase todos os dias montei a cavalo para a cidade.

Deus nos livre! Onze vezes tivemos a pestilência em casa. Morreram muitos dos meus compradores, criadas etc. (...) Durante quatro anos houve imensos mortos, quase sem parar.]

O feitor alemão ficou visivelmente perturbado com os vários surtos de peste, que surgiram na capital portuguesa na primeira década do século XVI. Aliás, não foi o único empregado das empresas alemãs estabelecidas em Lisboa que se queixou das más condições de vida no extremo Sudoeste da Europa. Outros seus conterrâneos lamentaram os surtos epidémicos, terremotos e o clima demasiado quente para um alemão, o que dificultava sobremaneira o trabalho em Portugal. Transparece nas fontes que o lugar de feitor em Lisboa não era muito apreciado entre os comerciantes alemães. O próprio Lucas Rem esteve à beira de uma ruptura com os seus patrões quando o enviaram uma segunda vez para Portugal.⁸⁷

Apesar destas contrariedades, as casas comerciais de Augsburg e de Nuremberga insistiram, nesta fase, na sua aposta no mercado português e prepararam-se, desde cedo, para enviar os seus agentes também para a Índia.

⁸⁶ Greiff 1861, 8-9.

⁸⁷ Cf. *ibidem*, 12.

CAPÍTULO 3

A PARTICIPAÇÃO DE AGENTES COMERCIAIS ALEMÃES NAS EXPEDIÇÕES PORTUGUESAS À ÍNDIA

The first Germans to come to India were the artillery-men, who were linked with the Bartholomew Brotherhood of Lisbon. With the opening of the Cape-route, the service of the German as well as Flemish fighting force and bombardeiros, who were the active collaborators of the Portuguese in their African expeditions, became inevitable for the Lusitanians in their activities in India and outhter parts of the Orient. As gallant figthers and experts in the blasting of cannons, the German soldiers were held in high esteem in Portuguese-India.¹

Entre os alemães que por volta de 1500 entraram em contacto com o espaço índico, destacam-se claramente os bombardeiros. Nas armadas comandadas por Vasco da Gama², Pedro Álvares Cabral, Lopo Soares de Albergaria e Francisco de Almeida, encontravam-se vários artilheiros germânicos.³ A bordo da frota de Lopo Soares, que partiu para a Índia em 1504, estiveram, segundo as investigações de M. do R. T. Barata, entre 15 a 20 bombardeiros alemães.⁴ De quase todos estes viajantes, conhecemos pouco mais do que os seus nomes, por vezes, nem isso. Aos bombardeiros, seguiram-se os mercadores do Sacro Império. Na investigação histórica, durante séculos, partiu-se do princípio que a primeira participação de agentes comerciais alemães em expedições portuguesas à Índia teria

¹ Malekandathil 1999, 31.

² Em 1497-99 e em 1502/03.

³ *Ibidem*, 31-33; P. D. Braga 2005a, 240; Metzsig 2010, 280 e 285.

⁴ Barata 1989, 269 e *passim*.



acontecido em 1505. Responsável por esta visão errónea é, em primeiro lugar, uma afirmação de Conrad Peutinger. Este, numa carta datada de 13 de Janeiro daquele ano, informou o secretário imperial, Blasius Hölzl, da partida iminente da armada comandada por Francisco de Almeida num tom triunfal: «E nós, de Augburgo, merecemos o grande louvor, de ser os primeiros alemães a procurar a Índia.»⁵

Na realidade, não foi somente em 1505 que mercadores oriundos do Sacro Império Romano-Germânico participaram pela primeira vez numa expedição portuguesa à Índia. Já anteriormente encontramos, em duas ocasiões, agentes comerciais alemães a rumar para as terras das especiarias, mais precisamente nos anos de 1502 e 1503. Outros se seguiram: entre 1505 e 1520, tomaram parte, pelo menos em três viagens com destino à Ásia, representantes dos mercadores-banqueiros alemães para observar o comércio marítimo dos portugueses no Atlântico e no Oceano Índico.⁶

Primeiros viajantes (1502-1504)

Christiane von Rohr descobriu na *Österreichische Nationalbibliothek*, em Viena, um manuscrito acerca da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia, que publicou em 1939.⁷ Este documento, de autoria anónima, contém dois textos, um é redigido em português, outro em alemão. No caso do escrito alemão⁸, não se trata de uma tradução do texto português, mas de um relato autónomo, pelo que C. v. Rohr supôs que o mesmo derivasse de um alemão que participou nesta viagem.⁹ Uma análise linguística da «*versio*

⁵ «Und uns Augspirgern ains groß lob ist, als für die ersten Teutschen, die India suchen» (apud König 1923, 50). Cf. Pohle 2015b.

⁶ Relativamente às participações alemãs nas viagens dos portugueses à Índia no primeiro quartel do séc. XVI, vd. Ehrhardt 1989, 25-101; Kellenbenz 1989; Nusser 1980; Pohle 2000, 189-218.

⁷ Österreichische Nationalbibliothek (Wien/Viena), Cod. 6948; Rohr 1939.

⁸ Österreichische Nationalbibliothek, Cod. 6948, Fol. 35-48v. Uma trad. port. em Ehrhardt 1989, 55-70. Vd. também J. R. Pinto e L. F. Costa 1985.

⁹ Cf. Rohr 1939, 3-7.

germanica» do manuscrito conduziu ao resultado de que o autor anónimo deveria ser proveniente do Sul da Alemanha. Interessante é o pormenor que o relator utilize também termos que provêm do neerlandês. Além disso, este revela um certo interesse por descrever aspectos económicos da expedição, como, por exemplo, sobre o cultivo de açúcar na Madeira. Com base nestas observações, a historiadora austríaca chegou à conclusão de que o autor deve ter sido um agente comercial que terá estado em contacto com o mundo mercantil na Alta Alemanha e nos Países Baixos.¹⁰ Por outro lado, existe um detalhe que coloca as suas teses em causa. O autor da «*versio germanica*» do “manuscrito de Viena” notou: «Navegámos para Cananor e quando lá chegámos, disparámos as nossas espingardas de alegria».¹¹ E mais tarde, quando já se encontravam em Calicut, acrescentou: «Depois de termos disparado até à tarde do dia de Todos-os-Santos, levantámos âncora e partimos da cidade.»¹² Será que o viajante alemão fez a viagem na função de espingardeiro, como vários outros germânicos no início do século XVI? Trata-se de uma mera hipótese, tal como as posições de C. v. Rohr referentes à profissão do nosso autor.

Nos anos 60 do século XX, surgiu um segundo manuscrito sobre a referida empresa portuguesa à Índia, redigido em alemão e também na primeira pessoa. O documento foi encontrado em Bratislava, na Biblioteca Central da Academia Eslovaca de Ciências, e publicado, em 1964, por Josef Polišíenský e Peter Ratkoš.¹³ Este relato sobre a segunda viagem de Vasco da Gama está incluído no denominado *Codex Bratislavensis* (Lyc. 515/8), uma colectânea de manuscritos sobre a História dos Descobrimentos, de finais

¹⁰ *Ibidem*, 6: «So dürfen wir denn in dem ersten deutschen Indienfahrer schon einen Handelsagenten sehen, der seine geschäftlichen Beobachtungen an flämische oder deutsche Firmen weitergeben wollte (...)» [«Desta maneira, é-nos permitido de ver no primeiro alemão, que viajou para a Índia, um agente comercial que pretendia transmitir às firmas flamengas ou alemãs as suas observações negociais (...)»].

¹¹ Ehrhardt 1989, 64.

¹² *Ibidem*, 68.

¹³ Ústredná knižnica Slovenskej Akadémie Vied (Biblioteca Central da Academia Eslovaca de Ciências/ Bratislava) [ÚKSAV], Rkp. fasc. 515/8 [“*Codex Bratislavensis*” (Lyc. 515/8)], Fol. 173-175; Polišíenský e Ratkoš 1964.

do século XV ao fim da segunda década do século XVI.¹⁴ Os dois historiadores da antiga Checoslováquia esclareceram que se trata de uma cópia de documentos originais, redigida por um só autor e não anterior a 1519.¹⁵ A autoria é muito provavelmente de Lazarus Nürnberger, cujo nome é o único que aparece *expressis verbis* como autor de um dos textos do *Codex Bratislavensis*. Trata-se do relato da sua viagem à Índia em 1517. Além disso, é atestado que Nürnberger juntou este tipo de documentos no seu *Memoria-puch* ou *Memorialpüchlein*.¹⁶

Numa comparação do conteúdo do “manuscrito de Bratislava” com o do “manuscrito de Viena” observamos o seguinte:¹⁷

- Os dois textos não são escritos, em discordância com uma afirmação de H. Kellenbenz, na mesma caligrafia e também não têm o mesmo conteúdo.¹⁸ Relativamente ao teor, notam-se apenas algumas semelhanças.
- Os dois textos descrevem as etapas da ida para a Índia na mesma sequência, mas as indicações de datas e distâncias diferem em várias ocasiões.
- Ao contrário do “manuscrito de Viena” que narra a viagem da partida de Lisboa até ao início do regresso de Calicut em Fevereiro de 1503, o “manuscrito de Bratislava” apresenta-se mais sucinto, mas traça a viagem toda, do início até ao fim. Como se pode explicar o fim abrupto do “manuscrito de Viena”? Perdeu-se a última parte do texto ou não existe nenhuma continuação porque o autor pode não ter regressado com a frota de Vasco da Gama?
- Em relação à profissão do viajante, o “manuscrito de Bratislava” revela-se mais esclarecedor. O olhar do autor está evidentemente

¹⁴ Cf. Krása et al. 1986; Polišenský e Ratkoš 1980.

¹⁵ A data de 1519 surge numa anotação na margem do fólio 173.

¹⁶ Port.: livro de memórias. Cf. Polišenský e Ratkoš 1964, 59; Krása et al. 1986, 7.

¹⁷ Pohle 2000, 191-199.

¹⁸ Kellenbenz 1991c, 83.

virado para assuntos geográficos e comerciais: costuma estimar a distância entre os portos onde a frota fez escala e indica também as mercadorias que se comercializam em determinados locais. O autor conhece Martin Behaim e sabe que o sogro dele está ligado aos Açores.

Resumindo, ainda que se note na investigação histórica uma tendência para estabelecer uma relação directa entre os dois textos¹⁹, há vários indícios que corroboram a tese de que o “manuscrito de Viena” e o “manuscrito de Bratislava” derivam de autores diferentes. Consequentemente, houve pelo menos dois alemães que participaram na segunda viagem de Vasco da Gama à Índia. O autor do manuscrito original referente ao texto encontrado em Bratislava terá pertencido certamente ao mundo mercantil. Sobre a sua identidade, desconhecem-se pormenores, mas deve ter estado em contacto com o comércio de Nuremberga.²⁰ Poderá ter chegado a Lisboa com um dos navios que os portugueses adquiriram nos Países Baixos para utilizar na armada de 1502/03.²¹

Ainda antes do regresso da Índia do(s) primeiro(s) germânico(s), ligado(s) aos mercadores-banqueiros alemães, tinha partido de Lisboa e com o mesmo destino outro aventureiro oriundo do Sacro Império que registou as suas experiências por escrito. O autor do relato, que se descobriu num

¹⁹ Segundo Ehrhardt (1989, 26), o “manuscrito de Bratislava” podia derivar do “manuscrito de Viena”, que, embora fragmentário, é mais detalhado. A mesma historiadora também não exclui a hipótese, tal como J. Polišenský e P. Ratkoš (1964, 57), de os dois textos poderem ser variantes de um original perdido.

²⁰ Ehrhardt (1989, 27-30) considera que Lazarus Nürnberger possa ser o autor do original. Esta suposição está em confrontação com a alegada data de nascimento de Nürnberger que, em 1528, indicou a sua idade como tendo 29 anos. Isso significa que nasceu em 1498 ou 1499 e teria em 1502 apenas três ou quatro anos! Cf. Otte 2004c, 166, nota 35.

Também as teses que defendem a participação de Hans Mayr (vd. o cap. seguinte) e Jörg Herwart na expedição de 1502/03, como representantes dos Welser e dos Fugger, respectivamente, carecem de uma fundamentação documental. Acerca destas teses, vd. Rohr 1939, 6-7; Knabe 1993, 26-27, 81-83 e *passim*.

²¹ Cf. Andrade 1972a, vol. 1, 311. Entre os estrangeiros, que participaram na referida expedição à Índia, encontrou-se um neerlandês que elaborou outro relato sobre esta viagem. Cf. *Calcoen* 1874; Stier 1880.

arquivo privado em Leutkirch, na Baviera, esteve envolvido na empresa de uma frota portuguesa comandada por Afonso e Francisco de Albuquerque e António de Saldanha nos anos de 1503/04.²² O local da descoberta bem como o conteúdo da fonte não deixam dúvidas sobre a actividade profissional do relator, a saber:

a) O denominado “manuscrito de Leutkirch” foi encontrado no *Paumgartnerisches Usancenbuch*, ou seja, junto ao material de trabalho quinhentista da casa comercial dos Paumgartner de Augsburg.

b) Ao contrário dos relatos descobertos em Viena e Bratislava, o “manuscrito de Leutkirch” não se orienta tanto pela ordem cronológica dos acontecimentos, mas procura, de uma maneira minuciosa e sóbria, transmitir detalhes do mundo comercial no ultramar. A primeira parte do documento contém uma espécie de listagem de locais com importância económica e estratégica.²³ Em todos os casos, é estimada a distância até Lisboa ou até ao próximo porto onde a frota fez escala. Na segunda parte do manuscrito, mais abundante no que toca ao conteúdo do texto e que se divide em vários parágrafos, o autor mostra, plenamente, os seus interesses comerciais. Descreve detalhadamente as principais praças comerciais ao longo das costas da África Oriental, da Península Arábica e da Índia Ocidental com incidência nos produtos locais, bem como nas respectivas práticas mercantis, medidas e pesos. Segue-se uma tabela com os preços das mercadorias em 1504. A terceira e última parte intitula-se «*Die erst fündung von Calicut*».²⁴ Contém apenas duas notícias sucintas acerca das primeiras duas viagens dos portugueses à Índia, mas que documentam o interesse do autor relativamente a questões da Expansão Portuguesa.

Segundo os historiadores alemães K. O. Müller e T. G. Werner, o “manuscrito de Leutkirch” deriva indubitavelmente de um mercador alemão

²² Uma edição do manuscrito em K. O. Müller 1962 [1934], 201-213. Uma trad. port. em Ehrhardt 1989, 75-91.

²³ É de notar que o autor incluiu nela também regiões que ele próprio não visitou durante esta viagem como, por exemplo, «*Terra ferme Corte Real*», «*land des eysses*» (Gronelândia) e «*Cathay*».

²⁴ Port.: «O descobrimento de Calicut».

que esteve pessoalmente envolvido na expedição de 1503/04. Ambos excluíram a hipótese de que o documento poderia ser uma tradução alemã de um original português, pela impressão geral que advém do conteúdo do texto²⁵ e, sobretudo, pelo facto de nele se encontrarem muitos termos geográficos escritos da forma como um alemão os ouviria e não como um português os redigiria.²⁶ Na tentativa de identificar o autor do relato, K. O. Müller pensou poder tratar-se de um membro da família dos Paumgartner devido ao local onde foi descoberta a fonte.²⁷ T. G. Werner duvidou desta tese, dado não existirem provas que pudessem atestar um envolvimento directo dos Paumgartner no comércio em terras lusas. Werner viu, por sua vez, os Welser por trás desta missão, argumentando que esta companhia já se tinha estabelecido em Portugal e que Conrad Peutinger, um dos seus sócios, tinha estado na posse de outros documentos referentes à expedição de 1503/04, entre estes, do relato de Francisco de Albuquerque.²⁸ Curiosamente, a argumentação de Werner conduz à rejeição da sua própria tese, porque se encontra em contradição com o conteúdo da já referida carta de Peutinger a Blasius Hölzl²⁹, ou seja, como se pode explicar a participação directa dos Welser na frota que rumou à Ásia em 1503, se o próprio Peutinger, ainda em Janeiro de 1505, esteve convicto de que até aí nenhum alemão tinha viajado à Índia?

No que diz respeito à profissão do autor, M. Ehrhardt acredita que «apenas um agente que conheceu por experiência própria aquelas paragens longínquas seria capaz de apresentar um relatório tão minucioso, como fez o autor do manuscrito.»³⁰ A mesma historiadora considera que o relator possa pertencer aos Holzschuher de Nuremberga, visto que três membros desta família se encontravam em Portugal nos primeiros anos

²⁵ K. O. Müller 1962, 104.

²⁶ Werner 1965b, 18-19 e nota 72.

²⁷ K. O. Müller 1962, 8 e 16-20.

²⁸ Werner 1965b, 19. As respectivas fontes encontram-se na Staats- und Stadtbibliothek Augsburg, 2º Cod. Aug. 382^a, Dok. V-VI. Cf. «Briefe und Berichte» 1861, 139-159.

²⁹ Vd. *supra*, nota 5.

³⁰ Ehrhardt 1989, 72.

do século XVI.³¹ Um deles, um certo Peter Holzschuher, «morreu durante a viagem oceânica para Calicut, na busca da pimenta, no ano de 1504», como consta nas obras genealógicas dos Holzschuher.³² Tal significa que teria partido ou na Primavera de 1503, com a armada dos Albuquerque, ou no ano seguinte, a bordo da frota de Lopo Soares de Albergaria. Pelo teor de uma carta redigida por Giovanni Francesco Affaitati, célebre mercador-banqueiro de Cremona, no dia 7 de Abril de 1504, sabemos que dois alemães tencionavam tomar parte na empresa de Lopo Soares, não obtendo, porém, a devida autorização de D. Manuel I.³³ Portanto, esta expedição não deve ter contado com agentes comerciais alemães, o que significa que Peter Holzschuher iniciou a sua viagem para Calicut anteriormente, falecendo em 1504 no ultramar. Ao examinar o “manuscrito de Leutkirch”, reparamos que não existe qualquer indicação que se refira à viagem de regresso de Lopo Soares. Podemos, assim, colocar a hipótese de que Peter Holzschuher poderia ser o autor deste manuscrito. Neste caso, é de presumir que um seu companheiro de bordo tenha trazido o relato para Lisboa. É de notar que, em circunstâncias semelhantes, chegaram também a Portugal os testemunhos de Francisco de Albuquerque, que desapareceu com toda a sua frota ao voltar da Índia.³⁴

Os manuscritos encontrados em Viena, Bratislava e Leutkirch testemunham a participação dos primeiros agentes comerciais alemães em viagens à Índia a partir de 1502, embora não se possa apurar seguramente os nomes deles. É de constatar, no entanto, que as pistas dadas por estas e outras fontes conduzem o investigador mais em direcção às casas comerciais de Nuremberga do que, como habitualmente postulado, aos grandes mercadores-banqueiros de Augsburgo. Há indícios de que, além dos Holzschuher, também os Imhoff e os Hirschvogel de Nuremberga

³¹ Vd. cap. 4.

³² StadtAN, E 49/III Nr. 1, Fol. 30: «peter holzschuher (...) starb auf der merfart gen Calykutt nach dem pfeffer Jm 1504 Jar». O registo da morte de Peter Holzschuher encontra-se também em: StadtAN, E 3 Nr. 48, Fol. 127v.-128 e 264; Gatterer 1755, Tl. 1, 154, § XVIII e Tl. 2, 466, Nr. 43.

³³ A. A. M. de Almeida 1993, 102.

³⁴ Cf. Andrade 1972a, vol. 1, 330-331; «Briefe und Berichte» 1861, 157, nota 1; Z. Biedermann 2002.

estivessem ligados, de alguma forma, às expedições asiáticas dos portugueses iniciadas em 1502 e 1503:

- No denominado *Triffasband*³⁵ que foi elaborado em 1514/15 por um membro da família dos Imhoff³⁶, existe um capítulo, intitulado «*Callachutt*», que se ocupa das condições comerciais na Índia e que se baseia nas observações *in loco* de um mercador alemão em 1503.³⁷
- Lazarus Nürnberger, que esteve ao serviço dos Hirschvogel até aos anos 20 do século XVI, possuiu documentos acerca das viagens à Índia dos anos 1502/03 e 1503/04. O *Codex Bratislavensis*, o alegado “livro de memórias” de Nürnberger, não contém apenas o já mencionado relato sobre a segunda viagem de Vasco da Gama, mas também excertos do “manuscrito de Leutkirch”.³⁸ Aparentemente, o autor copiou, quase à letra, a primeira e a terceira parte do texto encontrado em Leutkirch, acrescentando informações sucintas relativamente às armadas da Índia até ao ano de 1509.

A armação da frota de D. Francisco de Almeida e o consórcio alemão-italiano

Ao contrário de alguns mercadores-banqueiros italianos³⁹, como os Marchionni de Florença, que já haviam participado na armação das frotas da Índia desde 1500, as companhias alemãs não estiveram envolvidas no

³⁵ O *Triffasband* ou, mais precisamente, *Driffas von kauffmanschaft*, de 1514/15, contém uma descrição abundante acerca das mercadorias e costumes mercantis nas mais importantes praças comerciais do mundo no início do século XVI. Publicado em K. O. Müller 1962, 236-304. O termo antigo «triffas» corresponde à palavra port. tarifas, pelo que se poderia traduzir *Driffas von kauffmanschaft* como “tarifas de comércio”.

³⁶ Em conformidade com os resultados das investigações de T. G. Werner (1965b, 26-29 e 34-35), a autoria do *Triffasband* pertence muito provavelmente a Andreas (ou Endres) Imhoff (1491-1579), uma das figuras mais marcantes entre os patrícios de Nuremberga quinhentistas. Vd. Schultheiß 1957a.

³⁷ K. O. Müller 1962, 259-260.

³⁸ ÚKSAV, *Rkp.* fasc. 515/8, Fol. 177v.-179v.

³⁹ Sobre os mercadores italianos em Lisboa no início do século XVI, vd. Alessandrini 2003; 2006; Bruscoli 2013; 2014.

financiamento das primeiras armadas portuguesas que rumaram às terras das especiarias.⁴⁰ Ao que parece, tentaram negociar com a Coroa uma participação directa na empresa de Lopo Soares de Albergaria.⁴¹ Contudo, as negociações falharam e os mercadores-banqueiros alemães apostaram na expedição seguinte. No Verão de 1504, encontramos Lucas Rem na corte de D. Manuel I a preparar um acordo sobre este assunto. O feitor lisboeta da casa dos Welser-Vöhlín anotou nos seus apontamentos autobiográficos: «No dia 1 de Agosto fizemos o contrato com o rei de Portugal, acerca da armação de três navios com destino à Índia.»⁴² Este contrato estipulou o seguinte:⁴³

- D. Manuel permitiu a um consórcio, composto por investidores alemães e italianos, que tomassem parte na empresa que ia partir para a Índia no ano seguinte.
- Os mercadores tinham de cobrir, durante 18 meses, as despesas referentes à manutenção da tripulação dos três navios que armaram.
- Os capitães e marinheiros destes navios tinham de ser portugueses ou provir das colónias de Portugal. Toda a armada esteve sob o comando de D. Francisco de Almeida.
- Os feitores portugueses locais eram responsáveis por todos os negócios efectuados na Índia. Estes controlavam os preços das especiarias e determinavam o valor das mercadorias importadas para realizar as trocas.
- Os representantes do consórcio tinham o direito de adquirir na Índia tanta mercadoria quanto podiam pagar e transportar nos navios por eles armados.

⁴⁰ Mathew 1999a, 4-7.

⁴¹ Vd. *supra*, nota 33.

⁴² «Primo Aug^o tat wir den vertrag mit portugal king der armazion 3 schiff, per Indiam» (apud Greiff 1861, 8).

⁴³ Cf. Häbler 1903, 16-17.

- Após o regresso a Lisboa, todas as mercadorias tinham de ser depositadas na Casa da Índia. Depois de terem sido pagos os tributos determinados, os mercadores podiam dispor dos seus produtos sem limitações.

Para a armação dos três navios, era necessário um capital de 65 400 cruzados.⁴⁴ 75% da soma tinha de ser pago em dinheiro e 25% em metais preciosos. Os Welser-Vöhlín desempenharam, entre os investidores estrangeiros, um papel preponderante, seja na preparação, seja no que respeita ao volume do negócio. Disponibilizaram 20 000 cruzados, quase um terço do total do investimento estrangeiro. Os outros mercadores-banqueiros alemães contribuíram com 16 000 cruzados, mais precisamente os Fugger e os Höchstetter de Augsburg com 4000 cada, os Imhoff e os Gossembrot com 3000 cada e os Hirschvogel com 2000 cruzados.⁴⁵ Os restantes 29 400 cruzados foram liquidados pelos investidores italianos, entre os quais se destacam os Marchionni, os Affaitati e os Sernigi.

Em relação aos metais preciosos mencionados no contrato, é de realçar que a Coroa portuguesa necessitava sobretudo de prata e cobre para efectuar trocas comerciais no espaço índico. Neste contexto, merece ser mencionado que no ano de 1503 vieram de Danzig a Antuérpia 41 barcos carregados com cobre oriundo das minas húngaras dos Fugger.⁴⁶ No que se refere ao fornecimento de prata pelos mercadores-banqueiros alemães, surgiram, em 1504, alguns problemas devido à proibição da exportação deste metal dos Países Baixos, pelo arquiduque Filipe. Quando Anton Welser, chefe da companhia dos Welser-Vöhlín, foi informado, em Dezembro de 1504, sobre esta situação, dirigiu uma carta ao seu genro, Conrad Peutinger, para que este solicitasse uma suspensão da interdição

⁴⁴ Sobre a participação alemã na expedição portuguesa à Índia nos anos de 1505/06, vd. Hümmerich 1918; 1922; Häbler 1903, 18-24; Kunstmann 1861; Lutz 1958, 54-64; Imhoff 1987; Walter 1987, 47-51; Knabe 1993, *passim*; Hendrich 2007, 181-191; Strasen e Gândara 1944, 138-140; Andrade 1972a, vol. 1, 475-488; Grosshaupt 1990, 372-375; Malekandathil 1999, 47-54.

⁴⁵ «„Cronica newer geschichten“ von Wilhelm Rem» 1896, 277-279.

⁴⁶ Häberlein 2006, 55.

por intermédio de Maximiliano I.⁴⁷ Esperavam também que o imperador lhes concedesse uma carta de recomendação destinada ao rei de Portugal e referente à expedição à Índia. A correspondência entre Peutinger e o secretário imperial, Blasius Hölzl, durante o Inverno de 1504/05, confirma a urgência que o assunto teve para os Welser.⁴⁸

Em finais de Março de 1505, a armada portuguesa, que contou com 20 navios, saiu do porto de Lisboa.⁴⁹ A bordo das naus Lionarda, São Rafael e São Jerónimo⁵⁰ viajaram pelo menos três agentes comerciais alemães, dois deles representaram as empresas de Augsburgo e de Nuremberga. Na Lionarda, encontramos Balthasar Springer oriundo de Vils am Lech. Em 1509, foi publicado o relato que este elaborou durante a viagem, a denominada *Merfart*.⁵¹ Enquanto Springer viajou como empregado dos Welser⁵², Ulrich Imhoff, mercador de Nuremberga, fez a viagem ao serviço dos Hirschvogel, na São Jerónimo.⁵³ A bordo do terceiro navio, armado pelos mercadores-banqueiros alemães e italianos, encontrava-se Hans Mayr.⁵⁴ Este comerciante alemão deslocou-se à Índia na nau São Rafael e, como indica o título

⁴⁷ Staats- und Stadtbibliothek Augsburg, 2º Cod. Aug. 382ª, Dok. VIII; «Briefe und Berichte» 1861, 163-166; Böhmer 1990-2004, vol. 4, 1088 e 1098-1099.

⁴⁸ Cf. König 1923, 45-50; «Briefe und Berichte» 1861, 171.

⁴⁹ Outras seis naus partiram em Maio seguinte. Cf. A. A. M. de Almeida 1993, 103.

⁵⁰ ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 46, fls. 130v./131. Sobre as naus São Jerónimo e Lionarda, vd. Q. da Fonseca 1989, 214 e 221. O autor não conhece nenhuma nau São Rafael que tivesse partido em 1505.

⁵¹ O título completo: *Die Merfart uñ erfahrung nüwer Schiffung vnd Wege zu° viln onerkanten Inseln vnd Künigreichen, von dem großmechtigen Portugalische Kunig Emanuel Erforscht, funden, bestritten vnnd Ingenomen. Auch wunderbarliche Streyt, ordenung, Leben wesen, handlung vnd wunderwercke des volcks vnd Thyrer, dar iñ wonende, findestu in diessem Buchlyn warhaftiglich beschryben vñ abkunterfeyt, wie ich, Balthasar Spre[n]ger, sollichs selbs in kurtzuerschyne zeiten gesehen vñ erfaren habe. GEDRVCKT ANNO MDIX* Sobre Balthasar Springer (Sprenger) e a *Merfart*, vd. Schulze 1902; Hümmerich 1918, 4-90 e 104-126; *Monumenta Ethnographica* 1962, XIV, XVIII, XIX e 2-14; R. Kleinschmidt 1966; Duchâteau 1989; Dharampal-Frick 1994, 21-31 e 204-209; M. dos S. Lopes 1994g; 1994h; Erhard e Ramminger 1998; Wiesflecker 2005; Jakob 2010.

⁵² Hümmerich 1918, 13 e 64.

⁵³ Cf. Schaper 1973, 230-231 e 240-241; Imhoff 1987, 19-21 e 43 (nota 8); Kellenbenz 1991c, 88. Não é de excluir a hipótese que Ulrich Imhoff pudesse ser o autor de um sucinto relato acerca desta viagem que faz parte da colectânea de Conrad Peutinger.

⁵⁴ Cf. J. R. Pinto 1989, 123-124, 192-200; Schmeller 1847, 47-50; Hümmerich 1918, 90-92, 127-149 e *passim*; J. B. de Carvalho 1985b; M. dos S. Lopes 1994f.

do seu relato, na função de «escriuam da feytoria».⁵⁵ Segundo João Rocha Pinto, não se trata aqui de um diário de bordo, mas de um conjunto de folhas que forma uma espécie de «livro de armação», cujo conteúdo era, aparentemente, ditado ao escrivão pelo capitão do navio, Fernão Soares.⁵⁶ O termo «escrivão da feitoria» leva a supor que a actividade de Mayr se estendeu ao papel de intermediário entre os agentes comerciais alemães e os funcionários da Coroa na Índia. As casas comerciais alemãs participantes tinham investido um capital considerável nesta empresa marítima e devem ter solicitado oficialmente um mediador que dominasse os dois idiomas para facilitar os negócios dos alemães no Oriente. Por detrás da nomeação de Mayr, pode ter estado Valentim Fernandes, que o conhecia há vários anos.⁵⁷ A relação de viagem redigida por Hans Mayr encontra-se precisamente no já referenciado *Manuscrito Valentim Fernandes*.⁵⁸ Em comparação com as exposições dos outros comerciantes alemães, o relato de Mayr(-Soares) é mais objectivo e preciso do que a *Merfart* de Springer e muito mais extenso do que a narração do autor anónimo que viajou como tripulante da São Jerónimo. Descreve, de uma forma cronológica, as respectivas etapas da viagem, indicando datas exactas.

Depois de terem carregado especiarias na costa do Malabar, as naus São Rafael e São Jerónimo partiram de Cananor no dia 2 de Janeiro de 1506, juntamente com três navios, visando o regresso a Lisboa. Ao alcançar a zona do Cabo da Boa Esperança, uma das naus, a Conceição, voltou para Moçambique. Os restantes quatro barcos chegaram a Lisboa, a 22 de Maio de 1506, com 15 600 *Nürnbergger Zentner*⁵⁹ de especiarias, enquanto se

⁵⁵ «Da viagem de dom francisco dalmeida primeyro visorey de India. E este quaderno foy trelladado da nao sam raffael em q hia hanz mayr por escriuam da feytoria. E capitam fernam suarez. Viagem e cousas de dom francisco viso rey de India escrito na nao sam raffael do porto, capitam fernam suarez».

⁵⁶ J. R. Pinto 1988, 407-408. Uma classificação para a literatura de viagens em J. R. Pinto 1994

⁵⁷ A. Anselmo 1981, 178.

⁵⁸ Baião 1940, 13-24.

⁵⁹ Port.: quintais de Nuremberga. O autor do “manuscrito de Leutkirch” anotou que o *Zentner* correspondia em Portugal a um quintal (cf. K. O. Müller 1962, 204). Existiam, no entanto, diferenças regionais: segundo G. Frhr. v. Pölnitz (1949/51, vol. 2, 363), 100 *Nürnbergger Zentner* correspondiam,

esperava o regresso posterior da Lionarda. Estes dados eram provenientes de um alemão, que, muito provavelmente, teria participado na referida viagem. Em finais de Maio ou início de Junho de 1506⁶⁰, este elaborou um relato que enviou para a Alemanha.⁶¹ No início da sua narrativa, refere-se precisamente ao regresso das naus «São Rafael e São Jerónimo, ambas grandes, das quais os alemães possuem uma parte considerável»⁶²:

Also seind die 4 nave mit und bey ainander gefarn und beliben bis gen Lisboa für die stat, dahin sy mit redlicher Ladung uf 22 tag May des obangezaigten Jars wol anchummen seind, und mag Ir ladunge sein diser 4 nave bey 15600 Centner Nurenbergisch gewicht mererlei specerey.

*Noch wasend nachstend nave zu Cananor: Die Lionarda unser teitschen, solt uf 3 Jenner gen Cochin farn, umb vol zu laden. Ir gebrach bey 1000 Centner. (...) Man schätzt sy vor tuto Agosto nit gen Lisboa.*⁶³

[Portanto, os quatro navios navegaram junto e lado a lado até à cidade de Lisboa, onde chegaram bem, no dia 22 de Maio do ano acima indicado [= 1506], com um fausto carregamento. E a carga destes quatro navios deve rondar cerca de 15 600 quintais de Nuremberga em especiaria vária.

Ainda estiveram os seguintes navios em Cananor: a Lionarda dos nossos alemães que tinha de navegar, no dia 3 de Janeiro [de 1506], para Cochim para completar o carregamento. É capaz

no início do século XVI, a 108 *Zentner* de Antuérpia. Em conformidade com as investigações de F. Hümmerich (1922, 139), um *Nürnbergger Zentner* equivalia a um quintal português. Sobre os preços da mercadoria e as unidades de medida em Portugal e na Índia, vd. K. O. Müller 1962, 95-122 e *passim*.

⁶⁰ Hümmerich 1918, 93.

⁶¹ O texto chegou às mãos de Anton Welser, que redigiu uma cópia do mesmo, a qual se encontra na Staats- und Stadtbibliothek Augsburg, 2º Cod. Aug. 382ª, Dok. IX. Editado em: «Briefe und Berichte» 1861, 167-170; Hümmerich 1918, 149-151.

⁶² «Briefe und Berichte» 1861, 167: «*San Raffael, San Jeronimo, paid gross, darauf dan die Teitschen ain namhaften Theil habend*».

⁶³ *Ibidem*, 167-168.

de trazer 1000 quintais de mercadoria (...) Calcula-se que não deve voltar para Lisboa antes de finais de Agosto.]

A seguir, o autor salientou que, na viagem de regresso, se descobriu uma rota nova e mais rápida em direcção ao Cabo da Boa Esperança, «embora os pilotos tivessem pensado percorrer o caminho habitual rumando para *Mosambien*». ⁶⁴ A segunda parte do relato, intitulada «Sobre o que a travessia trouxe de novo» ⁶⁵, ilumina pormenores da política colonial dos portugueses no Oceano Índico como as obrigações tributárias impostas por D. Francisco de Almeida. Estas medidas tinham conduzido, em Quíloa, à substituição do monarca local por «um novo rei, um mouro, que devia governar em nome do rei de Portugal» ⁶⁶ e, em Mombaça, à destruição e pilhagem da cidade. Interessante é, neste contexto, a anotação do autor, que menciona o facto de os alemães esperarem também beneficiar do saque:

Hofften die Teitschen Ir gepurend peutt auch zu haben. Hand die Portugalesen gesagt, die tauten weren zu verstan. sam. ein Rytt uf Land, und nit ain naum etc. und haltend dafür, unser 3 nave solten nichts darvon haben. (...) Auf solichs haben die unsern protestiert. ⁶⁷

[Os alemães esperavam também arrecadar a sua devida parte do saque. Os portugueses disseram que as acções tinham de ser entendidas como uma deslocação à terra e não como uma captura [de um barco] etc. e, assim interpretando, decidiram que [as tripulações d]os nossos três navios não deviam receber nada. (...) Contra tal os nossos protestaram.]

⁶⁴ *Ibidem*, 168: «Wie wol die piloti maintend den gewonlichen weg zuo farn uf Mosambien».

⁶⁵ *Ibidem*: «Was sich new's am hinuberfarn geben hat.»

⁶⁶ *Ibidem*, 169: «ain newen kunig, was ain mooro, der dan solt regieren im namen des kings von Portogal.»

⁶⁷ *Ibidem*.

O relator testemunha aqui, sem especificar número e profissão dos mencionados, que vários alemães se encontravam na armada de D. Francisco de Almeida. Se bem que o autor se refira *expressis verbis* aos três navios armados pelo consórcio italiano-alemão, fica a ideia de que não participaram apenas agentes comerciais, mas também alguns mercenários alemães nesta expedição.

Após o saque em Mombaça, a frota dirigiu-se para Melinde, cujo rei era um «grande amigo do rei de Portugal».⁶⁸ A seguir, navegaram para a ilha de Angediva. «Aí os portugueses construíram uma fortaleza, deixando nela 80 homens com muito material bom.»⁶⁹ O autor mencionou ainda um confronto bélico na costa do Malabar, no qual os portugueses destruíram «20 navios dos mouros e (...) muitas casas deles.»⁷⁰ Depois, rumaram para Cananor «onde tinham erguido uma grande e robusta fortaleza ocupada com aproximadamente 200 homens.»⁷¹ No fim da narração, que termina de uma forma abrupta, o autor relata ainda que um navio pertencente à Coroa permaneceu em Cananor para carregar especiarias enquanto os restantes barcos se orientaram, com a mesma finalidade, para Cochim.

Após o regresso da frota a Lisboa, em 1506, os negócios com a Coroa portuguesa complicaram-se bastante, porque D. Manuel I tinha, entretanto, monopolizado o comércio de determinadas especiarias, inclusive a pimenta, que era o produto mais cobiçado pelos mercadores estrangeiros.⁷² O monarca português mandou apreender a carga transportada pelos navios do consórcio e recusava-se a entregar aos comerciantes alemães as mercadorias a que tinham direito. Lucas Rem indignou-se no seu diário sobre esta medida que lhe trouxe «um excesso de preocupações, trabalho supérfluo, grande repulsa»⁷³, conduzindo a «imensos, grandes e compli-

⁶⁸ *Ibidem*: «derselb king des von Portugal fast grosser fraind».

⁶⁹ *Ibidem*: «Da hin die Portugalesischen ain befestigung gemacht habend, darin gelassen 80 mann mit vil guotem Zeug.»

⁷⁰ *Ibidem*, 170: «20 morenschiff und (...) vil der moren heyser.»

⁷¹ *Ibidem*: «daselbst sy ain starke und grosse forteza gemacht, die wol mit 200 mannen besetzt hand.»

⁷² Cf. Kellenbenz 1990a, vol. 1, 51; Grosshaupt 1990, 374; L. F. Costa 2002, 25-26.

⁷³ Greiff 1861, 8: «on mas enxtig mie, überflisig arbit, gros widerwertikait».

cados processos jurídicos, em que batalhei durante três anos.»⁷⁴ Quando, finalmente, se chegou a um acordo, os Welser receberam apenas uma parte da sua pimenta, sendo, em troca, recompensados em açúcar.⁷⁵

Apesar destas contrariedades, a companhia conseguiu um lucro que se situava entre os 150 e 175%.⁷⁶

A armada de Tristão da Cunha e as expedições portuguesas seguintes à Ásia

Os mercadores-banqueiros alemães tomaram parte na armação de uma frota para a Índia, uma segunda vez, formando, para este efeito, um consórcio com o mercador português Rui Mendes. Foram novamente os Welser que investiram um capital de 3430 cruzados em três navios⁷⁷ da armada que partiu, em Abril de 1506, sob o comando de Tristão da Cunha.⁷⁸ Os resultados financeiros da empresa, que contou também com a participação da casa dos Imhoff⁷⁹, foram, no entanto, menos favoráveis. Como se perderam dois dos três navios na ida para a Índia, esta expedição terminou num fracasso para os investidores germânicos. No seu diário, Lucas Rem recordou que o prejuízo era pequeno, mas seria necessário percorrer, uma vez mais, um processo moroso até chegar a um acordo com o rei.⁸⁰

Nas décadas seguintes, os mercadores-banqueiros alemães desistiram da função de armadores nas aventuras ultramarinas portuguesas, o que

⁷⁴ *Ibidem*: «on mas fil grosse und schwere Recht, den Ich aus wartet ob 3 Jar.»

⁷⁵ *Ibidem*, 14; ANTT, CC, I-10-124. Cf. Häbler 1903, 29-31.

⁷⁶ Os valores encontrados nas fontes variam: Lucas Rem indicou no seu *Tagebuch* um rendimento à volta dos 150% (Greiff 1861, 8). K. Häbler (1903, 23-24) estimou, baseado num documento encontrado no ANTT (CC, I-9-79), um lucro de 160%. E na «„Cronica newer geschichten“ von Wilhelm Rem» (1896, 279) fala-se até de 175%. Cf. Walter 1987, 49.

⁷⁷ Mais precisamente «In schiff Sct. Vizen 1800, in Sct^a Maria Deluz 1320, in St. Antonio 310 Cruzati» (Greiff 1861, 8).

⁷⁸ Sobre esta expedição de Tristão da Cunha e a participação alemã, cf. Andrade 1974, 54-116; Hümmerich 1922, 142-143; Grosshaupt 1990, 375-376; A. A. M. de Almeida 1993, 104.

⁷⁹ ÚKSAV, *Rkp.* fasc. 515/8, Fol. 179v.

⁸⁰ Greiff 1861, 8.

se explica não apenas pelo insucesso da empresa de 1506, mas, sobretudo, pela política monopolista de D. Manuel I que, aparentemente, temeu uma queda de preço da pimenta e, ainda, pelas práticas comerciais duvidosas do monarca português, acerca das quais Lucas Rem tanto se queixou.⁸¹

Não se sabe ao certo se no período compreendido entre 1506 e 1516 terão participado agentes comerciais alemães nas expedições portuguesas. Os documentos disponíveis fornecem poucas pistas para iluminar esta questão. Numa carta, datada de 26 de Junho de 1510, dirigida por Valentim Fernandes a Stefan Gabler, um amigo de Nuremberga, aparece o nome de um «Michel», que tanto o remetente, como o destinatário da carta conheciam. Valentim Fernandes salientou que este Michel tinha regressado recentemente de «Combaya».⁸² Pelo conteúdo do respectivo trecho da carta e tendo em consideração que o próprio Gabler tinha trabalhado anteriormente como mercador na praça de Lisboa, é bem possível que no caso daquele Michel se tratasse de um colega profissional com ligação à Alta Alemanha.⁸³

Além dos agentes comerciais, houve outros alemães que se deslocaram na primeira década de Quinhentos à Ásia. Em 1509, um certo «Marco, Alemão» foi capitão de um dos 16 navios que partiram, em Março desse ano, para o Oriente, sob o comando de D. Fernando Coutinho.⁸⁴ Porém, permanece em aberto a identidade deste estrangeiro que foi, em parceria com um tal Fernão Chamorro, armador do navio que capitaneou.⁸⁵

Verifica-se um aumento considerável dos bombardeiros alemães registados na Chancelaria de D. Manuel I, sobretudo, nos anos de 1508 a 1512.

⁸¹ Häbler 1903, 24-31.

⁸² GNM, *Rst Nürnberg*, XI, 1d, Fol. 3. Uma transcrição e trad. port. da carta em Brásio 1959, 9-25. Sobre Stefan Gabler e o conteúdo da carta, vd. *infra*, cap. 4 e 6.

⁸³ Alguns historiadores, como por exemplo Y. Hendrich (2007, 234), pensam que se pode tratar aqui de Michel ou Michael Imhoff, cuja presença em Lisboa é documentada na segunda década do século XVI. No entanto, é de salientar que Michael Imhoff chegou em 1511, ainda muito jovem, à capital portuguesa, onde começou a trabalhar como aprendiz na feitoria dos Imhoff. Cf. Schaper 1973, 225-226; Jakob 2000, 103.

⁸⁴ Lacerda 2006, 58-59, 171 e *passim*.

⁸⁵ *Ibidem*, 97-100 e 225.

Paulo Drumond Braga conseguiu apurar aproximadamente 30 nomes para este período.⁸⁶ O mesmo historiador afirma que um grande número destes artilheiros germânicos se deixa localizar nas fortalezas portuguesas de Goa, Cananor e Cochim.⁸⁷ Para o ano de 1509, é documentado um corpo de 50 bombardeiros alemães e neerlandeses em Cochim, sob o comando de um condestável-mor, chamado mestre Anes.⁸⁸ Em 1514, D. Afonso de Albuquerque solicitou o recrutamento de mais bombardeiros alemães⁸⁹, mencionando também, na sua correspondência, a vontade dos alemães de erguerem uma capela em Cochim.⁹⁰ Segundo Pius Malekandathil, a construção desta capela, dedicada a S. Bartolomeu, está intimamente ligada à política colonial do governador do Estado da Índia:

This small chapel eventually became the centre of German activities in Cochin. The growth of the German colony in Cochin as to erect a centre of worship of their own began with Affonso Albuquerque's policy of mixed marriage that encouraged many soldiers including the German bombardeiros to marry Indian women and settle down in India. Because of the hazards involved in the long voyages, women were not allowed to come to India from Europe and when some women surreptitiously made a voyage, the captain-in-chief punished them severely. So these German soldiers, who wished to marry, had to, just like their Portuguese counterparts, take wives from among the natives. The general Portuguese policy was to encourage the marriage of the Europeans with local women of noble origin. (...) Albuquerque believed that this mixed marriage would bring into existence a body of people, who would be loyal to the

⁸⁶ P. D. Braga 2005a, 241-243.

⁸⁷ *Ibidem*, 240. Sobre os bombardeiros germânicos na Índia nas primeiras décadas do século XVI, vd. também Schickert e Denk 2010, 42-67.

⁸⁸ ANTT, CC, II-19-184. Cf. C. A. Pinto 2011, 273; Metzsig 2010, 286.

⁸⁹ Mathew 1999a, 153; 1999b, 282. Sobre o segundo vice-rei e governador da Índia, vd. Bouchon 2000.

⁹⁰ ANTT, CC, I-16-67. Cf. *Documentação para a História das Missões* 1947, 217; Schickert e Denk 2010, 52-56.

Portuguese administration. As a part of the tactics to encourage mixed marriage, Albuquerque gave to the couples gifts of money and special privileges for conducting trade. Due to this special concession, the commercial instincts of the German soldiers, who were married in India and began to settle down in Cochin, got a boosting. Some of them seized this opportunity to switch over to commerce. With the prospering of trade, the wealth of the Bartholomew Brotherhood in Cochin increased, which enabled them in 1514 to establish a Chapel exclusively for the Germans.⁹¹

Infelizmente, desconhecemos se alguns destes mercenários alemães que se tornaram comerciantes na Índia estabeleceram contactos com os agentes dos mercadores-banqueiros alemães, que, por vezes, aí apareciam. Também não é seguro que se tenha concretizado a construção de uma segunda capela alemã no subcontinente indiano. Alguns historiadores⁹² orientaram-se por uma afirmação de Hedwig Kömmerling-Fitzler, segundo a qual os alemães haviam erguido uma capela em Goa no ano de 1514, confundindo, ao que parece, Goa com Cochim.⁹³

Pelo menos até aos anos 30 do século XVI, verifica-se uma procura constante, por parte da Coroa portuguesa, de bombardeiros oriundos do Sacro Império.⁹⁴ A qualidade destes homens da guerra era muito estimada em Portugal, o que se reflecte também no que respeita à sua remuneração. Um bombardeiro alemão ganhava, no reinado de D. Manuel I, 1000 reais

⁹¹ Malekandathil 1999, 36. Sobre os casamentos dos bombardeiros alemães na Índia, vd. a carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel I, datada de 1 de Abril de 1512. Cf. ANTT, CC, I-11-50; A. de Albuquerque 1942, 74; *Documentação para a História das Missões* 1947, 151.

⁹² Como, por exemplo, P. Malekandathil (1999, 37) e K. S. Mathew (1999a, 153).

⁹³ Kömmerling-Fitzler 1967/68, 141. G. M. Metzsig (2010, 286-287, nota 53) reparou, recentemente, neste «engano». A fonte citada por H. Kömmerling-Fitzler (1967/68, 141, nota 25) é a mesma que menciona a capela alemã em Cochim. É de notar que a referida carta foi escrita por Albuquerque em Goa. A indicação deste local deve estar na origem do lapso cometido na investigação.

⁹⁴ Malekandathil 1999, 38-42; Metzsig 2010, 282-290.

por mês⁹⁵, enquanto um soldado português quinhentista não costumava receber mais do que 800 reais mensais.⁹⁶

Lazarus Nürnberger e a sua viagem à Índia em 1517⁹⁷

A identidade dos agentes comerciais alemães que viajaram nas duas primeiras décadas do século XVI para a Índia é, salvo raras exceções, pouco conhecida. Lazarus Nürnberger é uma delas. Tratava-se de um mercador, oriundo do Sul da Alemanha, que viajou aos 17 ou 18 anos para Portugal e, logo a seguir, para a Índia. Poucos anos depois, estabeleceu-se em Sevilha, onde levou a cabo uma carreira profissional cheia de sucesso, que fez dele um dos comerciantes mais conceituados e mais ricos daquela cidade, que era, nesta fase, um dos grandes centros económicos do mundo.⁹⁸ Temos, portanto, de ver o seu desempenho no contexto geral da participação alemã na Expansão Ibérica. Nürnberger negociou com pedras preciosas, ouro, açúcar e até com escravos, e tornou-se um dos grandes especialistas no comércio de pérolas, sendo fornecedor da corte imperial. Vendeu produtos destinados ao Novo Mundo como, por exemplo, armas, e participou na armação das frotas espanholas. Deu créditos e abriu com a sua influência a América aos Welser.⁹⁹ Ele próprio possuiu pelo menos dois navios que foram utilizados no comércio transatlântico. Obteve sociedade numa mina de prata no México, explorou minas de cobre em Cuba e estendeu os seus negócios até ao Vice-reino do Peru. Segundo Rolf Walter, que investiga a história dos mercadores da Alta Alemanha em Sevilha e no Novo

⁹⁵ ANTT, CC, II-92-125; P. D. Braga 2005a, 241.

⁹⁶ Metzsig 2010, 275.

⁹⁷ Este capítulo baseia-se num texto da minha autoria, intitulado «Lazarus Nürnberger e os Descobrimientos Portugueses», que aguarda publicação nas *Actas do VIII Encontro Luso-Alemão*.

⁹⁸ Sobre Lazarus Nürnberger e suas actividades em Sevilha, vd. Otte 2004c, *passim*; Werner 1967, *passim*; Walter 1992a, 47-51, 108-109, 127; Häberlein 1999; Kellenbenz e Walter 2001, 18-29, 63. Nesta última obra citada encontram-se também as principais fontes.

⁹⁹ Walter 2009, 22.

Mundo no século XVI, Lazarus Nürnberger deve ter viajado pessoalmente para o México e Santo Domingo.¹⁰⁰ Teve os seus próprios feitores no espaço colonial espanhol, mas também agentes comerciais na Índia e em Lisboa, mantendo de Sevilha ligações com Portugal.¹⁰¹ Nürnberger tornou-se, desta maneira, um autêntico *globalplayer* e uma das figuras mais brilhantes entre os alemães envolvidos, na primeira metade do século XVI, em negócios com Portugal e Espanha, seja na Península Ibérica, seja no ultramar.

Voltemos à fase inaugural, que conduziu a essa carreira estupenda e debruçemo-nos sobre a sua biografia, nomeadamente, no período em que Lazarus Nürnberger passou por Portugal e pelo espaço índico. Lazarus Nürnberger nasceu por volta de 1499¹⁰² em Neustadt an der Aisch, uma pequena vila na Alta Alemanha, que fica a uma distância de pouco mais do que 30 quilómetros de Nuremberga. O seu pai, Heinrich Nürnberger, era um alto funcionário administrativo do Markgraf von Ansbach, portanto, um homem com um prestígio social considerável.¹⁰³ Desconhecemos pormenores dos primeiros anos da vida de Lazarus Nürnberger, sabemos apenas que estava ligado à casa dos Hirschvogel, pelo menos desde 1514, ou seja, quando tinha uma idade que rondava os 15 anos.¹⁰⁴ Foi ao serviço desta casa comercial de Nuremberga que Lazarus Nürnberger viajou para Lisboa, via Antuérpia, em Janeiro de 1517. No início de Abril do mesmo ano, já o encontramos a bordo da nau Santiago (a grande).¹⁰⁵ Esta nau, comandada por Manuel de Lacerda, era uma das cinco embarcações da

¹⁰⁰ Kellenbenz e Walter 2001, 22.

¹⁰¹ É documentado um tal Marcus Hartmann, que representou Lazarus Nürnberger em Lisboa nos anos 30 do século XVI. Cf. Amburger 1931, 231, nota 4; Otte 2004c, 182, nota 133; Kömmerling-Fitzler 1967/68, 176, nota 177.

¹⁰² Sobre a data de nascimento de Nürnberger, vd. Otte 2004c, 166; Schaper 1973, 243. M. Ehrhardt (vd. *supra*, nota 20) apresentou algumas dúvidas sobre a transmissão correcta desta data, não tendo, porém, conseguido prová-lo. Cf. Pohle 2000, 197-198.

¹⁰³ Schaper 1970, 185.

¹⁰⁴ Sobre as ligações de Lazarus Nürnberger à casa comercial dos Hirschvogel, vd. Schaper 1970, 184-185; 1993, 223-225, 243-245 e *passim*; Kömmerling-Fitzler 1967/68, 141-146.

¹⁰⁵ No relato de Nürnberger: *S. Agno grandi*. Houve duas naus na armada de 1517, cujo nome era Santiago. Para as distinguir melhor, uma foi designada por «Santiago a grande» e a outra por «S. Tiaguinho». Esta última foi capitaneada por Pedro Quaresma. Cf. Q. da Fonseca 1989, 265-266.

frota da Índia de António de Saldanha. Durante a sua viagem, Lazarus Nürnberger tomou alguns apontamentos, que enviou, anos mais tarde, numa carta ao humanista Willibald Pirckheimer, um dos conselheiros do imperador Carlos V.¹⁰⁶ Com base neste documento, a viagem de Nürnberger deixa-se reconstruir como se descreve a seguir.

Passando a ilha da Madeira a frota fez, em meados de Abril, uma primeira escala na ilha de Gran Canária para abastecer e fazer algumas reparações nos navios. No dia 22 desse mesmo mês, a frota iniciou a sua longa volta pelo Atlântico do Sul e dobrou o Cabo da Boa Esperança em finais de Julho, chegando um mês mais tarde à ilha de Moçambique, onde fez outra escala, antes de partir daí para a costa ocidental da Índia. A Santiago alcançou a cidade de Goa no dia 1 de Outubro, terminando, assim, uma viagem que demorou aproximadamente meio ano. Lazarus Nürnberger permaneceu em Goa durante as primeiras semanas da sua estadia no subcontinente indiano. A seguir, visitou Batalalá no reino hindu de Bisnaga¹⁰⁷ e as feitorias-fortaleza portuguesas em Cananor, Calicut e Cochim na Costa do Malabar. O jovem alemão, que deve ter feito esta viagem com a missão de observar os diversos mercados na Índia, menciona na sua carta as principais mercadorias que encontrou nos locais pelos quais passou¹⁰⁸ e informou Pirckheimer acerca do cenário político no espaço do Oceano Índico. Nürnberger deve ter ficado muito impressionado com aquilo que viu. O jovem agente comercial revelou-se um observador muito crítico do domínio colonial e das práticas políticas dos portugueses na Ásia. Existia,

¹⁰⁶ A carta, datada de 1 de Dezembro de 1519, faz parte do denominado *Codex Bratislavensis*. Anne Kroell publicou, em 1980, o texto da carta de Lazarus Nürnberger, elaborando também uma tradução em francês. Em 1986, M. Krása, J. Poli ensk e P. Ratko editaram todo o manuscrito e juntaram à sua obra uma tradução inglesa. Anexaram, ainda, uma tradução portuguesa de dois documentos, sendo um deles a referida carta de Nürnberger. Vd. ÚKSAV, *Rkp.* fasc. 515/8, Fol. 180-187; Kroell 1980; Krása et al. 1986, 62-70 e 139-148 (trad. port.).

¹⁰⁷ Este reino no interior da Índia é também conhecido por Narsinga. A sua capital, Vijayanâgara, era um dos maiores centros asiáticos para o comércio de diamantes e outras pedras preciosas.

¹⁰⁸ O autor menciona, por exemplo, o açúcar da Madeira e das ilhas Canárias, o gengibre e a prata das ilhas Comores, pimenta e outras especiarias da Costa do Malabar, panos, pedras preciosas e pérolas, que tinha visto no reino de Bisnaga, bem como os cereais dos Açores.

na sua perspectiva, naquela altura, um «*ser boss regiment in India untter den Portugaleseren*»¹⁰⁹, ou seja, «um regime muito mau na Índia sob o governo dos portugueses». No seu entender, a hegemonia portuguesa no Índico passava por uma fase muito precária, quer na Índia, quer em Malaca.

*Awch sollt ir wissen, das die Portugaleser gross nodt leyden in Mylaca awss ursach, das gantz landtvolk wider sie ist und wo der konig von Portugal nit ain gross summa volcks dahin sendt, wirt das mit sambdt India dem konig von Portugal genomen werden. Gott fuge all dingk zum bestenn! Also das warlich itz gantz India und Mylaca ser ubel versehen ist von den Portugaleseren.*¹¹⁰

[Também deveis saber que, em Malaca, os portugueses estão em apuros, porque o povo de todo o país está contra eles, e se o rei português não lhes mandar um grande número de homens armados, Malaca junto com a Índia, será tirada ao rei português. Que Deus volte todas as coisas para melhor! Assim, toda a Índia e Malaca são muito mal administradas pelos portugueses.]¹¹¹

Nürnbergger constatou que os indianos, apesar da sua enorme supremacia numérica, tinham tanto medo dos portugueses, que não sabiam como reagir contra este regime de terror. Segundo o autor, a permanência dos portugueses no Índico encontrava-se seriamente ameaçada e a consolidação do império colonial português dependia do apoio militar de aliados. Fazia parte destas potências amigas do rei de Portugal, o reino de Cochim.

In disen treyen konigreychen [= Bisnaga, Cananor, Calicut (NdA)] vermag ytlicher ob 200 000 edellewt inn krigk. Also das die Portugaleser

¹⁰⁹ ÚKSAV, Rkp. fasc. 515/8, Fol. 185 *apud* Krása et al. 1986, 68.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ *Ibidem*, 146.

anders nichts haben, dann die gnade Gotts. Wer sonst nit muglich, das sie India alein mochten erhallten. Dann wann nit mer, dann ytlicher Indianer ain sandt kornlein nemen, sollten die Portugaleser all zuedecken. Aber die forcht ist so gross untter den Indianeren, das sie nit wissen, was sie thuen sollen.

Von Calakuth bin ich gefaren nach der stat Cuchin. Ist ain konikgreych, dae hellt der konighof. Ist gut portugalesisch. Da hat der konigk von Portugal ain schloss und ob 300 hewser, ydoch schlecht dingk. Hier wechst die spetzerey und whar, als in Calakuth. Dise stadt leyt 48 meyl von Calakut. Die Portugaleser haben kainn besseren frewndt in gantz India, dann den konig von Cuchin. Ist auf ir seyten. Doch vermag diser konigk nit ob 60.000 man inss felt. Ist das clainst koniggreych, so in gantz India ist.¹¹²

[Realmente, nestes três reinos [= Bisnaga, Cananor e Calicut] é possível mandar à guerra uns 200 000 fidalgos, de maneira que os portugueses não têm aqui outra coisa de que a ajuda de Deus. De outro modo, não é possível que os portugueses sozinhos mantenham a Índia, porque se cada indiano tomasse um grão de areia, poderiam cobrir os portugueses com areia, mas há tanto medo entre os indianos que não sabem o que fazer.

De Calecut parti para a cidade de Cochim, é também um reino, o rei tem aqui a corte, tem simpatia para com os portugueses, o rei de Portugal tem cá um castelo e umas 300 casas, mas em mau estado. Crescem aqui especiarias e mercadorias como em Calecut, esta cidade fica a 48 léguas de Calecut. Os portugueses não têm melhor amigo em toda a Índia do que o rei de Cochim, que está ao lado deles, porém, este rei não pode mandar

¹¹² ÚKSAV, *Rkp.* fasc. 515/8, Fol. 185v. *apud* Krása et al. 1986, 69.

para o campo mais de 60 000 homens. É o reino mais pequeno de toda a Índia.]¹¹³

Além do testemunho acerca do decurso da sua viagem, nesta carta de Lazarus Nürnberger, encontramos também informações sobre acontecimentos históricos a que ele próprio não assistiu, mas que lhe foram apenas relatados como, por exemplo, algumas operações militares dos portugueses no Índico Ocidental, que tinham acontecido nos meses antes da sua chegada à Índia.

Depois de uma estadia de aproximadamente três meses e meio na Índia, Lazarus Nürnberger partiu de Cochim, no dia 12 de Janeiro de 1518, para voltar para a Europa. Ele não menciona o nome da embarcação em que fez a viagem de regresso, mas, pelo seu relato, temos conhecimento da rota que o navio percorreu, com as escalas e as respectivas datas. O documento termina com a indicação de que a frota esteve nos Açores de 6 a 9 de Junho. Não sabemos ao certo quando é que Lazarus Nürnberger chegou a Lisboa, mas em Julho de 1518 já aí se encontrava.¹¹⁴ Ainda em 1518, Nürnberger foi enviado pelos Hirschvogel para Sevilha, de onde regressou à Alemanha.¹¹⁵ Os seus patrões esperavam-no em Nuremberga antes da Páscoa de 1519.¹¹⁶ Nürnberger permaneceu alguns meses na Alta Alemanha e hospedou na sua casa, em Bamberg, o filho de Martin Behaim, que, nesta altura, se encontrava junto do ramo alemão da família.¹¹⁷

¹¹³ *Ibidem*, 146.

¹¹⁴ O regresso de Nürnberger é documentado numa carta de Michael Behaim para Jörg Pock (Nuremberga, 12.11.1518), a qual se encontra no StadtAN (E 11/II, *FA Behaim* Nr. 582,1). Vd. Ghillany 1853, doc. XVI.

¹¹⁵ Schaper 1970, 196.

¹¹⁶ StadtAN, E 11/II, *FA Behaim* Nr. 582,3 (carta de Michael Behaim para Jörg Pock, Nuremberga, 16.12.1518). Cf. Schaper 1973, 244.

¹¹⁷ StadtAN, E 11/II, *FA Behaim* Nr. 582,12; Kömmerling-Fitzler 1967/68, 145. Como Martin Behaim júnior não falava alemão, Nürnberger serviu-lhe de intérprete. Sobre Martin Behaim júnior e a sua estadia na Alta Alemanha, vd. Ghillany 1853, docs. XIII-XXIII.

Já no início de 1520, encontramos Nürnberger outra vez em Lisboa.¹¹⁸ Tinha, à partida, a intenção de participar uma vez mais numa expedição marítima portuguesa, mas em finais de Março, o feitor dos Hirschvogel em Lisboa, Jörg Pock, informou, numa carta, que o seu colega já não viajaria para a Índia nesse ano, talvez no próximo, se se arranjasse um contrato vantajoso com o rei de Portugal.¹¹⁹ É incerto se Lazarus Nürnberger esteve pessoalmente envolvido em mais alguma viagem ao espaço colonial português, mas está provado que os seus contactos comerciais com Lisboa e com as colónias portuguesas permaneceram vivos.¹²⁰

Em Abril de 1520, Nürnberger dirigiu-se a Sevilha, cidade que tanto influenciou o seu destino até à sua morte, que ocorreu por volta de 1565.¹²¹ Provavelmente, chegou ao Guadalquivir ainda na qualidade de agente comercial dos Hirschvogel, mas já nos anos seguintes, encontramos-lo a fazer negócios para outras firmas e também por conta própria. Casou-se com a filha do famoso tipógrafo e mercador Jakob Cromberger, que já há muitos anos se tinha estabelecido em Sevilha.¹²²

O papel de Lazarus Nürnberger na História dos Descobrimentos apresenta-se bastante interessante e invulgar, uma vez que este alemão foi uma das poucas personagens que esteve pessoalmente envolvida nos mercados e espaços económicos das “duas Índias”. Esteve integrado numa rede comercial, que se estendia de Goa e da Costa do Malabar no Este, ao México e ao Peru no Oeste, com Lisboa e Sevilha no centro.¹²³

¹¹⁸ Schaper 1973, 244.

¹¹⁹ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 582,13 *apud* Ghillany 1853, doc. XXI: «Auch wist das Lasarus Nurmberger dies iarr nit ferdt aber das ander iarr mocht er faren wo im der konig ein gutte pardida auff thon wollt vnnd itzund nach ostern würdt er nach Sibilia zihen» [«Também deveis saber que Lazarus Nürnberger não viaja este ano [para a Índia], mas quer ir no próximo, se o rei lhe conceder um bom contrato, e agora, depois da Páscoa, deslocar-se-á para Sevilha»].

¹²⁰ Vd. *supra*, nota 101.

¹²¹ Schaper 1973, 230. Em 1564, supostamente pouco antes da sua morte, Lazarus Nürnberger fez o seu testamento, que revela todo o seu sucesso económico, deixando aos seus herdeiros uma verdadeira fortuna, que incluía também uma quantia notável em pedras preciosas. Cf. Kellenbenz e Walter 2001, 29.

¹²² Sobre as ligações entre Lazarus Nürnberger e os Cromberger, vd. *supra*, nota 98.

¹²³ Walter 2006b, 12-14.

Lazarus Nürnbergger destacou-se na história das relações luso-alemãs, não apenas devido às suas actividades comerciais em Lisboa e à sua viagem à Índia, mas também pela colecção e divulgação de fontes escritas acerca da expansão marítima de Portugal. Já nos referimos ao denominado *Codex Bratislavensis* que J. Poliškenský e P. Ratkoš identificaram como um fragmento do *Memoria-puch* de Lazarus Nürnbergger.¹²⁴ Infelizmente, ficaram conservados apenas os fólios 167-190 deste «livro de memórias» que, supostamente, deve ter sido, na sua forma original, uma cópia de uma colectânea avultada de textos relacionados com a cosmografia e os descobrimentos geográficos. Relativamente ao fragmento que se encontra em Bratislava, trata-se de um conjunto de vários textos que abordam precisamente estas questões. Alguns documentos são redigidos em latim, outros em alemão, mas todos pela mão de um só autor, possivelmente a de Lazarus Nürnbergger, cujo nome é o único que aparece *expressis verbis* como autor de um dos textos do *Codex Bratislavensis*. A colecção contém, em detalhe, o relato do alemão anónimo que acompanhou a armada portuguesa em 1502 (fls. 173-175), já descrito neste capítulo. Seguem-se, nos fólios 175-176 do manuscrito, informações adicionais sobre a segunda viagem de Vasco da Gama à Índia. Nos fólios 176-179v., encontram-se indicações detalhadas sobre as distâncias entre diversos locais situados nas costas do Atlântico e do Índico e a importância económica de vários locais na África Oriental e na Ásia, sobretudo, dos produtos que aí se comercializavam. O texto, que se baseia no relato de um outro viajante alemão anónimo que se dirigiu para a Índia em 1503/04, deixa transparecer claramente o grande interesse do autor por questões comerciais, mas também geográficas e históricas relacionadas com os Descobrimentos Portugueses. No fim deste texto, é ainda fornecida uma breve cronologia das expedições portuguesas à Índia entre 1497 e 1509, que completa as informações da fonte original.¹²⁵ Destaca-se aqui uma referência às participações alemãs na armação das frotas de

¹²⁴ ÚKSAV, *Rkp.* fasc. 515/8. Vd. *supra*, notas 13-16.

¹²⁵ A cronologia do “manuscrito de Leutkirch” abrange apenas as viagens dos anos 1497-1500/01.

D. Francisco de Almeida e de Tristão da Cunha.¹²⁶ Nos fólios 180-187, segue-se o acima apresentado relato da viagem de Lazarus Nürnberger à Índia. O fragmento do *Codex Bratislavensis* termina com três textos (fls. 187v.-190v.) sobre a expansão marítima espanhola, assunto este que marcou a vida de Lazarus Nürnberger a partir de 1520.

Jörg Pock: feitor dos Hirschvogel e dos Herwart na Índia

Após o regresso de Lazarus Nürnberger da sua viagem ao espaço índico, os Hirschvogel decidiram enviar um outro agente comercial para estas paragens, mas desta vez com o intuito de se estabelecer alguns anos no subcontinente indiano. Escolheram para esta missão Jörg Pock, seu feitor de Lisboa.¹²⁷ Pock era oriundo de Heidingsfeld, uma pequena localidade perto de Würzburg (Wurtzburgo). Não se sabe quando entrou ao serviço dos Hirschvogel, apenas que os representou em Lisboa em finais da segunda década do século XVI.¹²⁸ Em Março de 1520, assinou, na capital portuguesa, dois contratos nos quais se comprometeu a representar, nos três anos seguintes, os Hirschvogel, bem como os Herwart de Augsburgo, na Índia.¹²⁹ Nestes contratos, Pock prometeu servir fiel e honestamente os seus patrões, vivendo modestamente e sem excessos no seu novo local de trabalho. Foi-lhe estritamente proibido jogar e fazer negócios por conta própria. As mercadorias importadas tinham de ser vendidas o mais vantajosamente possível para depois investir os proventos na compra de produtos indianos. Além

¹²⁶ O texto confirma o envolvimento dos Welser, Fugger, Imhoff, Höchstetter, Gossembrot e Hirschvogel na expedição de 1505/06 e é, supostamente, a única fonte que prova a participação dos Imhoff ao lado dos Welser na empresa de Tristão da Cunha.

¹²⁷ Sobre Jörg (Georg) Pock e sua estadia na Índia, vd. Kömmerling-Fitzler 1967/68, 144-177; Schaper 1970, 186-189; 1973, 223-233 e 246-247; Kellenbenz 1991c, 89; Jakob 2001; Halbartschlager 2004, 670-677.

¹²⁸ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 582,3.

¹²⁹ StadtAN, B 14/I Nr. 45, Fol. 38v./39 (contrato Pock/ Hirschvogel, Lisboa, 1.3.1520); Stadtarchiv Augsburg [StadtAA], Rst, Reihe "Kaufmannschaft und Handel", Akten, Fasz. 4, Nr. 24/11 (contrato Pock/ Herwart, Lisboa, 14.3.1520).

disso, tinha de observar atentamente os negócios dos portugueses, principalmente os carregamentos das suas armadas. Portanto, os Hirschvogel e os Herwart esperavam que Pock lhes remetesse notícias detalhadas sobre tudo o que se relacionava com o comércio na Índia, interditando, simultaneamente, o desvio de informações para outros mercadores ou empresas.¹³⁰

Em Abril de 1520, deixou o continente europeu e rumou, com a frota capitaneada por Jorge de Brito, para Goa. Numa carta que Pock enviou de Cochim, no dia 1 de Janeiro de 1522, para Michael Behaim, são-lhe fornecidas informações sobre as suas actividades na Índia.¹³¹ Este valioso documento prova que existia, através das feitorias alemãs de Lisboa, uma troca de correspondência que circulava entre a Índia e a Alta Alemanha.¹³² Logo no início da carta, Pock começa por agradecer ao destinatário o envio de uma encomenda que recebera em Dezembro de 1521. Esta continha notícias sobre acontecimentos que se tinham passado recentemente na Europa, tais como a reforma, a eleição imperial de Carlos V, a revolta dos *comuneros* em Castela e as crises políticas na Europa Central-Leste.¹³³ Na sua carta, Pock mostrou-se muito preocupado com a situação política no Índico. Salientou os problemas que os portugueses tiveram em Bijapur, Calicut, Diu, Chaul, Ormuz e Malaca. No seu entender, o Estado da Índia

¹³⁰ Cf. Kömmerling-Fitzler 1967/68, 147; Halbartschlager 2004, 670.

¹³¹ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 582,14. Uma edição da carta em: Ghillany 1853, doc. XXIV; Kömmerling-Fitzler 1967/68, 177-184.

F. Halbartschlager (2004, 674) considera «essa fonte (...) uma descrição actual e emocionante duma determinada situação. Por trás do texto está um homem esperto e sábio, capaz de analisar, reflectir e ajuizar.»

¹³² Veit Hörll, feitor da casa dos Herwart, recebeu a referida carta em Lisboa e remeteu-a para a Alemanha. Esta chegou às mãos de Michael Behaim, a Nuremberga, no dia 3 de Novembro de 1522.

¹³³ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 582,14. Pock comentou as notícias sobre Martin Luther (Lutero), que se espalhavam nesta altura, no Sacro Império Romano-Germânico, como nenhum outro acontecimento da actualidade, da seguinte maneira (*ibidem*): «*Ich hab gern gelesenn di zeittung vom münchen vonn Wittenburg, habs hie all denn bristern gesagt. Wundern sich fast vnnd sagen, dz er di warheyt predich. Sunderlich ein bischoff ist hie so weygt, der sagt, der selb munch sein vor gott ein heylicher mann.*» [«Gostei de ler a notícia sobre o [ou: a gazeta do] monge de Wittenberg. Conte aqui a todos os padres. Ficam muito surpreendidos e dizem que ele prega a verdade. Particularmente, há cá um bispo que vai tão longe, que afirma que este mesmo monge é, perante Deus, um homem santo.»]

passava, precisamente nestes anos, pela sua pior fase, o que foi ainda reforçado pelas divergências que ocorriam entre os próprios portugueses:

(...) di moren sehen hie, dz kein portugeser dem andern woll will, sunder einander betrigen, di armen vnnder trucken (...); also dz India, dy weyll eß der konig vonn portugall gehabpt hatt, nie so vbl gestanden ist, alß es yzundt statt; gott woll, dz pesser werdt.

(...) So will der konig vonn Portugl, mann soll vil lantz ein nemen vnnd vil factoria auff richten vnnd schickt kein folk noch gelt (...).¹³⁴

[(...) os mouros reparam aqui, que nenhum português quer o bem do outro, mas que se enganam mutuamente e oprimem os pobres (...); assim, a Índia que está na posse do rei de Portugal nunca se encontrou numa situação tão desfavorável como actualmente; Deus queira que venha a melhorar.

(...) Então o rei de Portugal quer que se tome muita terra e que se ergam muitas feitorias, mas não envia nem gente nem dinheiro.]

Pock constatou que o poder dos portugueses na costa do Malabar era, apesar dos sucessos militares sobre os quais já se tinha pronunciado noutra carta dirigida a Michael Behaim, tão fraco que havia já afectado o comércio, que se ressentia cada vez mais. O feitor alemão criticou as práticas comerciais dos funcionários reais portugueses, acusando-os de terem cometido erros gravíssimos nas relações com os governos e mercadores locais. Isto tinha conduzido a uma crise económica e provocado a estagnação do comércio da pimenta.

(...) aber Ich weiß nit, wy di regirt haben, dz es ytzundt darr zw kommen ist, dz si sich nit mit parem gelt noch guttem goldt wollnn lassenn

¹³⁴ *Ibidem.*

*zallnn, vnnd noch wollnn si kein piper geben; also dz ditz Jarr nach portugall gangen soltten sein 40 M^o centner piper, do gann nit 30 M^o, also dz noch zw besorgen ist. Wo der konig nit anderst dar zw thutt, dz er India wider mag verliren; gott woll geben, waß dem gemein mann am nutzttten sein.*¹³⁵

[...] mas eu não sei como eles [= os portugueses] governaram que se chegou agora ao ponto de [os comerciantes indianos] não quererem ser pagos nem em dinheiro vivo nem em bom ouro. Também não querem dar [mais] pimenta. Assim, dos 40 mil quintais de pimenta que este ano deveriam ter ido para Portugal, nem sequer 30 mil foram enviados, tem-se, portanto, de arranjar ainda mais. Se o rei não faz algo, pode voltar a perder a Índia; Deus dê aquilo que for o mais útil ao homem comum.]

Melhores condições para praticar o comércio encontraram os portugueses em «Narsingem» ou Bisnaga, «onde é apreciada a pedra chamada diamante».¹³⁶ Pock mostrou-se muito impressionado pela riqueza deste reino hindu, no qual tinha permanecido de Abril a Novembro de 1521. A sua capital, Vijayanâgara, era um dos mais importantes mercados em toda a Ásia para negócios referentes a pedras preciosas, nos quais os Hirschvogel e os Herwart se tinham especializado. Consequentemente, a compra desta mercadoria deve ter estado no centro das actividades do seu representante na Índia.

Pock permaneceu no subcontinente indiano até à sua morte, que ocorreu em 1529. Originalmente, tencionara regressar à Europa após cumprir o seu contrato, válido até 1523, pois na carta redigida a Michael Behaim informou o seu conterrâneo de que o seu tempo na Ásia terminava em breve. Mencionou que tinha recebido uma oferta de uma outra companhia

¹³⁵ *Ibidem.*

¹³⁶ *Ibidem*: «Narsingem (...), do der stein genandt demandt gefelt.»

para ficar mais quatro anos na Índia, mas que sentia pouca vontade de aceitar. «Tenho muitas saudades das terras alemãs», anotou no fim da referida carta.¹³⁷ No entanto, não conhecemos os motivos que levaram Pock a alterar as suas intenções. Facto é que continuou, após 1523, a sua vida longe da pátria e, muito provavelmente, ao serviço dos Hirschvogel.¹³⁸

¹³⁷ *Ibidem*: «Senn mich fast nach thewtzschen landen».

¹³⁸ StadtAN, B 14/I Nr. 43, Fol. 70v.-72v., 181v.-183. Trata-se aqui de documentos dos anos 30 do século XVI, relacionados com a herança de Pock.

CAPÍTULO 4

AS GRANDES CASAS COMERCIAIS DE NUREMBERGA E DE AUGSBURGO E OS SEUS REPRESENTANTES EM LISBOA E NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS

As famílias de Nuremberga

Na busca dos primeiros representantes dos mercadores-banqueiros alemães em Portugal, as pistas conduzem-nos às companhias de Nuremberga. De Martin Behaim, sabemos que representou a casa dos Hirschvogel pouco antes da sua primeira viagem para Lisboa em 1484. Certamente, partiu com o intuito de recolher informações sobre o comércio em Portugal que, posteriormente, transmitiu não apenas aos familiares do clã Behaim-Hirschvogel, mas também às outras casas comerciais da cidade, como prova o próprio globo de Behaim.

Ainda em finais dos anos 80 do século XV, encontramos na pessoa de Hans Stromer¹ um outro mercador de Nuremberga na capital portuguesa. O feitor da companhia dos Gruber-Podmer-Stromer foi, segundo o *Geschlechtsregister des Hochadelichen Patriciats zu Nürnberg* do ano de 1748, «membro do conselho de Nuremberga e morreu, no ano de 1490, em Lisboa em Portugal, onde jaz, por baixo do seu escudo, na capela de S. Bartolomeu.»² Uma fonte ainda mais antiga confirma a data e local do faleci-

¹ Vd. cap. 1, nota 129.

² J. G. Biedermann 1748, Tabula CCCCLXVII: «Hans I. Stromer von Reichenbach (...) kam in den Rath zu Nürnberg und starb anno 1490 zu Lissabon in Portugall, woselbsten er in der Capelle zu St. Bartholomäi unter seinem Schild begraben lieget.»



mento de Hans Stromer e acrescenta a notícia: «(...) foi condestável-mor e cavaleiro do rei [D. João II]». ³

Em meados dos anos 90, passaram por terras portuguesas mais dois mercadores nurembergueses, Kaspar Fischer e Nikolaus Wolkenstein, que acompanharam Hieronymus Münzer na sua viagem à Península Ibérica. O próprio Münzer, que era familiarmente ligado aos Holzschuher e também sócio desta casa ⁴, revelou-se um observador atento das condições comerciais em Portugal como mostra o seu *Itinerarium*. ⁵ Após uma fase de observação, a representação das empresas alemãs ganhou, logo no início do século XVI, uma nova dimensão devido à chegada a Portugal das especiarias orientais. Agora, dirigiam-se feitores, com residência fixa, e outros agentes comerciais alemães para Lisboa, «cuja tarefa consistia em impor os interesses comerciais dos seus comitentes, orientando-se pelas possibilidades da política ultramarina portuguesa». ⁶

Ao comparar as casas comerciais de Nuremberg com as de Augsburg, que se estabeleceram nesta fase na cidade do Tejo, são de notar algumas semelhanças, sobretudo, respeitantes ao modo e ao volume de negócios praticados. No entanto, verificamos grandes diferenças em relação à política de recursos humanos. Enquanto os mercadores-banqueiros de Augsburg costumavam contratar os feitores que não pertenciam às respectivas famílias com o propósito de os enviar ao extremo Sudoeste da Europa, a maioria dos representantes das casas de Nuremberg pertencia às famílias envolvidas no comércio com Portugal. Um bom exemplo é o da casa dos Holzschuher que manteve vários familiares no território português logo no início do século XVI.

³ A notícia deriva do humanista quinhentista Christoph Scheurl (*Codex H, Regesten*, Nr. 144b), *apud* Stromer von Reichenbach 1963, 156: «*was des königs oberster zeugmeister und ritter*».

⁴ Kellenbenz 1967, 469.

⁵ Vd. cap. 1.

⁶ Halbartschlager 2004, 667-668.

Os Holzschuher

Os Holzschuher eram uma das mais antigas famílias do patriciado de Nuremberga.⁷ Ao folhear no espólio do *Stadtarchiv Nürnberg* as magníficas obras genealógicas⁸ desta autêntica dinastia mercantil, deparamo-nos com quatro nomes pertencentes a membros da família que se encontraram em Portugal no reinado de D. Manuel I.⁹ Um deles, mais precisamente Wolff ou Wolfgang Holzschuher, foi armado cavaleiro pelo *Venturoso*, no dia 8 de Fevereiro de 1503, depois de ter participado em campanhas militares que os portugueses travaram no Norte de África.¹⁰ Eis um excerto do texto da versão latina, traduzida por J. M. de Almeida:

D. MANUEL, pela graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém-mar em África, Senhor da Guiné, e da conquista, navegação e comércio da Ethiópiã, Persia, Arábia e Índia (...).

Damos conhecimento de que o nobre varão alemão Wolfgang Holzschuher, desejoso de acrescentar à nobreza dos seus antepassados, e da sua progénie, espontaneamente se apresentou nas fortificações que em África mantemos contra os Bárbaros Sarracenos, para demonstrar o vigor da sua alma e do seu corpo, e parece ter combatido contra os Mouros com denodo e coragem, segundo o testemunho fiel que recebemos do nosso capitão de Alcácer, e de outros militares nossos; com a derrota do

⁷ Schultheiß 1972.

⁸ StadtAN, E 49/III Nr. 1 [*Geschlechterbuch der Holzschuher (das „braune Holzschuherbuch“)*, iniciado por Lazarus Holzschuher em 1506]; StadtAN, E 3 Nr. 48 [*Des Geschlechts D. Holzschuher Stamens u. Namens (1565)*].

⁹ Cf. Stromer von Reichenbach 1963, 85; Pohle 2000, 123-125; Kellenbenz 1966, 312-313; Ehrhardt 1989, 92-94.

¹⁰ StadtAN, E 49/I Nr. 605. No mesmo arquivo vd. os seguintes docs.: E 3 Nr. 48, Fol. 119v-125; E 49/II Nr. 745 (I; Ib; II; IX). Cf. Gatterer 1755, Tl. 2, 244-249, Nr. 205; J. G. Biedermann 1748, Tabula CLXXVIII.

inimigo ficou-se-lhe a dever uma parte não pequena, da vitória e do saque.

Por esta razão, desejando nós recompensar a pessoa do referido Wolfgang Holzschueher com honras e mercês, e conceder-lhe algo compatível com os seus méritos, pelas nossas próprias mãos o armamos cavaleiro (...). E porque, sob o sinal que na nossa bandeira ostentamos, contra o inimigo infiel, tenazmente revelou tamanha devoção, apraz-nos acrescentar às armas da sua família a rubra Cruz de Cristo, com a cabeça de um mouro cortada, e que assim se tenha em conta na respectiva descrição. (...)

Dada na nossa cidade de Lisboa, no dia 8 de Fevereiro do ano da salvação Cristã de 1503.¹¹

São incertas as datas da chegada de Wolfgang Holzschuher a Portugal e do seu contributo na luta contra os mouros. Na correspondência trocada entre as famílias dos Holzschuher e dos Behaim, existe uma carta de um Jacob Holzschuher, escrita em Dezembro de 1501, na qual o autor menciona que se tinha deslocado recentemente «em serviço para a Península Ibérica na companhia de Wolff Holzschuher».¹² O remetente da carta é provavelmente o mesmo Jacob Holzschuher que faleceu, em 1504, em Lisboa. Nas fontes genealógicas, há vários trechos que se referem ao dito facto. Por exemplo, no denominado *Das Braune Holzschuherbuch*, iniciado em 1506, pode ler-se: «Jacob Holzschuher (...) morreu solteiro em Lisboa, em

¹¹ A trad. port. está integrada no artigo de J. M. da C. Silva (Almarjão) (1977, 30). A contextualização histórica que autor juntou ao documento revela-se bastante problemática porque contém várias afirmações não provadas como, por exemplo, a chegada de Wolfgang Holzschuher a Portugal «já na parte final do século XV, acompanhado pelo lendário Martinho de Boémia» (29). Também não fica «documentalmente assinalada por feitos militares a presença de ambos em Alcácer Ceguer» (*ibidem*), nem «que em 1486 (...) o próprio Rei D. João II (...) o arma cavaleiro» (*ibidem*). A data de morte de Wolfgang Holzschuher, que Silva (Almarjão) apresenta, é igualmente errada. O nuremberguês não faleceu em 1529, mas em 1547 (StadtAN, E 3 Nr. 48, Fol. 119v.-125). Ehrhardt (1989, 94) cometeu o mesmo erro, seguindo uma pista de um outro Wolfgang Holzschuher.

¹² GNM, *Behaim Archiv*, Fasz. 1, Nr. 12 (carta de Jacob Holzschuher para Michel Behaim, Paris, 22.12.1501): «auff Denstweg piß Jn Ispánia mit sampt Wolff holzschuher».

Portugal, no ano de 1504».¹³ Também em 1504 faleceu Peter Holzschuher, o presumível autor do “manuscrito de Leutkirch”, no âmbito de uma expedição marítima à Índia.¹⁴

Em Lisboa, encontramos ainda, no que se refere aos anos de 1507 e 1510, Hieronymus Holzschuher (1569-1529), o genro de Hieronymus Münzer.¹⁵ As respectivas cartas¹⁶ que testemunham a sua presença no Tejo mostram que manteve contactos com os feitores dos Hirschvogel e com outros mercadores da sua terra natal.¹⁷ Em colaboração com Valentim Fernandes, enviou notícias para Nuremberga, onde seguiu, até à sua morte, uma próspera carreira política que culminou no mais alto cargo de *Älterer Bürgermeister*.¹⁸ Grande fama alcançou também o retrato de Hieronymus Holzschuher, elaborado por Albrecht Dürer em 1526.

Em meados da segunda década do século XVI, um outro membro da família Holzschuher, provavelmente Lazarus, dispôs de algumas informações sobre a «*neüe Schifart*», isto é, a nova rota marítima que o rei de Portugal tinha descoberto para «*Calaküt*», navegando de Ocidente para Oriente.¹⁹ O interesse do autor encontra-se direccionado para as especiarias. No seu entender, «o sultão e os venezianos perderam o comércio de especiarias» devido ao bloqueio do Mar Vermelho e o controlo do Golfo de Adém pelos portugueses.²⁰

¹³ StadtAN, E 49/III Nr. 1, Fol. 28: «*jacob holzschuher (...) starb ledig zu lisibona in portigal Jm 1504 Jar*». Cf. StadtAN, E 3 Nr. 48, Fol. 107v-108 e 264; Gatterer 1755, Tl. 2, 466, Nr. 42.

¹⁴ Vd. cap. 3, nota 32.

¹⁵ Hieronymus Holzschuher casou com Dorothea Münzer em 1498 e herdou mais tarde a valiosa biblioteca do sogro que ainda ampliou. Cf. Goldschmidt 1938, *passim*.

¹⁶ GNM, FA Imhoff, Fasz. 11, Nr. 15 (testamento de Ulrich Imhoff, Lisboa, 7.3.1507. Hieronymus Holzschuher é mencionado como testemunha); GNM, Rst Nürnberg, XI, 1d, Fol. 1 (carta de Valentim Fernandes para Stefan Gabler, Lisboa, 26.6.1510).

¹⁷ São mencionados *expressis verbis* Ulrich Imhoff, Wolf Behaim, Wolfgang Seldner e Stefan Gabler.

¹⁸ Em latim: *magister civium*. Trata-se do presidente de uma cidade, eleito ou determinado pelo respectivo conselho. Hieronymus Holzschuher já tinha desempenhado anteriormente a função de *Jüngerer Bürgermeister* (vice-presidente). Até à sua morte pertenceu ao círculo mais restrito do governo de Nuremberga. Cf. Fleischmann 2008, vol. 2, 576-580.

¹⁹ StadtAN, E 49/III Nr. 1, Fol. 323-323v.

²⁰ *Ibidem*, Fol. 323v.: «*also hat der soldan vnd die Fenediger den würcz handl gar verlorn*».

Os Imhoff

Com a casa dos Imhoff, estabeleceu-se em Portugal uma das companhias alemãs mais notáveis.²¹ Os Imhoff pertenciam à *Reichsritterschaft*²² e foram representados, desde 1402 até ao início do século XIX, quase ininterruptamente, por um membro da família no *Innerer Rat* de Nuremberga.²³ A companhia dos Imhoff é já mencionada nos anos 80 do século XIV, praticando comércio em Veneza e na Europa Oriental. O leque de mercadorias comercializadas pelos Imhoff era muito abundante e incluía produtos como seda, algodão, lã, panos, peles, prata e outros metais, armas, especiarias, vinho e os produtos do afamado artesanato nuremberguês. A partir da segunda metade do século XV, a companhia orientou-se, cada vez mais, em direcção à Europa Ocidental e Meridional, fundando entrepostos em Lyon, Saragoça, Antuérpia e Lisboa.²⁴ Foi precisamente em 1504 que a empresa de *Peter Imhoff und Gebrüder*²⁵ alugou, na capital portuguesa, uma casa com vários aposentos e armazéns.²⁶ Devido aos negócios efectuados com a Coroa portuguesa, a feitoria lisboeta dos Imhoff tornou-se uma das mais importantes representações que a companhia possuía dentro da sua rede comercial internacional.

O primeiro feitor dos Imhoff, que se pode identificar em Lisboa, foi Paulus Imhoff. Sobre ele, reza um documento encontrado no arquivo da família, situado no *Germanisches Nationalmuseum* em Nuremberga, que esteve

²¹ Sobre a história dos Imhoff (nos docs. portugueses: In Curia, Incuria, Encuria etc.), em geral, e suas relações com Portugal no século XVI, vd. Jahnel 1950; Imhoff 1975, 1-35; Fleischmann 2008, vol. 2, 606-612; Schultheiß 1957a; Jakob 2000; Pohle 2000, 125-130; Kellenbenz 1985e; M. dos S. Lopes 1994e; A. A. M. de Almeida 1993, 59.

²² Trata-se do conjunto dos cavaleiros imperiais que foi, no *Reichstag* ou dieta de Worms (1495), oficialmente reconhecido como uma corporação.

²³ O *Innerer Rat* era o grémio mais restrito do conselho de Nuremberga e na realidade o centro do poder da cidade. Era reservado às famílias mais antigas e com maior estatuto social. A par do *Innerer Rat* existia um *Großer* (ou *Äußerer*) *Rat*, no qual encontramos, além da nobreza da cidade, também representantes dos cidadãos comuns. Vd. Weiß 2000, 32-35.

²⁴ Ammann 1970, 182.

²⁵ Desde 1499 a companhia foi gerida por Peter Imhoff (1444-1528) e os seus irmãos («*Gebrüder*») Hans e Conrad.

²⁶ Cf. Jahnel 1950, 112; Kellenbenz 1985e, 245.

«muitos anos em Lisboa por causa do comércio».²⁷ E o *Geschlechtsregister des Hochadelichen Patriciats zu Nürnberg*, uma genealogia antiga que regista os membros das mais nobres famílias do patriciado de Nuremberga, acrescenta: «Paulus Imhoff permaneceu muitos anos na corte real portuguesa em Lisboa e caiu em grande mercê e estima do rei. Aí morreu, solteiro, no ano de 1507 e jaz na igreja de S. João».²⁸ Possuímos também uma carta de Paulus Imhoff redigida em Lisboa em Junho de 1507.²⁹ Algumas expressões utilizadas pelo feitor alemão mostram que este se encontrava já familiarizado com a língua portuguesa, o que corrobora a suposição de uma sua prolongada presença em Portugal. Espalhou no respectivo texto termos como, por exemplo, «partido» ou «resposta», que nem sequer existiam em alemão.

Na era de Paulus Imhoff enquanto feitor em Lisboa, a casa dos Imhoff participou duas vezes na armação de uma frota da Índia. Na primeira ocasião, de 1505/06, investiram, como já foi referido, 3000 cruzados.³⁰ Ulrich Imhoff, primo de Paulus, acompanhou esta expedição ao serviço dos Hirschvogel e talvez também representando a sua própria família. Acerca do envolvimento dos Imhoff na empresa de Tristão da Cunha desconhecem-se pormenores.³¹ Mais esclarecedor sobre os seus negócios em Portugal é o conteúdo da carta de Paulus Imhoff, acima referida. Esta revela que a companhia comprou especiarias e vendeu cereais em grandes quantidades.³² Paulus Imhoff escreveu que tencionava enviar os 125 quintais de pimenta que ainda restaram dos 400 quintais, de que dispunha

²⁷ GNM, FA Imhoff, Fasz. 44, Nr. 1, Fol. 25 v.: «vil Jar zu Liesbona vons handels wegen». A notícia deriva de Andreas Imhoff, primo de Paulus, e “cabeça” da companhia dos Imhoff a partir de 1522 (cf. Imhoff 1975, 32).

A data de morte de Paulus Imhoff também é registada em GNM, FA Imhoff, Teil II, Nr. 6, Fol. 7.

²⁸ J. G. Biedermann 1748, Tabula CCXXI: «Paulus im Hof / hielte sich viele Jahre am Königlichen Portugiesischen Hofe zu Lisabon auf, und stunde bey dem König in grosen Gnaden und Ansehen, starb allda unvermählt an. 1507. und liegt in der Kirche zu St. Johannis».

²⁹ GNM, FA Imhoff, Fasz. 37, Nr. 1a (carta de Paulus Imhoff para Peter Imhoff, Lisboa, 25.6.1507).

³⁰ Vd. cap. 3.

³¹ ÚKSAV, Rkp. fasc. 515/8, Fol. 179v.

³² GNM, FA Imhoff, Fasz. 37, Nr. 1a.

em Lisboa, para Antuérpia, logo que arranjasse um «bom barco». Reportou que já tinha vendido quase todos os cereais entre os quais o «*flemysch korn*», ou seja, os cereais vindos da Flandres. O feitor dos Imhoff mencionou também os processos jurídicos que os representantes dos mercadores-banqueiros alemães travaram em Portugal devido à apreensão das suas mercadorias vindas da Índia. Em relação ao regresso da mais recente expedição portuguesa à Índia, escreveu que «dos navios da Índia ainda não se ouve nada».³³ A carta teve ainda um aditamento de um outro empregado dos Imhoff, nomeadamente Calixtus Schüler, oriundo da Suábia.³⁴ Schüler pediu permissão para se poder deslocar temporariamente à Alemanha para tratar de assuntos relacionados com a herança familiar. O pedido foi deferido e Schüler anunciou para breve a sua viagem numa outra carta dirigida aos seus patrões, datada de 15 de Dezembro do mesmo ano.³⁵ O texto deixa bem claro que houve, entretanto, outras cartas que os dois representantes dos Imhoff em Lisboa tinham enviado aos seus colegas de Antuérpia, nas quais tinham solicitado, urgentemente, o fornecimento de mais cereais. Estes não haviam chegado, o que era lamentável, dado que o desenvolvimento do preço tinha sido tão favorável que se perdeu um óptimo negócio. Não se sabe se Schüler realizou a viagem prevista, pois ainda na segunda metade de Dezembro de 1507 faleceu, inesperadamente, Paulus Imhoff.³⁶ Calixtus Schüler substituiu-o na função de feitor e desempenhou este cargo nos cinco anos seguintes.³⁷ O período da sua regência coincide aproximadamente com anos de grande prosperidade da casa dos Imhoff. No período compreendido de 1505 a 1512, a companhia registou rendimentos anuais entre 11 e 16%, que resultaram, principalmente, do comércio de especiarias.³⁸ Mas nem sempre as coisas correram bem. Em pelo menos

³³ *Ibidem*: «*von schyffen von india hert man noch nicht*».

³⁴ GNM, FA Imhoff, Fasz. 28, Nr. 27: «*Ich Calixtus Schüeler von hächingen [= Hechingen (NdA)]*».

³⁵ GNM, FA Imhoff, Fasz. 28, Nr. 12 (carta de Calixtus Schüler para os Imhoff, Lisboa, 15.12.1507).

³⁶ Vd. *supra*, notas 27-28.

³⁷ H. Jahnel (1950, 109) indica Calixtus Schüler como feitor dos Imhoff em Lisboa entre 1504 e 1507, o que é obviamente um erro.

³⁸ *Ibidem*, 121-122.

três ocasiões, as cargas das frotas que circularam entre Antuérpia e Lisboa caíram nas mãos de piratas.³⁹ Em 1507, um navio, vindo de Lisboa e com mercadorias dos Imhoff, Hirschvogel e de outros mercadores alemães⁴⁰, foi assaltado em La Rochelle. Três anos depois, foram piratas escoceses que capturaram, na costa inglesa, um barco carregado com a pimenta dos Imhoff e dos Fugger e outro barco, proveniente da Bretónia, que também continha pimenta pertencente aos Imhoff. Estes e outros casos mostram que a rota Lisboa-Antuérpia-Lisboa teve um papel predominante, quase exclusivo, no âmbito do transporte dos produtos comerciais entre Portugal e a Alemanha. Calixtus Schüler negociou com a Coroa portuguesa um contrato que garantiu à casa dos Imhoff, a partir de 1512, o abastecimento de especiarias para um período de cinco anos. O consórcio dos contratadores, entre os quais também se encontraram os Fugger, recebeu anualmente 20.000 quintais de pimenta para um preço fixo de 22 cruzados por quintal.⁴¹ O trabalho de Schüler assegurou, desta forma, a continuidade da feitoria lisboeta dos Imhoff e criou uma base sólida para os negócios da firma em Portugal. Mas as qualidades mercantis de Schüler contrastaram claramente com o seu excêntrico modo de vida. Surgiram rumores de escândalo. As notícias que chegaram a Nuremberga em 1511 foram para a companhia dos Imhoff tão preocupantes, que enviaram, no Inverno de 1511/12, Sebald Kneussel⁴² para Portugal⁴³, oficialmente com a função de apoiar Schüler nos seus trabalhos, mas, de facto, para vigiar, controlar e substituir o feitor da empresa.⁴⁴ Nas cartas que Kneussel

³⁹ Ammann 1970, 121.

⁴⁰ São mencionados os nomes de Martin Soldener, mercador de Nuremberga, e Peter Erlinger.

⁴¹ ANTT, *Cartas Missivas*, maço 2, n.º 73; M. N. Dias 1963/64, vol. 2, 302-303.

⁴² Kneussel era um mercador de Nuremberga que tinha trabalhado antes, por volta de 1506, em Veneza. Possuía, portanto, alguma experiência no estrangeiro, também em termos linguísticos, o que o qualificou para a sua nova missão. Cf. Jakob 2000, 89-90; Pohle 2015a.

⁴³ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 17 (contrato de Sebald Kneussel para com os Imhoff, 1.12.1511). O contrato é válido para seis anos. Contém uma cláusula que interditava os Imhoff de enviar Kneussel para a Índia e limitava o número de viagens para Lisboa para um máximo de três e o tempo máximo de cada estadia para nove meses.

⁴⁴ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 21 (instruções dos Imhoff para S. Kneussel, s.l., [??]1512)

redigiu, em Lisboa, em 1512⁴⁵, transparece que a sua tarefa de espiar o seu colega não lhe agradou nada. Acresce que os detalhes que apurou à volta da vida de Schüler apresentaram-se ainda muito piores do que se suspeitava em Nuremberga. Kneussel descobriu que Schüler manteve relações amorosas com várias mulheres casadas e solteiras, inclusive uma freira de Santarém, relações das quais resultaram pelo menos cinco crianças.⁴⁶ Uma das mulheres, uma certa Elena, dormiu sempre na feitoria dos Imhoff, provocando, por vezes, constrangimentos entre Schüler e os seus colaboradores, que tratou com grande violência. Assim, deu duas vezes uma valente tareia ao jovem aprendiz, Michael Imhoff. Este ficou tão intimidado com os maus tratos que não teve coragem de informar os seus familiares em Nuremberga, dado temer represálias do seu superior em Lisboa. Houve outros incidentes: por exemplo, Schüler bateu tantas vezes num dos escravos negros que trabalhou na feitoria, «por muitas coisas sem importância, que este já se encontrava meio paralisado».⁴⁷ Schüler dedicou-se também ao jogo, convidando alguns colegas alemães⁴⁸ e burgaleses⁴⁹ para beber e conviver na feitoria dos Imhoff. Esta tinha-se tornado, segundo as informações recolhidas através de Michael Imhoff, uma autêntica «taberna e sala de jogos».⁵⁰

⁴⁵ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 22 (1-3) (cartas de S. Kneussel para os Imhoff, Lisboa, 22.9. e 23.10.1512). Os primeiros dois documentos têm a mesma data e praticamente o mesmo conteúdo. R. Jakob (2000, 83, nota 5) supõe que o texto Nr. 22 (2) é o original e o Nr. 22 (1) uma cópia. O seu artigo ilumina, de uma forma brilhante, a “história do escândalo” à volta da feitoria lisboeta dos Imhoff.

⁴⁶ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 22 (1/2). H. Jahnel (1950, 111) chega a um número ainda maior. Segundo os resultados das suas investigações, Schüler teria mantido durante a sua estadia em Portugal relações amorosas com, pelo menos, cinco mulheres, das quais derivaram seis crianças, não contando com as que morreram à nascença.

⁴⁷ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 22 (2): «*umb vil clein sach geschlagen, daß der halb lam ist*».

⁴⁸ São *expressis verbis* mencionados Utz Ehinger, feitor dos Höchstetter, e um Jörg Hemerlein, cuja origem e tarefa em Lisboa desconhecemos. No entender de H. Kellenbenz (1970a, 321, nota 344), pode ser identificável com o mercador alemão «Jorge Emberlin» que encontrou nas fontes portuguesas, envolvido em negócios financeiros em Portugal nos anos 20 do século XVI.

⁴⁹ O documento fala de Cristóbal de Haro, Jan Escaldante (João de Escalantes) e «outros burgaleses» [«*ander pürgalesen*»].

⁵⁰ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 22 (2): «*trinck vnd spil stuben*».

Kneussel tinha chegado a Lisboa numa altura de elevadas tensões no seio da colónia dos mercadores alemães, que passou por uma fase de múltiplos conflitos internos.⁵¹ No centro das inimizades esteve Calixtus Schüler que, juntamente com vários colegas de outras companhias alemãs, entrou em conflito aberto com Hans von Schüren, o novo feitor dos Fugger.

Quando os Imhoff receberam estas notícias, reagiram de imediato e ordenaram a Schüler que regressasse a Nuremberga. Ainda em finais de 1512, Calixtus Schüler largou o seu cargo em Lisboa, enquanto Sebald Kneussel passou a ser feitor.⁵² Não sabemos por quanto tempo desempenhou a sua nova função. Já em Setembro do mesmo ano, tinha anunciado que ia dedicar-se à formação mercantil de Michael Imhoff, sobretudo, em «*schreiben*» e «*puch halten*»⁵³, ou seja, no domínio de correspondência e contabilidade, preparando, desta maneira, a sucessão de Michael na feitoria dos Imhoff. Pelo teor do seu contrato, Kneussel deve ter abandonado Portugal em 1513.⁵⁴ Se os Imhoff o enviaram uma segunda vez para Lisboa, permanece incerto.⁵⁵ Certo é que «Miguel Emcuria», aliás Michael Imhoff, estava envolvido, em 1514, em negócios de especiaria na capital portuguesa.⁵⁶ No ano seguinte, chegou a Lisboa Hans Hauser⁵⁷, antigo feitor dos Imhoff em Antuérpia, para tomar posse do entreposto da companhia no Tejo.⁵⁸ Em 1516, Hauser adquiriu 750 quintais de pimenta⁵⁹ e, no ano se-

⁵¹ Sobre este conflito que abalou a colónia alemã em Lisboa, vd. *infra*.

⁵² GNM, FA Imhoff, Fasz. 28, Nr. 22 (3).

⁵³ GNM, FA Imhoff, Fasz. 28, Nr. 22 (2).

⁵⁴ Vd. *supra*, nota 43.

⁵⁵ Em 1517/18, Kneussel ainda trabalhou para a casa dos Imhoff em Antuérpia. No Outono de 1518, saiu da companhia. Cf. GNM, FA Imhoff, Fasz. 28, Nr. 34 (1-3).

⁵⁶ ANTT, CC, I-16-32 (mandado régio ao feitor da Casa da Índia, Lisboa, 9.10.1514); Deslandes 1988, 8-9; J. J. A. Dias 1995c, doc. 5.

⁵⁷ Sobre Hans Hauser (nas fontes port.: João de las Casas; Joham de la casa; Johann dellas Casas etc.), oriundo de Antuérpia, vd. os seguintes documentos no GNM: FA Imhoff, Fasz. 28, Nr. 28 (1, 2, 9, 10 e 14).

⁵⁸ Numa carta de D. Manuel I, datada de 6 de Outubro de 1515 e dirigida a Silvestre Nunes, seu feitor em Antuérpia, é mencionada uma letra de câmbio de «joham de las casas feitor dos jmcurias». Cf. ANTT, CC, I-18-122; Freire 1920, 204.

⁵⁹ ANTT, CC, I-19-111 (carta de D. Manuel I para Silvestre Nunes, Almeirim, 5.2.1516); Freire 1920, 205-208.

guinte, forneceu prata à Casa da Moeda por várias vezes.⁶⁰ No Outono de 1517, entregou o cargo de feitor a Michael Imhoff e regressou no dia 17 de Novembro à Alemanha.⁶¹ Michael Imhoff continuou a vender prata à Coroa nos meses seguintes⁶² e foi, assim, um dos poucos mercadores alemães que permaneceram em 1518, durante um ano de peste, em Lisboa. Depois de finais de Março de 1519, perde-se o rasto de Michael Imhoff em Portugal.⁶³ O seu contrato com a companhia dos Imhoff, que tinha um prazo de dez anos, terminou por volta de 1520.⁶⁴ Mais tarde, Michael Imhoff entrou ao serviço dos Herwart, estabelecendo residência em Veneza.

É de constatar que o comércio praticado pelos Imhoff em Portugal, na segunda metade da segunda década de Quinhentos, se concentrava cada vez mais na venda da sua prata, enquanto as compras de pimenta e de outras especiarias abrandaram. É de supor que a companhia tinha tomado, nesta fase, a decisão de comprar os produtos ultramarinos, de preferência, em Antuérpia. Nesta cidade encontramos, desde 1518, Hans Hauser, novamente na função de feitor dos Imhoff.⁶⁵ Em contrapartida, a feitoria lisboeta perdeu progressivamente a sua relevância e deve ter sido abandonada nos anos 20 do século XVI. Para o período compreendido entre 1517 e 1526, está provada a presença de Jörg Imhoff⁶⁶ em terras portuguesas, mas este mercador já havia saído, em 1512, da companhia pertencente à sua família.⁶⁷

⁶⁰ *Apontamentos para a História da Moeda 1878*, Mappa demonstrativo, n.º 7/1517; Godinho s.d., vol. 3, 198.

⁶¹ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 28 (2). Ainda em 1519, Hauser tinha pertences em Lisboa. Cf. GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 28 (9).

⁶² *Apontamentos para a História da Moeda 1878*, Mappa demonstrativo, n.º 5/1518; Godinho s.d., vol. 3, 199.

⁶³ StadtAN, E 11/II, *FA Behaim* Nr. 582,5 (carta de Michael Behaim para Friedrich Behaim, Lisboa, 25.3.1519).

⁶⁴ Cf. Schaper 1973, 226 (nota 885); Jakob 2000, 104. Em 1525, Michael Imhoff esteve ao serviço dos Herwart e com residência fixa em Veneza.

⁶⁵ StadtAN, E 11/II, *FA Behaim* Nr. 582,3 e 11c; Ghillany 1853, docs. XVII e XVIII.

⁶⁶ Sobre Jörg Imhoff, vd. cap. 8, nota 8.

⁶⁷ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 21. Ao que parece, Jörg Imhoff esteve ligado à feitoria de Lisboa antes de 1512.

Os Hirschvogel

Ao contrário dos Holzschuher e dos Imhoff, a casa dos Hirschvogel não pertencia às antigas dinastias comerciais de Nuremberga.⁶⁸ Esta cidade tornou-se apenas em finais do século XIV sede da família Hirschvogel, que ascendeu, no decorrer do século seguinte, ao patriciado de Nuremberga. A sua promoção acelerada prendeu-se, em primeiro lugar, com as suas relações comerciais bem sucedidas com Veneza, que conduziram a um alargamento dos seus negócios na Europa.

As intensas ligações de parentesco com as famílias nuremberguesas dos Imhoff⁶⁹ e dos Behaim desempenharam um papel decisivo quando a casa dos Hirschvogel pretendeu criar relações económicas com a Coroa de Portugal. Os Behaim não eram apenas parentes dos Hirschvogel, mas encontravam-se ligados a estes há várias décadas pelos negócios. Já vimos que Martin Behaim prestou serviço aos Hirschvogel nos anos 80 do século XV. Era sobrinho de Lienhart Hirschvogel, que esteve à frente da empresa entre 1440 e 1490, e primo de Lienhart (II), que liderou a firma no primeiro quartel do século XVI. O primeiro contacto com Portugal deve ter sido estabelecido através do famoso mercador e aventureiro que partiu, na primeira metade do ano 1484, para Lisboa. Quando voltou para Nuremberga, seis anos depois, conseguiu chamar a atenção dos Hirschvogel e das outras casas comerciais locais para a Expansão Portuguesa.

Em 1505, a casa dos Hirschvogel participou directamente numa viagem dos portugueses à Índia, investindo 2000 cruzados na armada de D. Francisco de Almeida.⁷⁰ Ulrich Imhoff, um cunhado de Lienhart Hirschvogel (II), acompanhou a armada a bordo da nau São Jerónimo. No âmbito desta empresa, a companhia decidiu manter uma representação permanente em Lisboa. Não se sabe ao certo quando os Hirschvogel se

⁶⁸ Sobre os Hirschvogel e suas ligações a Portugal, vd. Schaper 1970; 1972; 1973, 205-251; Kömmerling-Fitzler 1967/68, 137-184; Imhoff 1989, 57-58; Kellenbenz 1970a, 317-319; Bräunlein 1994; Pohle 2000, 131-134; M. dos S. Lopes 1994c.

⁶⁹ Cf. Schaper 1973, 240; Bernecker 2000, 204-205.

⁷⁰ Vd. cap. 3.

instalaram na cidade do Tejo, mas deixa-se provar a existência da sua feitoria na segunda metade do ano 1506. Os primeiros feitores devem ter sido o referido Ulrich Imhoff e o irmão mais novo de Martin Behaim, Wolf. Enquanto Ulrich Imhoff regressou da Índia para Lisboa em finais de Maio de 1506, Wolf Behaim rumou dois meses depois de Ziericksee, na Zelândia, para a capital portuguesa.⁷¹ No Inverno de 1506/07, Lienhart (II) Hirschvogel esperava avidamente receber notícias da feitoria. Escreveu várias vezes para Lisboa, solicitando os livros de conta e o relatório do seu cunhado com os resultados da viagem à Índia. Como não obteve resposta, dirigiu-se, em Nuremberga, à sede das casas dos Imhoff e dos Behaim para se queixar das supostas negligências dos familiares. Profundamente aborrecido, informou Michael Behaim que não esperava tal coisa do seu primo Wolf e ameaçou enviar um substituto para Lisboa.⁷² Os Imhoff e os Behaim informaram os seus feitores de Lisboa sobre os constrangimentos que o atraso do relatório tinha causado em Nuremberga.⁷³ O que na Alemanha ainda ninguém sabia, era que Ulrich Imhoff tinha adoecido gravemente após o seu regresso da Índia. Moribundo, ditou, no dia 7 de Março de 1507, o seu testamento a Wolf Behaim.⁷⁴ Apenas poucos dias após a morte de Ulrich Imhoff, faleceu também Wolf Behaim, no dia 20 de Março.⁷⁵ Os dois representantes lisboetas dos Hirschvogel foram sepultados juntamente na Igreja Nossa Senhora da Conceição.⁷⁶ As más notícias de 1507 não termina-

⁷¹ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 585 (carta de Michael Behaim para o seu irmão Wolf Behaim, Nuremberga, 30.1.1507).

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Ibidem*; GNM, FA Imhoff, Fasz. 37, Nr. 1a.

⁷⁴ GNM, FA Imhoff, Fasz. 11, Nr. 15. A morte de Ulrich Imhoff é registada em GNM, FA Imhoff, Teil II, Nr. 6, Fol. 5: «Ulrich ist ledig zu Lissabona gestorben, Anno 1507» [«Ulrich [Imhoff] morreu solteiro, em Lisboa, no ano de 1507»]. Cf. J. G. Biedermann 1748, Tabula CCVI.

⁷⁵ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 1325. É de lembrar que Martin Behaim esteve nesta altura também em Lisboa onde morreu no dia 29 de Julho do mesmo ano, apenas quatro meses depois do seu irmão.

⁷⁶ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 584: «Adj 20 Marzo A° 1507 (...) ist wolfgang behaim Seliger verschieden zw Lisbona, ligt mit sampt dem Ulrich Imhof A Santta Maria conception» [No dia 20 de Março do ano de 1507 faleceu, em Lisboa, Wolfgang Behaim; jaz, juntamente com Ulrich Imhoff, em Santa Maria da Conceição].

ram aqui. Na segunda metade deste ano um navio, ricamente carregado com mercadorias pertencentes a vários mercadores internacionais, entre as quais, panos de lã dos Hirschvogel, foi capturado, saqueado e destruído por piratas franceses.⁷⁷

Nos anos seguintes, há apenas notícias muito escassas sobre as actividades comerciais dos Hirschvogel em Portugal. A perda dos seus feitos foi certamente um golpe muito duro para os planos económicos da firma. Em Dezembro de 1508, um certo Gerhard Booß obteve uma procuração para fazer negócios em França, Portugal e Inglaterra em nome dos Hirschvogel.⁷⁸ O mesmo aconteceu no caso de Eberhard Bassat, outro agente comercial da empresa, que se deslocou a França e à Península Ibérica provavelmente ainda antes de 1510.⁷⁹ Apenas a partir de 1512, voltaremos a encontrar um representante fixo dos Hirschvogel em Lisboa, no entanto, sem conseguir apurar indubitavelmente o seu nome. Fala-se nos documentos⁸⁰ apenas do «feitor dos Hirschvogel», que Jacob Fugger tinha em consideração. Segundo C. Schaper, este «*hirsvoogl diener*» foi eventualmente Ulrich Nenndinger, do qual se sabe que desempenhou esta função em 1514.⁸¹ Nenndinger abandonou a empresa um ou dois anos depois, mas não se pode comprovar que tenha sido substituído em Lisboa por Lazarus Nürnberger, como sugeriu a historiadora alemã.⁸²

Enquanto as notícias sobre o tipo e dimensão do comércio dos Hirschvogel em Portugal se apresentam muito escassas até meados da segunda

⁷⁷ Staats- und Stadtbibliothek Augsburg, 2° Cod. Aug. 390, Fol. 470. O barco tinha carregado em Arnemuiden, em Agosto de 1507, e foi tomado no caminho para a Península Ibérica por Jean Chapperon, um conhecido pirata francês. Entre os prejudicados encontraram-se também os Fugger, Rehlinger e Höchstetter de Augsburg, Nicolaus von Rechterghem e Diego de Haro. Cf. Schaper 1970, 182-183.

⁷⁸ Schaper 1973, 237.

⁷⁹ Schaper 1970, 183.

⁸⁰ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 22 (1-2)

⁸¹ Schaper 1970, 183-184. Cf. Jakob 2000, 104.

⁸² Schaper 1973, 223. De Lazarus Nürnberger sabemos que tinha partido em Janeiro de 1517 da Alemanha para rumar, via Antuérpia, a Portugal quando tinha cerca de 17 anos. Desconhece-se uma eventual viagem anterior.

década do século XVI, é de constatar que a companhia, a partir daí, relançou neste país os seus negócios, especializando-se no comércio de pedras preciosas. O crescente interesse da empresa por este sector económico contribuiu decisivamente para uma ocupação mais intensa com os respectivos mercados indianos. Para este efeito, os Hirschvogel enviaram, como já referido anteriormente, os seus agentes comerciais, Lazarus Nürnberger e Jörg Pock, à Ásia.⁸³

Lazarus Nürnberger chegou a Lisboa no dia 17 de Março de 1517 e acompanhou a frota de António de Saldanha, que partiu para a Índia no início de Abril. A estadia do empregado dos Hirschvogel na Costa do Malabar em 1517/18 serviu para a observação do mercado e da situação política no espaço do Oceano Índico. Nürnberger voltou para Lisboa no Verão de 1518⁸⁴ e foi enviado pelos seus superiores, ainda no mesmo ano, para Sevilha, de onde regressou a Nuremberga.

No topo da feitoria dos Hirschvogel, em Lisboa, encontrava-se, em 1517, Joachim Prunner, oriundo de Berlim. Este poderá identificar-se com «Jouchim, mercador alemão»⁸⁵, que entregou, de Junho a Outubro do mesmo ano, mais do que 1550 marcos de prata à Casa da Moeda. Prunner comprou sobretudo pedras preciosas em Portugal. Estas aquisições alcançaram, de acordo com uma observação do seu sucessor, Jörg Pock, um volume considerável.⁸⁶

Jörg Pock terá gerido a feitoria a partir de finais de 1517 ou início de 1518. Em Março de 1518, enviou a primeira de várias cartas para Nuremberga, nomeadamente, para Michael Behaim.⁸⁷ A correspondência trocada entre os dois mercadores nos anos que se seguiram mostra a proximidade

⁸³ Vd. cap. 3.

⁸⁴ StadtAN, E 11/II, *FA Behaim* Nr. 582,1 (carta de Michael Behaim para Jörg Pock, Nuremberga, 12.11.1518).

⁸⁵ *Apontamentos para a História da Moeda* 1878, Mappa demonstrativo, n.º 7/1517. O seu nome aparece também nos anos 20 nos registos da casa da Moeda, mas nesta altura já não trabalhou para os Hirschvogel. Cf. Schaper 1973, 247-248.

⁸⁶ StadtAN, E 11/II, *FA Behaim* Nr. 582,11c (carta de Jörg Pock para Michael Behaim, Lisboa, 30.3.1519).

⁸⁷ StadtAN, E 11/II, *FA Behaim* Nr. 582,1; 11-14 (correspondência entre Michael Behaim e Jörg Pock, 1518-1522).

que existia entre as famílias Behaim, Imhoff e Hirschvogel e dá uma vaga ideia acerca das actividades dos Hirschvogel em terras portuguesas. Porém, é de reparar que Pock não revelou muitos pormenores sobre os negócios aí efectuados. Estas informações devem ter sido remetidas directamente para os seus patrões. Estes, ao receberem a relação de Lazarus Nürnberger, resolveram enviar, com brevidade, um outro representante para a Índia. Pock soube desta decisão em finais de 1519 e confiou-a, em Dezembro, ao seu amigo Michael Behaim: «Faço-vos saber, secretamente, que tenciono ir à Índia, para o ano que vem, se Deus quiser, e fazer de Jörg [sic]⁸⁸ Löner, meu oficial, um feitor».⁸⁹ No dia 27 de Março de 1520, Pock escreveu outra vez a Michael Behaim e contou-lhe que já estava pronto para partir. Só se esperava agora por um bom vento.⁹⁰ Poucos dias depois, a frota de Jorge de Brito levantou âncoras em direcção à Índia.

A missão de Jörg Pock na Índia era qualitativamente diferente da do seu antecessor e foi também mais duradoura. Representou, pelo menos até 1523, os Hirschvogel e os Herwart e permaneceu no subcontinente até à sua morte em 1529.⁹¹ O feitor alemão assumiu uma posição muito crítica relativamente à governação dos portugueses no Estado da Índia, que tinha, na sua perspectiva, conduzido a uma acentuada crise económica e a uma estagnação do comércio da pimenta. O seu interesse mercantil residia, em primeiro lugar, nas pedras preciosas, principalmente nos diamantes de Vijayanâgara, onde esteve, em 1521, durante vários meses. A gerência da casa dos Hirschvogel confirmou posteriormente que «Jörg Pock tinha enviado da Índia imensas pedras».⁹²

Após a saída de Jörg Pock para a Índia, Friedrich Löner desempenhou o cargo de feitor dos Hirschvogel em Lisboa, onde a sua presença está

⁸⁸ É obviamente uma gralha. O nome do futuro feitor é Friedrich Löner e não Jörg Löner.

⁸⁹ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 582,12: «Ich thun Euch zw wissenn Inn geheim, dz Ich deß willnn pin, nach India zw faren diß zw künfftig Jarr, so gott will vnnd Jorg loener mein gesellnn zw aym factor machen».

⁹⁰ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 582,13.

⁹¹ StadtAA, Rst, Reihe «Kaufmannschaft und Handel», Akten, Fasz. 4, Nr. 24/11.

⁹² *Ibidem* apud Schaper 1973, 279: «etlich stayn do Jörg Pock aus yndia geschyckt».

documentada até 1525.⁹³ Em 1524/25, foi apoiado (ou substituído) na sua função por Christoph Spaigel de Nuremberga.⁹⁴ Além dos seus trabalhos habituais na feitoria, Löner tinha ordem para estimar o valor das pedras preciosas que Pock enviou aos representantes dos Herwart, pois os Hirschvogel tinham direito a um terço do rendimento de cada peça.⁹⁵ A compra e a venda de pedras preciosas tiveram um papel fundamental nos planos económicos dos Hirschvogel. Nos anos 20 do século XVI, este ramo comercial tornou-se o mais rentável para a companhia.

Entre as mercadorias que os Hirschvogel introduziram em Portugal, destacaram-se os produtos de lã, linho e, a partir de finais da segunda década do século XVI, sobretudo metais preciosos. Entre 1517/18 e 1525, os representantes dos Hirschvogel forneceram grandes quantidades de prata à Coroa. Pelas contas feitas por V. Magalhães Godinho, Jörg Pock, aliás «Pollo alemão», Friedrich Löner («Frederico alemão»)⁹⁶ e Christoph Spaigel («Christóvão Spavel») entregaram, no referido período, mais do que 6000 marcos de prata na Casa da Moeda.⁹⁷

Desde 1525, os lucros que os Hirschvogel obtiveram com o comércio ultramarino já não chegavam, a longo prazo, para tapar o endividamento crescente da empresa, que entrou em decadência na quarta década do século XVI. Por volta de 1532, encerraram a sua feitoria em Lisboa e retiraram-se definitivamente de Portugal.

⁹³ Schaper 1973, 243.

⁹⁴ Cf. *Apontamentos para a História da Moeda* 1878, Mappa demonstrativo, n.º 6/1524; Godinho s.d., vol. 3, 198.

⁹⁵ StadtAA, Rst, Reihe “Kaufmannschaft und Handel”, Akten, Fasz. 4, Nr. 24/11.

⁹⁶ Outras variantes: Fadryque; Fredico; Frederico Lomer. Em 1522, um «Fradique» devia à Casa da Índia 24.898 reais referentes a um contrato sobre maçãs e gengibre. Cf. Godinho s.d., vol. 3, 197.

⁹⁷ *Ibidem*, 198-199. Cf. *Apontamentos para a História da Moeda* 1878, Mappa demonstrativo, n.º 5/1518, n.º 7/1521, n.º 4/1523 e n.º 6/1524; Grosshaupt 1990, 379.

As famílias de Augsburg

Os Welser

A família dos Welser deixa-se documentar em Augsburg desde 1246, pertencendo ainda no século XIII ao patriciado da cidade. Já na Idade Média o comércio dos Welser ganhou relevo internacional. No século XV, iniciou-se a ramificação da família. Entre 1496 e 1498, a casa comercial de Anton Welser criou, com os Vöhlin de Memmingen⁹⁸, uma companhia que, até à sua extinção em 1517, se tornou fundamental para a ascensão da casa dos Welser. Com esta fusão, a nova empresa juntou um capital de cerca de 250 000 florins, constituindo, na altura, a maior companhia de mercadores-banqueiros em todo o território alemão. Esta ocupou um papel dominante na alta finança europeia, na exploração das minas de prata no Tirol e na Saxónia, bem como no comércio de especiarias, metais, têxteis, algodão, lã e *Barchent* (fustão).⁹⁹

A companhia dos Welser-Vöhlin reagiu rapidamente às profundas mudanças económicas em consequência da abertura da Rota do Cabo pelos navegadores portugueses. Em 1502, enviou uma delegação, chefiada por Simon Seitz, à corte portuguesa e alcançou, em Fevereiro de 1503, privilégios muito favoráveis, que facilitaram a sua fixação em Portugal e o envolvimento directo no comércio ultramarino. Poucos meses depois, estabeleceu a primeira feitoria de uma casa comercial alemã em solo português.¹⁰⁰ Foi Lucas Rem quem comprou, em Setembro de 1503, uma casa para os Welser-Vöhlin em Lisboa. Com ele, entra no cenário das relações luso-alemãs quinhentistas uma das personagens mais notáveis.

⁹⁸ Sobre a casa comercial dos Vöhlin, vd. Eirich 2009. De acordo com este autor (129), a fusão das duas companhias realizou-se em meados de 1496.

⁹⁹ Sobre os Welser, em geral, e as suas relações comerciais com Portugal, vd. Geffcken 2002; Häberlein 2002; Häbler 1903, 1-37; Pohle 2000, 99-107; Walter 2009; Grosshaupt 1990, 366-385; Denzer 2005, 42-46; Michaelsen 2005; Kellenbenz 1985f; Andrade 1972a, vol. 1, 349-351; A. A. M. de Almeida 1993, 56-58; 1994d.

¹⁰⁰ Segundo A. A. M. de Almeida (1993, 22), «os Welser estabeleceram-se na Rua Nova em 1476 (...)». No entanto, não se deixam provar nem esta data nem o local da feitoria dos Welser em Lisboa.

Lucas Rem (1481-1541) era oriundo de uma família de patrícios e mercadores, situada sobretudo em Ulm e Augsburg, e obteve a sua formação mercantil em Veneza entre 1494 e 1498.¹⁰¹ Alargou as suas experiências comerciais, primeiro em Milão e depois em Lyon. Nesta última cidade, foi contratado, em Novembro de 1499, pela companhia de Anton Welser¹⁰² e Konrad Vöhlin, que lhe entregou, no ano seguinte, a administração da feitoria que aí possuía. Em finais de 1502, os Welser-Vöhlin enviaram Rem para a Península Ibérica. Em Maio de 1503, chegou a Lisboa, onde ergueu, poucos meses depois, uma feitoria.¹⁰³ O primeiro negócio importante com a Coroa portuguesa foi efectuado no primeiro dia de Agosto de 1504, quando celebrou um contrato com D. Manuel I, que permitiu a participação da companhia na armação da frota que partiu no ano seguinte para a Índia sob o comando de D. Francisco de Almeida. Os Welser-Vöhlin estiveram integrados num consórcio, composto por várias casas comerciais de Augsburg e de Nuremberga e por alguns mercadores italianos, que investiu um capital de 65 400 cruzados, sendo os Welser o maior investidor, a contribuir com 20 000 cruzados. Na pessoa de Balthasar Springer, viajou um representante da empresa para a Ásia. Entretanto, D. Manuel I terá monopolizado o comércio da pimenta e quando a armada de Almeida regressou a Lisboa, o rei ordenou a confiscação da mercadoria importada na Casa da Índia. Seguiram-se processos muito morosos até se chegar a um acordo. Apesar destas contrariedades, a companhia dos Welser-Vöhlin conseguiu tirar grande proveito daquela empresa. Pelas indicações de Rem, o lucro rondou os 150%. Menos favoráveis foram os resultados financeiros quando a firma de Augsburg participou, em 1506, uma segunda vez numa armação de uma frota da Índia. A companhia investiu, juntamente com a casa dos Imhoff e o português Rui Mendes, em três navios da armada de Tristão da Cunha, mas não tiraram qualquer lucro, porque se perderam dois dos

¹⁰¹ Sobre a biografia de Lucas Rem, vd. Welser 1958; Jakob 2003; Lang 2010, 78.

¹⁰² Anton Welser era o tio de Lucas Rem.

¹⁰³ Sobre Rem e o estabelecimento dos Welser em Portugal e a participação nas empresas ultramarinas de 1505 e 1506, vd. os capítulos 2 e 3 do presente estudo.

três navios já na ida para a Índia. Nas décadas seguintes, os Welser desistiram das aventuras asiáticas, limitando-se a comprar e vender mercadoria em Portugal continental e no espaço atlântico.

Acerca dos negócios que Lucas Rem efectuou durante a sua primeira estadia na Península Ibérica e nas colónias portuguesas, lê-se no seu *Tagebuch*:

Die zeit, ich in Portugal was, vom 8 May 1503 bis 27 Septb. 1508, underfong ich mich on mas gros und fil hendel, mit verkaufen kupfer, pley, Zinober, Kecksilber und allerlai, insonder Flemisch gwandt. Und an 3 Jar kam mir aus Niderlender, England, Brettania, Ostland fil schiff mit korn zuo verkaufen.

Ich begab mich gen Madera, Ilhas Dazors, Cavo Verde, Barbarien, armieren.

In Portugal kauffet ich fast fil Specerey und tat gros kaufhändel mit dem king. Und je kauffet ich Oel, wein, helfentzän, bomwol. Sant etliche mal in Arganie, luoss Feigen, in Andalusia andere Früchte kaufen. Von alem daz mir fürkam, wolt ich versuochen. Trib ain grossen namhaften handel. Hett auch fil gehilfen, stets 3, 4, ja 6 hin u. her.¹⁰⁴

[O tempo que estive em Portugal, de 8 de Maio de 1503 a 27 de Setembro de 1508, fiz uma série de abundantes e importantes negócios, a vender cobre, chumbo, vermelhão, mercúrio e variadas coisas, principalmente panos flamengos. E durante três anos vieram dos Países Baixos, Inglaterra, Bretanha e das terras de este muitos barcos carregados de cereais para eu vender.

Desloquei-me à Madeira, às ilhas dos Açores e de Cabo Verde e à Berbéria para comerciar.

Em Portugal comprei muita especiaria e efectuei grandes negócios com o rei. E ainda comprei azeite, vinho, marfim e

¹⁰⁴ Greiff 1861, 9.

algodão. Mandei múltiplas vezes comprar figos no Algarve e outras frutas na Andaluzia. Pratiquei um volumoso e considerável comércio. Tive também muitos empregados, sempre três, quatro e até seis.]

Lucas Rem deixou Portugal em Setembro de 1508, mas regressou no Verão do ano seguinte, contra a sua expressa vontade. A sua segunda estadia em terras portuguesas foi bem mais curta que a primeira: começou em meados de Agosto de 1509 e terminou em finais de Março do ano seguinte. Uma das principais tarefas desta segunda missão do agente comercial alemão esteve relacionada com a reorganização da feitoria que os Welser possuíam na Madeira, onde negociaram com açúcar.¹⁰⁵ Quando Rem chegou ao Funchal, em Outubro de 1510, encontrou a feitoria num estado deplorável. Criticou abertamente a «gerência miserável» dos empregados madeirenses da companhia, Leo Ravensburger e Hans Schmid, os quais Rem despromoveu, colocando Jacob Holtzbock no cargo de topo da feitoria.¹⁰⁶ Este episódio mostra que Lucas Rem foi investido de plenos poderes para tomar as decisões que entendia por bem.¹⁰⁷ O supervisor dos Welser recordou-se, nos seus apontamentos autobiográficos, dos «muitos, prolongados e grandes protestos» contra a administração portuguesa no arquipélago, nomeadamente contra o «Capitan» e o «Contador», que tinham tratado os delegados alemães com «grande injustiça e violência aberta».¹⁰⁸

¹⁰⁵ Sobre os negócios dos Welser na Madeira, vd. Vieira 1987, 59-63 e *passim*; Kellenbenz 1990b, 100-101; Friede 1961, 88; Deerr 1949, 100-101; Ebert 2008, 28-29; Wilczek 2009.

¹⁰⁶ Rem escreveu (*apud* Greiff 1861, 13): «*Da fand ich Leo Ravenspurger, Hans Schmid, in unser gesellschaft haus ain erbermlichs Regement, unerbers wesen. Luos Holtzbock Obersten, Leo und Hans under Im*» [«Aí encontrei Leo Ravenspurger, Hans Schmid e na casa da nossa companhia uma regência miserável, uma desgraça. (...) Coloquei Holtzbock na função de chefe, Leo e Hans por baixo dele»].

¹⁰⁷ *Ibidem*: «*verordnet all ding, boest ich mocht*» [«ordenei tudo, o melhor que podia»].

¹⁰⁸ *Ibidem*: «*Machet fil lang, gros protest, requirement widern Capitan und Contador, gross unrecht, hell gwalt si uns tatten.*»

Desconhece-se a data exacta da chegada dos Welser à Madeira.¹⁰⁹ Surgem nas fontes alguns nomes de agentes comerciais relacionados com as actividades da companhia no arquipélago, a partir de 1507.¹¹⁰ O historiador Fernando Jasmins Pereira apurou «que Lucas Rem passou em 1507 procuração a João Rem, seu irmão, por esse tempo em Funchal».¹¹¹ Trata-se aqui de Hans Rem¹¹² que também se pode esconder por detrás da designação «João (de) A(u)gusta», que encontramos nos anos seguintes na ilha.¹¹³ Ainda em 1507, um «Claus Alemam» vendeu mercadorias ao almoxarife da ilha da Madeira.¹¹⁴ Enquanto neste caso ignoramos a identidade do respectivo mercador alemão e a sua vinculação profissional, noutros casos, não existem dúvidas de que se trata de empregados dos Welser porque os seus nomes correspondem aos mencionados no *Tagebuch* de Lucas Rem. Assim, encontramos Jacob Holtzbock¹¹⁵ em 1508 e 1509, Leo Ravensburger¹¹⁶ e Hans Schmid¹¹⁷ em 1509 na Madeira.¹¹⁸ O último mencionado pode ser identificado com o tal «Hans» que surge no Funchal ainda em 1512.¹¹⁹ O já referido «João de Augusta» está documentado entre 1508 e 1510 no arquipélago.¹²⁰ Ainda se apuram na documentação portuguesa outros nomes, declarados como alemães¹²¹ que, no entanto, devem estar relaciona-

¹⁰⁹ Segundo E. Wilczek (2009, 96-97), existem fontes recentemente encontradas – que o autor infelizmente não indica – que documentam que a feitoria dos Welser no Funchal tinha sido erguida em Setembro de 1505.

¹¹⁰ Lucas Rem pode ter viajado antes de 1507 para a Madeira. Cf. Vieira 1987, 174.

¹¹¹ F. J. Pereira 1969, n.º 1, 128, nota 240. Cf. ANTT, CC, II-29-194.

¹¹² Encontrou-se no Funchal também em 1509. Cf. Vieira 1987, 174.

¹¹³ Não é, porém, de excluir a hipótese de que se trate aqui de Hans Schmid, mencionado no diário de Lucas Rem entre os empregados dos Welser na Madeira.

¹¹⁴ Godinho s.d., vol. 3, 208.

¹¹⁵ Nos docs. port.: Jácome Holzbock (ou Olizpoq). Cf. ANTT, CC, I-10-124.

¹¹⁶ Nos docs. port.: Leão (ou Lyam), alemão (ou Ravenspuger). Cf. ANTT, CC, I-7-85; I-10-124; II-16-105; II-18-12.

¹¹⁷ Cf. ANTT, CC, I-10-124.

¹¹⁸ Cf. F. J. Pereira 1969, n.º 1, 127-128; Vieira 1987, 170-175, 204-205; Wilczek 2009, 104-106.

¹¹⁹ Vieira 1987, 171.

¹²⁰ Cf. *ibidem*, 165, 189, 204-205; J. P. da Costa e F. J. Pereira 1989, 18-20, 185-188 e *passim*.

¹²¹ Como os de «Jorge Alemam», aliás Georg Emdorfer, «Jorge Andrefiz» ou «Gregoryo». Vd. Vieira 1987, 168-170, 189; J. P. da Costa e F. J. Pereira 1989, 10, 192-196 e 212-213; Wilczek 2009, 105-108.

dos com os «barões flamengos do açúcar».¹²² É de realçar que os mercadores neerlandeses, como por exemplo Erasmus Schetz, tiveram um papel muito mais importante no comércio madeirense do que os seus colegas alemães.¹²³

No ano de 1508, D. Manuel I mandou pagar aos Welser 12 000 arrobas de açúcar para compensar 476 quintais, 2 arrobas, 6 arráteis e 2 onças de pimenta, com um valor de aproximadamente 10 450 cruzados, que foram confiscados na Casa da Índia após o regresso da armada de D. Francisco de Almeida.¹²⁴ Em 1508, «João de Augusta» recebeu na Madeira 4035 arrobas e 18 arráteis de açúcar¹²⁵ e, no ano seguinte, pelo menos 167 arrobas.¹²⁶ Em 1510, os Welser conseguiram arranjar mais 3731 arrobas e 16 arráteis de açúcar¹²⁷, mas ainda faltaram 5566 arrobas e 4 arráteis que a Coroa tinha de pagar.¹²⁸ Esta dívida foi reduzida para 2935 arrobas e 4 arráteis em 1512.¹²⁹ Para compensar este montante, os Welser receberam na Casa da Índia um valor equivalente em pimenta.¹³⁰ Em Setembro do mesmo ano, representantes da empresa enviaram 25 caixas de açúcar do Funchal para Flandres.¹³¹ A partir daí tornaram-se mais escassas as notícias sobre as actividades dos Welser na Madeira. Até há poucos anos não se sabia quando teriam os Welser abandonado o arquipélago. Documentos, recentemente editados por Peter Geffcken e Mark Häberlein, revelam que tal terá acontecido muito provavelmente em 1514.¹³² As mesmas fontes indicam Leo Ravensburger («Raffenspurger») como representante dos Welser no Funchal

¹²² Everaert 1991, *passim*.

¹²³ Cf. Häberlein 2014b, 65.

¹²⁴ ANTT, CC, I-7-85. Cf. Häbler 1903, 29.

¹²⁵ ANTT, CC, II-14-119.

¹²⁶ J. P. da Costa e F. J. Pereira 1989, 185-188 e 208.

¹²⁷ ANTT, CC, I-10-124.

¹²⁸ F. J. Pereira 1969, n.º 1, 128, nota 240.

¹²⁹ ANTT, CC, I-11-63.

¹³⁰ Cf. Häbler 1903, 30; Grosshaupt 1990, 384.

¹³¹ Häberlein 2014b, 56. A carga nunca chegou ao local de destino devido a uma avaria do navio (*Misericórdia*) que a transportou.

¹³² Geffcken e Häberlein 2014, 74-76. Cf. Häberlein 2014b, 65-66. Segundo Wilczek (2009, 110), vendeu-se, ainda em 1515, partes do inventário da feitoria.

nos últimos anos de existência da feitoria. Um documento datado de Fevereiro de 1515 revela que este havia recebido ordem para vender o inventário do entreposto e enviar os proventos para a feitoria da companhia em Lisboa.¹³³ É incerto que o afastamento dos Welser da Madeira estivesse relacionado com a sua retirada definitiva das ilhas Canárias onde a firma esteve envolvida no comércio de açúcar até 1513.¹³⁴ Facto é, no entanto, que os negócios com açúcar madeirense se tornaram muito menos rentáveis em consequência de uma drástica diminuição da produção deste produto na segunda década de Quinhentos.¹³⁵

Lucas Rem havia partido no dia 25 de Outubro de 1509 de Machico para Lisboa, onde chegou seis dias depois. Como a peste afligia a capital, «não queria ir à cidade e cavalguei para a nossa casa de Alvalade».¹³⁶ Quer ele dizer que os Welser não possuíam apenas uma feitoria no centro de Lisboa, mas também uma segunda casa, situada nos arredores, que os seus representantes utilizavam particularmente, quando grassavam epidemias no espaço urbano. Rem reclamou que passou, mais uma vez, a maior parte do tempo em processos aborrecidos contra a Coroa de Portugal, relacionados com os negócios da Índia e do açúcar. Durante o Inverno, o representante dos Welser permaneceu quase dois meses na corte de D. Manuel I, primeiro, em Almeirim, depois, em Santarém. Aí, o tom do alemão mudou-se, notando-se que foi muito bem tratado pelo rei:

Adi 5 Decemb zoch Ich gen Almerin und Sct. Erren, da portugal king hoff huolt. Fast vilerlay gescheft ich da hett, Rechtten und anders halb. Belib also am hoff an baiden ortten, jetz da, dan dort, und het ain fast überaus gnedigen, gunstigen king, so vil, daz ich den mertayl der

¹³³ Geffcken e Häberlein 2014, 76.

¹³⁴ Em 1513, os Welser venderam as plantações de açúcar que possuíam nas ilhas Canárias a dois mercadores de Colónia, Johann Byse e Jacob Groenenberg. Este «Jacobus de Monteverda» manteve também relações comerciais com a Madeira. Cf. Gramulla 1972, 324-329; Daenell 1910, 183-184; Doehard 1962, vol. 1, 88 e 95.

¹³⁵ Cf. Everaert 1991, 110.

¹³⁶ Greiff 1861, 13: «Um dz es zuo Lixbona noch starb, wolt ich nit in die stat, und rit in unsser haus Alavalada».

zeit, altag – die nachmittag er allain bei der künigin ist – bey im seyn muost. (...)

*Bey und in den Retten er mich oft berieffet, on mas gros liebe erzaiget.*¹³⁷

[No dia 5 de Dezembro, desloquei-me a Almeirim e Santa-rém, onde o rei de Portugal costuma estar com a corte. Variadíssimos negócios tive de aí resolver, litígios e outros assuntos. Permaneci então na corte em ambos os sítios, ora aqui, ora acolá, e encontrei um rei extremamente clemente e generoso, tanto, que tinha de estar na sua companhia a maior parte do tempo e todos os dias – as tardes está sempre sozinho com a rainha. (...)

Convocou-me muitas vezes para os conselhos, mostrando-me um enorme afecto.]

Depois de uma estadia de dois meses na corte de D. Manuel I, despediu-se da família real e regressou, no início de Fevereiro de 1510, a Lisboa. Como a peste ainda grassava na capital, não entrou na feitoria da companhia e partiu no dia 20 de Março, via terrestre, para Augsburgo. Lucas Rem permaneceu ainda alguns anos ao serviço dos Welser, quase sempre em viagem, até à sua saída da empresa em 1517.¹³⁸

Quando Lucas Rem se despediu definitivamente de Portugal, deixou o seu irmão, Hans Rem, como sucessor. Este ficou nesta função nos meses seguintes, apoiado por Gabriel Steudlin, Jacob Ott e outros empregados da empresa, cujos nomes o *Tagebuch* não especifica.¹³⁹ Entre Agosto de 1509 e Janeiro de 1511, Hans Rem adquiriu, na Casa da Índia, especiarias no valor superior a 7 500 000 reais.¹⁴⁰ Hans Rem solicitou várias vezes a com-

¹³⁷ *Ibidem*, 14.

¹³⁸ Em 1518, Lucas Rem fundou com alguns familiares a sua própria casa comercial que também estendeu os seus negócios até Lisboa, fundando aí, em 1520, uma feitoria.

¹³⁹ Se Hans Rem é idêntico com o «João Augusta» acima mencionado, tem de ter viajado, ainda em 1510, para a Madeira. Vd. *supra*, nota 120.

¹⁴⁰ Godinho s.d., vol. 3, 195.

panhia para ser substituído no seu cargo em Lisboa, o que, de facto, veio a acontecer, em 1511, com a ajuda do seu irmão Lucas.¹⁴¹ O novo responsável na feitoria lisboeta dos Welser foi Gabriel Steudlin, que desempenhou este papel nos anos seguintes. Em Novembro de 1511, assinou, juntamente com outros mercadores e representantes dos mercadores-banqueiros alemães, uma petição dirigida a D. Manuel I relacionada com os privilégios que gozaram em Portugal.¹⁴² No período em que Steudlin esteve à frente da feitoria, os Welser concluíram três contratos com a Coroa portuguesa que lhes garantiram compras de pimenta até ao ano de 1516.¹⁴³ Em troca, a companhia vendeu cobre e prata. Em 1515, a Coroa recebeu «por letra de (...) Graviel, feitor dos Belzes» 5866 cruzados que investiu em cobre.¹⁴⁴ No ano seguinte, D. Manuel I informou Silvestre Nunes, seu feitor de Antuérpia: «E dois mil cruzados que la Recebereis dantonio belzar e sua companhia que Gabriell seu feytoz nollo da em pagamento da pimenta que lhe aquy foy dada per contrauto.»¹⁴⁵ Em 1517, encontramos Gabriel Steudlin em Lisboa entre os alemães que forneceram prata à Casa da Moeda.¹⁴⁶ Steudlin pode ter sido substituído, nesta altura, por Leo Ravensburger¹⁴⁷ o qual forneceu, em 1517/18, repetidas vezes à Casa da Moeda prata numa quantidade superior a mil marcos.¹⁴⁸ Não se sabe ao certo quem liderou a feitoria a partir desta altura, mas encontra-se provada a presença de um feitor dos Welser na capital portuguesa ainda em 1521, cujo nome

¹⁴¹ Greiff 1861, 16-17.

¹⁴² BNP, *Reservados*, Cód. 9820, fl. 21. Cf. Häbler 1903, 33, nota 1.

¹⁴³ Cf. Mathew 1999a, 165; Walter 1992b, 157-158.

¹⁴⁴ ANTT, CC, I-18-122 *apud* Freire 1920, 105.

¹⁴⁵ ANTT, CC, I-19-111 *apud* Freire 1920, 206. No mesmo ano, os Welser pagaram mais «çinco mill cruzados do segundo terço do contrauto da pimenta que ora fez / de que com esta vos vay letra para os Reçeberdes» (*ibidem*, 207).

¹⁴⁶ Entre Fevereiro e Outubro de 1517, «Gabriel, alemão» entregou cerca de 970 marcos de prata à Casa da Moeda. Cf. *Apontamentos para a História da Moeda* 1878, Mappa demonstrativo, n.º 7/1517.

¹⁴⁷ Leo Ravensburger encontrou-se, pelo menos a partir de 1509, no Funchal ao serviço dos Welser (vd. *supra*). Em 1514/15 voltou à Península Ibérica. Cf. Geffcken e Häberlein 2014, 76-77.

¹⁴⁸ *Apontamentos para a História da Moeda* 1878, Mappa demonstrativo, n.º 7/1517 e n.º 5/1518. Nestes documentos é designado «Leão, alemão».

desconhecemos.¹⁴⁹ Nos livros de contas da empresa menciona-se, ainda em 1525, os «nossos (empregados) em Lisboa».¹⁵⁰

Os rendimentos anuais da casa dos Welser dependiam muito dos resultados dos seus negócios com a Coroa portuguesa. Em 1516, por exemplo, a companhia investiu 7000 cruzados em contratos referentes a pimenta.¹⁵¹ Lucas Rem referiu que «em 1516 e 1517 tivemos muita sorte em Portugal e França, onde ganhámos nestes dois anos 30%».¹⁵² Os “anos felizes” dos Welser em terras lusas reflectiram-se claramente no balanço final das contas dos anos de 1516/17, nos quais a companhia obteve uma margem de lucro acima dos 13%, ou seja, mais do que o dobro do rendimento anual habitual.¹⁵³

O comércio de especiarias prometia, certamente, uma alta rentabilidade, mas implicava também enormes riscos. São documentados vários casos em que a valiosa carga se perdeu no mar devido a naufrágios e pirataria. Para diminuir estes riscos, algumas empresas, como é o caso dos Welser, habituaram-se a contratar seguradoras.¹⁵⁴

A aquisição de pimenta esteve, sem dúvida, no centro das actividades dos representantes dos Welser-Vöhlín, mas havia também outras especiarias que ocuparam um papel relevante nos planos da companhia.¹⁵⁵ Uma das fontes mais curiosas, que ilumina este aspecto, foi recentemente encontrada numa biblioteca em Dillingen entre vários fragmentos relacionados com os negócios dos Welser entre 1496 e 1551. O respectivo

¹⁴⁹ Häbler 1896, 73. Gabriel Steudlin representou, em 1521, os Welser em Antuérpia. Cf. Ehrenberg 1922, vol. 1, 197.

¹⁵⁰ «(...) *die vnsern zuo Lixbonna*». Cf. Geffcken e Häberlein 2014, 108, 111, 242, 245. As respectivas fontes documentam também outros negócios dos Welser em Portugal, para além daqueles que envolveram especiarias. Em 1523, a firma, juntamente com Giovanni Francesco Affaitati, vendeu cereais ao rei («King») e, em 1525, adquiriu figos no Algarve.

¹⁵¹ Cf. *ibidem*, XLIII.

¹⁵² Greiff 1861, 31: «*Jar 1516, 1517, hett wir gros gluck In Portugal und Frankreich, gewannen dise 2 Jar - 30 pro C°.*»

¹⁵³ Ehrenberg 1922, vol. 1, 195-196.

¹⁵⁴ Geffcken e Häberlein 2014, 75, 77.

¹⁵⁵ Cf. Häberlein 2014a.

documento, com data de 22 de Fevereiro de 1515, refere-se ao regresso a Lisboa de quatro navios que estiveram em Malaca («*Malacha*»).¹⁵⁶ Um destes navios, a «*Lavinnta*», tinha a bordo várias mercadorias destinadas aos Welser. Estas haviam sido recebidas na capital portuguesa pelos representantes da companhia. Tratava-se nomeadamente de mais do que 54 *Zentner* de noz-moscada, 8 *Zentner* de gengibre e 4 *Zentner* de canela, ainda 9 *Zentner*, 2 arrobas e 14,5 arráteis de macis, 6 *Zentner*, 3 arrobas e 14 arráteis de pau-brasil, 32 *Zentner*, 2 arrobas e 29 arráteis de estanho e, além disso, panos e almíscar. Noutro documento, também de 1515, mencionam-se 24 peças de estanho de Malaca («*malachaisch zin*»)¹⁵⁷ que os Welser tencionaram enviar de Lisboa para Marselha. Em 1518, representantes dos Welser compraram, em Lisboa, 250 *Zentner* de cravo no valor de 22 500 cruzados.¹⁵⁸ No mesmo ano, quantidades consideráveis de especiarias foram expedidas de Antuérpia para Nuremberga e Leipzig, além de pimenta, também noz-moscada e cravo.¹⁵⁹ Em contrapartida, a firma enviou prata e panos flamengos para Lisboa.¹⁶⁰

Precisamente neste ano a companhia dos Welser-Vöhlín foi dissolvida e substituída pela companhia de Bartholomäus Welser.¹⁶¹ Deste modo, a empresa passou a ser chefiada pelo filho mais velho de Anton Welser. No entanto, esta mudança não afectou as relações económicas com a Coroa portuguesa. Na terceira década do século XVI, quando várias casas comerciais da Alta Alemanha se retiraram do comércio das especiarias, os Welser

¹⁵⁶ Geffcken e Häberlein 2014, 78.

¹⁵⁷ *Ibidem*, 77.

¹⁵⁸ *Ibidem*, 85. Tal significa que um *Zentner* de cravo custou, nesta altura, 90 cruzados.

¹⁵⁹ *Ibidem*, 87-90.

¹⁶⁰ *Ibidem*, 91; *Apontamentos para a História da Moeda 1878*, Mappa demonstrativo, n.º 7/1517 e n.º 5/1518.

¹⁶¹ Em 1517 houve uma disputa pela divisão dos lucros que levou ao afastamento de vários membros da companhia dos Welser-Vöhlín. No Outono do ano seguinte morreu Anton Welser. Em consequência disso, a designação da empresa, que contou em 1518 com 18 sócios com direito a voto, mudou para «*Bartholomäus Welser & Co*». Cf. Geffcken e Häberlein 2014, XLIII-XLIV; Denzer 2005, 45-47.

continuaram a comprar pimenta em Portugal.¹⁶² Em 1522 ainda tinham de pagar na Casa da Índia o montante de 193 361 reais para liquidar um contrato sobre 400 quintais de pimenta.¹⁶³ É, porém, de constatar que as atenções da companhia se viraram, nesta época, mais para o comércio colonial espanhol devido às consequências da eleição de Carlos V como imperador do Sacro Império Romano-Germânico em 1519. Exemplo da nova orientação económica da casa dos Welser é o seu ambicioso projecto referente à colonização da Venezuela, que terminou, no entanto, num fiasco.¹⁶⁴

Os Fugger¹⁶⁵

Ao contrário dos Welser, a família dos Fugger não pertenceu ao antigo patriciado de Augsburgo. Apenas na primeira metade do século XVI o ramo familiar dos *Fugger von der Lilie* atingiu o mais alto nível na hierarquia social da cidade devido à ascensão fulgurante da empresa durante a regência de Jacob Fugger e ao casamento deste com Sybille Artzt, filha de um respeitado patrício de Augsburgo.¹⁶⁶ Jacob o Rico (1459-1525), como designado pelos seus contemporâneos, não se tornou apenas o maior “capitalista” da época, ainda mais próspero do que os Medicis, mas também um dos homens mais influentes na política europeia no primeiro quartel quinhentista. Maximiliano I elevou o prestigiado mercador à classe da nobreza e conferiu-lhe o título nobiliárquico de conde, o que era, de facto, um processo sem precedentes. O dinheiro de Jacob Fugger e o dos Welser decidiram,

¹⁶² Geffcken e Häberlein 2014, 245. Cf. Häbler 1903, 34-35; Kellenbenz 1990a, vol. 1, 60; A. A. M. de Almeida 1993, 57.

¹⁶³ Cf. Godinho s.d., vol. 3, 197; Kellenbenz 1974, 225.

¹⁶⁴ Cf. Friede 1961, *passim*; Häbler 1892; Otte 2004b; Walter 1992a, *passim*; Denzer 2005, *passim*; Grosshaupt 1990, 388-392.

¹⁶⁵ Sobre os Fugger, em geral, e as suas relações económicas com Portugal no reinado de D. Manuel I, vd. Häberlein 2002, 223-228; 2006, 52-59 e *passim*; Pölnitz 1949/51; 1960, 25-135; Häbler 1897a, 21-34; Kellenbenz 1985d; 1990a, vol. 1, 49-61 e 165-166; Pohle 2000, 107-109; A. A. M. de Almeida 1993, 58-59; 1994b; Wolff 1988, 260-262; Schick 1957; Mathew 1999a.

¹⁶⁶ A famosa empresa de Augsburgo foi denominada até 1510, pelo irmão mais velho de Jacob Fugger, *Ulrich Fugger und Gebrüder von Augsburg*. Mas Jacob o Rico foi, sem dúvida, o grande *entrepreneur* e construtor da riqueza da casa dos Fugger.

em 1519, a eleição do imperador a favor de Carlos V contra as pretensões do rei de França.¹⁶⁷

Os Fugger sabiam combinar, como nenhuma outra casa comercial de relevo internacional, comércio, alta finança e actividades industriais que prepararam a carreira incomparável da companhia na viragem do século XV para o século XVI. Quanto aos negócios mineiros, os Fugger ganharam uma posição preponderante na exploração das minas de prata e de cobre, sobretudo do Tirol e da Hungria, dominando, a partir daí, o mercado europeu dos metais preciosos. Este desenvolvimento colocou os Fugger na mira do governo português.¹⁶⁸ É, contudo, de rejeitar a tese que os Fugger já se teriam estabelecido em Lisboa em 1485.¹⁶⁹ Não há provas que possam documentar a sua presença permanente em Portugal antes do início do século XVI. No dia 6 de Outubro de 1503, D. Manuel I outorgou à companhia de «Rigo Fuqer»¹⁷⁰ privilégios que correspondiam àqueles que tinha concedido oito meses antes aos Welser.¹⁷¹ Segundo H. Kellenbenz, o primeiro feitor desta célebre casa de Augsburgo em Lisboa deve ter sido aquele «Marcos Alemão»¹⁷² que aí surgiu no âmbito das negociações com a Coroa de Portugal referentes aos privilégios dos mercadores alemães.¹⁷³ Trata-se aqui de Marx Zimmermann, cuja função de feitor dos Fugger é documentada a partir de 1507.¹⁷⁴ Em 1511, foi substituído por Hans von

¹⁶⁷ Os Fugger disponibilizaram uma soma colossal, superior a meio milhão de *Gulden*, enquanto os Welser contribuíram com cerca de 150 000 *Gulden*. Cf. Häberlein 2002, 228.

¹⁶⁸ Já vimos no cap. 2 que a Coroa portuguesa entrou em contacto directo com a empresa, em 1493, através de Diogo Fernandes Correia.

¹⁶⁹ Cf. Lach 1994, vol. 1, 94; Newitt 2005, 54.

¹⁷⁰ ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 22, fls. 25/25v. Cf. cap. 2, nota 61.

¹⁷¹ Sobre os privilégios de 1503, vd. os cap. 5 do presente estudo.

¹⁷² BA, 44-XIII-54, n.º 20k; Denucé 1909, 383.

¹⁷³ Kellenbenz 1990a, vol. 1, 167.

¹⁷⁴ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 37, Nr. 1a. Vd. *infra*, nota 298. Nas fontes portuguesas o nome de Marx (Marcus) Zimmermann apresenta várias grafias como, por exemplo, Marcos de Cimarmão. V. M. Godinho (s.d., vol. 3, 195) não reconheceu neste Marcos de Cimarmão o feitor dos Fugger. É de salientar que os nomes dos agentes comerciais alemães muitas vezes não se deixam apurar com certeza, pelas formas diferentes que geralmente ganhavam nos documentos portugueses do século XVI.

Schüren¹⁷⁵, que chefiou a feitoria na segunda década do século XVI. Os tempos de serviço prolongados de Zimmermann e Schüren apontam para uma estratégia de Jacob Fugger, que consistia em apostar na continuidade dos seus feitores no extremo Sudoeste do continente. É também de realçar que a feitoria de Lisboa era, pelo menos até 1516, o único estabelecimento comercial permanente que a casa dos Fugger possuía na Península Ibérica.¹⁷⁶

Em 1504, chegou uma frota portuguesa a Antuérpia carregada de especiarias. A maior parte da mercadoria foi comprada pelos Fugger e Höchstetter de Augsburgo.¹⁷⁷ No ano seguinte, os Fugger pertenceram ao consórcio que co-financiava a expedição de D. Francisco de Almeida. A soma – comparativamente modesta – de 4000 cruzados que Jacob Fugger investiu naquela empresa mostra bem a sua habitual cautela relativamente a negócios que implicavam um elevado grau de risco. Durante a sua regência, a casa dos Fugger nunca mais participou directamente no financiamento das aventuras ultramarinas portuguesas. A companhia continuou a comprar especiarias em Lisboa e a vender os seus metais. Jacob Fugger reagiu eficazmente face à procura crescente por parte dos portugueses de cobre e latão. Deixou aumentar a produção de latão a partir de 1506 e enviou cada vez mais cobre para Antuérpia.¹⁷⁸ Entre 1507 e 1509, cerca de metade do cobre proveniente de Neusohl, ou seja, das “minas húngaras” dos Fugger, foi vendido em Antuérpia com tendência crescente, atingindo um valor superior a 62% entre 1513 e 1515.¹⁷⁹ De 1510 a 1513, 10 178 *Antwerpener Zentner*¹⁸⁰ de cobre fundido foram transportados de Danzig para Lisboa via Brabante ou Zelândia.¹⁸¹ Antuérpia tornou-se cada vez mais o ponto crucial para os negócios dos Fugger com Portugal. Em 1508, já

¹⁷⁵ Variantes: Jan von der Schuer, Jan von der Scheuer, Johann von der Scheuren, João de Xurem.

¹⁷⁶ Kellenbenz 1990a, vol. 1, 54 e 167.

¹⁷⁷ Pölnitz 1949/51, vol. 2, 149.

¹⁷⁸ E. Westermann 2009, 56.

¹⁷⁹ E. Westermann 2001, 32-33.

¹⁸⁰ Sobre pesos e medidas, vd. cap. 3, nota 59.

¹⁸¹ Pölnitz 1949/51, vol. 2, 276 e 283.

tinham alargado a sua posição na cidade do Escalda, comprando a casa de Nicolaus von Rechterghem, que substituiu a antiga feitoria dos Fugger.¹⁸²

Contudo, houve alguns incidentes na rota Antuérpia-Lisboa: em 1507, um navio que continha mercadorias dos Fugger caiu nas mãos de piratas. O memo aconteceu, no sentido inverso, nos anos de 1510 e 1513, quando a companhia perdeu a pimenta que trouxe de Lisboa.¹⁸³ Entre 1509 e 1511, Marx Zimmermann tinha comprado na Casa da Índia especiarias no valor de 9 750 000 reais.¹⁸⁴ No entanto, Jacob Fugger não ficou satisfeito com algumas atitudes do seu feitor, pelo que o trocou por Hans von Schüren¹⁸⁵, que inicialmente foi apoiado por Jörg Herwart.¹⁸⁶ No período em que Schüren esteve à frente da feitoria de Lisboa, os Fugger pertenceram aos contratadores que compraram, entre 1512 e 1516, anualmente, 20 000 quintais de pimenta por um preço fixo de 22 cruzados o quintal.¹⁸⁷ Tomé Lopes mencionou ainda, na sua correspondência com D. Manuel I, um «sobrepartido» referente à pimenta que a companhia estava a negociar na Casa da Índia.¹⁸⁸ Em Agosto de 1513, chegaram à feitoria dos Fugger, em Antuérpia, aproximadamente 74 quintais de pimenta remetidos por Hans von Schüren.¹⁸⁹ No ano seguinte, os «Faquaros» compraram em Lisboa, juntamente com Michael Imhoff, 15 quintais de maçãs.¹⁹⁰

Portanto, as relações comerciais entre os Fugger e a Coroa funcionaram inicialmente com base na troca de especiarias por cobre e outros metais. Este princípio foi posto em causa a partir de meados da segunda

¹⁸² Häberlein 2006, 55-56.

¹⁸³ *Ibidem*, 56.

¹⁸⁴ Godinho s.d., vol. 3, 195.

¹⁸⁵ Jakob 2000, 109.

¹⁸⁶ BNP, *Reservados*, Cód. 9820, fl. 21. Em Novembro de 1511, vários representantes dos mercadores-banqueiros alemães dirigiram petições a D. Manuel I. Hans von Schüren e Jörg Herwart assinaram o documento para os Fugger. Cf. Häbler 1897a, 26 (nota 3).

¹⁸⁷ Vd. *supra*, nota 41.

¹⁸⁸ ANTT, CC, I-12-77 (carta de Tomé Lopes para D. Manuel I, Lisboa, 16.2. 1513). Cf. Kellenbenz 1974, 208.

¹⁸⁹ Doehard 1962, vol. 3, 233.

¹⁹⁰ ANTT, CC, I-16-32. Vd. *supra*, nota 56.

década do século XVI, quando Jacob Fugger começou a rejeitar a pimenta como meio preferencial de pagamento dos portugueses. A nova postura do homem forte da famosa empresa de Augsburgo dificultou já em 1515 as negociações relativas a um novo contrato que incluiu pimenta e cobre.¹⁹¹ Durante anos não se chegou a nenhum acordo. Enquanto a companhia perdeu gradualmente o seu interesse em especiarias¹⁹², D. Manuel I continuou, em nítido contraste, “ávido” por cobre de que tanto necessitava no comércio ultramarino. Os Fugger, que dominaram o mercado europeu em relação a este produto, costumavam enviá-lo para Antuérpia, via Danzig. Daí, era transportado para Lisboa no importantíssimo eixo comercial marítimo que ligava as duas cidades.¹⁹³ Mas em Portugal a procura deste metal era tão grande, que o cobre dos Fugger chegou ao Tejo também via Hamburgo¹⁹⁴ e Génova.¹⁹⁵

A partir de 1515, os negócios que os Fugger efectuaram em Lisboa abrandaram, o que se explica, em primeiro lugar, com o deslocamento do centro económico europeu para Antuérpia, sobretudo, no que diz respeito à venda das especiarias portuguesas e dos metais alemães. Os Fugger concentraram-se, cada vez mais, na praça comercial de Antuérpia e preferiram fechar os negócios com a Coroa portuguesa em Brabante. Por vezes, os reponsáveis da feitoria portuguesa de Antuérpia deslocaram-se em missões oficiais à sede da companhia em Augsburgo.¹⁹⁶ Contrastando com estas tendências, a capital portuguesa perdeu a posição significativa que outrora possuía no que se refere aos planos económicos dos Fugger. Para o período compreendido entre 1520 e 1527, não se encontram notícias que possam documentar o funcionamento da feitoria que a companhia sustentou em Lisboa. Ao que parece, esta ficou desocupada durante alguns

¹⁹¹ ANTT, CC, I-17-126 (carta de Tomé Lopes para D. Manuel I, Augsburgo, 23.5. 1515). Cf. Freire 1920, 104-105, 121 e 125; Kellenbenz 1974, 209-210; A. A. M. de Almeida 1993, 44.

¹⁹² Häberlein 2006, 55.

¹⁹³ Cf. M. Jansen 1910, 156-158; E. Hering 1940, 265.

¹⁹⁴ Pölnitz 1949/51, vol. 2, 280.

¹⁹⁵ *Ibidem*, 234.

¹⁹⁶ Vd. cap. 5.

anos.¹⁹⁷ Em finais da terceira década do século XVI, as especiarias chamaram novamente a atenção dos Fugger, que enviaram, nesta e noutras fases do século XVI, os seus agentes comerciais para Portugal.¹⁹⁸

Os Höchstetter

O maior concorrente dos Fugger no mercado internacional de cobre foi a casa dos Höchstetter.¹⁹⁹ A sua feitoria de Antuérpia que operava já desde 1486, desempenhou um papel decisivo, no que concerne à extensão das ligações comerciais desta conceituada empresa alemã para Portugal. Nesta cidade, em 1504, venderam cobre e latão à feitoria portuguesa²⁰⁰, e adquiriram, juntamente com os Fugger, uma grande parte das especiarias que os portugueses trouxeram da Índia.²⁰¹ Em 1505, investiram 4000 cruzados na referida armada de D. Francisco de Almeida e, nos anos seguintes, forneceram metais a Portugal.²⁰² No início do século XVI, em data desconhecida, ergueram uma feitoria em Lisboa. Num documento de Junho de 1507, é mencionada a presença do feitor dos Höchstetter em Portugal, mas não o seu nome.²⁰³ Tudo indica que se trata aqui de Stefan Gabler de Nuremberga, que trabalhou durante vários anos para os Höchstetter.²⁰⁴ A sua presença em Lisboa, na primeira década quinhentista, é documentada por uma carta que este recebeu de Valentim Fernandes em 1510.²⁰⁵ Nesse mesmo

¹⁹⁷ No ano de 1519, o feitor dos Fugger, Hans von Schüren, ainda se encontrou em Lisboa. Cf. Kellenbenz 1990a, vol. 2, 9, nota 15.

¹⁹⁸ Sobre as actividades comerciais dos Fugger após o reinado de D. Manuel, vd. cap. 8.

¹⁹⁹ Sobre a casa dos Höchstetter e as suas relações económicas com Portugal, cf. Kern 1936; Ehrenberg 1922, vol. 1, 212-218; Blendinger 1972; Pohle 2000, 110-113; A. A. M. de Almeida 1993, 60-61; M. dos S. Lopes 1994d.

²⁰⁰ ANTT, CC, I-4-63 (carta de Tomé Lopes para D. Manuel I, Antuérpia, 28.2.1504).

²⁰¹ Cf. *supra*, nota 177.

²⁰² Staats- und Stadtbibliothek Augsburg, 2° Cod. Aug. 390, Fol. 470.

²⁰³ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 37, Nr. 1a.

²⁰⁴ StadtAA, *Rst, Literalien, ad PS Höchstetter*, Fol. 1; StadtAN, B 14/II Nr. 17, Fol. 42. Stefan Gabler nasceu no ano de 1473 e entrou ao serviço dos Höchstetter em 1502 ou 1503. Antes disso esteve vinculado aos Fugger que representou em Milão (TLA, *Oberösterreichisches Kammer Raitbuch 1500*, Fol. 325v.). Cf. E. Westermann 2009, 56; Pölnitz 1949/51, vol. 2, 134.

²⁰⁵ GNM, *Rst Nürnberg*, XI, 1d, Fol. 1.

ano, Gabler encontrou-se novamente na sua cidade natal, pelo que deve ter sido substituído na cidade do Tejo por volta de 1509 por Ulrich (Utz) Ehinger. Este mercador, oriundo de Ulm, surgiu entre 1509 e 1511 na Casa da Índia, como «feitor da Companhia».²⁰⁶ «Rodrigo Alemam», assim foi chamado pelos portugueses, adquiriu especiarias no valor de 1 357 329 reais durante este período. Para Ehinger, não tinha sido a primeira estadia em terras portuguesas. Já em Março de 1507, tinha estado em Lisboa²⁰⁷, antes de partir para Valência, onde trabalhou para a denominada *Magna Societas Alemanorum* ou *Große Ravensburger Handelsgesellschaft*.²⁰⁸ No início de 1514, encontramos-lo novamente ao serviço desta célebre sociedade comercial, desta vez em Saragoça, onde esteve incumbido de desempenhar a função de contabilista-mor nos dois anos seguintes.²⁰⁹ A sua segunda estadia em Portugal situou-se, portanto, no período compreendido entre 1509 e 1513, aproximadamente. Ulrich Ehinger era primo de Lucas Rem a quem encontrou em Lisboa em Março de 1510.²¹⁰ Em Novembro de 1511, o feitor dos Höchstetter apareceu em duas ocasiões relacionadas com os privilégios que os alemães gozaram em Portugal.²¹¹ Ehinger dedicou-se ao jogo e esteve envolvido no “escândalo”²¹² que abalou a colónia alemã de Lisboa no Inverno de 1511/12.²¹³

Por volta de 1515, passaram por Lisboa mais dois feitores dos Höchstetter. Primeiro, um «Jacome Rot»²¹⁴, cuja função é mencionada

²⁰⁶ Godinho s.d., vol. 3, 195.

²⁰⁷ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 582,11a.

²⁰⁸ J. Müller 1929, 382-386.

²⁰⁹ Schulte 1923, vol. 1, 159; Kellenbenz 1964, 174.

²¹⁰ Greiff 1861, 14.

²¹¹ BNP, *Reservados*, Cód. 9820, fl. 21; Cassel 1776, 11-12.

²¹² Jakob 2000, 102.

²¹³ Vd. *infra*.

²¹⁴ Jacome Rot pode ser o aportuguesamento de Jacob Raet. Sobre este mercador, oriundo de Aachen, sabemos que teve ligações comerciais com a casa dos Höchstetter, no Inverno de 1512/13, em Antuérpia. Cf. Doehard 1962, vol. 3, 65.

numa carta de D. Manuel I dirigida a Silvestre Nunes²¹⁵ e, a seguir, Lazarus Ravensburg que enviou, ainda no mesmo ano, pimenta para Antuérpia.²¹⁶

Em Setembro de 1519, Rui Fernandes de Almada, funcionário real da feitoria portuguesa de Antuérpia, deslocou-se, no âmbito de uma missão especial, à Alta Alemanha.²¹⁷ Em Augsburg, falou várias vezes com os Höchstetter sobre um contrato referente a cobre e pimenta.²¹⁸ A correspondência que trocou, em finais da segunda década do século XVI, com D. Manuel I lança um olhar para as relações comerciais da Coroa com a casa dos Höchstetter. Os documentos revelam, simultaneamente, que a companhia preparava a sua retirada de Lisboa. Após as primeiras conversações com os responsáveis de empresa, Rui Fernandes de Almada escreveu ao seu soberano no dia 18 de Setembro de 1519:

Item a companhia dos Ogasteteres [= Höchstetter (NdA)] he companhia antyga que a muito tempo que estam em vos rreinos por que lla fez casaro, sam pessoas princepães e honradas de que tenho recebido muita honra por o de Vosa Alteza e se me ofereceram por todas estas villas com as pessoas e gente muito honradamente como quem elles sam; os princepães estam em Osburgo e governam a villa de antigos e rycos. Seu feitor me deu a entender como tinham em Lixboa 800 ou mill quintaes de cobre melhor que ho do Focoro [= Fugger (NdA)] como dizem (...).

²¹⁵ ANTT, CC, I-18-122 (Lisboa, 6.10.1515). Cf. Freire 1920, 105 e 204-205.

Em Julho de 1515, Jacome Rot apareceu na Casa dos Tabeliães como representante oficial de todos os mercadores alemães, moradores em Lisboa, o que leva a supor que a sua presença na capital portuguesa não era recente. Cf. BNP, *Reservados*, Cód. 9820, fls. 22-23.

²¹⁶ Ehrenberg 1922, vol. 1, 212, nota 32. Lazarus Ravensburg (Ravensberger; Ravensborger) tinha já anteriormente trabalhado para a casa dos Höchstetter. Em 1499, 1511 e 1514, representou a companhia em Antuérpia. Vd. Doehard 1962, vol. 3, 150, 214-216 e 237-239.

²¹⁷ Barata 1971, *passim*.

²¹⁸ *Ibidem*, 106-107.

Elles estiveram segundo me dyse seu feitor que esteve em Lixboa biij anos²¹⁹ por alguns agravos que lhe fez Antonio Salvago em se virem de lla e tem determinado de como vendesem este cobre se virem eu lhe rrespondi o que compria e que esperava que daqui peravante elles rredobrasem sua casa porque Vosa Alteza visto como elles eram antigos em seus rreinos lhes queria fazer maes merces e favor que aos outros (...).²²⁰

O enviado português estava seriamente preocupado por causa da intenção dos Höchstetter de abandonar a praça de Lisboa e tentou fazê-los mudar de ideias. Contudo, a sua ambição chegou tarde. O teor da carta que enviou no dia 16 de Novembro de 1519 mostra que a decisão dos Höchstetter já estava tomada. Rui Fernandes de Almada implorava agora a D. Manuel I que se autorizasse finalmente o fecho do contrato comercial com a empresa: «Item quanto ao contrauto dos Ogasteteres como lhe tenho sprito me parece bem e que o deve de aver por bom ainda que nom fose senom por rrecolhe-llos em seus Reynos o deve de fazer».²²¹ O futuro dirigente da feitoria de Antuérpia argumentou da seguinte forma:

(...) porque quantos mais mercadores dessemelhantes ouverem nos Reinos quanto mor despacho terem suas especearyas e esta companhia tem grande trauto em Ungria e Pelonya e despacham muita pimenta que compraram os dias pasados em Inves [= Antuérpia (NdA)]; alem do seu cobre ser melhor que ho do Focoro (...).²²²

219 Não fica esclarecido quem pode estar por detrás deste feitor. Será Ulrich Ehinger que pode ter chegado a Portugal em 1506 e ter saído no início de 1514? Também se pode tratar aqui de Stefan Gabler. Isso significaria que este já se encontrava em Lisboa por volta de 1502.

220 ANTT, CC, I-25-41 *apud* Barata 1971, doc. XVI, 201-202.

221 ANTT, CC, I-44-4 *apud* Barata 1971, doc. XIX, 209.

222 *Ibidem*, 210.

As negociações continuaram durante o Inverno, mas em Fevereiro de 1520 ainda não se tinha chegado a um acordo.²²³ Nos anos seguintes, os Höchstetter preferiram fazer os negócios com a Coroa portuguesa em Antuérpia, onde as suas feitorias vizinhas se situavam na Rua *Kipdorp*.²²⁴ Na terceira década de Quinhentos, a companhia dedicou-se ao mercado internacional de mercúrio. Esta actividade, altamente especulativa, levou a empresa em poucos anos à falência.²²⁵ Em tribunal, o chefe da firma, Ambrosius Höchstetter, defendeu que ignorava até ao último instante que a empresa passasse por uma fase tão dramática. Assegurou que tinha confiado no lucro das transacções comerciais levadas a cabo nos Países Baixos e em Portugal. Esta afirmação de Ambrosius Höchstetter manifesta a importância dos “assuntos portugueses” dentro dos planos económicos da companhia. Ainda em 1529, chegaram às mãos do seu representante em Antuérpia, Lazarus Tucher, quantidades consideráveis de pimenta, mercúrio e vermelhão vindas de Lisboa.²²⁶

Os Rehlinger

É dúbia a existência, para além dos Welser, Fugger e Höchstetter, de mais companhias de Augsburgo fixadas em Lisboa logo na primeira década do século XVI. No caso dos Rehlinger, isso pode ter acontecido, mas apenas no início da década seguinte é seguramente esclarecida a presença de um feitor da empresa de Wilhelm Rehlinger em Lisboa.²²⁷

Os Rehlinger pertenceram às sete famílias mais antigas do patriciado de Augsburgo e destacaram-se, na viragem da Idade Média para a Idade

²²³ ANTT, CC, I-25-75; I-25-76; I-25-97; I-26-122; I-25-127 (cartas de Rui Fernandes de Almada a D. Manuel I, Augsburgo, 9.12.1519 (2 cartas)/ 10.1.1520 e Antuérpia, 4.2.1520/ 21.2.1520)

²²⁴ M. N. Dias 1963/64, vol. 2, 179.

²²⁵ Cf. Safley 2011.

²²⁶ Cf. Ehrenberg 1922, vol. 1, 217; Kellenbenz 1970a, 321; Kern 1936, 194. Segundo o último autor mencionado (*ibidem*, nota 96), a companhia dos Höchstetter dispunha, em Portugal, em finais dos anos 20 do século XVI, ainda de um crédito no valor de 80 000 *Gulden* para adquirir pimenta. Infelizmente, este e outros documentos provenientes do arquivo da cidade de Augsburgo não se encontram no local indicado pelo autor.

²²⁷ Sobre os Rehlinger e as suas relações económicas com Portugal, vd. Häberlein 1998, 182; 2003.

Moderna, no comércio de longa distância, que combinavam com as suas actividades de banqueiros e “industriais”. Os negócios internacionais da firma estenderam-se da Escandinávia à Península Ibérica. Infelizmente, são escassas as referências documentais sobre as suas ligações comerciais com Portugal. Em 1507, enviaram, juntamente com outras companhias alemãs, prata e cobre dos Países Baixos para Portugal, mas a carga não chegou ao seu destino devido a um ataque de piratas.²²⁸ No mesmo ano, negociaram em Lisboa um contrato de pimenta, em parceria com a *Magna Societas Alemanorum* de Ravensburgo.²²⁹ Hans Ernlin, o feitor de Antuérpia desta poderosa companhia do Sul da Alemanha, reportou, em Junho de 1507, que se perdeu na costa da Bretanha um barco, vindo de Lisboa e ricamente carregado de especiarias. Neste navio, encontravam-se 26 sacos²³⁰ de pimenta que pertenciam aos Rehlinger, enquanto as companhias dos Welser e dos Höchstetter transportavam 60 sacos de pimenta, cada. Dado que os alemães não tinham feito um seguro, sofreram um enorme prejuízo.²³¹

Não se sabe se os Rehlinger possuíam, nesta fase, uma feitoria na cidade do Tejo. É pensável que, pontualmente, enviassem em 1507, como talvez noutras ocasiões, agentes comerciais para Portugal. Seja como for, em Novembro de 1511, um certo «Josse Hermão» assinou em Lisboa um documento como representante oficial de Wilhelm Rehlinger.²³²

Os Rem

Em meados da segunda década do século XVI, a companhia dos Welser-Vöhlin passou por uma profunda crise interna devido aos múltiplos

²²⁸ Staats- und Stadtbibliothek Augsburg, 2° Cod. Aug. 390, Fol. 470. Vd. *supra*, nota 77.

²²⁹ Cf. Schulte 1923, vol. 2, 188; Kellenbenz 1990a, vol. 1, 51.

²³⁰ Em geral, três sacos de pimenta formaram um *Ballen*, uma medida que correspondia a 224 *Pfund* de Antuérpia (ca. de 105 kg). Cf. Harreld 2004, 141; Häberlein 2014a, 55.

²³¹ Schulte 1923, vol. 1, 280.

²³² BNP, *Reservados*, Cód. 9820, fl. 22. O nome deste feitor aponta para uma nacionalidade de origem neerlandesa.

conflitos que existiram entre os seus sócios.²³³ Em 1517, a situação agravou-se e conduziu à saída de vários membros da empresa, entre eles, os irmãos Andreas, Lucas e Hans Rem.²³⁴ Os irmãos Rem fundaram, juntamente com Ulrich Hanolt, no dia 23 de Agosto de 1518, uma empresa própria.²³⁵ A denominada *Endris Rem und geselschaft* dedicou-se sobretudo aos negócios financeiros e ao comércio de especiarias e, desde cedo, estendeu as suas ligações comerciais para Portugal.²³⁶ Em Março de 1519, a jovem empresa contratou Jörg Herwart, que mediou inicialmente os negócios com a Coroa portuguesa.²³⁷ Resumidamente, as negociações de Jörg Herwart, que representou também a sua família e os Welser, referiam-se à compra de pimenta, cravo e canela.²³⁸ Em Fevereiro de 1520, D. Manuel I deliberou o seguinte:

Nós, el-rey, mandamos a vós, Joam de Saa, cavaleiro de Nosa casa, thesoureiro da espeçaria da nosa Casa da Imdia que dees a Jorge Herbart, allemãoo, mercador, estamte na nosa çidade de Lixboa, dozentos quimtaees de pimenta de que fazemos merçee a elle e aos parçeyros que tynha no contrato do cravo e canella que em nossa fazenda fez, o quall lhe depois foy tyrado e aberto per semtemça dada per desembargadores da nosa Rollaçam, a quall merçee lhe fazemos avemdo respeyto a allgũas perdas que elle e os ditos seus parçeyros ouveram e receberam em seguros, cambeos, fretes e outras despesas que fizeram antes de o dito contrato lhe per a dita semtemça ser tirado. E per este, com seu

²³³ Vd. *supra*.

²³⁴ Greiff 1861, 20-21.

²³⁵ Com Jörg Meuting foi integrado, em Janeiro de 1519, um quinto sócio na empresa. Sobre a fundação da companhia dos Rem, vd. *ibidem*, 21, 31-32; Ehrenberg 1922, vol. 1, 196-197, 226; Jakob 2003.

²³⁶ Pohle 2000, 114-116.

²³⁷ Greiff 1861, 71.

²³⁸ ANTT, CC, I-44-4; I-25-75; I-25-119; I-25-129. Cf. Barata 1971, doc. XIX, XXI e XXVI; A. A. M. de Almeida 1993, doc. 3; Kellenbenz 1974, 217-219 e 224.

conhecimento, mandamos aos nosos contadores que vo-los levem em conta.

Feyto em Évora aos IX dias de Fevereiro, Fernamd'Allvarez o fez, de I V^o XX. Os quaees duzemtos quyntaes de pimenta lhe dareis posto que este nam pase pela nosa Chamçellaria, sem embargo de nosa ordenaçam.

Rey²³⁹

Para além de Jörg Herwart, os Rem empregaram também na capital portuguesa «um moço»²⁴⁰ que tinha a tarefa de transmitir informações actualizadas sobre o comércio. Simultaneamente, encontramos, em Augsburgo, Rui Fernandes de Almada, que conseguiu convencer os Rem no sentido de estes se fixarem permanentemente em Portugal. Em consequência disso, a companhia enviou para Lisboa o experiente Ulrich Ehinger²⁴¹, que aí fundou uma feitoria. Ulrich Ehinger era primo de Lucas Rem com quem tinha estado em Portugal e Castela já em 1510.²⁴² O contrato do primeiro feitor dos Rem iniciou-se em Abril de 1520 por um prazo de três anos.²⁴³ Provavelmente, este foi substituído na sua função por Hans Paur²⁴⁴, que forneceu prata à Casa da Moeda nos anos de 1523 e 1524.²⁴⁵ A partir daí, desconhecem-se mais pormenores sobre as actividades dos Rem em Portugal. O diário de Lucas Rem apenas revela que, por volta de 1525, a direcção da companhia se mostrou descontente com o trabalho dos seus

²³⁹ ANTT, CC, I-25-119 *apud* A. A. M. de Almeida 1993, 134.

²⁴⁰ ANTT, CC, I-25-129. Cf. Barata 1971, 230.

²⁴¹ Ulrich Ehinger iniciou a sua carreira de mercador em Ulm, sua cidade natal, onde o encontramos até 1506. Nos dez anos seguintes, esteve a maior parte do tempo na Península Ibérica ao serviço dos Höchstetter e da *Magna Societas Alemanorum* de Ravensburgo. Cf. J. Müller 1929, 386.

²⁴² Greiff 1861, 14-15.

²⁴³ *Ibidem*, 71.

²⁴⁴ Este mercador de Nuremberga serviu os Rem desde 1520. Precisamente neste ano, tinha assinado com a companhia um contrato válido para 12 anos (*ibidem*). Nos anos 30 do século XVI, Hans Paur praticou, por conta própria, comércio em Portugal.

²⁴⁵ Nos docs. port.: «João Bahur». Cf. *Apontamentos para a História da Moeda* 1878, Mappa demonstrativo, n.º 4/1523 e n.º 6/1524; Rau 1984b, 80.

funcionários em Lisboa. Nesta fonte, fala-se dos «terríveis e grandes prejuízos, que sofremos em Lisboa e no mar. O trabalho desajeitado dos nossos empregados causou, particularmente, despesas enormes e duas grandes e comprometedoras dívidas».²⁴⁶

As palavras de Lucas Rem antecipam, de certa maneira, as razões que conduziram, em finais de 1527 ou no início de 1528, ao encerramento da feitoria e à retirada definitiva da companhia dos Rem de Portugal.²⁴⁷

Os Herwart²⁴⁸

A casa comercial dos Herwart entrou em contacto com o mundo mercantil em Portugal através de Anton Herwart²⁴⁹, que acompanhou Hieronymus Münzer na sua viagem à Península Ibérica em 1494/95.²⁵⁰ Estes, em Novembro de 1494, visitaram a corte portuguesa em Évora, dialogando várias vezes com D. João II sobre a expansão marítima dos portugueses e as suas possibilidades económicas. No âmbito deste encontro, precisamente na véspera da partida dos alemães para Lisboa, D. João II armou Anton Herwart cavaleiro. Desconhecem-se, porém, as razões que conduziram à elevação do mercador de Augsburgo. Por estranho que pareça, este contacto prometedor entre o rei português e os Herwart não conduziu directamente à expansão do comércio desta importante casa comercial para Portugal. Apenas 24 anos depois, encontramos na pessoa de Engelhard Schleim um colaborador dos Herwart em Lisboa.²⁵¹ O estabelecimento retardado da empresa no Tejo surpreende ainda mais, se tivermos em consideração que os

²⁴⁶ Greiff 1861, 35: «greilichen, grossen scheden, die wir zuo Lixbona, ufm meer, sonder ungeschickt hendel unsserer diener, unmasig uncosten, sonder 2 bös gros schulden, erlitten».

²⁴⁷ *Ibidem*, 39. Pelas afirmações de Lucas Rem, a companhia permaneceu em Portugal durante sete anos, o que significa que encerraram a feitoria em Lisboa antes de Abril de 1528.

²⁴⁸ Sobre o comércio dos Herwart em Portugal na primeira metade do século XVI, vd. Kellenbenz 1990c, 69-83; 1991c; Pohle 2000, 116-120; A. A. M. de Almeida 1993, 61.

²⁴⁹ Anton Herwart era o irmão mais novo de Georg e Christoph Herwart que geriram a empresa em finais dos anos 90 do século XV e no primeiro quartel do século XVI.

²⁵⁰ Vd. cap. 1.

²⁵¹ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 582,2 (carta de Michael Behaim para Martin Behaim (filho), Nuremberga, 5.11.1518); Ghillany 1853, docs. XV. Cf. Schaper 1970, 187; Kellenbenz 1970a, 320.

Herwart praticavam, já há décadas e a nível internacional, um volumoso comércio de cobre. Além disso, estiveram ligados aos negócios financeiros nos Países Baixos mais cedo e mais intensamente que a maioria dos outros mercadores-banqueiros alemães.²⁵² Em suma, os Herwart cumpriam todos os requisitos necessários para entrar em negociações económicas auspiciosas com a Coroa portuguesa. Mas tal não aconteceu.

Uma outra curiosidade em relação ao comércio dos Herwart em Portugal consiste no facto de a família não se ter aí apresentado como uma unidade. Em vez disso, distingue-se a companhia familiar e um mercador individual, oriundo dessa mesma família, mas que actuava enquanto comerciante independente. Trata-se neste caso de Jörg Herwart, cuja presença em Lisboa é documentada, pela primeira vez, em 1511, representando nesta altura os Fugger.²⁵³ No período compreendido entre 1517 e 1524, encontramos Jörg Herwart entre os alemães que entregavam prata na Casa da Moeda e que compravam especiarias na Casa da Índia.²⁵⁴ Sobre ele, escreve V. Magalhães Godinho:

Com um contrato no valor de 70 000 cruzados relativo a compra de pimenta (a soma equivale a mais de 3100 quintais) figura Jorge Abet, ou Embert; nos registos da Moeda, com 2113 marcos de prata, lemos o nome de Jorge Embertj, Emberte ou Rebert, e em 1521 vemos a comprar trincal vindo da Índia um Jorge Cebet (...), é possível que se trate sempre do mesmo. Em 1531 é um poderoso capitalista de Augsburg, Jorge Herwart (...) anda metido na venda de diamantes de excepcional valor, compartilhando com a coroa portuguesa o monopólio da compra de pedraria na Índia para importar para a Europa.²⁵⁵

²⁵² Ehrenberg 1922, vol. 1, 218.

²⁵³ Vd. *supra*.

²⁵⁴ Godinho s.d., vol. 3, 197-199.

²⁵⁵ *Ibidem*, 210.

Nos anos 20 e 30 do século XVI, Jörg Herwart especializou-se no comércio de pedras preciosas, alcançando grande reputação na Península Ibérica.²⁵⁶

É incerto se Jörg Herwart terá representado temporariamente, na função de feitor, a empresa da sua família em Portugal. Apenas nos anos de 1519 e 1520, surge em Lisboa no papel de agente comercial dos seus parentes e, simultaneamente, ao serviço de outras firmas de Augsburgo.²⁵⁷ Certo é que a companhia tinha estabelecido uma filial na cidade do Tejo antes de Março de 1520, porque nesta altura encontramos Veit Hörl à frente da feitoria dos Herwart.²⁵⁸ Hörl, oriundo de Bozen, manteve a sua função também nos anos seguintes.²⁵⁹ H. Kellenbenz conseguiu identificá-lo na documentação portuguesa como o «Guido»²⁶⁰, que aparece de 1521 a 1524 na Casa da Moeda, entregando aí, no mínimo, 1114 marcos de prata.²⁶¹ A companhia dos Herwart era, com a excepção da dos Hirschvogel, a única empresa alemã que comprou pedras preciosas e pérolas directamente na Índia, onde foram, a partir de 1520, representados por Jörg Pock.²⁶² Para assegurar os serviços deste, os Herwart comprometeram-se a descontar aos Hirschvogel um terço dos lucros que derivavam da venda das mercadorias enviadas pelo próprio Pock.

No início do reinado de D. João III, os Herwart intensificaram o comércio que praticaram em Portugal. Continuaram a negociar em primeiro lugar com pedras preciosas e pérolas e mantiveram aberta a sua feitoria lisboeta até 1531.²⁶³

²⁵⁶ Vd. cap. 8.

²⁵⁷ Cf. *supra*, notas 237-238.

²⁵⁸ StadtAA, Rst, Reihe “Kaufmannschaft und Handel”, Akten, Fasz. 4, Nr. 24/11.

²⁵⁹ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 582,14.

²⁶⁰ Ou «Guydo, alemão». Cf. Kellenbenz 1970a, 321.

²⁶¹ Cf. *Apontamentos para a História da Moeda* 1878, Mappa demonstrativo, n.º 7/1521 e n.º 6/1524; Godinho s.d., vol. 3, 198.

²⁶² StadtAA, Rst, Reihe “Kaufmannschaft und Handel”, Akten, Fasz. 4, Nr. 24/11. Vd. cap. 3.

²⁶³ Vd. cap. 8.

Os Gossembrot e os Paumgartner ?

Existiram mais empresas situadas na Alta Alemanha que estiveram, de alguma forma, envolvidas no comércio com Portugal no reinado de D. Manuel I.²⁶⁴ No caso dos Gossembrot e dos Paumgartner, não se sabe ao certo se estas importantes companhias de Augsburgo fundaram uma filial em Lisboa. Contudo, não há dúvida que estiveram ligadas ao comércio com Portugal e no espaço ultramarino.

Os Gossembrot já tinham sido contactados em 1493 por Diogo Fernandes Correia. O enviado especial de D. João II solicitou nesta altura o apoio destes e dos Fugger no que se refere ao financiamento de um projecto marítimo dos portugueses no Atlântico.²⁶⁵ Em 1505, os Gossembrot pertenceram ao consórcio italo-alemão que participou na armação da frota de D. Francisco de Almeida.²⁶⁶ Segundo a *Cronica newer geschichten* do cronista de Augsburgo, Wilhelm Rem, elaborada no primeiro terço do século XVI, os Gossembrot investiram 3000 cruzados nesta empresa.²⁶⁷ Face à importância deste empreendimento, é possível que se tivessem fixado temporariamente em território português.

Ainda mais difícil de provar é o estabelecimento dos Paumgartner em Portugal.²⁶⁸ Esta casa comercial pertenceu, por volta de 1500, ao poderoso sindicato de cobre, tal como os Fugger, os Herwart e os Gossembrot.²⁶⁹ Na posse dos Paumgartner, encontravam-se algumas fontes valiosíssimas referentes à Expansão Portuguesa do início do século XVI como, por exemplo, o denominado “manuscrito de Leutkirch” e o *Triffasband* de 1514/15.²⁷⁰ K. O. Müller, que editou estas fontes, chegou, na tentativa de identificar os

²⁶⁴ Surgem nos estudos históricos nomes de mercadores-banqueiros alemães, cuja presença em Portugal não está seguramente provada como, por exemplo, em relação aos Haller von Hallerstein de Nuremberga ou dos Hainhofer de Augsburgo. Cf. Vasconcellos 1929, 25; Grosshaupt 1990, 362; Walter 1992b, 158.

²⁶⁵ Vd. cap. 1, nota 12.

²⁶⁶ ÚKSAV, *Rkp.* fasc. 515/8, Fol. 179v.

²⁶⁷ „Cronica newer geschichten“ von Wilhelm Rem» 1896, 278.

²⁶⁸ Sobre a casa comercial dos Paumgartner, vd. K. O. Müller 1955.

²⁶⁹ Kellenbenz 1960b, 129.

²⁷⁰ Sobre estas fontes, vd. o cap. 3.

respectivos autores, à conclusão que deviam pertencer à casa dos Paumgartner.²⁷¹ Supôs que Hans Paumgartner e o seu filho homónimo passaram nas primeiras duas décadas de Quinhentos por terras portuguesas. As teses de Müller foram contestadas por T. G. Werner, que apontou para a inexistência de provas que pudessem corroborar tais afirmações.²⁷² Além disso, Werner conseguiu esclarecer que o *Triffasband* sobre os costumes mercantis no mundo quinhentista deriva, muito provavelmente, de um membro da família dos Imhoff.²⁷³ Consequentemente, restam algumas dúvidas acerca duma eventual passagem dos Paumgartner por Portugal ou de um envolvimento directo desta companhia nos empreendimentos marítimos dos portugueses.²⁷⁴

A vida na colónia alemã de Lisboa

Parceiros e rivais

Segundo H. Kömmerling-Fitzler, dominavam entre os alemães em Lisboa a concorrência, a inveja e os ciúmes.²⁷⁵ Esta afirmação é, de certa maneira, credível, sobretudo se lançarmos um olhar sobre os interesses particulares, para não dizer egoístas, dos mercadores germânicos. Por outro lado, tal ideia é francamente limitativa e não reflecte, de forma suficiente, a verdadeira atmosfera existente na colónia alemã, pois, ao segundo olhar, ganhamos uma imagem mais diferenciada acerca da vida dos alemães na capital portuguesa. Para um melhor entendimento da história da colónia alemã em Lisboa, recorreremos aos testemunhos dos agentes comerciais alemães estabelecidos em Portugal, que constituem as fontes mais esclarecedoras. São de mencionar aqui, em primeiro lugar, os depoimentos de Lucas

²⁷¹ K. O. Müller 1962, 8.

²⁷² Werner 1965b, 2-3 e 20.

²⁷³ *Ibidem*, 28-29.

²⁷⁴ Pohle 2000, 120-122.

²⁷⁵ Kömmerling-Fitzler 1967/68, 142. Sobre este capítulo, vd. Pohle 2015c.

Rem, Sebald Kneussel e Jörg Pock, ou seja, dos feitores dos Welser, Imhoff e Hirschvogel, respectivamente.

No caso de Lucas Rem, trata-se de apontamentos autobiográficos. O seu diário, o denominado *Tagebuch des Lucas Rem*, foi encontrado em meados do século XIX na biblioteca da cidade de Augsburgo, juntamente com outros documentos muito valiosos relativos à História dos Descobrimentos. Todas estas fontes pertenciam à coleção de Conrad Peutinger e foram publicados em 1861, por Benedikt Greiff.²⁷⁶

Um outro género de documento é representado pelas cartas que Sebald Kneussel e Jörg Pock enviaram durante a segunda década do século XVI de Lisboa para os seus patrões e amigos em Nuremberga.²⁷⁷ Estas cartas constituem uma das poucas fontes originais que iluminam as actividades, a condição de vida, o convívio, bem como as rivalidades dos mercadores alemães em Lisboa. No caso de Kneussel e Pock, conservaram-se também os contratos que os ligaram às casas comerciais de Nuremberga e de Augsburgo.²⁷⁸ Estes documentos revelam alguns detalhes interessantes sobre o trabalho dos feitores alemães em Portugal e na Índia. Vemos, por exemplo, que lhes era estritamente proibido, contratualmente, jogar, beber e fazer negócios por conta própria ou a favor de possíveis concorrentes. Os feitores eram advertidos no sentido de servirem a sua companhia consciente e fielmente e viver comedidamente. Deveriam guardar segredos profissionais e, como mostra um documento do arquivo da família dos Behaim, aprender o idioma para melhor se integrarem na nova cultura.²⁷⁹ Reparámos que os contratos costumavam ter um prazo que variava entre três e oito anos. Jörg Pock comprometeu-se a ficar três anos na Índia. O acordo deve ter sido renovado por mais uma ou duas vezes, dado que a permanência deste representante dos Hirschvogel e dos Herwart na Índia

²⁷⁶ Vd. cap. 6.

²⁷⁷ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 22 (1-3) (cartas de Sebald Kneussel, Lisboa, 1512); StadtAN, E 11/II, *FA Behaim* Nr. 582 (11-14) (cartas de Jörg Pock, Lisboa e Cochim, 1519-1522).

²⁷⁸ StadtAN, B 14/I Nr. 45, Fol. 38v./39; StadtAA, *Rst, Reihe "Kaufmannschaft und Handel"*, Akten, Fasz. 4, Nr. 24/11; GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 17.

²⁷⁹ Cf. StadtAN, E 11/II, *FA Behaim* Nr. 585.

se prolongou por vários anos. Pock foi um dos agentes comerciais alemães que viajaram para a Ásia de livre vontade, tal como o seu colega e antecessor Lazarus Nürnberger. Outros recusaram-se a fazer uma viagem para a Índia, como mostram os respectivos contratos de Sebald Kneussel e Hans Hauser, que tinham uma cláusula que os livrava de tal missão.²⁸⁰ No caso de Hauser, ficaram excluídas também deslocações a África.²⁸¹ Os contratos destes dois feitores da casa dos Imhoff eram válidos por seis e oito anos, respectivamente, mas não se limitavam ao serviço em Portugal. No caso do contrato de Sebald Kneussel, existia um artigo, segundo o qual os seus superiores não o podiam enviar mais do que três vezes para Portugal, tendo cada estadia uma duração máxima de nove meses.²⁸² Tais cláusulas alimentam a ideia de que Lisboa estava longe de ser um local preferencial de trabalho para os agentes dos mercadores-banqueiros alemães. Esta suposição é reforçada pelo conteúdo do diário de Lucas Rem. O feitor dos Welser protestou veementemente quando a companhia lhe comunicou, em meados de 1509, que teria lugar uma segunda missão em Portugal.²⁸³ Rem lembrou a Anton Welser que este havia prometido que isso não mais iria acontecer. Seguiu-se uma acesa troca de correspondência, na qual Rem mostrou toda a sua indignação sobre a decisão dos seus superiores que, por seu lado, teimosamente insistiram nas suas deliberações, recordando a Rem as obrigações contratuais, inclusive do juramento que este havia prestado. Após a sua segunda estadia em Portugal, Lucas Rem entrou uma vez mais em conflito aberto com os Welser, quando tentou tirar o seu irmão da feitoria de Lisboa. Num tom amargo, anotou no seu diário: «(...) lutei com muita diligência para livrar o meu irmão Hans de Lisboa, o que era difícil de realizar, constituindo outra afronta entre mim e a companhia (...). Mas consegui salvá-lo e ele saiu daí.»²⁸⁴

²⁸⁰ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 17 e 28.

²⁸¹ Ammann 1970, 121. O autor indica o nome «Hans Henner» em vez de Hans Hauser.

²⁸² Vd. cap. 4, nota 43.

²⁸³ Greiff 1861, 11-12.

²⁸⁴ *Ibidem*, 16-17: «Und focht fast mit gros fleis, um mein bruder Hans von Lixbona ledigen, das spred von stat gieng, undt ander unwil was zwischen der compan^a. und mein. (...) Doch ich errott In, und kam heraus.»

As visões desfavoráveis dos feitores alemães sobre a qualidade e as condições de vida no Sudoeste do continente europeu estiveram certamente marcadas por um clima a que não estavam habituados e, sobretudo, pelos frequentes surtos da peste, que afligiram a capital portuguesa gravemente nos anos de 1505, 1507, 1510, 1514 e 1518/19.²⁸⁵ Lucas Rem descreveu o cenário de morte em Lisboa na primeira década do século XVI no *Tagebuch*.²⁸⁶

O feitor dos Welser queixou-se, além disso e múltiplas vezes, das práticas mercantis de D. Manuel I e seus funcionários. Tal como Lucas Rem, que, como transparece claramente no seu diário, desgostou da sua experiência em terras portuguesas, houve outros representantes dos mercadores-banqueiros alemães que não se adaptaram muito bem à vida em Portugal e no ultramar. Lazarus Nürnberger ficou revoltado com a corrupção e as crueldades dos portugueses na Índia e colocou-se, moralmente, ao lado dos indianos, tal como Jörg Pock, que pintou também uma imagem negra sobre a política colonial de Portugal no Índico.²⁸⁷ No caso do último mencionado, os preconceitos e estereótipos referentes à mentalidade dos portugueses são mais evidentes. Numa carta, dirigida a Michael Behaim em 1522, criticou abertamente o orgulho exagerado dos lusitanos com as palavras: (...) pois os portugueses, que nasceram como portugueses, envenenam o ar com [as suas] manias». ²⁸⁸ Já anteriormente, quando foi incumbido do cargo de feitor em Lisboa, o representante dos Hirschvogel debruçou-se sobre a alegada tendência para a ostentação manifestada pelos seus anfitriões, estranhando alguns hábitos com os quais foi confrontado:

Vnn wist liber her, eß sein di hoffertigsten lewdt hie, so Irs finden mügt in der welt. Si reyten denn gantzen tag auffm mark vnnd hab 4 knecht nach in lauffen. Vnd wann si zuo haws reyten, so essen si fuer

²⁸⁵ Mattoso 1993, 216.

²⁸⁶ Greiff 1861, 8-9 e 12-14. Vd. cap. 2.

²⁸⁷ Vd. cap. 3.

²⁸⁸ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 582,14: «dann di portugeser, so portugeser geporn sein, ist der lufft vergiffit mit hoffart». Cf. Kömmerling-Fitzler 1967/68, 178; Halbartschlager 2004, 675.

*huenn vnnd geprattens ein reyttig mit saltz, doch groltzen si den gantzen tag auff (...). Ir findt vil portugaleser hier, di nie kain wein truncken haben. Vermein, eß sey di grost schandt, so einer thun kann; aber wann si in der kirch stann, so lest einer ein groltzer, daß sich di sewl mocht schutten; daß soll ein eer sein in disem landt.*²⁸⁹

[E sabeis, caro senhor, estão aqui as pessoas mais nobres que podeis encontrar no mundo. Cavalgam o dia inteiro na praça e têm quatro criados que andam atrás deles. E quando voltam para casa comem um rabanete com sal, em vez de galinha e carne assada, depois arrotam o dia inteiro. (...) Encontreis cá muitos portugueses que nunca beberam vinho. Creem que seja a maior vergonha que alguém pode ter; mas quando estão na igreja, há quem arrote que até os pilares parecem querer abanar. Isso é considerado uma honra neste país.]

Houve, no entanto, outros comerciantes alemães que apreciaram a vida no Tejo, e isso de uma forma, que os rumores de escândalo foram transmitidos até às sedes das companhias na Alta Alemanha. O caso mais flagrante é o de Calixtus Schüler, feitor dos Imhoff de Nuremberga, cuja vida privada ganhou contornos indecorosos. As notícias que chegaram a Nuremberga por volta de 1511 foram tão preocupantes para os seus superiores que estes enviaram, na pessoa de Sebald Kneussel, uma espécie de agente especial para Lisboa, oficialmente, para apoiar Calixtus Schüler nos seus trabalhos, mas, de facto, para o espiar.²⁹⁰ Sebald Kneussel apurou detalhes ainda mais vergonhosos do que era temido em Nuremberga. No relatório de Kneussel, são mencionados jogos na feitoria dos Imhoff, em que participaram outros mercadores alemães e burgaleses e nos quais foram investidas, por vezes,

²⁸⁹ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 582,11b (carta de Jörg Pock para Michael Behaim, Lisboa, 25./30.3.1519).

²⁹⁰ Vd. cap. 4.

consideráveis somas de dinheiro.²⁹¹ Fala-se também dos excessos sexuais e de violência de Calixtus Schüler que tinha transformado a feitoria dos Imhoff, temporariamente, numa autêntica taberna e dormitório das suas amantes. Portanto, Schüler violou gravemente vários pontos do compromisso que os feitores costumavam assinar antes de assumir o seu cargo no estrangeiro. Quando os Imhoff receberam as notícias de Kneussel, reagiram de imediato e ordenaram a substituição de Schüler por Kneussel no cargo de feitor.

Este episódio mostra bem a dimensão que as irregularidades dos agentes comerciais alemães podiam ganhar longe da pátria, bem como as dificuldades que os dirigentes tinham para controlar pontual e eficientemente os seus empregados. No caso de Calixtus Schüler, passaram-se anos até o escândalo ter sido descoberto. E também os abusos do “jogador” Ulrich Ehinger devem ter ficado durante muito tempo fora do conhecimento dos Höchstetter. As experiências negativas que as casas comerciais alemãs fizeram com os seus representantes em Portugal podem ter contribuído, em geral, para uma redução do termo dos contratos de feitor. A partir da segunda década do século XVI, são raros os feitores alemães que trabalharam em Lisboa por um prazo superior a três anos, enquanto, na década anterior, os representantes dos Welser, Fugger, Höchstetter e Imhoff tinham exercido o seu ofício cinco a oito anos, respectivamente.²⁹²

Quando Sebald Kneussel se estabeleceu em Lisboa, a colónia dos mercadores alemães passou por uma fase muito complicada, repleta de conflitos internos.²⁹³ Por detrás das discordâncias, que inquietaram a vida dentro da nação mercantil, estiveram várias razões. As inimizades começaram em 1511 com a chegada à cidade do Tejo de Hans von Schüren. Este foi enviado pelos Fugger para substituir Marx Zimmermann com cujo trabalho já não

²⁹¹ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 22 (1 e 2). Kneussel escreveu que Schüler costumava apostar 13, 14, até 20 mil reais nos jogos e que tinha perdido a favor de Utz Ehinger «*ein guta sum*», ou seja, uma boa soma. De resto, não conseguia dizer se as perdas de Schüler no jogo eram superiores aos ganhos.

²⁹² Uma excepção à regra é o caso de Hans von Schüren que representou os Fugger em Lisboa a partir de 1511, aí permanecendo ainda em 1519.

²⁹³ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 22 (1-3). Cf. Jakob 2000, *passim*; Häbler 1897a, 25-28; Kellenbenz 1967, 471-472; 1990a, vol. 1, 51-53; Kömmerling-Fitzler 1967/68, 142; Pohle 2000, 142-146.

estavam satisfeitos. Zimmermann recusou-se primeiro a entregar a feitoria a Hans von Schüren e foi apoiado na sua disputa privada por Calixtus Schüler e outros colegas estabelecidos há mais anos na capital portuguesa. Jacob Fugger reagiu e colocou, na pessoa de Jörg Herwart, um segundo responsável no topo da feitoria lisboeta até à solução dos problemas com Zimmermann. No entanto, a situação na colónia alemã agravou-se quando Hans von Schüren travou o projeto de uma nova capela, que a maioria dos mercadores da Alta Alemanha queria construir, argumentando que as despesas que uma tal construção implicava, eram demasiadamente altas e não justificavam um tal esforço. Como reacção à sua frustração, os representantes dos Welser e dos Höchstetter, Gabriel Steudlin e Ulrich Ehinger, negaram-lhe o acesso às cartas de privilégios que D. Manuel I tinha outorgado aos mercadores alemães. Os respectivos documentos encontravam-se guardados numa arca, fechada com duas chaves, na feitoria dos Fugger, enquanto as chaves estavam, nesta altura, sob custódia de Steudlin e Ehinger. Como estes teimosamente se recusaram a entregar as chaves a Schüren, este resolveu a situação de uma forma pouco ortodoxa, abrindo a arca à força. A partir daí, instalou-se um conflito aberto na colónia alemã. Os representantes dos Fugger afastaram-se durante meses das reuniões periódicas dos alemães em Lisboa. O próprio Jacob Fugger dirigiu-se aos Imhoff para se queixar de Calixtus Schüler, que era, no seu entender, o principal culpado. Hans von Schüren recebeu ordens do seu superior para se dar bem com o feitor dos Hirschvogel, ignorar os outros colegas alemães e manter-se fora de qualquer tipo de discussão. A querela na colónia ainda não tinha acabado quando Sebald Kneussel, em meados de 1512, aí chegou. Kneussel, que simpatizou com o novo feitor dos Fugger, porque lhe pareceu um homem honesto, pronunciou-se preocupado com as divergências que haviam colocado a colónia alemã à beira duma divisão em várias facções. Avisou: «Tal facção não é nada boa, porque necessitamos uns dos outros em terras estrangeiras. As outras nações vão troçar de nós.»²⁹⁴

²⁹⁴ GNM, FA Imhoff, Fasz. 28, Nr. 22 (1): «solich partei ist nit fast gut, der wir uns brauchen in fremden landen, wern andren nazionen dardurch zuo spot».

Esta afirmação do agente dos Imhoff é apenas um exemplo, que mostra que apesar de todas as rivalidades comerciais que, naturalmente, existiram dentro da colónia alemã, os seus membros tinham a tendência de, longe da sua pátria, desejar mútuo apoio, união e concórdia.

Há mais exemplos que corroboram esta observação:

- a) Os mercadores alemães estabelecidos em Lisboa tinham acordado que tirariam do lucro de todos os negócios efectuados uma pequena percentagem que seria escoada para um fundo comum. Além disso, existiram donativos voluntários, sobretudo, quando se obtinham grandes lucros. Estas verbas serviam, em primeiro lugar, para financiar os privilégios, concedidos pela Coroa de Portugal. Como alguns membros da colónia alemã nem sempre respeitaram o acordado, os outros membros – que haviam contribuído – fizeram uma petição ao rei, para que apenas os membros que tivessem pago a sua “quota” pudessem gozar os privilégios. No dia 10 de Novembro de 1511, D. Manuel I deu deferimento à petição, pelo que os pagamentos regulares dos mercadores alemães para o fundo criado se tornaram obrigatórios.²⁹⁵
- b) Antes de negociações efectuadas com a Coroa, que atingiam uma boa parte ou a totalidade dos comerciantes alemães em Lisboa, a nação alemã nomeou um representante para defender os seus interesses.²⁹⁶ Possivelmente, este delegado foi votado nos encontros anuais que os mercadores alemães realizavam no Pentecostes.²⁹⁷
- c) Os mensageiros das casas comerciais de Augsburgo e de Nuremberga ajudavam-se mutuamente na transmissão das cartas que circulavam entre as feitorias de Lisboa e as sedes na Alta Alemanha. O facto de encontrarmos por vezes, nos arquivos, várias cartas

²⁹⁵ Cassel 1776, 11-12.

²⁹⁶ BNP, *Reservados*, Cód. 9820, fls. 21-23. As fontes mostram que Gabriel Steudlin representou a nação alemã em Lisboa em finais de 1511, enquanto Jacome Rot teve esta tarefa em 1515.

²⁹⁷ Jakob 2000, 107.

praticamente com o mesmo teor, mostra que as empresas procuraram enviar mensagens importantes por várias vias. No entanto, pode significar também que nem sempre confiaram nos mensageiros das outras casas.

- d) Mesmo nas centrais das empresas em Augsburg e em Nuremberga houve, por vezes, vontade de cooperação. Portanto, um agente de uma casa comercial podia representar várias empresas, fosse nas viagens à Índia, fosse nas negociações com o monarca português.

Em contrapartida, observamos, em algumas situações, uma mútua desconfiança entre as firmas alemãs estabelecidas em Portugal. Um exemplo data de 1507, quando Lucas Rem estava incumbido de tratar dos processos jurídicos dos participantes alemães do referido consórcio que tinha investido na armada da Índia de 1505. Como o processo demorou muito, os Fugger e os Höchstetter enviaram os seus agentes à corte de D. Manuel I. O feitor dos Imhoff queixou-se sobre estes actos isolados e individualistas, embora também ele tenha revelado algum cepticismo relativamente ao trabalho do seu colega:

*Item so wyst, das lucas Rem, der fehli diener, am hoff ist, der gleychen der höstetter diener, auch marx zimmerman, der focker diener, vnd ein yeglicher allein zogen. Sagt, lucas sey von vnser aller wegen zogen, Etlich Rechnung mit dem kung machen von der schyff vnd kauffmannschaft wegen, so vnss der k[ung] allen schuldig ist, wie wol ich glaub vnd des gut wyssen hab, er am meysten dar zogen ist, Etlich partida mit dem kung zuo machen seyner spezerei halben, so im aus india komen ist.*²⁹⁸

[Sabeis que Lucas Rem, o feitor dos [Welser-]Vöhlin, se encontra na corte, e também o feitor dos Höchstetter e Marx Zimmermann, feitor dos Fugger. E cada um deles foi sozinho. Diz-se que

²⁹⁸ GNM, FA Imhoff, Fasz. 37, Nr. 1a (carta de Paulus Imhoff para Peter Imhoff, Lisboa, 25.6.1507).

Lucas se tinha dirigido para aí em nome de todos nós, para fazer muitas contas com o rei por causa da expedição marítima e das mercadorias que o rei a nós todos deve. No entanto, penso e sei bem que se virou para aí, em primeiro lugar, para fechar com o rei vários negócios referentes à especiaria que chegou da Índia.]

Neste contexto, Marx Zimmermann, o feitor dos Fugger, foi até acusado de ter agido, nos processos jurídicos com a Coroa portuguesa, apenas a favor dos seus patrões e contra os interesses das outras companhias envolvidas.²⁹⁹

Em suma, não se pode negar que existiram rivalidades permanentes e mútua desconfiança entre os comerciantes alemães fixados em terras portuguesas. Mas, por outro lado, reparamos simultaneamente numa indiscutível necessidade de harmonia desta nação de mercadores, que menosprezou a falta de unidade dentro da sua colónia em Lisboa, condenando facções e comportamentos não solidários. Desta forma, rivalidade e cooperação apresentam-se como dois elementos típicos que caracterizam a imagem dos mercadores alemães em Portugal no início do século XVI.

Confrarias e irmandades

Além das feitorias, são de destacar, no âmbito da organização da colónia alemã em Lisboa, as irmandades e confrarias. Em relação à história da comunidade alemã em Portugal, é de realçar a Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães.³⁰⁰ O núcleo desta corporação religiosa foi, segundo a tradição, uma capela que já existia no século XIII, construída na margem do rio Tejo por um mercador da Hansa, Miguel Overstädt, a quem os portugueses chamaram Sobrevila. A capela de S. Bartolomeu foi destruída, mas reedificada dentro da igreja de S. Julião e alargada em 1425. No mesmo ano, o rei português certificou aos alemães estabelecidos em Lisboa o direito de enterrar

²⁹⁹ *Ibidem.*

³⁰⁰ Sobre a história da Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães, vd. a literatura indicada no cap. 1, nota 19.

nesta capela os seus conterrâneos falecidos.³⁰¹ Em 1495, D. João II concedeu ainda aos irmãos de S. Bartolomeu um hospital dedicado ao seu patrono, sendo neste que faleceu, doze anos depois, Martin Behaim.³⁰²

A maioria dos alemães residentes na capital portuguesa juntou-se à Confraria de S. Bartolomeu, que, por volta de 1500, era administrada pelos artilheiros germânicos, pelo que era conhecida como a “Confraria dos alemães bombardeiros”. A capela de S. Bartolomeu servia-lhes de ponto de encontro. Com o estabelecimento dos mercadores-banqueiros alemães em Portugal e a vinda dos seus representantes, a estrutura profissional da colónia alemã em Lisboa foi substancialmente modificada. Os mercadores da Alta Alemanha associaram-se primeiro à Confraria de S. Bartolomeu, tencionando depois construir uma capela própria.³⁰³ Os feitores dos Welser, Höchstetter e Imhoff apoiaram este projecto, que, no entanto, foi posto em causa por Hans von Schüren, que conseguiu bloquear o plano dos seus colegas. Como o projecto não se concretizou, os mercadores da Alta Alemanha resolveram reunir-se na capela da Confraria de S. Sebastião para exercer o culto religioso. No início do século XVII, a Confraria de S. Bartolomeu e a Confraria de S. Sebastião juntaram-se para formar a Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães, que ainda hoje existe.

A Confraria de S. Bartolomeu possuía habitações em Lisboa que podiam ser alugadas e servir de domicílio aos seus membros. Uma outra fonte de rendimento provinha do espólio dos membros falecidos, desde que não se deixassem apurar os respectivos herdeiros. Além disso, os irmãos instituíram um estatuto interno, confirmado por D. Manuel I em 1507, que previa a punição de infracções dos irmãos.³⁰⁴ O valor das coimas variou entre 100 réis por palavras desonestas ou embriaguês e 1000 réis no caso de incumprimento de uma sentença proferida. Agressões, como bofetadas, foram

301 Cf. Strasen e Gândara 1944, 31-34; A. H. de O. Marques 1993, 100-101; Schickert e Denk 2010, 16-21. Em 1490, Hans Stromer, mercador de Nuremberga, foi sepultado na capela de S. Bartolomeu.

302 Cf. cap. 1, nota 117.

303 Vd. *supra*.

304 Schickert e Denk 2010, 31-32.

punidas com uma coima no valor de 150 réis, que subia para 300 réis no caso de lutas com espadas, punhais ou facas. Todas as rendas entravam na *Bartolomäus-Kasse*, uma tesouraria que era administrada por um condestável, dois mordomos e um escrivão, todos eles eleitos. Um documento datado de 23 de Julho de 1513 mostra que o condestável Hans Baer mediou também negócios entre mercadores do Sacro Império e a Coroa portuguesa.³⁰⁵ Segundo Thomas Denk, a estrutura da Confraria de S. Bartolomeu era

(...) muito avançada para a época, pois tem como base o controlo e a votação. Era formada por dois mordomos, portanto por dois directores, que assumiam o respectivo cargo por períodos de dois anos e administravam os bens da Irmandade, sendo obrigados a apresentar um relatório de contas. Os livros de contas eram confiados a um escrituário que recebia instruções exactas. Adicionalmente eram escolhidos anualmente dois irmãos para controlar a entrega do livro de contas e da arca.³⁰⁶

Nem todos os alemães que residiam em Lisboa, no início da Idade Moderna, se agruparam nas confrarias de S. Bartolomeu e de S. Sebastião. Houve quem se tivesse associado à Confraria da Santa Cruz e Santo André, com sede numa capela do Convento de S. Domingos, composta maioritariamente por flamengos.³⁰⁷ Ao que parece, alguns dos mercadores da Alta Alemanha preferiam rezar na Igreja Nossa Senhora da Conceição.³⁰⁸ Os feitores dos Hirschvogel, Ulrich Imhoff e Wolf Behaim, foram sepultados nesta igreja em 1507³⁰⁹, enquanto Martin Behaim, que faleceu precisamente no mesmo ano, foi enterrado na igreja do acima referido convento da Ordem dominicana.³¹⁰

³⁰⁵ Doehard 1962, vol. 3, 232-233.

³⁰⁶ Schickert e Denk 2010, 32-33.

³⁰⁷ Cf. Freire 1908, 332-333; V. Ribeiro 1917, 19; A. H. de O. Marques 1987b, 43; 1987d, 24; Paviot 1990, 31; Stols 2014, 55.

³⁰⁸ StadtAN, E 11/II, *FA Behaim*, Nr. 582,11a.

³⁰⁹ StadtAN, E 11/II, *FA Behaim* Nr. 584. Vd. *supra*, nota 76.

³¹⁰ Vd. cap. 1, nota 119.

CAPÍTULO 5

ESPECIARIAS E METAIS PRECIOSOS: O COMÉRCIO DOS MERCADORES- -BANQUEIROS ALEMÃES COM A COROA PORTUGUESA

As mercadorias

Duas fontes oriundas do espólio da casa dos Paumgartner iluminam o leque de mercadorias provenientes do império português que chamavam o interesse dos mercadores-banqueiros alemães no início do século XVI.¹ Ambas se encontram relacionadas com a observação dos mercados no ultramar em 1503/04. A primeira, o denominado “manuscrito de Leutkirch”, contém uma descrição dos produtos que se comercializavam no Índico, principalmente, na costa do Malabar, muitas vezes, com indicação da origem, da qualidade e do preço. Em detalhe, o autor menciona os seguintes artigos comerciais por esta ordem: pimenta, gengibre, cravo, sândalo branco, macis, noz-moscada, sândalo vermelho, [pau-] «brasill», «drogaria», tamarindos, manga, ruibarbo, incenso, lacre, ópio, almíscar, cânfora, canela, estanho, rubis e pérolas.²

Quanto ao segundo documento, trata-se do capítulo sobre «*Lisabona*» no denominado *Triffasband*, elaborado por um membro dos Imhoff. Em relação aos produtos comercializados, o autor refere-se primeiro às «mercadorias apreciadas na terra»³, ou seja, àquilo que se produzia em Portugal.

¹ Vd. cap. 3, notas 22 e 35.

² K. O. Müller 1962, 204-209.

³ *Ibidem*, 296: «*Was kaufmanschaft im land gefelt*».



Destaca o vinho, o sal e o azeite da região de Lisboa, que era «o melhor da terra e em toda a Península Ibérica».⁴ Assinala também neste parágrafo o açúcar da Madeira. A seguir menciona a «mercadoria que vem da terra dos negros e Guiné».⁵ Neste capítulo, refere, por exemplo, marfim, malagueta, ouro e sândalo vermelho provindos da Guiné, peles de leopardo, macacos e outros animais da «*Barbaria*», tal como escravos, algodão e arroz das ilhas de Cabo Verde. Um terceiro parágrafo indica pau-brasil e papagaios de várias cores entre as mercadorias que vêm da «*Tera nova oder den Brasilland*».⁶ Finalmente, debruça-se sobre as riquezas da Índia, mais particularmente sobre especiarias, plantas medicinais, pedras preciosas, pérolas, plantas tintureiras, têxteis, papagaios, produtos decorativos de porcelana e «escravos, maioritariamente mulheres».⁷

As duas fontes apontam, de uma forma inequívoca, para o forte interesse dos mercadores germânicos em especiarias orientais, sobretudo em pimenta.⁸ Atraídos por estes produtos, os mercadores-banqueiros de Nuremberga e de Augsburg fundaram, precisamente nos anos de 1503 e 1504, as primeiras feitorias alemãs em Lisboa. Apenas a partir da terceira década do século XVI as pedras preciosas se tornaram, no âmbito dos planos económicos de algumas casas comerciais da Alta Alemanha, mais importantes do que as especiarias.

A pimenta e as especiarias

O autor do “manuscrito de Leutkirch”, presumivelmente Peter Holzschuher, especifica no fim do seu relato o valor da pimenta e das restantes mercadorias, inclusive as de troca, em vários sítios da costa do Malabar. Aí podemos ler:

⁴ *Ibidem*: «oll, das umb L(isabon)a wechst, ist das pest von gantzem land und gantz Spaniga».

⁵ *Ibidem*, 297: «Was gut und kaufmanschaft aus der schwartzen land und Genee kumpt».

⁶ *Ibidem*, 298.

⁷ *Ibidem*, 299: «schlauffen, maistail weibspilder».

⁸ Sobre o consumo de pimenta na Europa no início da Idade Moderna, vd. Schmitt 1999.

Im jar 1504 under dem h[a]uptman Alfonso Dalbuquerque hat die speceri golten:

In Cananor piper der bachar fanomen 160.

In Cotschin 161.

In Colam 160½.

In Cananor zinziber der bachar fanomen 60.

In Colam canella der bachar fan. 255.

In Colam garoffeli der bachar fan. 377.

In Colam muschatnuß der bachar fan. 135.

Matziß in Colam das farasol fan. 29½. (...)

Cobre in Cananor das farasol fonomen 45.

Cobre in Colam der farasol fon. 36. (...)

Das send die preiß und alle recht damit betzalt. Das gewicht in Colam ist glich als in Malaca.

[1] Bachar in Lißbona [ist] 3 quintal und 50 rotal, der c[anter] 128 ratel, die retal 14 onz. In Cotschin der bachar macht in Portigal 3 quintal 1 rattel. In Calecud und Cananor ain bachar macht in 4 c[ante]r in Lißbona. Farasol ist allwegen 20 ratel nach seinem gewicht.

Fanomen ist ain guldin myntz von lichtem gold von 15 karat. Und 19 fonomen gelten ain cruzatten im kouf von spetzeri.⁹

[No ano de 1504, sob o capitão Afonso de Albuquerque, a especiaria valeu:

Em Cananor, o bahar¹⁰ de pimenta [custou] 160 fanões.

Em Cochim 161.

Em Coulão 160½.

Em Cananor, o bahar de gengibre 60 fanões.

⁹ K. O. Müller 1962, 211-212.

¹⁰ Segundo L. F. R. Thomaz (1998, 37), o peso do bahar (ou bar) «variava de porto para porto: o de Cochim e Coulão não ia além de 166,27 kg, mas o de Cananor subia a 205,63 e o de Calecut a 208,15». Por volta de 1515, produziam-se na costa do Malabar cerca de 20 000 bahares de pimenta por ano. Sobre pesos, moedas e o preço da pimenta no Índico no primeiro quartel do século XVI, cf. *ibidem*, 37-46.

Em Coulão, o bahar de canela 255 fanões.

Em Coulão, o bahar de cravinho 377 fanões.

Em Coulão, o bahar de noz-moscada 135 fanões.

Macis [custou] em Coulão 29½ fanões a faraçola. (...)

Cobre [valia] em Cananor 45 fanões a faraçola.

Em Coulão 36 fanões.

Esses são os preços e todos os direitos com isso pagos. O peso em Coulão é igual ao de Malaca.

Um bahar equivale, em Lisboa, a 3 quintais e 50 arráteis, o cântaro a 128 arráteis, o arrátel a 14 onças. O bahar de Cochim corresponde em Portugal a 3 quintais e um arrátel. Um bahar de Calicut e de Cananor equivale a 4 cântaros em Lisboa. A faraçola corresponde a um peso de 20 arráteis.

Fanão é uma moeda de ouro brilhante de 15 quilates. E 19 fanões valem um cruzado na compra de especiarias.]

Em relação à compra da pimenta, o autor esclarece que se podia adquirir esta especiaria apenas «sob a condição de que o pagamento se fazia por metade ou, no mínimo, por um terço em cobre».¹¹ Pelas informações do mercador alemão, o cobre valia em Cochim 11 a 12 cruzados o quintal.

No *Triffasband*, os dados transmitidos referem-se sobretudo ao mercado de Calicut em 1503.¹² No capítulo, intitulado «*Callachutt*», o relator clarifica primeiro que o peso que se utiliza neste local é conhecido por «*ferras*» (faraçola) e correspondia a um quinto de um quintal português, enquanto o bahar valia quatro quintais em Lisboa. A seguir, ocupa-se com os preços das especiarias, começando com a pimenta. Esta custava, em 1503, 9 fanões a faraçola, mas na terra de origem, «a 30 milhas de Calicut»,

¹¹ K. O. Müller 1962, 204: «mit condicion, das die bezalung sey das halb tail in kupfer, oder auf das minst das drittail».

¹² *Ibidem*, 259-260.

apenas 6 fanões.¹³ Anota que o bahar de macis custava em Calicut 12½ cruzados¹⁴, enquanto em Malaca se podia adquirir esta especiaria por 2 cruzados. Menciona ainda o preço para o gengibre (2 fanões a varaçola), a canela (1 cruzado a varaçola) e o cravo (30 cruzados o bahar).

Com todas estas informações, as companhias alemãs dispuseram de dados muito úteis referentes ao comércio de especiaria que praticaram nos anos seguintes. Já em 1504, os Fugger e os Höchstetter compravam a maior parte das especiarias que chegavam, via Lisboa, ao mercado de Antuérpia.¹⁵ Em Agosto do mesmo ano, Lucas Rem estabeleceu com D. Manuel I o mencionado contrato que permitia aos mercadores-banqueiros alemães adquirir especiarias directamente na Índia. Os três navios que armaram, juntamente com os mercadores italianos, trouxeram cerca de 13 800 quintais de especiarias para Portugal.¹⁶ Nesta empresa de 1505/06, a pimenta esteve claramente no centro das atenções dos alemães. Este interesse não abrandou durante a década seguinte, embora a monopolização da pimenta levada ao cabo por D. Manuel I tivesse dificultado, por alguns anos, imensamente, os negócios das companhias alemãs em Lisboa. A documentação disponível revela, como vimos no capítulo anterior, que os Fugger, Welser, Höchstetter, Imhoff, Hirschvogel, Gossembrot e Rehlinger estiveram, desde cedo, envolvidos na compra de especiarias. Por intermédio dos seus representantes, que empregavam em Lisboa, a mercadoria rumava em direcção aos Países Baixos, mas nem sempre lá chegava devido aos frequentes ataques de piratas. Apesar de todos os problemas e riscos que o comércio das especiarias implicou, tratava-se de um negócio bastante lucrativo para as casas comerciais da Alta Alemanha. O consórcio que investiu na armada de D. Francisco de Almeida tirou, não obstante as querelas com o *Venturoso*, no mínimo, um lucro de 150%. Por volta de

¹³ *Ibidem*, 259: «Item der piper wechst 30 meil von Callachut». O autor fala aqui de uma terra chamada «Columba», povoada por muitos cristãos e onde os padres tinham mulheres.

¹⁴ *Ibidem*, 259.

¹⁵ Pölnitz 1949/51, vol. 2, 149.

¹⁶ Kellenbenz 1990a, vol. 1, 51.

1507, os Imhoff dispunham, em Lisboa, de 400 quintais de pimenta.¹⁷ Lucas Rem afirmou que havia comprado na primeira década de Quinhentos, enquanto representava os Welser-Vöhlín em terras portuguesas, grandes quantidades de especiarias, porém, sem indicar valores concretos. Os seus sucessores adquiriram no curto espaço entre Agosto de 1509 e Janeiro de 1511 especiarias num valor superior a dez milhões de reais.¹⁸ O feitor dos Fugger, Marx Zimmermann, gastou na Casa da Índia, no mesmo período, 9 750 000 reais.¹⁹ A mesma companhia adquiriu em 1513 cerca de 73 quintais e três arrobas de pimenta, para além dos fornecimentos anuais a que tiveram direito pelo contrato estabelecido com a Coroa em 1512.²⁰ Os Imhoff pertenciam também ao grupo dos contratadores que se abasteceu entre 1512 e 1516, anualmente, com 20.000 quintais de pimenta.

As importações de pimenta indiana levados a cabo pelos Portugueses, entre meados da primeira e da segunda década do século XVI, quase duplicaram.²¹ Estima-se que a importação de especiarias aumentou de 21 300 quintais (entre 1503-06) para uma média anual de 37 500 quintais (entre 1513 e 1519), cerca de 30 000 quintais era pimenta.²² Jacob Fugger foi, no entanto, o primeiro dos mercadores-banqueiros alemães que perdeu sucessivamente o interesse pela pimenta. Já em 1515, declarou a Tomé Lopes que queria reduzir as compras desta especiaria de 30 000 para 15 000 quintais anuais. Nota-se em relação aos Fugger, nos anos seguintes, uma clara tendência para se retirarem deste ramo comercial²³, enquanto os Welser, Höchstetter e Rem continuaram interessados na compra de especiarias. O grande intermediário destas empresas era, por volta de 1520, Jörg Herwart, estabelecido há muito na metrópole portuguesa. Em Fevereiro

¹⁷ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 37, Nr. 1a.

¹⁸ Pelas contas feitas por V. M. Godinho (s.d., vol. 3, 195), os irmãos Rem e Ulrich Ehinger («Rodrigo Alemam, feitor da Companhia») despenderam 10 727 720 reais.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ Vd. cap. 4, notas 188-189.

²¹ Cf. Häberlein 2014a, 43.

²² Cf. Feldbauer 2005, 146.

²³ Vd. cap. 4 e 5.

de 1520, D. Manuel I deu ordem aos responsáveis da Casa da Índia para darem 200 quintais de pimenta a Jörg Herwart e seus parceiros, compensando desta forma os prejuízos causados por um contrato anulado que incluía canela e cravo.²⁴ Uma outra fonte menciona um contrato de Jörg Herwart no valor de 70 000 cruzados relativo à compra de pimenta, uma soma que equivale, segundo V. Magalhães Godinho, a mais de 3100 quintais.²⁵

Em finais do reinado de D. Manuel I, o preço da pimenta que se vendeu no Sacro Império aumentou substancialmente. De 1516 a 1517, variava nos Países Baixos entre 19 e 22 dinheiros o quintal, subindo para 30 dinheiros em Novembro de 1519.²⁶ Em Frankfurt e Nuremberga, estava, em Setembro de 1519, a 28 dinheiros, subindo, nos dois meses seguintes, para 32 dinheiros. Em Antuérpia, o preço baixou em Fevereiro de 1520 para 27³/₄ dinheiros, esperando-se, no entanto, novamente uma subida. Para os mercadores alemães, o responsável deste desenvolvimento era D. Manuel I. Durante a visita de Rui Fernandes Almada à Alta Alemanha, nos anos de 1519 e 1520, queixaram-se da maneira como a Coroa portuguesa conduzia os negócios referentes à especiaria.²⁷ Lamentaram que esta, ultimamente, tivesse vendido todas as especiarias a uma ou duas companhias, enquanto as outras mantinham em Lisboa o ano inteiro os seus feitores, sempre na esperança de comprar especiarias, mas acabando por chegar um outro e comprar tudo. Ao transmitir as contestações dos mercadores alemães ao monarca português, Rui Fernandes sublinhou que este devia estar fortemente interessado na permanência de um grande número de parceiros comerciais em Portugal de modo a acumular mais capitais no reino. Para alcançar este objectivo, recomendou ao rei que vendesse especiarias

²⁴ Vd. cap. 4, nota 239.

²⁵ Godinho s.d., vol. 3, 210. Vd. cap. 4, nota 255.

²⁶ Sobre a evolução dos preços das especiarias nos Países Baixos e na Alta Alemanha (1516-1531), vd. Barata 1971, 162-163.

²⁷ Cf. *ibidem*, 225; Kellenbenz 1974, 222-223.

a vários interessados e não apenas a um ou dois. Argumentou da seguinte forma:

(...) pois Vosa Alteza quer que aja sempre muito dinheiro non deve de vender tudo a hũa nem ij pessoas senom por o meu-do a cada hũm seu pouco e vende-llas-ha a mais preço e a mais curto tempo e ainda que non venda tudo em hũm ano he pouca cousa e maes que lhe compraram mais pimenta por esta causa quem quiger tanta soma tome tanta de pimenta ou por outra quallquer maneira e os mercadores como souberem que ha especearias sempre todo ano acudiram de todas partes de modo que avera muitos mais mercadores na terra e folgaram de irem mais porque todos non tem posança de comprarem tanta soma junta e quando as mercadorias estam repartidas em mais mãos mais se guastam porem non tam cara como em hũa ou ij mãos Vosa Alteza se vir que he seu serviço deve de prover porque certo fara bem para seu Reino e contentara todos que sempre se trabalharam passar lla dinheiro (...). Se se vendese por o esta outra via cada dia se fariam partidos e seria melhor para todos. Esta petiçam tive com elles e a defendi por todas razões porem non me pareceo isto mall e quando non fosse senon por amor das rendas e de se encher a terra de muitos mercadores que cada hũm traz sua sorte de mercadorias de maneira que non averia nada perdido em seus rreinos e seus naturaes venderiam melhor suas mercadorias das Ilhas e doutras partes que como dizem a mais mouros mais ganhança (...).²⁸

Por volta de 1520, o encarecimento das especiarias constituiu um tema veementemente discutido na Alemanha.²⁹ As grandes companhias

²⁸ ANTT, CC, I-26-122 (carta de Rui Fernandes de Almada a D. Manuel I, Antuérpia, 4.2.1520) *apud* Barata 1971, 225-226.

²⁹ Sobre o denominado *Monopolstreit*, cf. Hecker 1875; Johnson 2008, 123-179.

foram publicamente acusadas de usura, resultante da criação de monopólios no que se referia à distribuição e venda da mercadoria no Sacro Império. Chegaram notícias de que algumas grandes empresas adquiriam as especiarias ao rei de Portugal a qualquer preço para poderem vendê-las posteriormente a um preço excessivo. Tal feito levava não apenas à ruína dos pequenos comerciantes, mas também ao «desvio e desperdício de bom dinheiro e moeda por parte das grandes companhias, o que muito prejudicava o bem comum».³⁰ Como os preços continuaram a subir, o assunto foi discutido em diversas Dietas Imperiais (*Reichstage*). Houve grémios que se ocuparam particularmente com a questão da penalização dos infractores. Com as grandes companhias de Augsburg na mira, pediram a peritos, como Conrad Peutinger, para se pronunciarem sobre o assunto. O humanista alemão, cuja proximidade aos Welser lhe trouxe a suspeita de imparcialidade, opôs-se à acusação de que as grandes empresas alemãs eram responsáveis pelo encarecimento dos produtos. Peutinger manifestou-se claramente contra restrições em relação ao comércio das especiarias das firmas alemãs. Alegou que «um livre comércio era muito mais favorável para o bem comum do que um comércio restrito». O recente exemplo da Polónia, onde se haviam aplicado preços fixos com consequências desastrosas para todo o mercado, falava por si. Peutinger estava convencido de que os preços das especiarias subiriam ainda mais no Sacro Império se a distribuição passasse para as mãos de estrangeiros. Além disso, corria-se o risco de perder um excelente cliente no mercado dos metais preciosos, como era o caso do rei de Portugal. Peutinger esclareceu que este determinava o preço das especiarias e os compradores tinham de seguir as suas instruções. Há dez anos, o rei havia fixado para a venda da pimenta um preço máximo de 34¼ cruzados punindo severamente incumprimentos. Peutinger defendeu, de certa forma, a política de preços da Coroa portuguesa, argumentando que esta investia há 30 anos todas as suas riquezas

³⁰ Hecker 1875, 197: «*Wie die grossen gesellschaft gut gelt und müntz zu gemeins nutz grossem nachteil verfüren und verschwenden*».

na luta «contra os infiéis na Índia»³¹ e que os gastos eram superiores aos lucros alcançados pela venda das especiarias.

No contexto do debate sobre os monopólios criados pelos mercadores-banqueiros alemães, entende-se melhor a postura de Jacob Fugger que recusou temporariamente qualquer compra de especiarias orientais. No Inverno de 1519/20, negou várias ofertas portuguesas relativamente à aquisição de pimenta, defendendo que não queria perder nem a sua reputação nem a «sua fazenda».³²

Ao contrário dos Fugger, outras casas de Augsburg houve que, nesta fase algo precária, continuaram activas no comércio das especiarias, como é o caso dos Höchstetter. Nos anos 20 do século XVI, os negócios altamente especulativos desta firma, sobretudo as arriscadas apostas no mercado de mercúrio, conduziram a empresa e, com ela, vários credores à falência. Nos processos que se seguiram, Ambrosius Höchstetter, o seu filho homónimo e um outro membro da família foram acusados de usura e fraude e condenados a prisão.³³

Nestes anos, os Welser efectuaram compras de vulto em Portugal. Konrad Häbler supõe que a firma tivesse adquirido uma grande parte da pimenta que havia chegado a Lisboa em 1523.³⁴ Dois anos depois chegaram a Antuérpia três letras de câmbio referentes à compra, que os representantes dos Welser tinham feito em Lisboa, de 21 000 quintais de pimenta no valor de 17 000 ducados.³⁵ Em 1530 foi instaurado mais um processo contra a companhia de Bartholomäus Welser devido aos negócios com especiarias.³⁶ A empresa foi acusada de usura e de criação de monopólios no Sacro Império. Apesar da nova queixa por parte do fiscal imperial, os

³¹ *Ibidem*, 199: «gegen die Ungläubigen in Indien».

³² ANTT, CC, I-25-76. Sobre as negociações entre Rui Fernandes de Almada e Jacob Fugger em 1519/20, vd. *infra*.

³³ Kern 1936, 192-195.

³⁴ Cf. Häbler 1903, 35.

³⁵ Geffcken e Häberlein 2014, 245. Cf. Häberlein 2014a, 56.

³⁶ Cf. Häberlein 2014a, 41-43.

Welser continuaram a distribuir especiarias portuguesas, através da feitoria de Antuérpia, ainda nas décadas seguintes.³⁷

A prata

Os metais que os mercadores-banqueiros alemães forneceram a Portugal foram, no âmbito da História da Expansão Portuguesa do século XVI, de uma importância fundamental, sendo esta várias vezes destacada na historiografia portuguesa. M. Nunes Dias sublinha «o enorme papel representado por aqueles metais alemães»³⁸ na rota do Cabo:

O cobre e a prata das minas alemãs dominavam, com efeito, o tráfico ultramarino. A manutenção e desenvolvimento das rotas da Mina e do Cabo dependiam, sobremaneira, da aquisição desses produtos mercantilizáveis. (...)

Esses metais de procedência alemã dominavam, com as manufacturas flamengas, o comércio atlântico português. A prata destinava-se mais a saldar as compras de especiarias asiáticas efectuadas no Oriente pelas sucursais da Casa da Índia. As maiores cargas do precioso metal branco iam amoedadas. O cobre, por sua vez, era a melhor forma de pagamento dos resgates do ouro africano. Possuía, entretanto, além dessa função comercial um destacado valor de natureza militar, pois entrava no giro ultramarino sob a forma de armamento e munições.

As rotas da Mina e do Cabo fundiram, assim, os metais alemães com as mercadorias afro-asiáticas.³⁹

No reinado de D. Manuel I, Portugal procurou adquirir grandes quantidades de prata e cobre para garantir a continuidade das trocas comerciais

³⁷ Cf. *ibidem*, 56-59.

³⁸ M. N. Dias 1989, 563.

³⁹ M. N. Dias 1963/64, vol. 2, 278.

no além-mar. O governo português caiu, no entanto, segundo A. A. Marques de Almeida, numa dupla dependência:

«A estratégia negocial da Coroa portuguesa foi condicionada pelo papel da Feitoria de Antuérpia e cerceada pela posição que os mercadores alemães ocupavam no comércio internacional dos metais e na mineração da prata e do cobre. D. Manuel foi sempre prisioneiro desta realidade inexorável e, sem fundos financeiros próprios, procurou garantir os metais contra as especiarias. Este jogo é importante na avaliação do papel dos mercadores alemães em Lisboa.»⁴⁰

No Verão de 1504, algumas empresas alemãs tencionaram transferir prata para Portugal, imediatamente após terem fechado o contrato que permitiu aos Welser, Fugger, Höchstetter, Gossembrot, Imhoff e Hirschvogel investir directamente na armada que partiria, no ano seguinte, para a Índia.⁴¹ Surgiram inicialmente alguns problemas por causa de uma lei que proibía a exportação deste metal dos Países Baixos. No Inverno de 1504/05, os Welser solicitaram ao regente do país, o arquiduque Filipe o Belo, uma licença especial para poderem transportar prata pelos Países Baixos.⁴² Argumentaram que a prata servia para comprar em Lisboa especiarias e outras mercadorias que depois eram transferidas para os portos neerlandeses trazendo, assim, vantagens económicas para as terras e cidades do arquiduque. Para conseguir o seu objectivo, a companhia dirigiu-se também a Maximiliano I, pai de Felipe o Belo. Os Welser argumentaram que todo o comércio da prata no Sacro Império ia sofrer consequências negativas se não houvesse livre passagem deste metal pelos Países Baixos, sendo que o prejuízo para o próprio imperador não seria de pouca monta.

⁴⁰ A. A. M. de Almeida 1993, 55.

⁴¹ Cf. E. Westermann 2001, 31.

⁴² Staats- und Stadtbibliothek Augsburg, 2º Cod. Aug. 382ª, Dok. VIII. Cf. «Briefe und Berichte» 1861, 165-166; Böhmer 1990-2004, vol. 4, 1088.

Maximiliano I deveria convencer o seu filho, pois também os danos económicos nos Países Baixos seriam enormes, uma vez que o comércio de prata desviar-se-ia, certamente, para Génova ou para os portos franceses e espanhóis.⁴³ A argumentação dos Welser deve ter convencido os dois monarcas.⁴⁴ Nos anos seguintes, deparamo-nos com barcos carregados de prata no caminho dos Países Baixos para Portugal.⁴⁵

No que se refere às quantidades de prata que a Coroa portuguesa adquiriu surgiram recentemente dois estudos. Nestes, os respectivos autores, Philipp Robinson Rössner e Ekkehard Westermann partem do princípio que, nas primeiras duas décadas do século XVI, praticamente toda a prata da Europa Central encontrou o caminho para o Espaço Índico via Lisboa.⁴⁶ Infelizmente, não é possível saber que quantidades exactas de prata eram fornecidas pelas casas comerciais alemãs à Coroa de Portugal no reinado de D. Manuel I. Apenas no que diz respeito aos anos de 1517, 1518 e 1521, existem registos da Casa da Moeda que iluminam este aspecto.⁴⁷ Em 1517, os representantes dos Welser, Imhoff e Hirschvogel e alguns mercadores alemães, que possivelmente fizeram negócios em Portugal por conta própria, como Jörg Herwart, Jörg Imhoff e Hieronymus Sailer⁴⁸, entregaram na Casa da Moeda no mínimo 9420 marcos de prata. No ano seguinte, foram aproximadamente 7350 marcos. Em 1521, Jörg Herwart e os feitores das companhias dos Hirschvogel, Herwart e Rem forneceram cerca de

⁴³ Cf. «Briefe und Berichte» 1861, 163-165; Böhmer 1990-2004, vol. 4, 1098-1099.

⁴⁴ Lutz 1958, 57.

⁴⁵ Staats- und Stadtbibliothek Augsburg, 2° Cod. Aug. 390, Fol. 469v.-472.

⁴⁶ Rössner 2012, 263; E. Westermann 2013, 471. Cf. M. N. Dias 1963/64, vol. 2, 325; Rössner 2011, 289-293.

⁴⁷ *Apontamentos para a História da Moeda* 1878, Mappa demonstrativo, n.º 7/1517, n.º 5/1518 e n.º 7/1521. Cf. Rössner 2012, 271-290.

⁴⁸ Na documentação port.: «Jerónimo (Stuler), alemão». É algo curioso que o feitor dos Fugger, Hans von Schüren, não aparece nos respectivos registos. Talvez um dos três mercadores acima mencionados representasse a grande companhia de Augsburg na Casa da Moeda. Ou então é de concluir que os Fugger já se tinham concentrado em Portugal quase exclusivamente na venda de cobre. – Nota-se também que há outros mercadores que aparecem nos documentos da Casa da Moeda como “alemães”, sendo, na realidade, de origem neerlandesa ou empregados de firmas situadas nos Países Baixos.

1630 marcos. É de notar, portanto, em finais do reinado do *Venturoso*, uma redução significativa tanto em relação ao número dos fornecedores alemães, como no que se refere ao total das suas entregas de prata na Casa da Moeda.

O cobre

Tão ou ainda mais importante do que a prata foi para Portugal a aquisição de cobre. No que toca à importação deste metal, o reino tornou-se no século XVI, temporariamente, o maior cliente no mercado europeu.⁴⁹ De acordo com a correspondência trocada entre D. Manuel I e os funcionários da feitoria de Antuérpia, sabemos que o rei necessitava geralmente de 4000 a 8000 quintais deste metal para equipar as armadas que enviava todos os anos à Ásia.⁵⁰ Segundo V. Magalhães Godinho, foram importados em Portugal, no reinado de D. Manuel I, anualmente, cerca de 10 000 quintais de cobre bruto ou lavrado por intermédio das feitorias portuguesas nos Países Baixos.⁵¹ «Nos séculos XV e XVI, um rio de cobre alemão corre assim de Bruges ou de Antuérpia para os portos portugueses».⁵² Uma parte das importações alimentou a “indústria” portuguesa, enquanto a grande parte remanescente foi enviada para a África Ocidental e para a Índia.

As maiores reservas de cobre encontravam-se na Europa Central, destacando-se as minas de Goslar, Eisleben ou Mansfeld no Harz, de Kutná Hora na Boémia, de Schwaz no Tirol e de Neusohl⁵³ na Hungria.⁵⁴ Cerca de 80% da produção europeia de cobre encontrava-se nas mãos dos mercadores-banqueiros-industriais alemães.⁵⁵ A maior parte provinha

⁴⁹ Cf. Kellenbenz 1977a, 337; E. Westermann 1992, 52-61.

⁵⁰ Kellenbenz 1990a, vol. 1, 54-55 e 60-61.

⁵¹ Godinho s.d., vol. 2, 11. De acordo com Carlo M. Cipolla (1999, 39), Portugal importou, no reinado de D. Manuel I, mais do que 5.200 toneladas de cobre via Antuérpia.

⁵² Godinho s.d., vol. 2, 10.

⁵³ Banská Bystrica, cidade na actual Slováquia.

⁵⁴ Cf. Kellenbenz 1977a, 292; E. Westermann 2001, 32-36.

⁵⁵ E. Westermann 2001, 35.

das minas exploradas pelos Fugger.⁵⁶ Esta companhia esteve concentrada, como nenhuma outra firma da Alta Alemanha, nos negócios mineiros, tornando-se, assim, o grande parceiro comercial de Portugal neste sector económico.⁵⁷ Os documentos referentes às negociações conduzidas com a Coroa portuguesa, no reinado de D. Manuel I, não deixam dúvidas sobre o volume extraordinário das vendas de cobre.⁵⁸ Em 1515, a Coroa pretendia comprar aos Fugger anualmente 4000-5000 quintais daquele metal. Este montante subiu para 6000 quintais por volta de 1520. Nesta altura, o preço variava, geralmente, entre os 27 e 28 soldos o quintal com tendência crescente. Já em 1519, Jacob Fugger tinha declarado que poderia fornecer futuramente ainda mais cobre, desde que se acordasse um valor de 28 soldos o quintal. Os funcionários reais procuraram também os Höchstetter e outras companhias alemãs para negociar contratos referentes ao cobre.

Na costa do Malabar, os negócios com cobre revelaram-se altamente rentáveis para Portugal. A venda ou troca do cobre europeu deu um lucro mínimo de cinco cruzados o quintal. Tendo em consideração que os portugueses importaram na Índia, nas primeiras duas décadas de Quinhentos, em média 4000 a 6000 quintais de cobre por ano, o lucro anual superava os 20 000/ 30 000 cruzados com tendência crescente, como afirma K. S. Mathew: «Since minting began in Goa in 1510 and later in Cochin, one could undoubtedly conclude that the profit went higher than that.»⁵⁹

Outras mercadorias

O açúcar proveniente das colónias portuguesas no Atlântico teve um papel relevante para alguns mercadores alemães, em primeiro lugar para os Welser que, na primeira metade do século XVI, se evidenciaram como um dos maiores distribuidores europeus desta mercadoria exótica.⁶⁰ O açúcar

⁵⁶ Vd. cap. 4.

⁵⁷ Häberlein 2006, 57.

⁵⁸ Vd. *infra*.

⁵⁹ Cf. Mathew 1999a, 166. Cf. Denzel 1999a, 40.

⁶⁰ Cf. Häberlein 2014b. Vd. cap. 4.

tornou-se cada vez mais um produto de massa e é no território do Sacro Império Romano-Germânico que o consumo deste acusa um crescimento notável. Neste processo dinâmico destaca-se, no reinado de D. Manuel I, o açúcar das ilhas da Madeira, de São Tomé e de Cabo Verde. Destes arquipélagos chegaram à feitoria de Antuérpia, precisamente entre 1495 e 1521, mais do que 150 000 arrobas e 6000 caixas de açúcar.⁶¹ Os livros de contas dos Welser mostram que a empresa adquiriu ainda outros produtos derivados da produção açucareira portuguesa. Em Fevereiro de 1515 encontravam-se registadas na sede da firma em Augsburg várias contas, referentes a compras feitas na Madeira, sobretudo de «conserva [de frutas]». ⁶² Na década seguinte, além dos Welser, também os Tucher de Nuremberga adquiriram em Antuérpia conserva ou doce de fruta.⁶³

Entre as outras mercadorias importadas da Alemanha pela Coroa portuguesa, destacam-se os produtos de cobre e de latão, produtos estes que eram geralmente exportados para as feitorias-fortaleza portuguesas em África. Em S. Jorge da Mina, os registos de movimento destes objectos indicam para os períodos de Agosto de 1503 a Janeiro de 1507, de Julho de 1511 a Setembro de 1514 e de Maio de 1517 a Janeiro de 1522, um número superior a 1 345 000 de manilhas de cobre ou latão, no entanto, sem indicação relativa à origem.⁶⁴ Registaram-se para os mesmos períodos ainda cerca de 35 000 bacias de barbear e de urinar, 3200 bacios não especificados e 6000 caldeiras.⁶⁵ Para as feitorias-fortaleza de Arguim e Sofala, existem também alguns números relacionados com este tipo de mercadoria. Em Arguim, ficaram registados no período compreendido entre Março de 1505 e Agosto de 1508 cerca de 1100 bacias e bacios de cobre e latão.⁶⁶ Em Sofala, entraram, entre 1505 e 1518, aproximadamente 40 000 manilhas

⁶¹ Cf. Goris 1925, 239; Pohl 1967, 348-349.

⁶² Geffcken e Häberlein 2014, 74-76. Os registos indicam a aquisição de pelo menos 27 barris de «conserua», de um papagaio, um macaco («mer katzen») e vinho («maluasir»).

⁶³ *Ibidem*, 108; StadtAN, E 29/IV Nr. 1487 e Nr. 1490.

⁶⁴ M. N. Dias 1963/64, vol. 2, 339.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ *Ibidem*, 338.

e outros artefactos feitos nestes dois metais.⁶⁷ Muitos destes artigos serviram para adquirir escravos. No Benim, um escravo custou, no início do século XVI, 12 a 15 manilhas. Na segunda década, o preço quadruplicou, pelo que a Coroa tentou fixar um valor máximo, primeiro de 40, depois de 50 manilhas por escravo.⁶⁸

Um dos grandes centros europeus referentes à produção de objectos de cobre e latão era Nuremberga, sendo assim de supor que uma boa parte dos artigos manufacturados, que rumaram a África, tivessem sido fabricados naquela cidade alemã.⁶⁹ Quanto aos mercadores-banqueiros de Augsburgo, sabemos que a casa dos Fugger já fabricava produtos de cobre e de latão desde finais do século XV.⁷⁰ Os Höchstetter fundaram em 1509, favorecidos pelos privilégios concedidos por Maximiliano I, em Pflach, perto de Reutte no Tirol, a maior fábrica de latão na Europa Central, capaz de produzir 3000-3500 *Zentner*⁷¹ daquele metal. Não deixa de ser curioso encontrarmos na direcção da fábrica o mesmo Stefan Gabler, que anteriormente tinha servido a empresa durante vários anos em Lisboa, desempenhando nesta cidade a função de feitor.⁷²

Na lista das vendas que os Welser-Vöhlín efectuaram em Lisboa na primeira década do século XVI, consta, em primeiro lugar, o cobre, seguindo-se o chumbo, o vermelhão e o mercúrio.⁷³ De acordo com o diário de Lucas Rem, a companhia também vendeu têxteis e cereais em grandes quantidades. Parece que a venda de trigo e centeio ocupou um lugar relevante nas actividades comerciais de várias empresas alemãs estabelecidas no Tejo. Os feitores Paulus Imhoff e Calixtus Schüler apelaram em 1507, várias vezes e

⁶⁷ *Ibidem*, 340.

⁶⁸ E. Westermann 2001, 10-11.

⁶⁹ Em relação aos produtos de latão, J. Strieder (1938, 160-161) destacou duas cidades alemãs como centros de produção: Nuremberga e Aachen. O mesmo autor supõe que os Schetz de Antuérpia, «os herdeiros da família mercantil dos von Rechterghem de Aachen», tenham sido, no início do século XVI, os principais fornecedores da Coroa portuguesa.

⁷⁰ *Ibidem*, 161-162.

⁷¹ Cf. cap. 3, nota 59.

⁷² Cf. E. Westermann 2001, 35; 2009, 56.

⁷³ Greiff 1861, 9.

com veemência, aos seus superiores em Nuremberga, para que enviassem mais cereais para Portugal, porque a conjuntura era muito favorável para fazer óptimos negócios.⁷⁴ Em conformidade com o teor do *Triffasband*, a capital portuguesa necessitava anualmente 400 000 *Viertel* de cereais.⁷⁵

Para T. G. Werner⁷⁶ e outros historiadores alemães⁷⁷, não há dúvida de que os mercadores nurembergueses desempenharam um papel relevante quanto à importação de instrumentos astronómicos e náuticos em Portugal. A documentação referente a esta questão é, no entanto, escassa. Nuremberga apresentava-se, de facto, como um dos grandes centros internacionais no campo da mecânica de precisão. Muitos artigos, entre eles, bússolas, astrolábios e os mais variados instrumentos de medida, que foram fabricados em série nesta cidade, espalharam-se pelo continente inteiro. Se Valentim Fernandes pediu a Stefan Gabler para lhe enviar de Nuremberga um «bom astrolábio»⁷⁸, é de supor que valia a pena importar este produto de longa-distância, provavelmente, devido à adequação em termos de preço/qualidade.⁷⁹ Por outro lado, esta afirmação não deve ser interpretada no sentido de que os instrumentos de navegação produzidos na Alemanha fossem melhores do que os portugueses. Já Hieronymus Münzer se mostrava, em finais do século XV, fascinado pela alta qualidade de todos os materiais que observou a bordo dos navios portugueses, constatando que os instrumentos de Nuremberga não se podiam comparar com os portugueses.⁸⁰

⁷⁴ GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 37, Nr. 1a e Fasz. 28, Nr. 12. Cf. Jakob 2002, 75.

⁷⁵ K. O. Müller 1962, 301: «*Item in L(isabon)a bedarf man alle jar 400.000 fiertl korn*». 1 *Viertel* correspondeu em Lisboa a 6 alqueires (*ibidem*, 263).

⁷⁶ Werner 1965a, *passim*.

⁷⁷ Vd. cap. 1, nota 128.

⁷⁸ GNM, *Rst Nürnberg*, XI, 1d, Fol. 3.

⁷⁹ Cf. Jakob 2002, 78; 2007c, 38.

⁸⁰ Vasconcelos 1930, 561: «*Instrumenta Nurembergen nihil sunt in comparacione*.»

O “Privilégio dos Alemães”

No início do século XVI, os mercadores-banqueiros alemães resolveram, como referido anteriormente, enviar os seus representantes à capital portuguesa com a finalidade de aí fundarem feitorias e de entrarem em negociações directas, relativas ao comércio ultramarino, com a Coroa de Portugal. D. Manuel I mostrou-se muito favorável, atribuindo-lhes privilégios extremamente vantajosos.⁸¹ O denominado “Privilégio dos Alemães”, que contemplava os privilégios que lhes foram concedidos pelo *Venturoso*, entre 1503 e 1511, evidencia o estatuto excepcional que as companhias alemãs possuíam em terras portuguesas. Tornaram-se, temporariamente, a par dos mercadores-banqueiros italianos, os parceiros comerciais mais relevantes da monarquia portuguesa. O Privilégio dos Alemães superou os direitos e liberdades outorgados a comerciantes de outras nações estabelecidas em Portugal e foi, como salientaram Virgínia Rau⁸² e Maria Valentina Cotta do Amaral⁸³, o mais cobiçado por mercadores estrangeiros no século XVI.

Sem dúvida, estes [privilégios (NdA)] são os mais importantes a serem concedidos nos séculos XV e XVI por reis portugueses, a mercadores estrangeiros.⁸⁴

(...) São os únicos privilégios que conhecemos que se referem directamente ao comércio da especiaria em geral e ao da pimenta, em especial.

Mas o grande privilégio dos alemães, aquele que despertava o interesse dos outros mercadores, era o de poderem ir comerciar «in loco», na Índia.

⁸¹ Cf. Schumacher 1892, 8-16; Denucé 1909, 310-319; V. Ribeiro 1917; «Privilégios» 1959; J. A. P. Ferreira 1969.

⁸² Rau 1970.

⁸³ Amaral 1965, 29-31 e *passim*.

⁸⁴ *Ibidem*, 22.

Além disso, a sua situação no Reino era altamente beneficiada, mandando o Rei, entre outras coisas, que se lhes fosse dada pousada, cama e mantimentos por seus dinheiros, tanto na Corte como em todos os lugares para onde fossem. Eram ainda favorecidos com os privilégios, liberdades e isenções dos naturais do Reino.⁸⁵

Resta esclarecer porque é que os mercadores-banqueiros alemães ganharam um estatuto excepcional logo após o seu estabelecimento em terras portuguesas. W. Grosshaupt considera: «In Portugal they had early realized that the exclusion of the previous spice trade via Venice and Arabian merchants could not be accomplished without the participation of the powerful Upper German companies.»⁸⁶ Já nos referimos neste estudo à importância do cobre e da prata no comércio ultramarino e ao problema do financiamento das dispendiosas empresas marítimas portuguesas. D. Manuel I percebeu rapidamente que os mercadores-banqueiros da Alta Alemanha poderiam desempenhar, no âmbito da sua política de expansão, um papel fundamental como investidores e fornecedores de metais preciosos. Segundo V. Rau,

(...) o rei de Portugal viu-se obrigado a interessar de forma permanente os mercadores estrangeiros que tinham à sua disponibilidade esses dois elementos: um mercado de escoamento e um mercado de abastecimento.

Para tanto, os mercadores alemães estavam particularmente indicados, pois dominavam o rico mercado consumidor alemão e possuíam o domínio das maiores reservas mineiras da Europa em prata e cobre. (...)

Na realidade, podemos considerar, no princípio do século XVI, em Portugal, a existência de cinco importantes grupos

⁸⁵ *Ibidem*, 31.

⁸⁶ Grosshaupt 1990, 370.

ou núcleos capitalistas: portugueses, cristãos-novos, espanhóis, italianos e alemães. Os mais importantes eram estes dois últimos pelo que significavam de virtualidades financeiras e de movimento comercial.⁸⁷

A mesma historiadora sublinha que, através dos privilégios concedidos, a Coroa portuguesa visava atrair os mais poderosos banqueiros e mercadores europeus de modo a que se integrassem no projecto expansionista e, ainda, garantir a presença de várias nações mercantis concorrentes na praça comercial de Lisboa, concluindo: «Numa palavra. Todo o esforço do rei de Portugal visava a obter boas condições económico-financeiras para elevar os seus lucros no comércio asiático.»⁸⁸

O privilégio de 1503

No Inverno de 1502/03, uma delegação alemã, enviada pelos Welser-Vöhlin e chefiada por Simon Seitz, chegou à corte portuguesa para entrar em negociações com o rei acerca da fixação da companhia em Portugal e entabular relações comerciais. D. Manuel I correspondeu ao pedido dos Welser e concedeu-lhes, no dia 13 de Fevereiro de 1503, privilégios.⁸⁹ No respectivo documento, pode ler-se:

Dom Manoel por Graça de Deos Rey de Portugal (...) Chegando a nós O aprovado Varão Simão Sejes (...) elle veyo a nos em nome dos speitaueis Varoens Antonio de Belzerem Conrrado Felim em nome Seu e de sua Companhia dos Nobres Mercadores da Imperial Cidade Augusta e de outras villas de Alemenha, significando nos que elles queriam em esta Nossa Cidade de Lisboa asentar caza de Sua Companhia para Negocear, e tratar

⁸⁷ Rau 1970, 20.

⁸⁸ *Ibidem*, 21.

⁸⁹ BA, 44-XIII-54, n.º 20j; BA, 44-XIII-58, doc. 9c. Os privilégios de 1503 foram publicados por: Denucé 1909, 381-383; Schorer 1957, 281-285; Mathew 1999a, 239-242; Cassel 1771, 5-10 (versão alemã).

mercadorias em Nossos Reynos Se a nós aprouvesse outorgando-lhe algumas Graças, e Liberdades e priuilegios que nos pedião segundo em outras terras lhe erão dadas, e nós entendendo em seu Requerimento, (...) como tambem por serem Cidadoens imperiaes do muy Augusto Maximiliano Emperador dos Romanos, nosso muito amado Sobrinho pello qual Com boa vontade demos consentimento a sua petição outorgandolhe as Liberdades e priuilegios as quaes a nenhuns outros Nem aos nossos Subditos ainda forão concedidos.⁹⁰

Seguidamente, o rei português permitiu «aos nobres mercadores que possão Liurementemente negoçar e traotar, Vender e comprar por todos os nossos Reynos e senhorios por suas pessoas ou por seus feitores e seruidores».⁹¹ Tinham, portanto, o direito de fazer negócios em Portugal d'aquém e d'além-mar. Os privilegiados encontravam-se isentos de pagar tributos e impostos pela prata que trariam. Em relação a outros produtos importados, como cobre, latão, vermelhão, mercúrio, mastros, pez, alcatrão e munições, pagavam apenas a dízima. Além disso, foram dispensados de «colacoenz ou pagamentos de peitas ou pedidos, que pellos Reynos ou Prouincias se costumão muitas pedir e por».⁹² Tinham o direito de assentar casa dentro e fora dos muros de Lisboa para armazenar mercadorias. Estas deveriam ser preferencialmente despachadas nas alfândegas e na Casa da Moeda pelos funcionários reais. Aqueles mercadores que investiram na construção naval em Portugal deviam receber privilégios alargados. A carta de privilégio de 1503 teve um prazo de 15 anos e valia em princípio para todas as companhias e mercadores alemães que estivessem dispostos a investir em Portugal um mínimo de 10 000 cruzados. No que respeita à compra dos produtos ultramarinos por parte dos alemães, os Welser deveriam

⁹⁰ BA, 44-XIII-58, doc. 9c, fls. 86v.-87 (na paginação manuscrita: 84v.-85).

⁹¹ BA, 44-XIII-54, n.º 20j, 357.

⁹² BA, 44-XIII-54, n.º 20j, 362.

pagar inicialmente um tributo não superior a 5%, enquanto as restantes companhias e mercadores tinham de pagar 10% de sisa.

Na questão do mediador oficial entre as autoridades portuguesas e os mercadores alemães, do qual se falou na carta de privilégio, Simon Seitz solicitou que Valentim Fernandes desempenhasse esta função. D. Manuel I correspondeu ao pedido e nomeou, no dia 21 de Fevereiro de 1503, o célebre impressor da Morávia como corretor e tabelião dos mercadores alemães.⁹³

As notícias acerca do acordo que os Welser alcançaram na corte portuguesa disseminaram-se na Alta Alemanha como um «*Feuerbrand*».⁹⁴ Irrequietaram, em primeira linha, a casa dos Fugger que se apressou a entrar em contacto com a Coroa portuguesa. Esta concedeu à companhia de Ulrich Fugger e Irmãos, em Outubro de 1503, os mesmos privilégios que havia outorgado ao grande concorrente de Augsburg.⁹⁵

O privilégio de 1504

No dia 3 de Outubro de 1504, D. Manuel I alargou os privilégios de 1503, melhorando os direitos pessoais dos mercadores alemães em Lisboa. No respectivo alvará, o rei português declarou:

(...) e por fazermos mais fauor as companhias dos Alemaões que nesta cidade estão que nenhum dos ditos Alemaões das ditas companhias nem nenhũa outra pessoa que Alemão seja de suas casas, e companhias não seia reteudo nẽ lhe seia feito Constrangimento algum por cazo que seia de crime ou que de cousa de crime dependa saluo de João Cotrim corregedor dos feitos Ciueis em nossa corte ou por seu mandado, e não por nenhum outro Corregedor nem juiz nem justiça.

⁹³ Mathew 1999a, 245-247. Vd. cap. 2, nota 73.

⁹⁴ Port.: violento incêndio. Pölnitz 1949/51, vol. 1, 147.

⁹⁵ ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 22, fls. 25/25v. Cf. cap. 2, nota 61.

Outro sy Nos praz que não entre outra nenhuma justiça em suas cazas quando conuier por bem da justiça salvo o dito corregedor ou aquellas pessoas que por elle forem mandadas, e não outras algũas posto que pera cousa de justiça seia; por que pera ambos estes cazos queremos que abaste o dito João Cotrim, e porem vollo noteficamos assi, e vos mandamos que assi o cumpraes. feito em Lixboa a tres de outubro Antonio Carneiro o fez de mil, e quinhentos, e quatro annos.⁹⁶

Portanto, a partir de 1504 os mercadores alemães passaram por ser um grupo estrangeiro, estabelecido em Portugal, privilegiado tanto economicamente, como juridicamente.⁹⁷

O privilégio de 1509

Embora o prazo dos privilégios concedidos aos mercadores alemães em 1503 terminasse apenas em 1518, estes foram antecipadamente renovados em 1509 por mais 15 anos. Por detrás deste acontecimento, esteve o já referido conflito jurídico que resultou na confiscação das especiarias dos mercadores-banqueiros alemães por parte do governo português em 1506.⁹⁸ Consequentemente, os representantes das casas comerciais prejudicadas protestaram contra a apreensão das suas mercadorias na Casa da Índia. No entender destes, um tal procedimento contrariava o teor dos privilégios de 1503/04, segundo os quais a sua propriedade era protegida. Lucas Rem aludiu, no seu *Tagebuch*, aos morosos processos que se seguiram com a Coroa portuguesa.⁹⁹ Na qualidade de representante das companhias alemãs, Marx Zimmermann dirigiu-se, em 1508 ou 1509, à corte para confrontar D. Manuel acerca dos direitos que este havia concedido aos

⁹⁶ BA, 44-XIII-54, n° 20, 366-367 *apud* Denucé 1909, 383.

⁹⁷ Jakob 2000, 106-107.

⁹⁸ Vd. cap. 3.

⁹⁹ Greiff 1861, 8.

comerciantes alemães.¹⁰⁰ As duas partes tiveram razões para evitar uma ruptura abrupta das ligações comerciais, pelo que se chegou, finalmente, a uma solução consensual do problema. D. Manuel não devolveu toda a pimenta que pertencia às companhias alemãs, mas recompensou-as com açúcar. Ao mesmo tempo, tentou contentá-las mediante a concessão de direitos e liberdades mais extensos. Foi neste contexto que outorgou a 30 de Agosto de 1509 novos privilégios que apresentamos, seguidamente, na versão integral.¹⁰¹

D. Manoell per graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarues daquem, e dalem mar em Africa senhor de guine, e da conquista nauegação commercio de Ethiopia arabia persia, e da jndia Etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por folgarmos de os mercadores Alemaães estantes em a nossa cidade de Lixboa serem bem tratados, e fauorecidos em nossos Regnos assy em suas pessoas, e de seus feitores, e criados como em suas mercadorias, e pera que cõ mais Rezam possam, e deum em elles tratar, e negociar, e querendo lhe fazer graça, e merçe temos por bem, e lhe outorgamos as graças priuilegios, e liberdades adiante declaradas, e esto por tempo de quinze annos que se commecaram da feitura desta nossa carta em diante.

Item Primeiramente queremos, e mandamos que quando quer que as suas mercadorias vierem em algũa naao ou nauio davante ao porto da dita cidade ao tempo que se ouueram de descarregar ante que se descarreguem nossos officiaes da descarregua lho faram primeiro saber que venham estar a ella se quiserem; e tragam barcas em que as descarreguem, e depois de pasadas tres oras pouco mais ou menos nam uindo elles ou

¹⁰⁰ BA, 44-XIII-54, n.º 20k-m; Denucé 1909, 383-384; Cassel 1771, 10-11.

¹⁰¹ ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 36, fl. 41; BA, 44-XIII-54, n.º 20n; BA, 44-XIII-58, doc. 9d. Publicado por: Denucé 1909, 384-386; Mathew 1999a, 249-253; Cassel 1771, 11-15 (versão alemã).

mandando em tam os ditos officiaes as poderam descarregar sem elles, e esto estando elles em na Cidade.

Item Mandamos que tanto que as suas mercadorias forem em as Alfandegas pagem logo a dizima, e a sisa tirando os panos de lam dos quaees paguaram a sisa ao tempo que venderem segundo se ora faz, [e] em nossos artigos he conteudo a qual sisa pagaram aos officiaes das casas a que pertencerem, e se assentará em seus liuros e como a pagaram pera ao diante nam poder haver hy mais duuida, e tanto que paguarem os ditos direitos, e lhes forem entregues as ditas mercadorias as leuaram pera onde quizerem, e como quizerem per todos nossos Regnos, e senhorios sem serem obriguados de o fazerem saber a casa algũa de nossos direitos nem descaminharem por ello nem cairem em penna algũa por não fazerem as diligencias que são ordenadas segundo forma dos nossos foraees antigos, e ordenações e esto daquellas mercadorias de que tiuerem pagos nossos direitos, e lhe forem despachadas de que auerã certidam dos nossos officiaes pera per ella liuremente as poderem levar, e vender por nossos Regnos sem mais pagarem cousa algũa tendosse com elles a maneira que se tem com os framemguos, e em seu priuilegio he conteudo.¹⁰²

Item Nos praz que possam carreguar todas suas mercadorias em quaees quer naos e nauios, que quizerem assy de naturaes como de estrangeiros, e pera onde quizerem tirando os açuques que se carregaram em naos, e nauios de nossos naturaes como se ora faz.

Item Queremos e mandamos que nenhũu offeial nem Rendeiro de nossos direitos nem outra algũa pessoa, entre em suas casas a lhes dar varejos nem lhes fazer oppresam algũa saluo per mandado do nosso contador moor auendo primeiro informaçõ per pessoa ou pessoas sem sospeita como tem algũa

¹⁰² Sobre os privilégios dos neerlandeses em Portugal, cf. ANTT, *Chanc. de D. João II*, liv. 15, fl. 26; Freire 1920, 156-157.

mercadoria ssonogada aa nossa Alfandega, e quando la ouuer de enuiar ira a isso hum escriuão dela com hũu Rendeiro quando o hi ouuer, e sem o dito ecriuão não poderam ir a suas casas buscar a tal mercadoria ssonogada.

Item Queremos que nam paguem direito algũu dos mantimentos e alfayas que pera suas casas, e vsu dellas lhe uierem nem menos pagaram direito algũu dos pannos de lam que vierem pera vestido de cada feitor e dous seruidores dando lhe por anno dous vestidos a cada pessoa nem menos do canavaço e serapilheiras destopa pera saquas, e cascos de pipas pera suas mercadorias jurando elles que uem todo pera isso, e não pera vender por que sendo pera vender pagaram os direitos ordenados.

Item Poderam comprar, e vender todolas mercadorias que quiserem, e pello preço que quiserem caro ou barato a sua auença, e das partes tirando a pimenta [em] que esta preço ordenado, e achandosse qualquer uicio em as cousas que Venderem não lhas poderã os ditos compradores tornar nem lhe conhecerã de debate algũu saluo dentro de tres dias depois que os compradores forem entregues das taes cousas.

Item Tanto que lhe for entregue qualquer especiearia a poderã leuar liuremente pera suas casas, e carreguala quando e como quiserem sem lhe ser posto impedimento algũu sem embargo de termos ordenado, e mandado que se nã entregue a especiearia as partes saluo ao tempo q se ouuerem de carregar nas naos e nauios em que ouuerem de hir.

Item Tanto que algũu contrato for celebrado antre os ditos Alemaães, e o nosso feitor da casa da India o fará logo assentar no liuro dos contratos per huu escrivuã antes que daly partã o qual escriuã, e feitor leixaram todos os outros negocios ate se acabar dassentar, e assinar e não sendo assentado nã valha cousa algũua nem sejã as partes obrigadas a estar por elle nem o dito feitor, e officiaes serã obrigados a o comprar em quanto nã for assentado.

Item Todo ouro ou prata que trouxerem a estes Reinos se leuara a Alfandega como as outras mercadorias, e ali secretamente no tempo que elles quizerem com dous officiaes da dita Alfandega sera despachada, e tirarã, e leuarã das vazilhas em que a trouxerem livremente pera suas casas ou casa da moeda sem lhe ser posto impedimento algũu, e estando seu ouro ou prata na dita casa da moeda a entregarã ao nosso thesoureiro della, e elle lhe dara seu conhecimento segundo forma de nosso Regimento, e com elle poderã fazer qual quer pagamento que quizerem na dita casa da jndia de qual quer espeçearia ou mercadoria outra que nella comprarem, e mandamos ao nosso feitor e thesoureiro que lho receba e por elle recadem o pagamento na dita moeda do que lhe assi venderem como se ora faz.

Item Queremos e nos praz que tenham, e ha ajã todos priuilegios, liberdades e franquezas, e ysenções que per nos são dadas, e outorgadas aos nossos naturaes tirando sómente os direitos das nassas Ilhas de que nã Vsarã nem isso mesmo se entendera que ajã de tratar na jndia em caso que alguua ordenaçã façamos ao diante por que mandemos que nã ajã de tratar nella senã os naturaes do Regno.

Item Nos praz que posam ter pesos, e balanças em suas casas pera justificarem suas mercadorias, e nã pera vender sem embargo de qual quer mandado que em contrario hy aja.

Item Nos praz por melhor, e mais em breue poderem auer despacho de suas contendas e demandas, e des hy porque per esta maneira o direito das outras partes lhe ficara guardado, que o nosso corregedor da dita cidade de lixboa seia seu juiz em todos feitos assy crimes como ciues que nella, e seu termo ate seis legoas tiuerem ora sejã Autores ora Reos nã se entendendo isto contra pessoas priuilegiadas que tenham juiz por seu priuilegio porque acerca das taes se guardara a disposição do direito comum o qual corregedor queremos que tenha Alçada athe contia de dez mil reaes sem delle auer appellaçã nem aggrauo, e de hy

pera çima elle fara o feito concluso sem das interlucatorias dar aggrauo, e sendo concluso pera final o ira despachar a nossa casa do ciuel com dous letrados que lhe o gouernador pera isso dara os quaes poderã prouer com o dito Corregedor qual quer aggrauo que nas interlocatorias acharem que seia feito por elle, e despacharã todo finalmente como acharẽ que he direito sem delles auer appellaçã nem aggrauo de qual quer contia que for, e se a contia for tamanha que pareça ao dito gouernador que são neçessarios mais letrados dar lhe a os que lhe bem pereçer tee quatro. E Bem asy queremos, e mandamos que o dito corregedor seia emxecutor das sentenças que dantre elle, e os ditos desembargadores sairem em caso que o conhecimento disso podesse pertencer a outras justiças [e officiaes] que o faça com toda delligencia e breuidade que com direito poder.

Item Queremos, e mandamos que em as ditas suas casas nã entrem nem possã emtrar officiaes algũus de nossas justiças saluo o dito corregedor ou quem elle mandar, e nã outrem sob pena de vinte cruzados pera elles saluo jndo a justiça apos algum malfeitor em fragante dilito achado porque em tal caso poderã entrar.

Item Nos praz que asy elles como seus seruidores athe seis de cada companhia que elles tenham de suas portas a dentro possam trazer armas de noite e de dia per todos nossos Regnos, e senhorios assi antes do sino de correr como depois, assi com lume como sem elle nã fazendo prem com ellas o que nã deuem e esto sem embargo de nossas ordenações, e defesas em contrario os quaees seruidores nã serã espanhoes pera gozarem da dita liberdade.

Item queremos que aconteçendo caso que em esta terra algũus dos ditos feitores faleça não ficando sota feitor daquela companhia que em rrecado ponha a fazenda de que tiuer cargo o dito Corregedor va a casa do defunto com hũu escriuã e dous feitores das outras companhias que bem parecer que ao tal tempo aqui estiuerem e fara presente todos enuentario de todo o que hy ouuer e entregara tudo aos ditos dous feitores, e

os constrangera que o rreçebã e darã conta a seu tempo quando uier pessoa a que se deua de entregar tal fazenda ao qual corregedor mandamos que assj o cumpra.

Item Nos praz que possã andar em mullas, e facas sem embargo de nossas ordenações, e assi lhe sejã dadas pousadas, e camas, e mantimentos por seus dinheiros assj em nossa corte como em todolos lugares onde estiuerem, e forem tirando lixboa.

Item O que toca nestes priuilegios aa quita de nossos direitos entendersea que Vsem delles acabado o arrendamento dos rrendeiros que ora sã da hy em diante.

Item Nos praz, que o outro priuilegio geral que de nos tem lhe seja alargado como de feito por este alargamos concedemos, e outorgamos por o dito tempo de quinze annos que se começará daqui em diante assi como este que de nouo lhe assy damos em caso que delles seja ja passada algũa parte do tempo que nelle lhe declaramos que vallesse.

E Porem Mandamos a todollos nossos Corregedores juizes, e justiçaes officiaes, e pessoas a que esta nossa carta for mostrada, e o conhecimento della pertencer que lha cumprã, e guardem, e façã mui inteiramente comprir, e guardar como em ella faz mençã sem lhe nisso porem duuida nem embargo algũu por que assi he nossa merçe.

E Por Certidão, e firmeza dello lhe mandamos dar esta carta assinada per nos e sellada do nosso sello pendente: Dada em Sintra aos trinta dias do mes de agosto anno do nascimento de nosso senhor Jesu Christo de mil e quinhentos noue annos. – El Rey.¹⁰³

Os privilégios de 1509 foram os direitos mais completos que a Coroa de Portugal outorgou aos mercadores alemães no século XVI. D. Manuel I reagiu desta forma aos atritos que tinham pesado nas suas relações com

¹⁰³ ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 36, fl. 41 *apud* Denucé 1909, 384-386.

as casas comerciais da Alta Alemanha. Nesta fase complicada, procurou satisfazer as vontades dos seus tão importantes parceiros comerciais para não correr o risco de um afastamento destes da praça de Lisboa.

O privilégio de 1510

Poucos meses após a concessão do abundante privilégio de 1509, D. Manuel I decidiu alargar os direitos dos mercadores-banqueiros alemães estabelecidos em Lisboa. A 22 de Fevereiro de 1510, declarou os feitores das companhias «vizinhos da dita cidade».¹⁰⁴ Eis o respectivo trecho do documento:

Dom Manuell per graça de Deos Rey de Portugal (...) Et^a. A quamtos esta nossa carta virẽ fazemos saber que queremdo nos fazer graça, e merçe aos mercadores Alemaães estantes em nosa Cidade de Lixboa temos por bem, e os fazemos vezinhos da dita cidade, e queremos, e nos praz que elles juntamente e cada hũu per sy guouã de todallas liberdades framquezas priuilegios merçes e jnsenções que pollos Reys nossos amteçessores, e por nos sã dados, outorguados, e confirmados aos uezinhos da dita cidade assy em suas pessoas como em suas mercadorias, e cousas que a elles pertemçerẽ (...).

Dada em nossa villa de Almeirim aos vinte, e dous dias de feuereiro. Affonso mexia a faz anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e dez. e esta sera somente aos feitores das companhias. – El Rey¹⁰⁵

Além dos privilégios concedidos, houve ainda outras medidas reais que evidenciam o interesse de D. Manuel em garantir a presença da alta finança alemã no seu reino. Duas cartas régias, datadas de 8 e 27 de Novembro de 1510, mostram que o rei tencionava lançar uma pequena imposição

¹⁰⁴ ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 3, fl. 10; BA, 44-XIII-54, n° 20o; Cassel 1771, 15-16 (versão alemã).

¹⁰⁵ ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 3, fl. 10 *apud* Denucé 1909, 386.

sobre o vinho para pagar uma dívida aos alemães.¹⁰⁶ No primeiro documento, decretou:

E quanto à dívida dos duzentos e cinquenta mil reais, que se devem aos alemães, (...) queremos que se faça pera logo serem pagos desta dívida os ditos alemães, é que se lance alguma pequena imposição sobre o vinho ou sobre outra cousa que a vos pareça que levemente o possa sofrer, pera por ela se haverem e tirarem os ditos duzentos e cinquenta mil reais somente (...), porque nos prazera que sejam logo pagos desta dívida os ditos alemães (...).¹⁰⁷

Como surgiram dificuldades relativamente à imposição sobre o vinho, D. Manuel dirigiu-se, em finais de Novembro, uma segunda vez à Câmara de Lisboa, ordenando que se emprestasse o dinheiro para remunerar os mercadores alemães.

O privilégio de 1511

A 7 de Fevereiro de 1511, D. Manuel I modificou, uma vez mais, os direitos dos mercadores alemães.¹⁰⁸ Pelo conteúdo do respectivo documento subentende-se a existência de precedentes infracções contra os privilégios outorgados nos anos anteriores. Sobretudo o estatuto de «vizinho de Lisboa» deve ter causado aos feitores alemães mais prejuízo do que proveito. Ao que parece, estes foram obrigados a pagar na alfândega mais tributos e impostos do que anteriormente, quando aí se apresentaram apenas como “alemães privilegiados”. Em virtude disso, os representantes das companhias protestaram e solicitaram uma clarificação da situação legal. A Coroa

¹⁰⁶ Arquivo Municipal de Lisboa [AML] - AH, *Chancelaria Régia*, Livro 3º de D. Manuel I, doc. 77, fls. 93-94v. e doc. 80, fls. 97/97v.; Rau 1984b, 289-290.

¹⁰⁷ *Ibidem*, 289.

¹⁰⁸ BA, 44-XIII-54, nº 20p; Denucé 1909, 386-388. Versão alemã: Cassel 1776, 7-11.

aceitou as reclamações e esclareceu as dúvidas que tinham surgido acerca do Privilégio dos Alemães da seguinte maneira:

(...) e para declaração disto: hauemos por bem que assim em este cazo como em outro qualquer de que elles quizerem uzar e gouuir como estrangeiros o possão fazer quando lhe bem vier; porque não queremos que de seu priuilegio lhe prejudique algum fauor se o ter podem como estrangeiros. (...)

Item hauemos por bem e queremos que qualquer pessoa que lhe seus previlegios não guardar ou contra elles encorra em pena de sincuoenta cruzados nos quais os hauemos por condemnados para o hospital de todos o santos da dita cidade (...).

E porem mandamos asima quaes quer outras nossas justicas officiaes a que pertencer que vejaes esta declaração, e façaes muito inteiramente guardar, e cumprir com todos os mais privilegios que de nos tem dado com effeito a dita pena e execução, e porque a nossa vontade e tenção he lhe fazermos toda a merçe, e fauor e que em todo se entenda mais em seu fauor que em odio.¹⁰⁹

Mediante o alvará de 1511, D. Manuel I confirmou todos os direitos e liberdades outorgados no seu reinado aos «mercadores Alemães estantes em estes nossos Reynos»¹¹⁰, colocando futuras infracções contra os mesmos privilégios sob punições severas.

Os privilégios dos mercadores da Hansa

O denominado Privilégio dos Alemães não valia para todos os comerciantes oriundos do Sacro Império Romano-Germânico. Apenas os mercadores que participaram na aquisição dos privilégios tinham o direito a gozá-los.¹¹¹ Na

¹⁰⁹ BA, 44-XIII-54, n° 20, 383-385.

¹¹⁰ Denucé 1909, 386.

¹¹¹ Cassel 1776, 11-12.

realidade, destinaram-se quase exclusivamente aos prósperos mercadores-banqueiros da Alta Alemanha. O Privilégio dos Alemães era muito cobiçado por outras nações mercantis estrangeiras¹¹² estabelecidas em Portugal, entre as quais, a da Liga Hanseática. Em 1517, representantes da Hansa entraram em negociações com a Coroa portuguesa para alcançar os mesmos privilégios que os colegas de Augsburg e de Nuremberga já possuíam.¹¹³ A iniciativa partiu de comerciantes oriundos de Lübeck que invocaram o facto de «serem alemães pois erã do imperyo».¹¹⁴ D. Manuel I correspondeu ao pedido dos «estrelins»¹¹⁵ e declarou:

(...) e por assi ser quisemos passar este [alvará (NdA)] pello qual decramos os ditos estreliis e anszes serem do senhorio e imperio de alemanha e por alemães auidos queremos e nos praz que assi e tam inteiramente se entenda neles os priuilegios conçedidos aos alemães (...) e mandamos a todos nossos officiaes assi da Justiça como da fazenda e a quais quer outros a que pertencer e este nosso alvara for mostrado que hajam os ditos estreliis e anszes por alemães e como hos ditos alemães lhes guardem, e façam cumprir e guardar todos os privilegios, e liberdades que haaos ditos alemães temos conçedidos por quanto elles ho sam de natureza posto que o não seiam no nome, e esto nos praz assi sem embargo de cada hũu delles não tratar contia de dez mil cruzados e da hj pera cima segundo he contheudo no

¹¹² Por vezes o Privilégio dos Alemães foi concedido a famílias ou mercadores individuais como, por exemplo, nos casos da família neerlandesa dos Schetz, em 20.3.1515, e de um mercador burgalês, em 13.2.1516. Cf. ANTT, *Chanc. de D. Manuel*, liv. 25, fls. 44/44v.

¹¹³ Cassel 1776, 15-16.

¹¹⁴ Denucé 1909, 378. Os alvarás de D. Manuel I (Lisboa, 28.4.1517 e 18.9.1517) referentes aos privilégios dos mercadores da Hansa são transmitidos através a confirmação dos mesmos privilégios por D. João III em 1528 (ANTT, *Chanc. de D. João III*, liv. 11, fls. 148v.-149). Uma versão alemã dos alvarás foi publicada por Cassel (1776, 15-20).

¹¹⁵ Em Portugal designavam-se os mercadores da Hansa também por “estrelins”. Esta designação deriva do termo inglês *easterlings* que se costumava atribuir aos hanseáticos, dado que estes provinham, na perspectiva dos ingleses, do Este da Europa. Cf. V. Ribeiro 1917, 25-26. Vd. também cap. 1, nota 4.

priuilegio dos ditos alemaaês, (...) feito em nossa cidade de lixboa aos dezoito dias de setembro, cosmo Rodriguez o fez anno de mill e quinhentos e dezasete.¹¹⁶

Com a concessão do Privilégio dos Alemães, os mercadores da Hansa começaram a sair da sombra das poderosas companhias de Augsburg e Nuremberga, que tinham dominado quase por completo o comércio luso-alemão no reinado de D. Manuel I. O reforço dos privilégios da Hansa por D. João III, em 1528, visava um aumento significativo das relações luso-hanseáticas nos anos 20 do século XVI.¹¹⁷

Entre as mercadorias introduzidas pelos mercadores da Liga Hanseática, destacavam-se materiais para a construção naval, que se encontravam isentos dos tributos habituais pelo seguinte alvará de D. Manuel I:

Nos El Rey per este nosso aluara nos praz franquiar como de ffeytto per este franquiamos todo tavaodo de costado de nauios que a nossa cidade de lixboa trouxerem os Estrelins de alemanha que nã pagem delle nenhuns direitos, e o possã trazer liure, e desembargadamente notificamolo assi ao nosso contador mor da dita cidade, e a quaes quer outros nossos officiaes, e pessoas a que este nosso aluara for mostrado, e o conhecimento delle pertencer, e lhe mandamos que guardem, e cumprã este como se nelle contem, feito em Almeyrim a oito dias dezembro. Aluaro neto o fez anno de mil, e quinhentos, e dezasete.¹¹⁸

¹¹⁶ ANTT, *Chanc. de D. João III*, liv. 11, fl. 148v. *apud* Denucé 1909, 379-380.

¹¹⁷ D. João III queria estimular o aumento do número dos mercadores da Hansa no seu reino, libertando-os do investimento mínimo de 10.000 cruzados fixado no Privilégio dos Alemães. Deliberou: «Por que em qualquer contia grande ou pequena em que tratem queremos que se lhe guarde o priuilegio dos alemaaês» (*ibidem*, 379).

¹¹⁸ *Ibidem*, 388.

A Feitoria de Antuérpia como intermediário das relações comerciais

As feitorias portuguesas de Bruges e de Antuérpia desempenharam um papel fundamental nas relações comerciais luso-alemãs.¹¹⁹ As ligações entre Portugal e a Flandres já se haviam iniciado em finais do século XII. Em 1386/87, os portugueses estabeleceram uma feitoria em Bruges¹²⁰ que ganhou relevo, durante o século XV, paralelamente aos desenvolvimentos económicos da Expansão Portuguesa. No terceiro quartel deste século, os negócios dos portugueses em Bruges atingiram o apogeu, principalmente devido à venda lucrativa do açúcar madeirense. Entre os comerciantes do Sacro Império Romano-Germânico que estiveram em contacto com a Feitoria de Flandres, destacaram-se claramente os mercadores da Baixa Alemanha, mais precisamente aqueles que pertenceram à Liga Hanseática. O *Kontor* da Hansa em Bruges constituiu, na Idade Média Tardia, um dos pilares do comércio internacional deste grande intermediário mercantil europeu.¹²¹ No último quartel do século XV, a situação económica da cidade flamenga passou por várias crises que terminaram na transferência das nações estrangeiras para Antuérpia.¹²² No caso português, a mudança para Brabante

¹¹⁹ Cf. Harreld 2004, *passim*. Sobre a história da Feitoria de Flandres, vd. Freire 1908, 322-442; 1909, 53-79, 123-133, 196-208, 320-326; 1910, 21-33; 1920, *passim*; A. H. de O. Marques 1980b; A. A. M. de Almeida 1993, *passim*; 1994a; Goris 1925, 37-55, 215-244 e *passim*; Bussche 1874, 170-201 e *passim*; Houtte 1991b; Pohl 1977, 22-27; M. N. Dias 1963/64, vol. 2, 257-318; Verlinden 1985a; 1985b; Serrão 1994, 200-203; Lisboa 1994b.

¹²⁰ Cf. A. H. de O. Marques 1980b, 171.

¹²¹ Vd. cap. 1.

¹²² Existiram várias razões que conduziram ao declínio de Bruges e à mudança das nações mercantis estrangeiras para Antuérpia e outras praças comerciais neerlandeses ou alemãs. Estão relacionadas, por um lado, com o assoreamento do Zwin, que dificultou sucessivamente o transporte das mercadorias da costa do Mar do Norte à cidade. Por outro lado, existiam nos anos 80 do século XV conflitos graves com o soberano dos Países Baixos, o arquiduque – e futuro imperador – Maximiliano. Este ordenou, depois ter sido temporariamente preso em Bruges, a deslocação dos mercadores estrangeiros para fora da Flandres o que travou decisivamente a dinâmica económica desta região. No dia 30 de Junho de 1488, Maximiliano privilegiou o comércio das nações forasteiras em Antuérpia. Cf. Freire 1920, doc. XVIII, 159-160. Para A. H. de O. Marques (1980b, 175) o processo de transferência iniciou-se já em 1484, ano da primeira revolta das cidades flamengas contra Maximiliano:

Esta data de 1484 significou, para a história da feitoria portuguesa na Flandres, mais do que uma simples interrupção de regular funcionamento; ela marcou, de facto, o início de todo

realizou-se em várias etapas. Em 1498, o feitor da Feitoria de Flandres e uma parte dos mercadores mudaram-se de vez para Antuérpia. Até 1511, os restantes membros da nação portuguesa foram-se instalando na cidade do Escalda. Nesse ano, os portugueses receberam no novo empório os mesmos privilégios que haviam já gozado em Bruges.¹²³ A feitoria portuguesa de Antuérpia estabeleceu-se, tal como a filial dos Höchstetter, na rua *Kipdorp*.¹²⁴

Relativamente à ascensão de Antuérpia como centro económico europeu, Herman van der Wee distingue duas fases de um crescimento acelerado, de 1495 a 1520 e entre 1535 e 1565, respectivamente.¹²⁵ A primeira fase – que coíncide com o reinado de D. Manuel I – foi estimulada por vários factores, sobretudo pelo sucesso das feiras brabantinas, que se realizavam quatro vezes por ano em Antuérpia e Bergen-op-Zoom, e o declínio paralelo de Bruges. Segundo o conceituado historiador belga, os mercadores ingleses, portugueses e alto alemães desempenharam o papel principal no contexto da subida fulminante de Antuérpia:

- os ingleses devido à importação de lã e panos baratos que, em Brabante, foram transformados em produtos de luxo;
- os portugueses pela comercialização das mercadorias ultramarinas, principalmente açúcar e especiarias;
- os alemães de Augsburg e Nuremberga pelo fornecimento de metais, em cru e manufacturados.

No século XV, os mercadores do Sul do Império compravam os preciosos têxteis brabantinos, inicialmente, nas feiras internacionais de Frankfurt, aos seus colegas de Colónia, que possuíam uma posição dominante

um processo de transferência, que se viria finalmente a concluir com a definitiva instalação, em Antuérpia, do feitor e da «nação» dos portugueses. Bruges e a Flandres cediam o lugar a Antuérpia e a todo o seu vastíssimo *hinterland*, orientado cada vez mais para norte e para oriente.

Vd. também cap. 2.

¹²³ Freire 1920, doc. XXVII, 170-171.

¹²⁴ Pohl 1991, 53 e 59.

¹²⁵ Wee 2009.

neste sector. Na segunda metade do século, as empresas da Alta Alemanha costumavam entrar directamente em contacto com os mercados de Brabante para adquirir a valiosa mercadoria e para a distribuir seguidamente pela Europa Central. Em contrapartida, vendiam nos Países Baixos os seus produtos, destacando-se, em primeiro lugar, *Barchent*. Na viragem para o século XVI, os grandes mercadores-banqueiros de Augsburg e de Nuremberga fixaram-se definitivamente em Antuérpia. Este desenvolvimento foi acompanhado por um aumento significativo da produção mineira na Saxónia, Boémia, Hungria e no Tirol. Os “donos” da prata e do cobre procuraram progressivamente comercializar uma grande parte das suas mercadorias na capital económica da Europa Ocidental. Os Hoehstetter já se tinham estabelecido em Antuérpia em 1486.¹²⁶ Seguiram-se, no ano de 1493, os Fugger que, em 1508, alargaram a sua sucursal.¹²⁷ Dois anos antes, também os Welser-Vöhlin tinham erguido uma feitoria na nova metrópole do comércio.¹²⁸

A instalação dos mercadores-banqueiros alemães em Antuérpia coincidiu temporalmente com o processo de transferência da Feitoria de Flandres e com a chegada das primeiras armadas portuguesas, carregadas com especiarias orientais, à cidade do Escalda. Esta tornou-se rapidamente o principal centro de distribuição de produtos vindos das colónias portuguesas, como o açúcar da Madeira, de Santiago e de São Tomé e as especiarias orientais.

No reinado de D. Manuel, chegaram das ilhas atlânticas portuguesas mais do que 150 000 arrobas de açúcar à feitoria de Antuérpia.¹²⁹ Entre as mercadorias exóticas, a pimenta da Índia era de longe a mais importante, especialmente depois da decisão de D. Manuel I de a vender quase exclusivamente em Brabante. Com esta medida, o monarca português tencionava assegurar os enormes meios financeiros que eram imprescindíveis para

¹²⁶ Cf. Ehrenberg 1922, vol. 1, 212; A. A. M. de Almeida 1993, 60.

¹²⁷ Häberlein 2006, 55-56.

¹²⁸ *Ibidem*, 57.

¹²⁹ Vd. *supra*, nota 74.

garantir a continuidade da sua política expansionista. A posição geoestratégica de Antuérpia, como mercado internacional, era muito mais favorável do que a de Lisboa. Além disso, encontravam-se na cidade brabantina as filiais e os representantes dos mais bem sucedidos mercadores e banqueiros italianos, alemães, neerlandeses, ingleses, franceses e dos reinos ibéricos. A Coroa portuguesa procurou estabelecer com alguns prósperos mercadores contratos volumosos, com uma duração de vários anos, referentes à pimenta e outras especiarias, recebendo antecipadamente o capital necessário para financiar as armadas da Índia. Os compradores suportavam os riscos do transporte da mercadoria, pelo que o comércio das especiarias se tornou um negócio muito delicado. Podia dar muito lucro, mas também enormes prejuízos aos contratadores. Já vimos, nos capítulos anteriores¹³⁰, que os mercadores-banqueiros alemães perderam várias vezes a valiosa carga na rota Lisboa-Antuérpia, ou por actos de pirataria ou por naufrágio. Com o deslocamento do comércio da pimenta de Lisboa para Antuérpia o preço desta especiaria encareceu, apresentando, por vezes, grandes variações, dado que os clientes da Coroa portuguesa controlavam a distribuição e o preço da mercadoria a partir dos Países Baixos. A evolução do preço da pimenta teve consequências para todo o mercado de Antuérpia e tornou-se aí, pelas palavras de R. Ehrenberg, o «barómetro da bolsa».¹³¹

¹³⁰ Cf. cap. 4, notas 39, 77, 183 e 228.

¹³¹ Ehrenberg 1922, vol. 1, 14:

Diese beiden Momente, das Interesse der grossen Consortien und die Grösse der neuen Importe, bestimmten an der antwerpener Börse hauptsächlich den Preis des Pfeffers. Beide Momente waren unberechenbar. (...) Daher gestaltete sich der Preisgang oftmals ausserordentlich sprunghaft, und die Spekulation hatte ein Feld für ihre Thätigkeit, wie es ihr vorher nie geboten worden war. Das war um so bedeutsamer, als der Preis des Pfeffers auch einen grossen Theil des übrigen Marktes bestimmte. Er war das Barometer der Börsenstimmung. [Estes dois momentos, o interesse dos grandes consórcios e o tamanho das novas importações, determinaram na bolsa de Antuérpia primeiramente o preço da pimenta. Ambos os momentos foram incalculáveis. (...) Por isso, a evolução do preço apresentou-se muitas vezes extremamente volátil e a especulação ganhou terreno como nunca antes. Tal foi ainda mais significativo, dado que o preço da pimenta dominou também uma grande parte do restante mercado. Este era o barómetro da sensibilidade bolsreira.]

Em relação à pimenta, Mark Häberlein realça a forte posição dos Welser na praça de Antuérpia na primeira metade do século XVI.¹³² A partir da sua filial neerlandesa, a firma de Augsburg distribuiu na Europa Central pimenta e outras especiarias de proveniência portuguesa. Já em 1506, a companhia dos Welser-Vöhlín expediu para Frankfurt, e daí para Leipzig, 33 sacos de pimenta, dois sacos de malagueta e um de “pimenta da Guiné”.¹³³ Nos anos seguintes, a empresa enviou pimenta para Nuremberga, Augsburg, Kempten e Leipzig, geralmente pelo eixo Antuérpia-Frankfurt, e para Genebra via Lyon.¹³⁴ Em 1519, a pimenta dos Welser chegou também a Brno na Morávia (via Praga)¹³⁵ e a Viena (via Nuremberga e Regensburg)¹³⁶.

Com o comércio da pimenta a florescer, também o comércio de metais alcançou um apogeu, uma vez que Portugal necessitava de grandes quantidades de cobre e prata para a troca de mercadorias no ultramar. No reinado de D. Manuel I, foram importados da feitoria de Antuérpia, anualmente, cerca de 10 000 quintais de cobre.¹³⁷ A maior parte deste era proveniente das minas que os Fugger exploravam na Hungria. Já em 1503, chegaram à cidade do Escalda 41 navios vindos de Danzig, carregados com o cobre dos Fugger.¹³⁸ A poderosa firma de Augsburg comercializou em Antuérpia, no período compreendido entre 1507 e 1526, cerca de metade do cobre das suas minas húngaras.¹³⁹ Em Fevereiro de 1520, Rui Fernandes de Almada debruçou-se, numa carta dirigida a D. Manuel I, sobre Jacob Fugger e a importância do cobre deste da seguinte forma:

(...) o Focoro (...) he ho mor homem d’Alemanha e que governa todos os princepes e Reis e he de maneira que nehun princepe

¹³² Häberlein 2014a, 51-62.

¹³³ Geffcken e Häberlein 2014, 50-51.

¹³⁴ *Ibidem*, 87-90. Cf. Häberlein 2014a, 52-54.

¹³⁵ Geffcken e Häberlein 2014, 95.

¹³⁶ *Ibidem*, 96.

¹³⁷ Vd. *supra*, nota 51.

¹³⁸ Vd. cap. 3.

¹³⁹ Cf. Häberlein 2006, 55; Feldbauer 2005, 155.

vive sem elle e folga de o ter por amigo e o que elle quer acabar o tem se que se elle non fora depois de Deos que el-Rey [de Espanha (NdA)] non fora enleguido [imperador (NdA)] (...).

Elle fica grande servidor de Vosa Alteza e tenho que se elle vive que ha-de governar el-Rey melhor que ho emperador ainda que esta velho e quebrado todo que dizem non viver muito tem hua perna aberta faz grande trabalho porque tudo pasa por sua mão he de mais de 60 anos. E quanto ao cobre ao que eu pude entender e saber me parece que para se haver soma e bom que he força pasar por sua mão salvo se se descobrir algũa nova alquymea o que crerey quando vir.¹⁴⁰

A correspondência trocada entre D. Manuel I e os funcionários reais da feitoria de Antuérpia revela que a aquisição de cobre teve a mais alta prioridade, embora se note também um aumento nas compras de prata e latão efectuadas pelos feitores portugueses.¹⁴¹ Em 1515, as companhias alemãs acumularam em Antuérpia uma extraordinária quantia de prata, destinada à exportação para Portugal. No dia 29 de Maio desse ano, Lourenço Lopes escreveu a D. Manuel I: «Nestas náus para partir, foi muita prata a Lisboa, de Alemães e doutros mercadores, para comprarem pimenta, e foi tanta, que não se achavam seguradores para segurar tanta fazenda.»¹⁴² Pelas contas de J. A. Goris, a feitoria de Antuérpia exportou para a capital portuguesa, no reinado de D. Manuel I, 14 058 marcos de prata.¹⁴³ M. N. Dias realçou que o denominado capitalismo monárquico português dependia primeiramente dos fornecimentos regulares dos metais alemães adquiridos em Antuérpia:

¹⁴⁰ ANTT, CC, I-26-122 (Antuérpia, 4.2.1520) *apud* Barata 1971, doc. XXIV, 222-223 (nesta obra a autora indica, erradamente, a data de 24.2.).

¹⁴¹ Cf. a correspondência entre D. Manuel I e Silvestre Nunes, em 1515/16 (ANTT, CC, I-18-122; I-19-111), e as cartas que o *Venturoso* trocou com Tomé Lopes e Rui Fernandes de Almada no período compreendido entre 1515 e 1521 (vd. o cap. seguinte).

¹⁴² ANTT, CC, I-17-130 *apud* Freire 1920, 105.

¹⁴³ Goris 1925, 240.

A escassez de metais alemães nas Casas de Lisboa leva aos centros de resgate do ultramar uma ameaçadora retracção de negócios (...). Rompeu-se o equilíbrio rompeu-se o sistema, levando a empresa régia à falência, pois Portugal não dispunha de nenhuma outra riqueza para equilibrar uma balança comercial inteiramente deficitária.

Esse deficiente mecanismo estrutural explica, na verdade, o terrível drama dos metais alemães. O capitalismo régio português necessitava de prata e cobre para a manutenção das suas rotas atlânticas do ouro africano e das especiarias asiáticas.¹⁴⁴

Em Antuérpia entraram em contacto com os funcionários da feitoria real portuguesa, além dos mercadores-banqueiros alemães que se tinham fixado em Lisboa, outras empresas da Alta Alemanha como, por exemplo, os Haller¹⁴⁵ ou, a partir dos anos 20 do século XVI, as companhias dos Haug de Augsburgo¹⁴⁶ e dos Tucher de Nuremberga.¹⁴⁷ A *Magna Societas Alemanorum* de Ravensburgo, que era cliente tradicional dos Venezianos nos negócios referentes às especiarias, manteve também relações comerciais com Portugal, principalmente, através da sucursal de Antuérpia.¹⁴⁸

No eixo marítimo Lisboa-Antuérpia, realizavam-se praticamente todas as importações e exportações que tinham relevância no comércio luso-alemão desta época. Circulavam anualmente duas frotas portuguesas entre as duas metrópoles. A primeira chegou a Antuérpia entre Maio e Julho e a segunda nos últimos meses de cada ano. Estima-se que foram transportados entre 30 e 40 mil quintais de especiarias por ano.¹⁴⁹ No sentido inverso, vinham para Portugal as mercadorias compradas em Antuérpia,

¹⁴⁴ M. N. Dias 1963/64, vol. 2, 272-273.

¹⁴⁵ Vd. cap. 4, nota 264. Cf. Barata 1973, 107.

¹⁴⁶ Meilinger 1911, 80-83.

¹⁴⁷ StadtAN, E 29/IV Nr. 292, 1487, 1490 e 1515.

¹⁴⁸ Brunschwig 1957, 23.

¹⁴⁹ A. A. M. de Almeida 1993, 35.

sobretudo cereais e metais.¹⁵⁰ Estes produtos, oriundos geralmente da Europa Central ou Oriental, costumavam ser remetidos para os Países Baixos por via fluvial e marítima. Uma grande parte da mercadoria foi transportada no rio Vístula até Danzig, de onde fazia o caminho até Antuérpia por mar. Outra parte chegava a Brabante, via terrestre, pelo eixo Nuremberga-Frankfurt-Colónia-Antuérpia. São de destacar, portanto, no comércio luso-alemão, na era de D. Manuel I, três rotas de transporte fundamentais:

- o eixo Lisboa-Antuérpia,
- a linha marítima que ligou Danzig aos Países Baixos e
- a rota comercial terrestre entre Antuérpia e a Alta Alemanha.

Raras vezes, a mercadoria era transportada exclusivamente por terra, do Sul da Alemanha para Portugal ou no sentido inverso. Uma viagem terrestre de Nuremberga para Lisboa durava cerca de dois meses e meio, enquanto as viagens marítimas de Danzig para Antuérpia e daí para Lisboa se faziam em poucas semanas. O transporte de mercadorias ou cartas entre Lisboa e Nuremberga, via Antuérpia, costumava demorar seis a oito semanas aproximadamente.¹⁵¹

Os negócios efectuados na Alta Alemanha

O comércio luso-alemão tinha na primeira metade de Quinhentos dois focos: Lisboa e Antuérpia. Em duas ocasiões, realizaram-se negociações significantes entre os mercadores-banqueiros alemães e os representantes da

¹⁵⁰ Uma grande dimensão ganharam também as armas, que a Coroa importava através da feitoria de Antuérpia. Segundo J. A. Goris (1925, 241), chegaram a Portugal, entre 1495 e 1521, 2.047 *fusils*. Neste caso são de destacar os mercadores de Colónia que forneceram a maior parte das armas de fogo. Ao contrário dos colegas da Alta Alemanha, os comerciantes de Colónia não estiveram muito interessados na compra de especiarias. Em vez disso, ocupavam uma posição dominante nos negócios com açúcar. Cf. Gramulla 1972, 317-321; Doehard 1962, vol. 2, 235-244 e *passim*.

¹⁵¹ Jakob 2002, 80-81.

Coroa portuguesa na Alta Alemanha. Nos anos de 1515 e 1519, deslocaram-se Tomé Lopes e Rui Fernandes Almada, respectivamente, para Augsburgo e Nuremberga, para acordar contratos sobre cobre, pimenta e outras mercadorias com os responsáveis das companhias locais. As missões destes altos funcionários da feitoria de Antuérpia sublinham a importância que D. Manuel I deu às ligações com as grandes casas comerciais do Sul do Sacro Império.

A viagem de Tomé Lopes (1515)

Tomé Lopes foi, na fase da transferência da Feitoria de Flandres, o primeiro feitor português que residiu definitivamente em Antuérpia.¹⁵² O período da sua liderança, entre 1498 e 1505, coincidiu com os primeiros contactos que a Coroa portuguesa estabeleceu com os mercadores-banqueiros alemães no Escalda, destacando-se o contrato que Tomé Lopes fez com os Höchstetter em 1504.¹⁵³ Após a sua substituição como feitor, foi várias vezes encarregado de missões diplomáticas no Sacro Império. Entre 1509 e 1511, desempenhou o papel de embaixador de D. Manuel na corte imperial.¹⁵⁴ A seguir, de 1512 a 1514, ocupou uma alta posição na Casa da Índia. Deste período, constam duas cartas escritas pelo próprio Tomé Lopes, que documentam as intensas ligações da Coroa com os Fugger.¹⁵⁵ No início do ano de 1515, partiu para Augsburgo, onde se encontrou com o imperador e os responsáveis dos Fugger, Höchstetter, Welser e de outras firmas da cidade.¹⁵⁶ O conteúdo da carta que Tomé Lopes redigiu a D. Manuel I, no dia

¹⁵² Sobre Tomé Lopes e as suas relações com o Sacro Império, vd. Freire 1908, 377-380; 1920, 88-91; A. A. M. de Almeida 1994c; Kellenbenz 1974, 207-210; 1990a, vol. 1, 54-55.

¹⁵³ ANTT, CC, I-4-63 (carta de Tomé Lopes para D. Manuel I, Antuérpia, 28.2.1504). A companhia de Augsburgo vendeu cobre e latão à feitoria real e adquiriu, tal com os Fugger, especiarias que os portugueses trouxeram no mesmo ano da Índia. Vd. cap. 4.

¹⁵⁴ Cf. Freire 1920, 89; A. A. M. de Almeida 1993, 30.

¹⁵⁵ ANTT, CC, I-12-77 e I-12-108.

¹⁵⁶ ANTT, CC, I-17-126 *apud* Freire 1920, 104: «Quando passei por esta cidade pera ir ao Emperador, os governadores della e asy os Foqueres, Hostetres, Belzares e todalas outras companhias e mercadores me fizeram muyta homra e me enviaram muytos presentes; e assy o fizeram quando torney com ho Emperador.»

23 de Maio, revela a dicotomia da sua missão: era simultaneamente agente comercial e delegado diplomático do *Venturoso*. Tomé Lopes contou ao rei que foi extremamente bem recebido pelos seus anfitriões e que já tinha falado com Jacob Fugger acerca de um contrato sobre cobre e pimenta. O emissário do rei pretendia adquirir entre 5000 e 6000 quintais de cobre para a próxima armada da Índia. Jacob *o Rico* disse-lhe que tinha de falar primeiro com Maximiliano I, dado que várias minas de prata e de cobre, que a empresa explorava, pertenciam ao imperador, mas não previu grandes problemas relativamente a esta questão. Como Tomé Lopes necessitava, ainda no mesmo Verão, do cobre, Fugger assegurou que poderia fornecer cobre das minas que possuía na Hungria, no caso de o assunto se atrasar. Pouco depois, tiveram lugar novas negociações, nas quais participava agora também o tesoureiro-mor imperial, Jacob Villinger, que Lopes conhecia já de outras ocasiões. No decorrer da reunião, Jacob Fugger deu a entender que, nos seis anos seguintes, não tencionava comprar tanta pimenta como até ao presente. Por outro lado, gostaria de vender à Coroa portuguesa, anualmente, no mínimo, 5000 quintais de cobre, lembrando que este metal valia muito na Índia. Tomé Lopes concordou com esta alegação, mas esclareceu que neste Verão bastavam quatro ou cinco mil quintais de cobre. Julgou como completamente inaceitável a redução dos fornecimentos anuais de pimenta de 30 000 a 15 000 quintais, proposta por Fugger. Tomé Lopes considerou, mormente, que a revenda da pimenta tinha sido sempre muito vantajosa para os clientes alemães. Desiludido, contou ao seu rei, que tinha negociado o dia inteiro com Jacob Fugger, sem ter chegado a um consenso. Jacob Villinger encontrou-se mais tarde, novamente, com Tomé Lopes, oferecendo-lhe o seu apoio como mediador. Com a ajuda do tesoureiro imperial, o agente português queria persuadir Jacob Fugger no sentido de este vir a comprar pelo menos 20 000 quintais de pimenta anuais. Independentemente do desfecho deste negócio, Tomé Lopes prometeu ao monarca português tudo tentar para levar a bom termo o contrato concernente ao cobre. A concluir a carta, o emissário do rei referiu-se ao seu encontro com Maximiliano I. Realçou que o imperador dedicava muito

do seu tempo a recolher informações acerca da Expansão Portuguesa que, entre os alemães, despertava imensa atenção:

Ho Emperador toma gram pasatempo em saber das cousas da India, e dos rex que sam sojeitos a vosa alteza; e a por muy gram feito a guerra dAffriqua, assy no reyno de Fez, como no de Marroquos, sobre que muyto me tem perguntado tudo. Hos senhores e pouos nam ffalam em nã hũa cousa tanto, como em estas comquystas de vosa alteza.¹⁵⁷

Não se sabe como é que as negociações comerciais conduzidas por Tomé Lopes na Alta Alemanha terminaram. Em Agosto de 1515, este dirigiu de Augsburg uma última carta a D. Manuel I.¹⁵⁸ O texto era sucinto e não teve em consideração conteúdos de ordem económica, pelo que é de supor que Tomé Lopes já tivesse transmitido essas notícias anteriormente. O agente real escreveu que, antes de regressar a Antuérpia, ainda queria despedir-se do imperador, que se encontrava a caminho de Augsburg.

Retornado aos Países Baixos, Tomé Lopes adoeceu gravemente e faleceu no Verão do ano seguinte. Na função de intermédio entre o governo português e os mercadores-banqueiros alemães, seguiu-se-lhe Rui Fernandes de Almada.

A viagem de Rui Fernandes de Almada (1519/20)

Oriundo de uma família abastada de Lisboa, Rui Fernandes de Almada serviu a Coroa de Portugal, na viragem do século XV para o século XVI, em Orão e Safim, no papel de feitor. Posteriormente, a partir de 1512, este cavaleiro da casa real esteve ligado à feitoria portuguesa de Antuérpia na função de tesoureiro e, desde 1517, de escrivão. Em 1526, foi incumbido de feitor, mantendo-se no topo da feitoria nos três anos seguintes. Em 1527,

¹⁵⁷ *Ibidem*, 105.

¹⁵⁸ ANTT, *gaveta* 20, 6, n.º 24 (carta de Tomé Lopes a D. Manuel I, Augsburg, 10.8.1515). Cf. Freire 1920, 221.

era também um dos dois cônsules que representavam a nação portuguesa estabelecida em Antuérpia.¹⁵⁹

No meio desta carreira profissional ímpar, encontramos Rui Fernandes de Almada como enviado especial de D. Manuel I no Sacro Império. Desde cedo, Rui Fernandes tinha acompanhado, a partir dos Países Baixos, ao lado dos feitores Silvestre Nunes e Francisco Pessoa¹⁶⁰, as negociações com os mercadores-banqueiros alemães.¹⁶¹ Quando, em Janeiro de 1519, morreu o imperador Maximiliano I, o *Venturoso* enviou Rui Fernandes à Alemanha com o intuito de obter informações sobre a actual situação política e económica.¹⁶² De Antuérpia, viajou, no Verão de 1519, via Frankfurt, para Nuremberga.¹⁶³ No dia 18 de Setembro, mencionou, numa carta dirigida a D. Manuel I, a escassez de pimenta que tinha constatado existir nestas duas cidades.¹⁶⁴ Em Nuremberga, «escapulla de todas especearias e mercadorias d’Alemanha»¹⁶⁵ e, no entender de Rui Fernandes, a verdadeira «cabeça de toda Alemanha»¹⁶⁶, reuniu-se com vários mercadores interessados em comprar pimenta. Anotou:

(...) aquy ha muitas pequenas companhias e outras pessoas de que alguns tem cobre e folgaram de fazer quallquer contrauto asy de que o tem como os outros (...) todos estam rraivosos de averem pimenta e na verdade nunca cria ter esta terra tamta necesydade e lhe ser tam necessaria se o nom vira; aquy me vieram

¹⁵⁹ Sobre Rui Fernandes de Almada e sua missão na Alemanha, vd. sobretudo os trabalhos de M. do R. T. Barata 1971; 1973; 1990. Cf. também Kellenbenz 1974, 211-227; 1990a, 55-59.

¹⁶⁰ Silvestre Nunes esteve à frente da feitoria de Antuérpia entre 1514 e 1517, Francisco Pessoa entre 1517 e 1520. Cf. Freire 1908, 390-401.

¹⁶¹ Vd. os seguintes documentos (cartas de Rui Fernandes, redigidas em Bruxelas e Antuérpia, 6.5.1516 – 13.7.1517): ANTT, CC, I-17-120; I-21-26; I-21-62; I-21-70; I-21-78; I-21-79; I-22-29. Cf. Barata 1971, docs. VI, VII, IX, XI-XIV.

¹⁶² As cartas que Rui Fernandes enviou da Alta Alemanha a D. Manuel I foram publicadas em Barata 1971, docs. XV-XXIII.

¹⁶³ ANTT, CC, I-25-39 e I-25-41 (duas cartas de Rui Fernandes a D. Manuel I, Nuremberga, 18.9.1519).

¹⁶⁴ ANTT, CC, I-25-41.

¹⁶⁵ ANTT, CC, I-26-122 *apud* Barata 1971, 224. Vd. *supra*, nota 69.

¹⁶⁶ ANTT, CC, I-25-41 *apud* Barata 1971, 200.

jaa fallar mais de XX mercadores princepaës desta villa e doutras partes na careza da pimenta.¹⁶⁷

Os mercadores revelaram-se preocupados e espalharam-se rumores de que o enviado de D. Manuel I tinha vindo à Alemanha para «fazer partidos com ho Focoro e com as outras companhias de pimenta».¹⁶⁸ Nesta fase, Rui Fernandes não conseguiu satisfazer a vontade dos mercadores que encontrou em Nuremberga porque tinha instruções para falar primeiro com os Fugger em Augsburgo, cidade para a qual o agente português iria viajar logo a seguir. Em Augsburgo, tinham assento os mais poderosos mercadores-banqueiros alemães, entre eles, os Höchstetter, que se tinham antecipado à concorrência, procurando Rui Fernandes já em Nuremberga. O representante da companhia propôs um negócio à base da troca de cobre e pimenta. Rui Fernandes considerou a oferta vantajosa e recomendou-a ao rei, solicitando uma rápida resposta em relação a este assunto.

No dia 26 de Setembro de 1519, Rui Fernandes chegou a Augsburgo, permanecendo nesta cidade a maior parte do tempo da sua missão. Daí, redigiu nos meses seguintes as restantes cartas a D. Manuel I. A primeira, datada de 5 de Outubro, ilumina a multiplicidade das suas tarefas.¹⁶⁹ Nela, referiu-se à situação político-militar no Sul da Alemanha e contou que já se tinha reunido com o duque da Baviera perto de Ulm, mencionando que, em breve, queria visitar também a duquesa em Munique. O recrutamento dos bombardeiros, dos fundidores de metais e de outros artífices, que fazia parte da sua incumbência, apresentava-se mais complicado do que era expectável. Rui Fernandes relatou que ainda não tinha tido oportunidade de falar com Jacob Fugger, mas que já havia tirado algumas informações sobre o cobre que a firma explorava na Hungria. Disseram-lhe que nestas minas a produção tinha diminuído muito, atingindo, actualmente, apenas um terço do habitual. Por este motivo, não se poderia esperar que o

¹⁶⁷ *Ibidem*, 201.

¹⁶⁸ *Ibidem*, 200.

¹⁶⁹ ANTT, CC, I-43-96.

preço do cobre baixasse. Segundo o secretário da companhia, esta não estava interessada em comprar pimenta.

Nas cartas seguintes, Rui Fernandes referiu-se às negociações com Jacob Fugger.¹⁷⁰ Este estava disposto a fornecer, nos próximos dois anos, além dos 12 000 quintais de cobre que já haviam sido acordados anteriormente, a quantia de que D. Manuel necessitava, desde que o preço subisse de 27 para 28 soldos por quintal. Porém, da pimenta como meio de pagamento, o homem forte dos Fugger não queria saber. Rui Fernandes ficou à espera de uma decisão do seu soberano, lembrando-o que não perdesse de vista o contrato que se poderia fechar com os Höchstetter. Solicitou ao rei que guardasse segredo acerca deste assunto até Julho devido às negociações conduzidas simultaneamente com os Fugger.

Nas duas cartas¹⁷¹ que dirigiu a D. Manuel I no dia 9 de Dezembro de 1519, Rui Fernandes mostrou-se preocupado com a hesitação do rei, sobretudo, no que se referia à aprovação do que havia sido oralmente acordado com os Fugger. Lembrou a urgência do assunto, pelo que havia já escrito quatro vezes ao monarca, mais precisamente a 28 de Outubro e a 4, 16 e 29 de Novembro. O delegado do rei não temia apenas uma subida do preço do cobre, mas tinha também chegado à conclusão que, em grande quantidade, só se arranjava este metal através dos Fugger. Entretanto, Jacob Fugger lamentava ter dado a palavra ao parceiro comercial português em relação ao fornecimento do cobre. Expôs que, devido à oferta reduzida e a enorme procura de cobre no mercado internacional, já podia ter vendido, há pouco tempo, este metal por um preço não inferior a 30 soldos. Rui Fernandes comentou que Jacob Fugger era um homem que honrava a sua palavra, mesmo se soubesse que na hora seguinte poderia vir a perder dez ou vinte mil cruzados. No entanto, o grande banqueiro alemão estava a ficar impaciente, pelo que D. Manuel se devia apressar e autorizar o mais rapidamente possível a conclusão do contrato previsto. Rui Fernandes implorou ao rei neste sentido: «(...) por todas as vyas e rrazões que se podem

¹⁷⁰ ANTT, CC, I-44-3 e I-44-4 (duas cartas, datadas de 16.11.1519).

¹⁷¹ ANTT, CC, I-25-75 e I-25-76.

dar Vosa Alteza non no alarge desta vez e mande que concerte com elle». ¹⁷²
A terminar a carta, Rui Fernandes voltou a este assunto, insistindo também na questão do contrato com os Höchstetter:

Vosa Alteza pode mandar fazer o que for mais seu serviço, porem creio que se o alarga que lhe a-de custar depois XXX soldos ou mais segundo tenho entendido e ha rrazões para isto; eu com elle [= Jacob Fugger (NdA)] non faço ja mais que i-llo visitar muitas vezes e antrete-llo atee que aja rresposta. E quanto ao contrauto dos Ogasteteres folgaria que Vosa Alteza ho ouvesse por bem porque certo sam pessoas muito honradas e que merecem quallquer favor alem de serem homees que fazem muita fazenda (...) alem do seu cobre ser das minas do emperador que e muito melhor para todas cousas; do que se mais soceder sprevey a Vosa Alteza d’Osburgo oje IX dias de dezembro 1519 – Ruy Fernandez ¹⁷³

Na segunda carta ¹⁷⁴ dirigida neste dia a D. Manuel I, Rui Fernandes debruçou-se inicialmente sobre as tensões políticas no Sul do Sacro Império para voltar, a seguir, à questão do recrutamento de fundidores e artilheiros. Enquanto louvou a qualidade dos primeiros, mostrou-se mais reservado em relação aos «mestres d’artilharia». Achava mais adequado arranjar os bombardeiros na Flandres e não no interior do Império «porque estes alemães do sertão non ha rremedio mete-llos no mar». ¹⁷⁵ O delegado real encontrou-se várias vezes com Lucas Rem, que serviu de fiador na contratação dos fundidores, sublinhando a grande estima que sentia por ele. A recém-fundada empresa dos Rem estava presentemente envolvida na compra de especiarias através do seu agente Jörg Herwart, que

¹⁷² ANTT, CC, I-25-76 *apud* Barata 1971, 212.

¹⁷³ *Ibidem*, 213-214.

¹⁷⁴ ANTT, CC, I-25-75.

¹⁷⁵ *Ibidem apud* Barata 1971, 216.

representava em Portugal várias firmas alemãs. Rui Fernandes foi também contactado pela casa dos Welser. Cursaram rumores em Augsburg, segundo os quais os feitores lisboetas da companhia tinham cometido uma fraude, pelo que a gerência solicitou ao enviado português para mediar este caso delicado. Os Welser afirmaram veementemente que não tinham conhecimento de qualquer irregularidade, mas esperavam que o assunto não prejudicasse os seus negócios em Portugal. Rui Fernandes transmitiu o pedido a D. Manuel I, aconselhando «que Vosa Alteza deve de os mandar em justiça e non consentir que se faça a esta casa quallquer deshonra porque esta casa he a princepall de Alemanha depois do Focoro como Senhor sabe».¹⁷⁶ Terminou a carta com a informação que a pimenta valia na Alemanha actualmente 12 soldos e meio ou 31 dinheiros.

Aguardando uma resposta do rei, Rui Fernandes permaneceu nas semanas seguintes em Augsburg. Esta chegou apenas no dia 9 de Janeiro de 1520. Entretanto, Jacob Fugger tinha avisado que não lhe era possível enviar cobre para Antuérpia, via Danzig, pela insegurança existente nesta região causada pela guerra entre a Polónia e a Ordem Teutónica.¹⁷⁷ A 10 de Janeiro, Rui Fernandes falou com Jacob Fugger e escreveu, logo a seguir, uma última vez da Alemanha a D. Manuel I, antes do seu regresso aos Países Baixos.¹⁷⁸ O conteúdo desta carta revela que o agente do rei não tivera ainda ordem de acertar nada de concreto com os Fugger, mas de deixar tudo em aberto. Parece que Jacob Fugger não ficou descontente com a mensagem por causa dos problemas actuais referentes ao transporte do cobre para Antuérpia. Rui Fernandes foi ainda falar com os Höchstetter, realçando «quanto ao partido do Ogastetere eu lhe dise a boa vontade que Vosa Alteza lhe tinha para lhes fazer merce elles estam sempre prestes a tudo o que lhes mandar».¹⁷⁹ Em relação aos «bombardeiros e mestres d'artelharias non se poderan aver os fundedores ouve e sam ja em Frandes como

¹⁷⁶ *Ibidem*, 217.

¹⁷⁷ ANTT, CC, I-12-47 (carta de Rui Fernandes, datada de 21.12.1519).

¹⁷⁸ ANTT, CC, I-25-97.

¹⁷⁹ ANTT, CC, I-25-97 *apud* Barata 1971, 221.

lhe tenho sprito». ¹⁸⁰ Por último, Rui Fernandes informou que tencionava «partir daqui a I ou ij dias no mais tardar». ¹⁸¹ Com alguma preocupação, debruçou-se sobre a insegurança geral que se fazia sentir nas vias terrestres do Império, «de maneira que nigem pasa senon por mylagre». ¹⁸² No entender do viajante português, os frequentes assaltos tinham contribuído muito para a estagnação do comércio da pimenta na Alemanha.

Pelos vistos, a viagem de Rui Fernandes ocorreu sem incidentes dignos de menção. De Antuérpia, voltou a escrever ao rei a 4 de Fevereiro de 1520. Esta carta e as seguintes iluminam a problemática das negociações conduzidas em Nuremberga e Augsburg. ¹⁸³ Os documentos revelam que a Coroa portuguesa necessitava de grandes quantidades de cobre, insistindo, ao mesmo tempo, no despacho da pimenta como forma de pagamento, devido à escassez de dinheiro. A única empresa que se encontrava em condições de fornecer, a longo prazo, as quantidades desejadas deste metal era a dos Fugger que, por sua vez, queriam ser pagos em dinheiro e não em especiarias. D. Manuel I poderia adquirir cobre através dos Höchstetter e de outras empresas alemãs, mas temia uma ruptura nas relações com os Fugger, que, no futuro, lhe pareciam dar mais garantias. Este foi o dilema dos “negócios alemães” do *Venturoso* nos finais do seu reinado. Enquanto Rui Fernandes recomendou que se concluíssem contratos com várias empresas alemãs, que até estavam dispostas a aceitar pimenta e outras especiarias em troca do cobre, D. Manuel I, por seu turno, insistiu na sua decisão de aguardar primeiro, para somente depois fechar o negócio com a casa dos Fugger. Tal aconteceu nos primeiros meses de 1521. Em Abril desse ano, chegava aos Países Baixos a notícia de que o rei tinha acertado um contrato com os Fugger pelo qual a Coroa ia adquirir cobre, nos

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ *Ibidem*, 222.

¹⁸² *Ibidem*, 221.

¹⁸³ Cf. ANTT, CC, I-26-122; I-25-127; I-25-129; I-9-97; I-26-98; I-26-129 (cartas de Rui Fernandes a D. Manuel I, Antuérpia, 4.2. – 27.11.1520); Barata 1971, docs. XXIV-XXVI e XXVIII-XXX.

próximos três anos, ao preço de 28 soldos o quintal.¹⁸⁴ Rui Fernandes não conseguiu disfarçar uma certa desilusão, relembrando que, na altura em que se encontrava em negociações com Jacob Fugger em Augsburg, este estava temporariamente disposto a vendê-lo por 27 soldos. Como as condições de segurança na zona do Báltico melhoraram, o secretário da feitoria portuguesa estava esperançado de alcançar o cobre dos Fugger pelos referidos 27 soldos.

Esta carta, datada de 26 de Abril de 1521, é a última de que se dispõe no âmbito da correspondência muito viva, trocada entre Rui Fernandes e D. Manuel I. Apenas a partir de 1527, surgiram novamente documentos escritos por esse alto funcionário real que, entretanto, tinha atingido o topo da hierarquia na feitoria de Antuérpia. As respectivas cartas provam que Rui Fernandes continuou a recolher, ao serviço de D. João III, notícias referentes ao Sacro Império Romano-Germânico.¹⁸⁵

¹⁸⁴ ANTT, CC, I-27-3 (carta de Rui Fernandes a D. Manuel I, Bergen-op-Zoom, 26.4.1521); Barata 1971, doc. XXXII.

¹⁸⁵ Vd. as seguintes cartas redigidas, em Antuérpia, entre 6.1.1527 e 12.6.1530: ANTT, CC, I-35-64; I-35-87; I-19-12; I-45-36. Publicadas em Barata 1971, docs. XXXIII-XXXVI.

CAPÍTULO 6

OS MERCADORES-BANQUEIROS ALEMÃES E AS REPERCUSSÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES NA ALEMANHA

Os mercadores-banqueiros alemães que estiveram envolvidos no comércio ultramarino na viragem do século XV para o século XVI esforçaram-se por recolher notícias referentes às expedições marítimas dos povos ibéricos para, deste modo, filtrarem informações valiosas acerca de determinados locais no além-mar. Interessaram-lhes, particularmente, novas sobre as populações, actividades comerciais e possibilidades económicas nas terras recém-descobertas, bem como as lutas pelo domínio colonial no ultramar.¹ As companhias alemãs exigiam informações detalhadas sobre todos estes aspectos dos seus feitores e agentes comerciais. Na medida em que o conteúdo das cartas que chegavam às sedes das companhias era confidencial, os pormenores que diziam respeito aos negócios das empresas não saíam para o exterior. No entanto, outras partes, sobretudo aquelas que se referiam aos aspectos políticos, geográficos ou etnográficos da Expansão Europeia, espalharam-se rapidamente nos centros económicos do Sacro Império, despertando a curiosidade da população. As novidades eram divulgadas na forma de *Zeitung*.² Estas notícias e as cópias manuscritas de

¹ Werner 1975, 14.

² O termo *Zeitung* não significa no alvorecer da Modernidade, como actualmente, jornal, mas sim notícia, nova ou novidade. Cf. *ibidem*, 5-6 e 44-45; Sporhan-Krempel 1968, 16; Jakob 2002, 78; Hendrich 2007, 218-219; Ramalheira 2002, 109-113.



algumas cartas, que se referiam à temática dos Descobrimentos, caíam, por vezes, nas mãos de tipógrafos, que as transformavam em *Neue Zeitungen* ou “novas gazetas”. Mediante estes folhetos impressos, distribuíam-se as notícias espectaculares que chegavam do além-mar, atingindo, assim, um maior espectro de leitores no Sacro Império. Segundo M. Ehrhardt, os

(...) panfletos ou folhetos noticiosos, de 4 a 16 páginas, (...) os percursos não periódicos dos jornais modernos, vendiam-se nas aldeias e cidades, nas feiras e nos mercados, em albergues e tabernas, em frente de igrejas e universidades e dirigiam-se à grande massa do povo, uma vez que sempre havia alguém capaz de os ler aos analfabetos interessados. (...)

Não é de admirar que as notícias sensacionais das viagens marítimas e dos descobrimentos portugueses tivessem servido de tema para várias publicações esporádicas deste género.³

Em suma, enquanto até ao fim do século XV o acesso a informações sobre os Descobrimentos estava limitado a um número muito restrito de pessoas, no qual se contavam, em especial, mercadores e eruditos, a partir do século XVI, uma camada mais alargada da população vem também a ter conhecimento das viagens de descoberta, devido ao desenvolvimento da imprensa noticiosa na Alemanha. Este meio de comunicação foi fundamental na divulgação das «coisas maravilhosas e até agora nunca vistas»⁴ referentes à Expansão Europeia no início de uma nova era da informação.⁵

A partir de 1504, algumas tipografias alemãs começaram a centrar a sua atenção sobre assuntos relacionados com a Expansão Portuguesa.⁶ Para o crescente interesse nas empresas ultramarinas de Portugal, devem

³ Ehrhardt 1980, 14.

⁴ M. dos S. Lopes 1998a.

⁵ Jakob 2002, 78.

⁶ Sobre as gazetas e panfletos que circularam na Alemanha, com notícias acerca das empresas marítimas portuguesas, cf. Ehrhardt 1966; 1980, 14-16; 1989, 115-124; Faria 1990; Franzbach 1970, 146-147.

ter sido decisivas as novas que circularam na Alemanha em torno da participação de algumas casas comerciais de Augsburgo e de Nuremberga numa viagem à Índia em 1505. Por este motivo, não é de estranhar que tenha sido exactamente nessas duas cidades da Alta Alemanha que surgiram os primeiros folhetos impressos que continham notícias sobre as viagens dos portugueses para a América e Ásia. Entre estes, encontra-se a impressão da famosa carta *Mundos Novos*⁷ que se refere à viagem que Américo Vespúcio efectuou ao serviço de Portugal para o Brasil. A gazeta surgiu em Augsburgo em 1504 e, um ano depois, foi publicada uma tradução alemã nas cidades de Nuremberga e Basileia com o título *Von der new gefunnde Region die wol/ ein welt gennent mag werde* («Da região recém-descoberta a que bem se pode chamar um mundo»)⁸. Um outro opúsculo, que foi publicado em Nuremberga em 1505, informou o leitor interessado sobre «o melhor caminho marítimo de Lisboa para Calicut», com uma referência especial ao comércio ultramarino português.⁹

A maior parte das gazetas que reportaram acontecimentos acerca dos Descobrimentos Portugueses, na primeira década do século XVI, foi impressa em Nuremberga, nomeadamente, nas oficinas de Wolfgang Hueber,

⁷ *Mundus Nouus de natura & moribus & ceteris id generis gentis que in nouo mundo opera & impensis serenissimi Portugallie Regis super idibus annis inuento [...]*, Augsburgo: Johannes Otmar, 1504.

⁸ a) *Von der new gefunnde Region die wol/ ein welt gennent mag werde. Durch den Christlichen Kuenig von Portugall wunderbarlich erfunden*, Nuremberga: Wolfgang Hueber, 1505.

b) *Von der neü gefunden Region so wol ein welt genempt mag werden/ durch den Cristêlichen künig/ von Portigal/, wunderbarlich erfunden*, Basileia: Michael Furter, 1505.

O conteúdo deste folheto alcançou uma ressonância notável na Europa. Apareceram até meados do século XVI aproximadamente 50 edições deste texto que suscitou nos leitores particular interesse dada a descrição dos selvagens e canibais que Vespúcio recria nas suas palavras. Esta imagem verdadeiramente negativa do “índio-bárbaro” influenciou terminantemente a ideia geral que os europeus tinham da população indígena da América e que se manteve durante séculos. Cf. *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 833; Briesemeister 2003, 16-17.

⁹ *Den rechtêweg auß zu faren von Lißbona gen Kallakuth, vñ meyl zu meyl. Auch wie der kunig von Porttigal yetz newlich vil galeen vñ naben wider zu ersuchen vnd bezwingen neue land vnnd jnsellen durch kallakuth in Indien zu faren. Durch sein haubtman also bestellt als hernach getruckt stet gar von seltzsamen dingen*, Nuremberga: Johannes Weissenburger, s.d. [por volta de 1506].

Johannes Weissenburger¹⁰ e Georg Stuchs¹¹ entre outras.¹² Um excelente exemplo de um folheto impresso, à base de informações transmitidas por mercadores alemães, é a *Copia der Newen Zeytung auß Presillg Landt*, ou seja, a «Cópia da nova gazeta da terra do Brasil» que surgiu, por volta de 1515, em Augsburgo e Nuremberga em três edições.¹³ A *Copia der Newen Zeytung auß Presillg Landt* trouxe a sensacional notícia que se havia encontrado, no âmbito de uma expedição portuguesa que tinha por fim a exploração da costa oriental da América do Sul, uma passagem do Oceano Atlântico para o Oceano Pacífico. Esta nova insinuava, portanto, a descoberta de um caminho marítimo para Malaca e para a Índia por via ocidental, o que era evidentemente uma informação falsa. Na realidade, a expedição alcançou, navegando em direcção para sudoeste, ou o Golfo de San Matias, na actual Argentina ou, ainda mais provavelmente, apenas a margem norte da larga

¹⁰ *Geschichte kurtzlich durch die von Portugalien jn India/ Morenland/ vnd andern erdrtrich*, Nuremberga: Johannes Weissenburger, 1507.

O conteúdo baseia-se numa relação enviada por D. Manuel I ao cardeal Alpedrinha para o informar acerca da expedição de D. Francisco de Almeida. O documento foi impresso por Johann Besicken em Roma, em primeira edição, a 7 de Novembro de 1506. Em 1507, foi publicado, em Colónia, por Johannes Landen, e, em Nuremberga, por Johannes Weissenburger sob o título *Gesta proxime per Portugalenses in India, Ethiopia et aliis orientalibus terris*. Este opúsculo foi, em 1958, editado (facsimile e trad. port.) por J. P. da Costa. Cf. Sylva 1971, 219-221; Andrade 1972a, vol. 1, 433-435.

¹¹ 2ª edição da gazeta *Den rechtêweg auß zu faren von Lißbona gen Kallakuth*, s.d. [por volta de 1508] (vd. *supra*, nota 9). Cf. *From Lisbon to Calicut* 1956.

Stuchs imprimiu também, em 1508, o livro *Newe unbekandte landt, und eine neue weldte in kurtz vergangener zeyte erfunden*, uma valiosa colecção de relatos sobre algumas grandes viagens de descobrimento europeias. Trata-se de uma tradução alemã do médico nuremberguês Jobst Ruchamer da obra *Paesi nuovamente ritrovati*, compilada pelo cosmógrafo italiano Alessandro Zorza e editada, em 1507, por Fracanzano da Montalboddo em Vicenza.

¹² *Ein abschrift eines sandtbriefs so unserm allerhayl. Vater dem Bapst Julio dem andern gesandt ist von herren Emanuel, Kunig zu Porthogal, etc. an dem zwelfften Tag des Brachmonds, im 1508 jare, von wunderbarlichen raysen und schieffarten, und eroberung landt, stet und merckt, auch grosser manschlachtung der hayden*, Nuremberga: s.ed., 1508.

¹³ a) *Copia der Newen Zeytung auß Presillg Landt*, s.l., s.d. [Nuremberga: H. Höltzel].

b) *Copia der Newen eytung [sic!] ausz Presilg Landt*, s.l., s.d. [Augsburgo: Erhard Öglin].

c) *Copia der Newen Zeytung ausz Presilg Landt*, s.l., s.d. [Augsburgo: Erhard Öglin].

BSB, Rar. 613. Cf. *Tidings out of Brazil* 1957; Häbler 1895; Bockwitz 1920; Franzbach 1970, 156-165; Pohle 2003b (com uma trad. port. do documento no anexo).

baía do Rio da Prata.¹⁴ Esta e outras notícias como, por exemplo, referentes à existência de ouro e prata em abundância no Brasil e acerca da elevada idade que atingiam os índios (que supostamente viveriam até aos 140 anos!), devem ter provocado um enorme espanto nos leitores da *Copia*. Resta esclarecer como terão as notícias chegado à Alemanha. Pelo conteúdo da gazeta, um dos navios portugueses¹⁵ que se encontrava na viagem de regresso, fez escala na costa madeirense para reabastecer, mais precisamente no dia 12 de Outubro de 1514. Nesta altura, vivia no arquipélago um alemão, provavelmente, um agente comercial ligado aos mercadores-banqueiros de Augsburg¹⁶ que recolheu algumas informações através do piloto do navio. O alemão afirma que o piloto era seu «muito bom amigo e também o mais célebre que o rei de Portugal tem. Esteve também muitas vezes na Índia».¹⁷ Não sabemos quem se esconde por detrás deste navegador português que narrou, durante a estadia na Madeira, pormenores da sua viagem. Certo é, no entanto, que o residente alemão elaborou alguns apontamentos sobre esta empresa marítima e enviou-os, via Antuérpia¹⁸, à Alta Alemanha onde finalmente foram para o prelo. Permanece igualmente em aberto a questão se as notícias do remetente anónimo

¹⁴ Esta baía foi já alcançada em 1511/12 pelos portugueses Estêvão Fróis e João de Lisboa. Quatro anos depois, uma expedição castelhana, sob o comando do navegador português João Dias de Solis, chegou ao Rio da Prata. Sobre o problema da descoberta da região do Rio da Prata, cf. Triás 1973; F. N. de Carvalho 1994; Werner 1975, 21-23; Kellenbenz 1976/77, 305-306.

¹⁵ Segundo o autor, dois navios faziam parte da expedição. Foram armados pelo mercador burgalês Cristóbal de Haro e por um certo *Nono*, que pode ser identificado como D. Nuno Manuel, guarda-mor do rei D. Manuel I.

¹⁶ Uma análise linguística efectuada por H. Kellenbenz (1976/77, 305) teve por resultado que o escritor da notícia deveria ser oriundo da Suábia, dado ter utilizado expressões tipicamente provenientes desta região. Consequentemente, a pista conduz à cidade de Augsburg. Alguns historiadores quiseram identificar o autor como um agente comercial dos Welser que, como sabemos pelo diário de Lucas Rem, possuíam na viragem da primeira para a segunda década do século XVI uma feitoria na ilha da Madeira. Cf. Kellenbenz 1990a, vol. 1, 150; Werner 1975, 22.

¹⁷ BSB, Rar. 613-1: «*Der Pilot* (...) *ist mein fast güt frewndt. Jst auch der berümbtest so in der konig von Portugal hat. Jst auch etlich Rayß in India gewesen*».

¹⁸ Cf. o título do manuscrito encontrado por K. Häbler (1895) no antigo arquivo dos Fugger: «*Zeitung so ain schiff pracht hat, so von portugall aussgefarn ist, das presill landt ferrer dann man vor sein wissen hat zn diskopiren vud Am widerkerren Inn yla de madera zukommen ist von ainem guten freundt aus madera gen Anntorf [= Antuérpia (NdA)] geschryben worden*».

foram impressas na sua forma original ou talvez substancialmente alteradas para alcançar um maior número de vendas. Seja como for, a *Copia der Newen Zeytung auß Presillg Landt* não causou apenas furor na Alemanha, mas propagou-se também noutras partes da Europa. Na perspectiva de T. G. Werner, estas novas sensacionais influenciaram fortemente a recepção dos Descobrimentos no Ocidente.¹⁹ O globo de Johannes Schöner, fabricado em Nuremberga em 1515, constitui um exemplo ilustrativo da importância relevante da *Copia*, no que se refere à transformação operada pelas notícias vindas das colónias portuguesas para a construção de uma nova imagem do mundo.²⁰

Um dos principais informadores dos mercadores-banqueiros alemães quanto aos acontecimentos relacionados com a expansão marítima de Portugal foi Valentim Fernandes.²¹ Esta personagem não se notabilizou apenas pelas suas obras tipográficas, mas também pela colecção de escritos e notícias acerca das viagens dos Descobrimentos e pela sua transmissão a eruditos e mercadores na Alemanha. Em 1494, encontramos Valentim Fernandes em Évora na companhia de Hieronymus Münzer a quem serviu de intérprete na corte portuguesa.²² Logo a seguir, inicia a sua brilhante carreira de impressor em Portugal. Paralelamente, dedica-se à recolha de documentos referentes à Expansão Portuguesa. É de mencionar neste contexto, uma vez mais, o *Manuscrito Valentim Fernandes*.²³ Esta preciosa colecção contém, entre outras fontes²⁴, o relato do navegador português

¹⁹ Werner 1975, 22-23.

²⁰ Sobre os globos de Schöner, cf. Ghillany 1842, 13-18; Andrade 1972a, vol. 2, 872-873; Harrisse 1969, 484-487, 506-508; *Focus Behaim-Globus* 1992, vol. 2, 671-674; Bagrow 1951, 111; Briesemeister 2004, 735.

²¹ Sobre Valentim Fernandes e o seu fascínio pela Expansão Portuguesa, cf. M. dos S. Lopes 1990, 223-224; 1996; A. F. da Costa 1939; Andrade 1972a, vol. 1, 354-355 e *passim*; Jüsten 2007; Pintassilgo 1994; J. B. de Carvalho 1985a; Böhme 1962, 3-11; Pohle 2000, 219-227. Para mais literatura, vd. cap. 2, nota 70.

²² Cf. cap. 2, nota 72.

²³ Vd. cap. 1, nota 125.

²⁴ A colecção foi composta entre 1506 e 1510, aproximadamente, e contém documentos redigidos em latim e em português. Os escritos – parcialmente textos fragmentários – não estão organizados por ordem cronológica o que dificultou uma classificação exacta das fontes. A. A. B. de Andrade

Diogo Gomes *De prima inuentione Guinee*. No proémio do texto, o nome de Martin Behaim é expressamente referido: «*Quam inuentionem retulit Dioguo Gomez, almoxeriff palacii Sinterii, Martino de Bohemia inclito militi alemano*» [«O seu descobrimento relatou-o Diogo Gomes, almoxarife do Paço de Sintra, a Martim da Boémia, ilustre cavaleiro alemão»].²⁵ Existem dúvidas sobre a identidade do autor do proémio do texto: Martin Behaim, Diogo Gomes ou o próprio Valentim Fernandes?²⁶ Ignoramos também quando e em que circunstâncias o texto terá chegado às mãos do tipógrafo moravo, mas é bem possível que Martin Behaim e Valentim Fernandes estivessem em contacto quando ambos viviam em Portugal. Encontramos, portanto, já em finais do século XV, o reconhecido impressor ligado ao círculo dos humanistas e mercadores de Nuremberga. Estes vínculos e as competências linguísticas de Valentim Fernandes devem ter influenciado, em

(1972a, vol. 1, 533) dividiu os documentos em dois blocos temáticos, ou seja, numa série «africana» e noutra «oriental». Em conformidade com este esquema, a série «oriental» inclui:

- o relato de Hans Mayr, provavelmente ditado por Fernão Soares, sobre a expedição à Índia em 1505/06, referenciado no cap. 3 («Da viagem de dom francisco dalmeida primeyro visorey de India. E este quaderno foy trelladado da nao sam raffael em q hia hanz mayr por escriuam da feytoria. E capitam fernam suarez. Viagem e cousas de dom francisco viso rey de India escrito na nao sam raffael do porto, capitam fernam suarez», cf. Baião 1940, 13-24);
- uma descrição de um autor anónimo acerca da «Índia» e «Das ylhas de Dyue [= Maldivas]» (*ibidem*, 27-32).

A «africana» contém:

- uma descrição da costa africana, de Ceuta à Serra Leoa, à base dos testemunhos de navegadores portugueses («Çepta cidade em ho estreito herculeo em frõnte de Gybraltar», *ibidem*, 33-96 e *passim*);
- uma relação histórico-geográfica de diversos arquipélagos e ilhas atlânticas (Canárias, Madeira e Porto Santo, Açores, Cabo Verde, São Tomé e Ano Bom) com mapas desenhados pelo próprio Valentim Fernandes («Das Ylhas do mar oceano», *ibidem*, 25, 97-131 e *passim*);
- um sumário da Crónica de Gomes Eanes de Zurara («Cronica da Guiné», *ibidem*, 133-186);
- o – já referido – «Relato Behaim-Gomes» («De prima inuentione Guinee», *ibidem*, 187-207);
- um roteiro para a navegação da Galiza a São Jorge da Mina («Este liuro he de rotear...», *ibidem*, 209-231).

Para esta temática, cf. também: *Códice Valentim Fernandes* 1997; *Archivo dos Açores* 1878, 143-152; Andrade 1972a, vol. 1, 532-555 e *passim*; A. F. da Costa 1939, 33-43; J. B. de Carvalho 1953; Schmeller 1847, 14-73; Kunstmann 1856; 1862; Hendrich 2007, 197-217.

²⁵ Nascimento 2002, 50-51. Cf. Baião 1940, 187.

²⁶ Nascimento 2002, 12-24.

Fevereiro de 1503, a sua nomeação para tabelião e corrector dos mercados alemães em Lisboa. Em Maio do mesmo ano, remeteu para a Alemanha notícias da viagem de Pedro Álvares Cabral. Este documento, conhecido como «o Auto notorial de Valentim Fernandes»²⁷, tem o título *Navigatio Portugallensium ultra aequinoctialem Circulum* e contém uma breve descrição da população autóctone e da flora e fauna da Terra de Vera Cruz, fornecendo também informações sobre alguns produtos exóticos que os portugueses importavam. As notícias foram encaminhadas para Conrad Peutinger, que as juntou com outros documentos sobre os Descobrimentos. Dado o seu grande valor, esta colecção foi designada por um dos biógrafos do humanista alemão como única na Alemanha no início do século XVI.²⁸ B.Greiff encontrou os documentos no espólio de Conrad Peutinger, na *Staats- und Stadtbibliothek* em Augsburg²⁹, e publicou-os em 1861 juntamente com o *Tagebuch des Lucas Rem.*³⁰ Desta colecção, fazem parte os seguintes escritos:

- I. a tradução alemã de um «relato sucinto do mundo novo do ano de 1501» acerca da viagem de Américo Vespúcio com Gonçalo Velho ao Brasil;³¹
- II. uma relação sobre a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia;³²
- III. um relato, datado de 27 de Junho de 1501, referente à expedição de Pedro Álvares Cabral;³³

²⁷ Andrade 1972b, 521-545.

²⁸ Lutz 1958, 54.

²⁹ Staats- und Stadtbibliothek Augsburg, 2º Cod. Aug. 382^a. *Zu Konrad Peutingers Literar. Nachlass*, 1.

³⁰ «Briefe und Berichte» 1861.

³¹ *Ibidem*, 113-119: «Kurzer Bericht aus der neuen Welt vom Jahre 1501. Reise des Alberici Vespuccj».

³² *Ibidem*, 120-128: «Reise des Vasco de Gama. 9. Juli 1497». Trata-se aqui de uma versão alemã de uma carta redigida pelo mercador genovês Girolamo Sernigi (Lisboa, 10.7.1499). Cf. Andrade 1972a, vol. 1, 212-214.

³³ «Briefe und Berichte» 1861, 129-132: «Bericht über die Expedition des Admirals Pedro Alvarez Cabral ddo. 27. Junio 1501». Trata-se possivelmente de uma tradução alemã de um texto italiano de autor anónimo.

- IV. uma carta sobre a segunda viagem de Vasco da Gama à Índia, traduzida do italiano para o alemão, por Conrad Peutinger e Christoph Welser, seu cunhado;³⁴
- V. o relato de Francisco de Albuquerque, escrito na Índia no dia 27 de Dezembro de 1503, acerca da primeira parte da expedição portuguesa de 1503/04;³⁵
- VI. o fragmento de uma carta dirigida a Augsburg, também sobre a viagem à Índia em 1503/04;³⁶
- VII. uma descrição do percurso da armada de Lopo Soares de Albergaria, de Lisboa para Calicut, em 1504;³⁷
- VIII. uma «carta comercial» de Anton Welser a Conrad Peutinger (Augsburgo, 11.12.1504), com um trecho de uma carta que havia chegado dois dias antes a Augsburg, sendo este último redigido, a 18 de Novembro de 1504, em Antuérpia, por um agente comercial dos Welser;³⁸
- IX. a cópia de um relato sobre a viagem de D. Francisco de Almeida à Índia em 1505;³⁹
- X. uma carta de Conrad Peutinger ao secretário de Maximiliano I, Blasius Hölzl, datada de 3 [sic] de Janeiro de 1505;⁴⁰

³⁴ *Ibidem*, 133-138: «Brief von der Portugalesischen Meerfahrt ddo. 30. März 1503. Aus dem Longobardischen ins Deutsche übersetzt von Dr. Conrad Peutinger, und Christoph Welser, seinem Schwager. Vasco de Gama zweite Reise nach Indien 1. April 1502».

³⁵ *Ibidem*, 139-157: «Reisebericht des Franciscus Dalberquerque vom 27. December 1503 † 1504 †». Vd. cap. 3, nota 34.

³⁶ *Ibidem*, 158-159: «Auszug eines Briefes aus Lissabon ddo. 10. October 1504 nach Augsburg geschrieben». Uma trad. port. do documento em Z. Biedermann 2002, 152-153.

³⁷ «Briefe und Berichte» 1861, 160-162: «Beschreibung der Meerfahrt von Lissabon nach Calacut vom Jahre 1504».

³⁸ *Ibidem*, 163-166: «Handels-Brief Anthoni Welsers ddo. Augsburg 11. December 1504 an Doctor Conrad Peutinger und Auszug eines Briefes der Welser Comp^a. in Antorff, ddo 18. Novbr. 1504». Vd. cap. 3 (nota 47) e cap. 5 (notas 42-43).

³⁹ *Ibidem*, 167-170: «Bericht einer Reise vom Jahr 1505. Unter Franciscus Almeida, Vice-Re». Vd. cap. 3, nota 61.

⁴⁰ *Ibidem*, 171: «Ein Brief Dr. Conrad Peutingers an den Kaiserl. Secretär Blasius Hölzl ddo. 3. Januar 1505». É de notar que a carta foi redigida no dia 13 de Janeiro de 1505 e não, como consta na edição de B. Greiff, no dia 3 de Janeiro. Cf. König 1923, 49-50.

XI. um trecho de uma carta de Valentim Fernandes a Conrad Peutinger, redigido, em Lisboa, no dia 16 de Agosto de 1505.⁴¹

A última fonte mencionada prova que Conrad Peutinger recebeu algumas informações referentes à Expansão Portuguesa, directamente de Valentim Fernandes.⁴² Nesta carta⁴³, o ilustre impressor comunicou a partida da armada de D. Francisco de Almeida e os alegados objectivos estratégicos desta expedição. Segundo Valentim Fernandes, o vice-rei teria recebido ordens para submeter o samorim de Calicut e de erguer três fortalezas, nomeadamente em Sofala, na ilha de Angediva e no Golfo de Adem para proteger melhor os navios portugueses no caminho para Meca e para o Cairo. Além disso, reportou o regresso de dez naus vindas da Índia, no dia 22 de Julho, constatando que Peutinger, certamente, já saberia disso. Isso significa que, para Valentim Fernandes, não havia dúvidas de que os agentes comerciais dos Welser já tinham transmitido estas informações para Augsburgo. O tipógrafo alemão despediu-se, mandando cumprimentos para Anton Welser e anunciando, para breve, o envio de uma «genealogia da imperatriz».⁴⁴ Nos anos seguintes, Valentim Fernandes dedicou-se primeiramente à colecção de manuscritos, que é hoje conhecida por *Manuscrito Valentim Fernandes*. No período compreendido entre 1506 e 1510, não saiu nem um único livro da sua oficina de Lisboa.⁴⁵ O tipógrafo afastou-se temporariamente da capital portuguesa, provavelmente, devido aos surtos de peste. No Verão de 1506, encontramos-lo na corte portuguesa em

⁴¹ «Briefe und Berichte» 1861, 172: «Auszug eines Briefes des Valentinus Moravus an Dr. Conrad Peutinger aus Lissabon vom 16. August 1505».

⁴² Os documentos VI. e IX. podem derivar também de Valentim Fernandes ou então de um dos agentes comerciais que as empresas alemãs empregaram em Lisboa.

⁴³ O conteúdo integral da carta em König 1923, 56-58.

⁴⁴ Valentim Fernandes escreveu (*apud* König 1923, 58): «Genealogiam serenissimae imperatricis augustae tibi in brevi mittam.» O termo «imperatriz» não se refere à esposa de Maximiliano I, mas à falecida mãe do imperador, D. Leonor. De facto, Valentim Fernandes enviou pouco depois uma genealogia dos reis e príncipes dos reinos ibéricos, genealogia esta que foi, certamente, solicitada pelo próprio imperador. Sobre o conteúdo da segunda carta, não datada, vd. *ibidem*, 58-59.

⁴⁵ A. Anselmo 1981, 183.

Tomar⁴⁶ e dois anos depois participa na companhia de «muy honrrados fidalgos, caualleyros e escudeyros»⁴⁷ numa campanha militar dos portugueses em Marrocos que teve como objectivo a reconquista de Arzila. Entretanto, continuou a transmitir para a Alemanha informações relacionadas com a Expansão Portuguesa. Enviou para Augsburgo um exemplar da *Epistola ad Summum Romanum Pontificem*, uma carta, originalmente dirigida por D. Manuel I ao papa Júlio II, que Valentim Fernandes tinha impresso em 1505.⁴⁸ O exemplar traz a dedicatória: «*Doctori eximio Conrado Paytinger dño meo. S. Valentinus Morauus*».⁴⁹ Ao que parece, Conrad Peutinger, em nítido contraste com a postura de Valentim Fernandes, pouco fez para divulgar as notícias recolhidas. Alguns contemporâneos do *Stadtschreiber* de Augsburgo, entre eles, Damião de Góis, queixaram-se que Peutinger cuidava do seu «livro lusitânico» como um tesouro, não querendo emprestar o volume a ninguém, apesar de não entender a língua portuguesa.⁵⁰

De Valentim Fernandes, existem mais duas cartas, ambas destinadas a Nuremberga. A primeira data de 26 de Junho de 1510⁵¹ e é dirigida ao seu «compadre» Stefan Gabler.⁵² O empregado dos Höchstetter e antigo feitor desta casa comercial em Lisboa tinha solicitado ao seu amigo «*newe mer von India*» [«novas histórias da Índia»].⁵³ O conteúdo da carta de Valentim Fernandes revela que este tinha enviado anteriormente outras cartas a Stefan Gabler. Como o remetente teve dúvidas se estas tinham, de facto, chegado

⁴⁶ Cf. *ibidem*, 183-184; Hendrich 2007, 199.

⁴⁷ BSB, *Cod. hisp.* 27, Fol. 337.

⁴⁸ Cf. Hendrich 2007, 135-136 e 262; Lutz 1958, 55.

⁴⁹ A. Anselmo 1981, 183. Cf. Faria 1977, 153-154.

⁵⁰ Feist-Hirsch 1987, 39 (nota 14). Cf. Ehrhardt 1989, 36-38; Kellenbenz 1990a, vol. 1, 511.

O citado *Liber Lusitanicus* corresponde ao *Manuscrito Valentim Fernandes* que chegou à biblioteca de Conrad Peutinger em data incerta. Y. Hendrich (2007, 214-215) supõe que os textos desta colecção tenham chegado pouco depois da morte de Valentim Fernandes, de forma solta, a Conrad Peutinger que os deixou encadernar.

⁵¹ Vd. cap. 3, nota 82.

⁵² Desconhecemos, não obstante esta expressão, qualquer ligação entre as famílias de Valentim Fernandes e Stefan Gabler.

⁵³ GNM, *Rst Nürnberg*, XI, 1d, Fol. 1. Sobre o conteúdo da carta, cf. Andrade 1972a, vol. 2, 672-675; Pohle 2000, 224-226; Hendrich 2007, 232-238; Jakob 2002, 76.

ao destinatário, repetiu algumas das notícias já anteriormente fornecidas. Deste modo, as informações transmitidas por Valentim Fernandes referem muitos detalhes sobre as operações militares dos portugueses no Índico, desde a expedição de Tristão da Cunha ao regresso de um dos navios da frota de D. Fernando Coutinho, no dia 24 de Junho de 1510, ou seja, dois dias antes da redacção da carta. Relativamente a este acontecimento mais actual, o autor realça que «veio de Índia um navio de 400 tonéis, da armada do marechal, carregado com pimenta e imensas pequenas especiarias, sobretudo canela».⁵⁴ Ao despedir-se, Valentim Fernandes anunciou o envio de um mapa actualizado do Oceano Índico, «da costa da Índia até Malaca com indicação de distâncias e ilhas»⁵⁵, mencionando que ainda queria falar com os pilotos que naquela altura andavam muito ocupados junto do rei. Ignoramos se este mapa e outras cartas alguma vez foram encaminhados para Stefan Gabler, mas é de crer que a correspondência trocada entre ele e Valentim Fernandes tivesse continuado. De acordo com Y. Hendrich, tudo indica que foi Stefan Gabler quem posteriormente mediou o contacto entre o impressor morávo e o humanista Willibald Pirckheimer⁵⁶, correspondendo, assim, a um pedido expressamente formulado por Valentim Fernandes. Este solicitara a Gabler que lhe estabelecesse contacto «com um homem erudito que entenda de astronomia e cosmografia» que pudesse substituir o seu «caro doutor Jerónimo [Monetário (NdA)]», falecido em 1508.⁵⁷ A afirmação insinua que havia antes uma viva troca de ideias entre Valentim Fernandes e Hieronymus Münzer. Lamentavelmente, não se preservaram outros documentos que poderiam iluminar esta questão. Existe, no entanto, uma cópia, em língua italiana, de uma carta de

⁵⁴ GNM, Rst Nürnberg, XI, 1d, Fol. 2v.: «ist ayn schiff auß India komen von 400 tonel von der armada des mareschal mit piper vnd etlich klayn spetzaray su[n]der canel».

⁵⁵ *Ibidem*, Fol. 3: «Vnd so wil ich euch die kost von India schicken biß yn malacka vnd die mayl mit den aylanden».

⁵⁶ Hendrich 2007, 239-241.

⁵⁷ GNM, Rst Nürnberg, XI, 1d, Fol. 3: «Ist mayn fruntlich bit (...) mich etwa ku[n]th machen mit aynem gelerten man dem vol say in der astronomay vnd kosmographay saynd daß ich maynen guten doctor Jeronimo [= Hieronymus Münzer (NdA)] verloren hab».

Valentim Fernandes enviada a um familiar ou amigo em Nuremberga no Verão de 1515.⁵⁸ A carta, que inclui uma descrição geográfica do espaço índico, do Mar Vermelho à China, e informações acerca da construção de uma fortaleza em Sofala, inicia-se da seguinte maneira:

Caríssimo irmão. Aos 20 dêste mês de Maio, de 1515, chegou aqui a Lisboa, cidade nobilíssima de tôda a Lusitânia, empório no presente excelente, um animal chamado pelos gregos *rinoceros* e pelos índios *ganda*, mandado pelo poderosíssimo rei da cidade de Combaya da Índia, para presentear a êste sereníssimo Manuel, rei de Portugal, o qual animal, no tempo de Pompeu Magno foi mostrado com outros animais aos romanos, em seus jogos, como diz Plínio.⁵⁹

Segue-se uma descrição pormenorizada da ganda de Cambaia e da sua luta com um elefante, encenada no Terreiro do Paço no dia 3 de Junho seguinte, que grande espanto causou na população lisboeta, que assistiu o espectáculo. Valentim Fernandes juntou à sua carta um desenho do imponente animal. Este esboço chegou a Nuremberga, às mãos de Albrecht Dürer, que o transformou na sua famosa xilogravura «1515 RHINOCERVS».⁶⁰ A imagem impressa despertou tanto interesse na Alemanha, que apareceram, num curto espaço de tempo, oito edições do «rinoceronte».⁶¹

H. Lutz encontrou no espólio de Conrad Peutinger, em Augsburgo, uma variante em latim da referida carta de 1515.⁶² De acordo com o historiador alemão, este escrito, intitulado «*Descriptio Indiae*», foi redigido pelo

⁵⁸ A carta não indica a data, nem o destinatário («caríssimo irmão»). Existe uma trad. port. do documento: A. F. da Costa 1937, 29-36. De acordo com o mesmo autor, a carta foi redigida depois de 3 de Junho e antes de finais de Julho de 1515. Cf. Andrade 1972a, vol. 2, 772-775.

⁵⁹ A. F. da Costa 1937, 29.

⁶⁰ GNM, Inv. Nr. H 5582, Kapsel 15 a. Cf. Strasen e Gândara 1944, 155-158; Albrecht Dürer 1971, 310; Massing 1991; Kraus e Ottomeyer 2007, 530-531.

⁶¹ Cf. Kellenbenz 1967, 480. Sobre a história do rinoceronte, vd. A. F. da Costa 1937; Bedini 1997, 111-136.

⁶² BSB, Clm 4026, Fol. 170-172. Cf. Lutz 1958, 55-56.

próprio Peutinger. Pelos vistos, Valentim Fernandes enviou, nesta ocasião e talvez noutras, as mesmas informações simultaneamente para Nuremberga e para Augsburg. ⁶³

Além das (*Neue*) *Zeitungen* surgiram, no início do século XVI, alguns livros no Sacro Império que tematizaram as viagens dos Descobrimentos. A *Cosmographiae Introductio* de Martin Waldseemüller ⁶⁴ e a versão alemã dos *Paesi Nuovamente Retrovati* traduzida por Jobst Ruchamer ⁶⁵, despertaram a atenção dos humanistas e eruditos alemães. A estas duas obras que foram publicadas em 1507 e 1508, respectivamente, juntou-se o relato de Balthasar Springer sobre a sua viagem à Índia em 1505/06. ⁶⁶ A *Merfart* de Springer, publicada em 1509, é, dentre os relatos dos agentes alemães que participaram pessoalmente numa expedição portuguesa à Ásia, o único que foi impresso, atingindo, desta forma, um público mais vasto. O livro de Springer é acompanhado por várias estampas que transmitem ao leitor uma imagem da população autóctone de África e da Índia. As 13 ilustrações, de um artista anónimo, guiaram-se por uma série de xilogravuras de Hans Burgkmair que, por sua vez, foi inspirado pelo relato de Springer. ⁶⁷

As xilogravuras de Burgkmair e o «rinoceronte» de Dürer são apenas dois exemplos que documentam a rica produção artística que as viagens dos Descobrimentos inspiraram na Alemanha, destacando-se o minucioso

⁶³ Jakob 2002, 84 (nota 46).

⁶⁴ *Cosmographiae Introductio cum quibusdam Geometriae ac Astronomiae principiis ad eam rem necessariis. Insuper quatuor Americi Vespucii navigationes. Universalis Cosmographiae descriptio tam in solido quam plano, eis etiam insertis, quae Ptholomaco ignota a nuperis reperta sunt*, Saint-Dié: Martinus Ilacomilus [Gymnasium Vosagense], 1507. Cf. Wieser 1907; Schmitt 1984-86, vol. 2, 13-17; Bagrow 1951, 70-73; Knefelkamp 2007, 78-87; Pietschmann 2007, 377-383; Andrade 1972a, vol. 1, 493-498 e vol. 2, 717-719, 873-876; Faria 1990, 94-95; Gallois 1963, 70-101; Johnson 2006.

⁶⁵ Vd. *supra*, nota 11.

⁶⁶ Cf. cap. 3, nota 51. Vd. também Wuttke 1991, 42 e 72-73.

⁶⁷ Hans Burgkmair (o velho, 1473-1531) foi um reconhecido artista de Augsburg e amigo de Conrad Peutinger. As suas ilustrações do “exótico” entraram posteriormente também no *Triumphzug* que fazia parte das obras autobiográficas e de glorificação do imperador Maximiliano I. Cf. cap. 2, nota 39.

trabalho gráfico.⁶⁸ Já em 1505, tinha surgido em Augsburg a mais antiga ilustração impressa da população indígena do Brasil.⁶⁹ Albrecht Dürer projectou as novidades vindas do além-mar, em várias ocasiões, nas suas manifestações artísticas.⁷⁰ Provas disso, são os desenhos da cabeça de um africano («*Kopfstudie eines Afrikaners*», 1508) e de um ameríndio brasileiro no *Livro de Horas* de Maximiliano I de 1515. Em 1521, o consagrado artista de Nuremberga retratou a escrava negra Catarina («*Katherina allt 20 Jar*») que conheceu na feitoria portuguesa em Antuérpia. Os seus contactos pessoais com alguns altos funcionários daquela feitoria como, por exemplo, Tomé Lopes, foram, sem dúvida, fundamentais no que respeita à particular dedicação do artista a detalhes dos Descobrimentos Portugueses, nas suas obras.⁷¹ Durante a sua viagem pelos Países Baixos em 1520/21, Dürer encontrou-se diversas vezes com João Brandão, Francisco Pessoa e Rui Fernandes de Almada, recebendo deles: papagaios, panos e penas «de Calicut», especiarias, produtos de açúcar e porcelana.⁷² Em troca, ofereceu centenas das mais variadas obras de arte, entre elas os retratos de João Brandão e de Rui Fernandes.⁷³ Acerca das actividades que o artista de Nuremberga desenvolveu nos Países Baixos escreveu J. M. Massing: «Dürer's activity in the Netherlands, sketching people from foreign countries as well as exotic animals, collecting any testimony he could find of the newly discovered lands, reflects an interest quite unique in its intensity and breadth among artists of his time.»⁷⁴ Enquanto Albrecht Dürer se inspirou nos aspectos

⁶⁸ M. dos S. Lopes 2007, 38.

⁶⁹ O folheto intitula-se: *Volck und insel die gefunden ist durch den cristenlichen künig zu Portigal oder von seinen vnderthonen*. Cf. Briesemeister 2004, 732-733.

⁷⁰ Sobre Albrecht Dürer e Portugal, cf. Vasconcellos 1929, *passim*; M. de S. Ribeiro 1943; Markl 1972; Barata 1973, 85-87.

⁷¹ Albrecht Dürer deve ter conhecido Tomé Lopes durante a estadia do feitor português em Nuremberga no ano de 1515. Vd. cap. 5.

⁷² Sobre a “viagem neerlandesa” de Dürer, cf. Veth e Müller 1918; Schmid 2003, 481; N. V. Silva 2001, 36.

⁷³ Cf. Thausing 1872, 87-129; Vasconcellos 1929, 43-46; Strasen e Gândara 1944, 146-148; Trnek 2001, 39-40.

⁷⁴ Massing 1991, 118.

exóticos dos Descobrimentos, muitas das suas obras foram enviadas, via Antuérpia e outros portos neerlandeses, para Portugal onde influenciaram fortemente a pintura nacional.⁷⁵ Vemos, portanto, no exemplo deste grande protagonista artístico da Modernidade, como as culturas alemã e portuguesa se inspiraram reciprocamente. São de destacar aqui também os Países Baixos, como o elo principal por intermédio do qual se realizou o comércio luso-alemão referente a objectos de arte.⁷⁶ Deste modo, chegaram à Península Ibérica sobre o eixo comercial Antuérpia-Lisboa, além de mercadores e mercadorias, também notícias, cartas, mapas e as mais variadas obras de arte, entre estas algumas relíquias enviadas pelo imperador Maximiliano I.⁷⁷

⁷⁵ Vasconcellos 1929, 63. Cf. Strasen e Gândara 1944, 149-154; J. V. de P. Martins 1972.

⁷⁶ No âmbito do comércio de objectos de arte, chegaram a Portugal obras de outros ilustres mestres alemães como, por exemplo, de Veit Stoß, Hans Holbein (pai e filho) e Lucas Cranach. Cf. Barata 1973, 119-123; A. H. de O. Marques 1987d, 28; Kellenbenz 1967, 480-481.

⁷⁷ BA, 51-VI-25, fl. 160v. (carta de Maximiliano I a D. Leonor, Breda, 8.4.1517). Cf. Richert 1960, 147 (imagem); Krendl 2002, 87; N. V. Silva 1991.

CAPÍTULO 7

O FIM DO “CICLO DE OURO” NAS RELAÇÕES COMERCIAIS LUSO-ALEMÃS

A morte do *Venturoso* e as suas consequências para as relações entre Portugal e o Sacro Império Romano-Germânico

Nos anos de 1519 e 1521, respectivamente, morreram Maximiliano I e D. Manuel I, duas personagens que desempenharam um papel significativo nas relações entre os mercadores-banqueiros alemães e a Coroa portuguesa. O imperador do Sacro Império sempre havia mostrado grande interesse na expansão marítima de Portugal, recolhendo constantemente informações detalhadas sobre navegação, descobrimentos e o comércio no ultramar.¹ Contribuiu em algumas situações, directa ou indirectamente, para o desenvolvimento positivo das ligações comerciais entre os seus familiares portugueses e as companhias da Alta Alemanha.² A atenção de Maximiliano na Expansão Portuguesa aumentou paralelamente ao desenrolar da situação dinástica nos reinos ibéricos. Apesar de não abdicar completamente das suas pretensões referentes à herança portuguesa, mantinha boas relações diplomáticas e pessoais com D. Manuel I.³ O rei português tentou reforçar, por sua vez, os laços dinásticos com a Casa de Habsburgo, preparando o casamento da sua filha D. Isabel com o futuro imperador Carlos V, solicitando também a mão da arquiduquesa D. Leonor, com quem casou

¹ Cf. Pietschmann 2007, 376-377 e 388; Vogel 1992, 69-71. Vd. cap. 2, nota 40.

² Vd. cap. 2 e 5.

³ Cf. Krendl 1981/82; Pohle 2007a, 62-65.



em 1518.⁴ Outro elemento de ligação entre Maximiliano e D. Manuel foi o espírito de cruzada, pois ambos se viam como protectores da cristandade. O imperador felicitou D. Manuel pelos triunfos alcançados no ultramar, louvando o zelo de missionação do rei de Portugal.⁵ Ainda nos derradeiros anos da sua vida, Maximiliano almejou liderar uma cruzada para reconquistar a Terra Santa, atribuindo ao rei português, que em 1516 foi incluído na ilustre Ordem do Tosão de Ouro⁶, um papel fundamental nos planos estratégicos da operação.⁷ Parece, no entanto, que D. Manuel foi o único monarca da comunidade cristã que correspondeu aos apelos de Maximiliano, pelo que este projecto foi gorado por falta de apoio.⁸ Assim, o imperador morreu sem conseguir realizar o seu sonho cruzadístico.

No dia 13 de Dezembro de 1521, faleceu também D. Manuel I. O seu sucessor, D. João III⁹, seguiu o rumo diplomático do seu pai, continuando a “política de boa vizinhança” com os habsburgos, insistindo também na política dinástica praticada por D. Manuel I. Como consequência, realizou-se em 1525 o casamento do novo rei de Portugal com D. Catarina da Áustria¹⁰ e, no ano seguinte, a tão desejada união matrimonial entre Carlos V e D. Isabel.¹¹

Enquanto no contexto político-dinástico as intensas relações entre Portugal e o Sacro Império continuaram após a sucessão ao trono em

⁴ Originalmente, D. Manuel I tinha projectado um enlace do príncipe herdeiro, D. João, com D. Leonor. No entanto, após a morte da sua segunda mulher, D. Maria, o *Venturoso* alterou os seus planos dinásticos e decidiu casar pessoalmente com a jovem arquiduquesa. O caso causou sérios constrangimentos entre pai e filho. De acordo com os cronistas da corte, D. João nunca perdoou esta ofensa ao pai, embora este último tenha sempre asseverado que unicamente razões políticas o tinham levado a este passo. Cf. BA, 50-V-33, fls. 6-7; Strasen e Gândara 1944, 165-166; Serrão 1980b, 26-27; P. D. Braga 2005d; J. P. O. Costa et al. 2014, 129; Pelúcia 2009, 93.

⁵ Nagel 1971, 204-205.

⁶ Krendl 1981/82, 181.

⁷ BA, 51-VI-25, fl. 160 (carta de Maximiliano I a D. Manuel I, Linz, 18.1.1518). Cf. Wagner 1969.

⁸ Cf. Nagel 1971, 203-204; Wiesflecker 1971-86, vol. 5, 451.

⁹ Sobre D. João III, cf. Buescu 2008; Carneiro e Matos 2004.

¹⁰ Cf. Buescu 2007b; Serrão 1985b.

¹¹ Cf. BA, 46-IX-10, 479-483; 46-XI-12, fls. 1-3v.; 50-V-22, fls. 300-301; 50-V-33, fls. 62v.-63v.; Freire 1918/19; Serrão 1980b, 34-37; 1985c; Buescu 2007a; Coletto 1951; Pohle 2000, 249-254.

ambas as monarquias, o mesmo não se pode dizer em relação às ligações económicas. Foi precisamente nesta altura, na viragem da segunda para a terceira década do século XVI, que se notaram sintomas de uma crise que comprometeu as relações comerciais entre a Coroa portuguesa e os mercadores-banqueiros de Augsburg e Nuremberga. O novo imperador já não tinha interesse algum em apoiar o comércio das grandes companhias da Alta Alemanha com Portugal. Pelo contrário, Carlos V tencionava ganhar a confiança da alta finança alemã para as expedições marítimas espanholas e para os projectos de colonização nas Caraíbas e na Venezuela.¹²

A. H. de Oliveira Marques associa a estagnação do comércio praticado pelas empresas alemãs em Portugal à morte de D. Manuel I.

A grande época do comércio entre a Alta-Alemanha e Portugal, no século XVI, terminou com a morte do «Venturoso». Durante o seu reinado, indiscutível protecção haviam recebido os mercadores germânicos que se dedicavam ao tráfico mercantil em terras portuguesas; muito embora a ânsia do lucro e do oportunismo dos negócios tivessem levado os dirigentes, na pessoa do soberano, a cometer actos menos concordes com a boa ética comercial. A este respeito, é deveras curioso e significativo o comentário da Crónica da cidade de Augsburg, aquando da morte de D. Manuel: «Foi um grande comerciante, e fez mesmo negócios com os mercadores alemães, mas na maioria das vezes não mantinha as compras, como tinha prometido.»¹³

De facto, D. Manuel I tinha favorecido, a partir de 1503, o comércio alemão em Portugal com vastos privilégios que foram sucessivamente alargados até 1511. Os direitos e liberdades dos alemães foram, como anteriormente referido, muito cobiçados por outros mercadores estrangeiros estabelecidos na capital portuguesa. Já não se pode falar, no entanto, de um

¹² Vd. cap. 4, nota 164.

¹³ A. H. de O. Marques 1987d, 17.

favorecimento das grandes casas comerciais da Alta Alemanha por parte de D. João III. Nos primeiros anos do seu reinado, encontramos apenas escassas notícias¹⁴ sobre os negócios das companhias alemãs em Portugal, o que parece apontar para um afastamento definitivo ou temporário destas. Quando o prazo do Privilégio dos Alemães espirou em 1524, o sucessor de D. Manuel I prolongou-o, após alguma hesitação, apenas em 1527.¹⁵ No que respeita ao conteúdo, estes privilégios não sofreram quaisquer alterações, ao passo que a Hansa conseguiu alcançar, em 1528, algumas vantagens adicionais.¹⁶

De qualquer modo, verifica-se uma ruptura nas relações económicas entre os mercadores-banqueiros alemães e a Coroa de Portugal em terras portuguesas, ruptura esta que sublinha o papel importantíssimo de D. Manuel I na história do comércio luso-alemão nas primeiras duas décadas do século XVI.

A ascensão de Sevilha e a retirada dos agentes comerciais alemães de Lisboa

São várias as razões que conduziram à diminuição do comércio das empresas alemãs em terras portuguesas. Um factor que afectou o volume dos negócios efectuados em Lisboa é mais antigo e tem a ver com as consequências da decisão de D. Manuel I de vender a pimenta e outras especiarias orientais quase exclusivamente em Antuérpia. A partir daí, já não era absolutamente necessário que as companhias alemãs mantivessem os seus feitores na cidade do Tejo para negociar contratos de especiarias. Deste modo, as suas feitorias lisboetas tornaram-se dispensáveis. Além disso, é de constatar que a venda de metais, por um lado, e de açúcar, por outro,

¹⁴ Em Junho de 1524, circularam na Alta Alemanha rumores que algumas companhias tinham concluído em Lisboa um contrato de especiarias muito vantajoso. De acordo com G. Frhr. v. Pölnitz (1949/51, vol. 2, 520), os Welser poderiam ter participado neste negócio. Cf. Häbler 1903, 34-35.

¹⁵ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, (Privilégios) liv. 2, fls. 100/100v. (Almeirim, 27.6.1527). Cf. Amaral 1965, 66-67.

¹⁶ Cf. cap. 5.

sempre se tinha realizado principalmente em Antuérpia. Haviam-se estabelecido, em consequência disso, há muito, laços comerciais luso-alemães nos Países Baixos, laços esses que foram fortalecidos e que incluíam até empresas germânicas que não estavam presentes em Portugal, como seja o caso da poderosa casa comercial dos Tucher de Nuremberga.¹⁷ No segundo quartel do século XVI, Antuérpia tornou-se o grande centro do comércio luso-alemão. Na cidade do Escalda os mercadores-banqueiros alemães continuaram a adquirir, em quantidades consideráveis, produtos vindos do ultramar português. Neste contexto já foi referenciado o papel relevante dos Welser na compra e na distribuição de especiarias e de açúcar na Europa.¹⁸ É de reparar, porém, que Antuérpia passou, nos anos 20 do século XVI, por uma fase crítica devido à guerra franco-habsburguesa, que dificultou o comércio na região. Ao mesmo tempo, Veneza ganhou novo fôlego no comércio de especiarias.¹⁹

Salienta-se também que o interesse de algumas companhias alemãs em comprar pimenta abrandou. Esta observação vale, em primeiro lugar, em relação aos Fugger, o que foi duplamente grave para o governo português, porque se tratava, no caso desta firma, do maior fornecedor europeu de cobre. Jacob Fugger recusou-se tenazmente, por volta de 1520, a adquirir pimenta em troca de cobre, embora a Alemanha se encontrasse, pelas palavras de D. F. Lach, «empty of spices».²⁰

Um factor cardeal que explica a redução dos negócios das companhias alemãs em Lisboa prende-se com a deslocação do comércio mundial para

¹⁷ Na comunicação interna dos Tucher é mencionada a importação de Portugal, via Antuérpia, de doces de fruta e pimenta. Cf. StadtAN, E 29/IV Nr. 1487 e Nr. 1490 (cartas de Linhart Rotengatter a Linhart Tucher, Antuérpia, 3.10.1526 e 22.11.1526); E 29/IV Nr. 292 (carta de Lazarus Tucher a Linhart Tucher, Antuérpia, 19.12.1528).

¹⁸ Vd. os capítulos 4 e 5.

¹⁹ Häberlein 2010a, 341.

²⁰ Lach 1994, vol. 1, 122. Rui Fernandes de Almada observou, em 1519/20, que existiam na Alta Alemanha vários mercadores individuais e companhias mais pequenas que se mostraram muito interessadas em comprar pimenta (vd. cap. 5, nota 167). No entanto, D. Manuel I insistiu na conclusão de contratos com as grandes casas comerciais de Augsburg que se efectuavam com base na troca de especiarias por metais.

Sevilha. Em Março de 1520, o feitor dos Hirschvogel em Lisboa, Jörg Pock, tinha constatado numa carta dirigida a Michael Behaim que o comércio na capital portuguesa estava a «diminuir, enquanto se encontrava a subir em Sevilha».²¹ Na realidade, a cidade do Guadalquivir tirou os maiores proveitos dos progressos da política colonial espanhola no Mundo Novo. Esta política recebeu importantes impulsos devido às conquistas na América Central e na América do Sul e, pouco mais tarde, com a primeira circum-navegação da terra efectuada por uma frota espanhola comandada, inicialmente, por Fernão de Magalhães.²² Decisivas foram certamente, neste contexto, as consequências da eleição imperial de 1519. O novo imperador, Carlos V, protegeu a política colonial espanhola, favorecendo a contribuição alemã nas empresas marítimas de Espanha.²³ Para aproveitar a conjuntura altamente positiva em Sevilha, muitas empresas de Augsburg e de Nuremberga enviaram os seus representantes à cidade do Guadalquivir com a intenção de se estabelecerem permanentemente no novo empório do comércio mundial. Assim, não é de estranhar que encontremos na Andaluzia, a partir da terceira década do século XVI, vários agentes comerciais da Alta Alemanha que anteriormente tinham trabalhado em Lisboa.²⁴

Em finais da segunda década do século XVI, notaram-se, em Portugal, os primeiros sinais de uma crise que viria a afectar os negócios das grandes casas comerciais alemãs. Foi precisamente nesta altura, que se iniciou a retirada de várias firmas de Lisboa. Em 1519, sabemos, através da correspondência de Rui Fernandes de Almada, que os Höchstetter já tinham encerrado a sua feitoria lisboeta. Nos anos seguintes, outras empresas seguiram este exemplo. Duas fontes, até agora pouco conhecidas, que remontam aos anos de 1522/23, clarificam o abandono da primeira geração de companhias alemãs da praça comercial de Lisboa. O primeiro documento, a *Crónica de Augsburg* de Wilhelm Rem, refere-se à constante

²¹ StadtAN, E 11/II, FA Behaim Nr. 582,13 (Lisboa, 27.3.1520): «ab Nimpt vnnd zuo Sebilya zuo».

²² Grosshaupt 1990, 387-388.

²³ Kellenbenz 1990a, vol. 1, 153.

²⁴ Vd. cap. 8.

subida dos preços da pimenta e outras especiarias até Dezembro de 1522. Devido a esta tendência e ao incumprimento de alguns tratados por parte do rei português, as empresas alemãs já não apreciavam levar a cabo negócios com a Coroa. No respectivo parágrafo, pode ler-se:

Anno dni. 1522 im december da sagt ain glaubhafter kafman, wie der künig von Portigal hab oft auffschleg mit dem pfeffer verkaffen gemacht, bis er fast teur ist worden, wie hernach statt.

Am ersten im 1505. jar hat er 1 zentner pfeffer zû Lisabona geben umb 20 crusadi, das ist 20 duc., und hatt in darnach auff 22 duc. gesetzt (...).

Item im 1517. jar im oktober hatt er in auff 26¼ duc. gesetzt. (...)

Im 1519. jar hatt er in auff 32¼ duc. gesetzt.

Im 1520. jar hatt er in auff 34¼ duc. gesetzt, auff demselben gelt statt er noch. aber die ander spetzerei hatt auch fast auffgeschlagen.

Der kunig hatt zû zeitten mit den Teutschen kaffleutten groß keff umb spetzerei gemacht und hatt dan zû zeitten den Teutschen nicht halten wellen; er machet, daß sie nimer gern mit im handeln wollten.²⁵

[No ano do Senhor 1522, em Dezembro, um mercador creível contou como o rei de Portugal tinha aumentado muitas vezes o preço da pimenta até que este se tornou muito caro, como seguidamente se assinala.

Primeiro, no ano de 1505, deu em Lisboa um *Zentner*²⁶ de pimenta por 20 cruzados, isto são 20 *Dukaten*, colocando o preço depois em 22 cruzados (...).

Item no ano de 1517, em Outubro, aumentou-o para 26¼ cruzados. (...)

Em 1519, aumentou-o para 32¼ cruzados.

²⁵ «„Cronica newer geschichten“ von Wilhelm Rem» 1896, 181.

²⁶ 1 *Zentner* de Nuremberga = 1 quintal. Vd. cap. 3, nota 59.

Em 1520, aumentou-o para 34¼ cruzados, permanecendo este preço até ao presente. Mas as outras especiarias também encareceram muito.

O rei fez anteriormente grandes vendas de especiaria aos mercadores alemães e depois não queria cumprir, por vezes, [os contratos] com os alemães; conseguiu que estes já não gostassem de fazer negócios com ele.]

Embora a crítica do autor se dirija, em primeiro lugar, contra D. Manuel I e não contra D. João III, a sua anotação final revela um certo desgaste, para não dizer cansaço, nas relações entre a Coroa portuguesa e as casas comerciais alemãs em finais de 1522. Poucos meses depois, no âmbito do processo contra as grandes companhias acusadas de negócios fraudulentos, Conrad Peutinger comentou que todas as empresas alemãs, à excepção de uma, tinham retirado os seus feitores de Lisboa.²⁷ Esta afirmação, mesmo que talvez algo exagerada²⁸, manifesta claramente uma tendência que conduziu, no decorrer da terceira década de Quinhentos, à retirada em força das poderosíssimas firmas de Augsburgo e de Nuremberga da cidade do Tejo. Algumas companhias encerraram definitivamente a sua feitoria, como é o caso dos Imhoff e dos Rem. Nesta fase, também os Welser e os Fugger se afastaram de Lisboa, mas apenas temporariamente, instalando-se, anos mais tarde, novamente na capital portuguesa. Entretanto, as duas maiores companhias de Augsburgo mantiveram-se em contacto com a importante praça comercial ibérica por intermédio das suas feitorias de Sevilha e Antuérpia.

²⁷ Cf. Pölnitz 1949/51, vol. 1, 507; Grosshaupt 1990, 380 (nota 141).

²⁸ Em conformidade com o referido no cap. 4 do presente estudo, presume-se que estivessem, por volta de 1522/23, no mínimo quatro companhias alemãs ainda estabelecidas em Lisboa, mais precisamente a dos Hirschvogel de Nuremberga, bem como a dos Welser, Herwart e Rem de Augsburgo.

CAPÍTULO 8

AS CASAS COMERCIAIS ALEMÃS EM PORTUGAL APÓS A MORTE DE D. MANUEL I

Entre os primeiros mercadores-banqueiros alemães fixados em Lisboa, apenas os Hirschvogel e os Herwart mantiveram activa a sua filial após 1530. No entanto, também estas duas companhias em breve se retirariam.¹ Christoph von Stetten, o último feitor dos Herwart em Lisboa, liquidou a feitoria da empresa no início de 1531.² Os dois empregados que tinham trabalhado nela até ao fim, Christoph Raiser e Ludwig Meyting, receberam ordem para se deslocarem à Índia e a Sevilha, respectivamente.³ No mesmo ano, realizou-se a última mudança de feitores na filial lisboeta dos Hirschvogel. O penúltimo feitor, Jobst Tetzl, tinha sido preso devido à sua fé protestante.⁴ Uma vez em liberdade, este cedeu o seu lugar a Endres Alantse, cuja actividade se pode comprovar até Março de 1532.⁵ Após esta

¹ Sobre as actividades dos mercadores-banqueiros alemães em Portugal no reinado de D. João III, em geral, vd. Kellenbenz 1960a, 305-307; 1960b; 1990c; 1991c, 89-96; Rau 1984b, 67-82; Pohle 2000, 255-268.

² Sobre a estadia de Christoph von Stetten em Portugal nos anos de 1530/31, vd. o seu relato autobiográfico: Haemmerle 1955, 57-64. Cf. Kellenbenz 1960b, 130-135; Häberlein 1998, 284.

³ Por causa da peste nenhum deles alcançou o local destinado. Meyting faleceu ainda antes da sua partida para a Andaluzia. Raiser esteve a bordo de uma nau que teve de voltar para Portugal antes de chegar ao Oceano Índico. Tal como Christoph von Stetten entrou ao serviço dos Fugger, gerindo posteriormente a feitoria desta companhia em Sevilha. Cf. Haemmerle 1955, 63-64.

⁴ StadtAN, E 29/IV Nr. 1515 (carta de Linhart Rotengatter a Linhart Tucher, Antuérpia, 7.10.1530). Cf. Kellenbenz 1967, 476; Schaper 1970, 189.

Em finais dos anos 20 de Quinhentos, os Hirschvogel empregaram mais dois agentes comerciais em Lisboa, nomeadamente os irmãos Hans e Benedikt Meurl. Cf. StadtAN, B 14/I Nr. 41, Fol. 37-38.

⁵ Schaper 1973, 280-283.



data, não se verificam mais registos sobre os negócios dos Hirschvogel em Portugal.

Enquanto as grandes companhias da Alta Alemanha abandonaram a metrópole portuguesa, outras casas comerciais alemãs aí chegaram na terceira e quarta década de Quinhentos, mais precisamente as firmas dos Prunner-Rietwieser, de Hans Paur e dos Welser de Nuremberga. O olhar destas empresas germânicas dirigiu-se primeiramente para o mercado de pérolas, jóias e pedras preciosas, tal como tinha sido o caso dos Hirschvogel e dos Herwart. O grande especialista neste sector era, sem dúvida, Jörg Herwart, um dos poucos mercadores alemães que permaneceram em terras portuguesas durante largo tempo.⁶ O ex-feitor dos Fugger trabalhou em Portugal pelo menos desde 1511 e tornou-se, no segundo quartel do século XVI, uma das figuras centrais ligadas à pedraria na Península Ibérica. Jörg Herwart possuía nos arredores de Lisboa uma oficina para lapidar diamantes.⁷ Este alemão adquiriu as pedras por intermédio do seu feitor Jörg Imhoff, a quem havia enviado, em 1526, para a Índia.⁸ Em 1531, o próprio rei D. João III associou-se a Herwart na compra de pedras preciosas.⁹

⁶ Vd. os capítulos 4 e 5.

⁷ Amburger 1931, 230.

⁸ StadtAA, *Rst, Stadtgerichtsakten* 189, Fol. 387-395. Jörg Imhoff (Jorge Encuria ou Imcuria) já deveria ter estado em Lisboa, pela primeira vez, antes de 1512 (vd. cap. 4, nota 67). Nos anos de 1517 e 1523/24, forneceu, várias vezes, prata à Casa da Moeda. Em 1522, o seu nome surge nos registos da Casa da Índia entre os devedores de pimenta adquirida. Pelo contrato estabelecido com Jörg Herwart, em Abril de 1526, Jörg Imhoff comprometeu-se a prestar serviços enquanto feitor na Índia até Agosto de 1534. Uma cláusula especial permitiu-lhe, porém, poder voltar para a Europa após cinco anos e meio. No subcontinente indiano efectuou consideráveis negócios, comprando, sobretudo, pedras preciosas e pérolas e vendendo metais e têxteis. Acerca da data da sua morte há duas versões contraditórias. Segundo H. Kellenbenz (1990c, 77), que se baseia na fonte acima mencionada, encontrada em Augsburg, Jörg Imhoff teria falecido na Índia, em 1540, sem ter contactado, nos últimos quatro ou cinco anos da sua vida, a firma de Jörg Herwart. A segunda fonte, uma notícia descoberta no arquivo da família dos Imhoff no Germanisches Nationalmuseum em Nuremberga, diz que «Jörg Imhoff tinha estado duas vezes na Índia, onde finalmente morreu com grande reputação no ano de 1537» (GNM, *FA Imhoff*, Fasz. 44, Nr. 1, Fol. 5v.: «Jörg Imhoff (...). Solcher ist 2 mal In India gewest vnd am letzten do selbst in grosem ansehen gestorben. Anno 1537»).

Sobre Jörg Imhoff, cf. *Apontamentos para a História da Moeda* 1878, Mappa demonstrativo, n.º 7/1517, n.º 5/1518 e n.º 6/1524; Godinho s.d., vol. 3, 197; Kellenbenz 1990c, 71-77; Siebenhüner 2011, 246.

⁹ Cf. Kellenbenz 1960b, 135; Godinho s.d., vol. 3, 77.

Na mesma altura, o embaixador espanhol, Lope Hurtado de Mendoza, negociou com o mercador de Augsburgo um grande diamante pretendido pela corte espanhola.¹⁰

A segunda vaga de firmas alemãs que se estabeleceram em Lisboa foi inaugurada em 1526 pela recém-fundada empresa de Joachim Prunner¹¹ e de Kilian Rietwieser.¹² Os seus contactos na capital portuguesa foram inicialmente Jörg Herwart e Hieronymus Sailer. Ainda em 1526, a companhia enviou um feitor próprio para Portugal.¹³ Tratava-se de Hans Prunner, que faleceu em Lisboa cinco anos mais tarde, em Setembro de 1531.¹⁴ Poucos meses antes da sua morte, já tinha chegado a Portugal Marcus Hartmann para o substituir. Este mercador, oriundo de Ulm, deveria ocupar o cargo de feitor nos nove anos seguintes, mas permaneceu apenas pouco tempo no topo da feitoria dos Prunner-Rietwieser.¹⁵ Após a sua destituição, em Maio de 1532, abandonou a firma e partiu para Sevilha, onde entrou ao serviço de Lazarus Nürnberger. Ao mesmo tempo, os Prunner-Rietwieser nomearam dois comerciantes neerlandeses, Anton de Lannoy e Georg Hemelriex van Bombergen, para dar continuidade aos negócios da empresa em Portugal.¹⁶ Desconhecem-se, porém, mais pormenores acerca das actividades desta firma em terras portuguesas.

Com a companhia de Hans Paur de Nuremberga, encontramos na quarta década de Quinhentos uma outra firma em Lisboa que pertencia a um mercador alemão que anteriormente aí tinha trabalhado. Hans Paur,

¹⁰ As negociações mostram bem quanto o comércio de pedras preciosas era uma actividade altamente especulativa. Enquanto Herwart pediu pela referida peça 160 000 ducados, Mendoza tentou baixar o preço para um valor inferior a 100 000 ducados. Cf. Kellenbenz 1960b, 135-136 e 140.

¹¹ Joachim Prunner tinha representado anteriormente os Hirschvogel em Portugal. Vd. cap. 4, nota 85.

¹² A companhia foi fundada no dia 30 de Dezembro de 1525, data em que Joachim Prunner e Kilian Rietwieser de Wurtzburgo assinaram um contrato válido por doze anos. Cf. Strieder 1930, 413-420.

¹³ *Ibidem*, 40-48.

¹⁴ Cf. *ibidem*, 73-75; Schaper 1973, 248. Hans Prunner era o irmão do chefe da empresa, Joachim Prunner.

¹⁵ Strieder 1930, 57, 64-66 e 73.

¹⁶ *Ibidem*, 64.

aliás «João Bahur», tinha surgido nos anos de 1523/24 na Casa da Moeda como fornecedor de prata.¹⁷ Não sabemos quando é que o ex-feitor dos Hirschvogel mandou criar uma filial em Portugal, mas é certo que em 1534 esta já existia. Neste ano, o seu representante, Hieronymus Koeler, deslocou-se a Lisboa, entregando aí dinheiro e cartas ao feitor da empresa, Eberhard Eberdeis.¹⁸ Nos seus apontamentos autobiográficos, Hieronymus Koeler descreveu alguns detalhes da sua viagem à Península Ibérica realizada nos anos de 1534 a 1536. Durante os três meses que esteve em Portugal, acompanhou Eberdeis em missões comerciais para Vila Franca de Xira e Santarém «para examinar algumas peças de joalheria.»¹⁹ Koeler visitou igualmente a quinta de Jörg Herwart, ficando muito impressionado com «o moinho de diamantes dele, capaz de cortar 365 pedras de uma só vez.»²⁰ Contou que, em Lisboa, «o condestável do rei queria fazer de mim um espingardeiro. Não alinhei nisso, porque não era esse o motivo da minha estadia. E preparei-me para a viagem terrestre à Andaluzia com destino Sevilha.»²¹ A tarefa principal do agente comercial de Hans Paur consistia, portanto, em observar os mercados em Lisboa e Sevilha, sobretudo em relação às pedras preciosas.

Quando, a partir do segundo quartel de Quinhentos, os Welser de Augsburgo resolveram tratar dos negócios com a Coroa portuguesa quase exclusivamente em Antuérpia, o ramo nuremberguês da família instalou-se em Lisboa. Os Welser de Nuremberga imiscuíram-se no comércio de pedras preciosas e mantiveram, durante os anos 30 e 40 do século XVI, representantes permanentes na cidade do Tejo, nomeadamente nas pessoas de Francesco Lobo, Hans Schwerzer, Hans Ortt e Jan van Hilst.²² Hans

¹⁷ Cf. cap. 4, notas 244-245.

¹⁸ Amburger 1931, 174.

¹⁹ *Ibidem*, 231: «*umb etlich cleinat zu besehen.*»

²⁰ *Ibidem*, 230: «*Sein diemandmül schneidt 365 stein auf einmal.*»

²¹ *Ibidem*, 231: «*Da wolt des königs conestabel einen buchsenmaister auß mir machen, das ließ ich auch bleyben, dan ich war nit darum da. Und macht mich bereit per terra nach Antelosia gen Sevilien.*»

²² Cf. ANTT, *Chancelaria de D. João III*, (Privilégios) liv. 2, fl. 92; Strieder 1930, 116; Kellenbenz 1970a, 323.

Schwerzer representou os irmãos Jakob e Hans Welser por volta de 1534 na Índia.²³ Apenas na segunda metade do século XVI, os Welser de Augsburg voltaram a intensificar a sua presença em Portugal. A companhia de Christoph Welser²⁴ empregou, nos anos 50, na pessoa de Hans Heinrich Muntprat, novamente um representante permanente em Lisboa. Vêmo-lo entre 1554 e 1560 a comprar açúcar de São Tomé.²⁵ Nos anos 70, as especiarias colocaram-se, uma vez mais, no centro das atenções da empresa.²⁶ Para estes fins, os Welser estabeleceram ligações comerciais com o seu concidadão Konrad Rott. D. Sebastião havia arrendado, a este último, o monopólio para a distribuição da pimenta na Europa. Não obstante este projecto ambicioso ter falhado, conduzindo inclusive à falência de Rott, deu à companhia dos Welser novos impulsos referentes ao comércio de especiarias. Em finais dos anos 80 e início dos anos 90, os Welser pertenciam juntamente com os Fugger e Giovanni Battista Rovelasca aos contratadores que adquiriam anualmente especiarias da Coroa portuguesa. Em 1587, Ferdinand Cron, agente comercial dos Fugger e da companhia de Marx e Matthäus Welser, deslocou-se a Cochim, onde ergueu uma feitoria.²⁷ Em Lisboa, os Welser foram representados por Hans Christoph Manlich, a quem sucedeu, após a sua morte em 1594, o seu irmão Philipp Manlich. Com este, devem ter terminado, em data desconhecida, as actividades da feitoria portuguesa dos Welser.²⁸

²³ StadtAA, *Rst*, *Stadtgerichtsakten* 189, Fol. 361-364v. e 377-380v. Cf. Kellenbenz 1990c, 77-80; 1991c, 95-96.

²⁴ Em 1551, Bartholomäus Welser entregou a liderança da companhia a seu filho Christoph que, até 1580, permaneceu em posição cimeira na firma.

²⁵ Hans Heinrich Muntprat era um agente da companhia de Hans e Marquard Rosenberger de Augsburg, representando também os Fugger e os Welser na Península Ibérica. Cf. Grosshaupt 1990, 392; Kellenbenz 1990a, vol. 1, 367.

²⁶ Sobre as actividades dos Welser no comércio de especiarias no último quartel do século XVI, vd. Häbler 1903, 36-37; Grosshaupt 1990, 394-397; Kalus 2009; 2010; 2011; Kellenbenz 1985f, 349.

²⁷ Cf. Kömmerling-Fitzler 1937, 56-58; Kellenbenz 1963b; 1985c.

²⁸ Em 1614, a companhia de Augsburg foi à falência partilhando, deste modo, o mesmo destino que tinha ocorrido, quatro anos antes, ao ramo nuremberguês da família.

Os Fugger regressaram a Lisboa mais cedo do que os Welser de Augsburgo. Na realidade, durante quase todo o século XVI, Portugal ficou na mira da mais famosa família comercial alemã. Em 1525, Jacob Fugger faleceu, sendo substituído pelo seu sobrinho Anton Fugger, que permaneceu na liderança da empresa até à sua morte em 1560. Estas duas personagens, que se designariam hoje em dia como autênticos *Topmanagers* no mundo do comércio, da indústria e da alta finança internacional, simbolizam sem dúvida o apogeu desta poderosa casa comercial. Nos anos em que não possuíam um representante permanente em Portugal, os Fugger mantiveram-se em contacto com o mercado em Lisboa através de mercadores aí residentes ou de enviados especiais. No fim dos anos 20 e nos anos 30 de Quinhentos, serviram-se de Ulrich Ehinger, de Veit Hörll (o feitor da companhia em Sevilha), de Jörg Herwart e de Christoph von Stetten para efectuar negócios com D. João III.²⁹ A maior parte das relações económicas entre os Fugger e a Coroa teve lugar nos Países Baixos, sobretudo no que se referia a procedimentos creditícios. Por meio das respectivas feitorias, situadas em Antuérpia, os Fugger emprestaram a D. João III somas consideráveis. Nos livros da contabilidade da empresa, o rei de Portugal constava habitualmente como um dos devedores principais devido à aquisição de cobre e a créditos solicitados.³⁰ No segundo terço do século XVI, em data incerta, os Fugger estabeleceram-se novamente em Lisboa «que designavam como o principal mercado de jóias das Índias Orientais».³¹ Nos anos 40, juntaram-se aos negócios com pedras preciosas e jóias, especulações de pimenta e abundantes vendas de metais. Em meados de Quinhentos, encontramos Jobst Veit, Bonaventura Schweiker, Johann Schweikert, Hans Bechler, Johann von Schüren e Thomas Miller na feitoria dos Fugger em Lisboa.³² No contexto da celebração de um contrato referente ao cobre, D. João III concedeu à companhia, em 1547, os mesmos privilégios que o

²⁹ Kellenbenz 1990a, vol. 1, 364.

³⁰ Cf. *ibidem*, 440-443; Ehrenberg 1922, vol. 2, 28-29 e 169.

³¹ N. V. Silva 1989, 16.

³² Häbler 1897a, 34-38; Kellenbenz 1970a, 323; 1990a, vol. 1, 363-367, 446 e vol. 2, 128.

seu pai tinha outorgado aos mercadores alemães, reduzindo ainda os tributos alfandegários referentes a todas as importações da empresa.³³ Dessas, faziam parte não apenas cobre e latão³⁴, mas também cereais, fustão e materiais para a construção naval. Com o envio de Thomas Miller para Sevilha em 1558, os Fugger dissolveram, uma vez mais, a sua feitoria de Lisboa.³⁵ É de supor que tivessem permanecido, a partir daí, tal como já o haviam feito nos anos 20, em contacto com a capital portuguesa por intermédio de mercadores independentes ou de outras companhias.³⁶ No último quartel do século XVI mantiveram dois agentes comerciais na Índia, Gabriel Holzschuher e Ferdinand Cron.³⁷ Por volta de 1600, encontramos o último representante dos Fugger em Portugal. Tratava-se de Philipp Manlich que aí trabalhou também para os Welser e para o mercador alemão «Jacôme Fixer», aliás Jacob Fischer.³⁸

33 ANTT, *Chancelaria de D. João III*, (Privilégios) liv. 2, fl. 99. Cf. Kellenbenz 1990a, vol. 3, 151 (Nr. 62).

34 Cf. Strieder 1930, 451-454; 1938; Kellenbenz 1990a, vol. 1, 374 e 444.

35 Häbler 1897a, 38.

36 Para estes efeitos, os Fugger serviram-se em Portugal, por volta de 1560, de Hans Heinrich Muntprat. Vd. *supra*, nota 25.

37 Sobre as relações comerciais dos Fugger com Portugal em finais do século XVI, vd. Häbler 1897a, 38-41; Kalus 2010, *passim*; Kellenbenz 1985d, 85.

38 Cf. Kellenbenz 1967, 477-478; 1968.

CONCLUSÃO

A História das relações luso-alemãs iniciou-se já na Idade Média, particularmente na era das grandes Cruzadas e da Reconquista da Península Ibérica. Os primeiros contactos entre portugueses e alemães, embora esporádicos, contribuíram para o aumento das relações comerciais, principalmente por intermédio dos mercadores da Liga Hanseática. A partir dos anos 50 do século XV, fixaram-se em Portugal, além destes profissionais da Baixa-Alemanha, cada vez mais pessoas vindas de outras partes do Sacro Império Romano-Germânico. Este processo foi, por um lado, favorecido pela crescente curiosidade suscitada na Alemanha pela Expansão Portuguesa e, por outro, em consequência do casamento do imperador Frederico III com a infanta portuguesa D. Leonor, em 1451. Este enlace fortaleceu não apenas as relações políticas e dinásticas entre Portugal e o Sacro Império, mas também as ligações culturais e económicas. A colónia alemã em Lisboa cresceu devido à vinda de mercadores do Sul da Alemanha, de artífices e mercenários. Alguns diplomatas, cavaleiros e aventureiros germânicos visitaram o ultramar português e entre os colonos estrangeiros, que ajudaram na colonização dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, encontraram-se vários alemães e flamengos.

A partir de finais do século XV, as espectaculares novas acerca dos Descobrimientos Portugueses foram vivamente discutidas na Alemanha por humanistas e mercadores, sobretudo em Nuremberga, e influenciaram, como nenhum outro acontecimento desta época, o interesse alemão em Portugal e nas colónias portuguesas no além-mar. As informações transmitidas foram, em boa parte, recolhidas por pessoas que conheceram a realidade portuguesa por experiência própria, como é o exemplo de Martin Behaim e de Hieronymus Münzer que tencionaram convencer os prósperos mercadores e companhias da Alta Alemanha a investir nas expedições marítimas portuguesas. As notícias que transmitiram, conduziram



a uma ocupação intelectual mais intensa dos humanistas alemães com o império ultramarino de Portugal; provam-no, entre outros documentos, o globo de Martin Behaim, a *Weltchronik* de Hartmann Schedel e os escritos de Hieronymus Münzer. Neste aceso debate, intrometeu-se o imperador Maximiliano I que, pela sua ascendência lusa, ambicionava participar na política expansionista da Casa de Avis, nunca perdendo de vista aquilo que julgou o seu património.¹

Às famílias de Nuremberga, envolvidas nos negócios com a Coroa portuguesa, juntaram-se, no início do século XVI, os poderosíssimos mercadores-banqueiros de Augsburgo, entre eles, os Welser que foram os primeiros a erguer uma feitoria alemã em solo português, mais precisamente em Setembro de 1503. Nos anos seguintes, os Fugger e os Höchstetter de Augsburgo, tal como os Imhoff e os Hirschvogel de Nuremberga estabeleceram-se também em Lisboa. Outras companhias se seguiram a estas. O interesse das empresas alemãs encontrava-se primeiramente direccionado para o mercado das especiarias orientais, destacando-se a atracção especial pela pimenta indiana. A partir de finais da segunda década de Quinhentos, algumas casas comerciais da Alta Alemanha especializaram-se nos negócios com pedras preciosas e pérolas. Em suma, os contactos luso-alemães aumentaram gradualmente, em consequência da abertura da rota do Cabo e da chegada das riquezas asiáticas a Portugal, e atingiram, nas primeiras duas décadas do século XVI, o seu auge. Esta fase coincide aproximadamente com o reinado de D. Manuel I que, por sua vez, se tornou o principal responsável pela intensificação das relações económicas com as firmas de Nuremberga e de Augsburgo, atraindo-os com privilégios que conduziram à participação directa dos seus representantes em várias viagens à Índia. Os mercadores-banqueiros alemães desempenharam um papel fundamental como investidores e fornecedores de metais preciosos, e tornaram-se, temporariamente, a par dos mercadores-banqueiros italianos, os parceiros comerciais mais relevantes de Portugal.

¹ Wiesflecker 2005, 658-660. Cf. cap. 2, notas 38-39.

Já no século XV, vários alemães tinham entrado em contacto com o espaço atlântico de Portugal, sobretudo bombardeiros e outros mercenários. Nos primeiros anos do século seguinte, iniciou-se a participação directa dos mercadores-banqueiros alemães nas expedições portuguesas à Ásia. Foi com a ajuda de Valentim Fernandes, que estes haviam recebido de D. Manuel I, a partir de 1503, privilégios muito vantajosos que incluíam também a possibilidade de praticar comércio directamente na Índia. Nesta fase, alguns representantes das casas comerciais de Nuremberga e de Augsburg rumaram para o Oceano Índico.

De cinco expedições, que nas primeiras décadas do século XVI tiveram lugar, existem notas de escritos de alemães que participaram nessas viagens. Na segunda viagem de Vasco da Gama à Índia, que se realizou nos anos de 1502/03, estiveram envolvidos, no mínimo, dois alemães, como mostram os respectivos relatos que deixaram desta empresa. Não se conhecem os seus nomes, mas há alguns indícios que apontam para que um dos dois tivesse tido ligação com o comércio de Nuremberga, o que aliás é de supor também no caso do relator anónimo, que em 1503/04 viajou para a Índia. Trata-se, possivelmente, neste caso, de Peter Holzschuher, que acompanhou a expedição de Afonso e Francisco de Albuquerque, e que morreu ainda na Índia antes do retorno da frota.

A viagem à Índia de 1505/06 é particularmente interessante do ponto de vista alemão devido à participação financeira de um consórcio composto por mercadores-banqueiros alemães e italianos. Tomaram parte nesta expedição, que foi para a Índia sob o comando de D. Francisco de Almeida, os Welser-Vöhlín, os Fugger, os Höchstetter e os Gossembrot de Augsburg, bem como os Imhoff e os Hirschvogel de Nuremberga. O consórcio, que investiu em três dos 20 navios daquela frota, tirou grande lucro desta empresa que terá rondado, pelas indicações de Lucas Rem e outras fontes, os 150 a 175%. Balthasar Springer, em língua alemã, e Hans Mayr, em língua portuguesa, testemunharam o decurso desta viagem. Uma cópia do relato do último mencionado faz parte do denominado *Manuscrito Valentim Fernandes*. Existe uma outra narração, de carácter fragmentário, escrita em alemão, que se refere à expedição de 1505/06 e que aponta para que

diversos alemães tenham acompanhado a frota. No caso deste fragmento, o nome do autor permanece desconhecido, embora não seja de excluir uma possível autoria de Ulrich Imhoff, que se deslocou à Ásia ao serviço da casa dos Hirschvogel.

Os Welser e os Imhoff voltaram a investir na armada portuguesa que partiu para a Índia em 1506, mas, desta vez, com somas mais modestas e sem retirar qualquer proveito económico. Os financiamentos directos dos mercadores-banqueiros alemães nas armadas da Índia terminaram logo a seguir a esta armada, porque D. Manuel I havia, entretanto, monopolizado o comércio da pimenta e, simultaneamente, dificultado a entrega da mercadoria a que os respectivos consórcios tinham direito.

Em finais da segunda década do século XVI, dois agentes comerciais da casa dos Hirschvogel rumaram para a Índia, fixando por escrito as impressões recolhidas. O primeiro foi Lazarus Nürnberger, que permaneceu na Ásia nos anos de 1517/18. Nürnberger revelou-se um observador muito crítico do domínio colonial português. Na sua perspectiva, a supremacia dos portugueses no espaço índico já nesta altura se encontrava seriamente em perigo. Jörg Pock, que de 1520 até à sua morte em 1529 viveu no subcontinente indiano, partilhou esta ideia com o seu antecessor e acentua simultaneamente a precária situação política e económica com a qual se confrontou na Costa do Malabar.

As companhias de Augsburgo e de Nuremberga estabelecidas em Lisboa tornaram-se uma peça essencial no sistema do capitalismo monárquico português. A importância das empresas alemãs reflecte-se nos privilégios que lhes foram concedidos por D. Manuel I entre 1503 e 1511. O denominado Privilégio dos Alemães superou os direitos e liberdades outorgados aos comerciantes de outras nações estabelecidas em Portugal. No que concerne aos produtos que os mercadores-banqueiros alemães exportaram para Portugal, destacam-se claramente os metais preciosos. No primeiro quartel do século XVI, foram fornecidas à Casa da Moeda grandes quantidades de prata e cobre, ou seja, metais indispensáveis para efectuar trocas comerciais no Índico. Outras mercadorias de relevo, que chegaram

a Portugal através dos comerciantes da Alta Alemanha, eram objectos de latão, destinados ao comércio africano, e ainda têxteis e cereais.

Os altos rendimentos alcançados por via do comércio com Portugal espelharam-se, nas primeiras duas décadas de Quinhentos, nitidamente nos balanços finais anuais das contas das companhias alemãs. Através da venda directa dos seus produtos e a pós-venda das mercadorias vindas do além-mar, alcançaram, por vezes, lucros enormes. A criação de monopólios comerciais, sobretudo em relação às especiarias indianas, foi alvo de veementes protestos por parte de outros mercadores alemães e conduziu, nos anos 20 do século XVI, a uma acesa discussão pública no Sacro Império sobre questões como a usura e o *justum pretium*.

O comércio de dinheiro era outro ramo económico que ligava a Coroa portuguesa aos mercadores-banqueiros alemães. Lamentavelmente, são escassas as fontes que poderiam iluminar o volume dos negócios creditícios. Apenas no caso dos Fugger dispomos de vários dados.

A feitoria que os portugueses possuíam em Antuérpia desempenhou um papel particularmente especial nas relações comerciais entre Portugal e a Alemanha. A Feitoria de Flandres, que foi transferida de Bruges para Antuérpia na viragem do século XV para o século XVI, tornou-se o centro de maior relevo no que se refere à distribuição de produtos vindos das colónias portuguesas, como o açúcar atlântico e as especiarias orientais. Em Antuérpia, tradicional entreposto dos mercadores de Colónia e do Sul da Alemanha, as grandes casas comerciais da Alta Alemanha ergueram as suas feitorias. Sobre o eixo Lisboa-Antuérpia, despacharam-se praticamente todas as importações e exportações que tinham relevância no comércio luso-alemão desta época. Entre as mercadorias exóticas, a pimenta da Índia era de longe a mais importante, especialmente após a decisão de D. Manuel I de a vender quase exclusivamente em Antuérpia. Com o comércio da pimenta a florescer, também o comércio de metais alcançou um apogeu, dado que a monarquia portuguesa necessitava de grandes quantidades de cobre e prata para o comércio afro-asiático. Neste contexto, é de realçar que altos funcionários da feitoria portuguesa de Antuérpia, mais precisamente Tomé Lopes e Rui Fernandes de Almada,

se tivessem deslocado em 1515 e 1519, respectivamente, a Nuremberga e Augsburgo para negociar com as grandes casas comerciais contratos, que envolviam principalmente cobre e pimenta.

Na Alemanha, os opúsculos e as “novas gazetas” foram os grandes mensageiros da informação no que respeitava à recepção das notícias acerca da expansão marítima de Portugal. Estes folhetos impressos contribuíram para que um maior número de pessoas no Sacro Império Romano fosse informado sobre as recentes expedições à América e à Ásia, levadas a cabo pelos portugueses. As sensacionais novas inspiraram também, desde cedo, a produção artística e geográfica na Alemanha, como ilustram, entre outras obras, as pinturas e xilografuras de Albrecht Dürer e de Hans Burgkmair, o globo de Johannes Schöner e os mapas de Martin Waldsemüller.

Uma personagem que se destacou na disseminação das novas sobre os Descobrimentos Portugueses foi Valentim Fernandes. Tratava-se não apenas do tipógrafo mais importante que trabalhava em Portugal na viragem do século XV para o século XVI, mas também de um informador de excelência dos mercadores-banqueiros alemães em relação aos acontecimentos dos Descobrimentos. Na Alemanha, Conrad Peutinger foi um dos principais receptores das notícias. O humanista e conselheiro de Maximiliano I possuía uma colecção notável de documentos referentes à Expansão Portuguesa. Várias fontes acerca das viagens dos Descobrimentos foram-lhe enviadas directamente por Valentim Fernandes, entre estas, o referido *Manuscrito Valentim Fernandes*. Contrariamente ao prestigiado tipógrafo, Conrad Peutinger pouco fez para a divulgação destas notícias. Contemporâneos de Peutinger acusaram-no inclusive de conservar com excessivo zelo a sua impressionante biblioteca, sendo um deles Damião de Góis.

Uma outra colecção de manuscritos de extrema importância para o conhecimento da participação alemã nos Descobrimentos Portugueses é o *Codex Bratislavensis* compilado por Lazarus Nürnberger, que contém, entre outras fontes, o denominado “manuscrito de Bratislava”, partes do “manuscrito de Leutkirch” e o relato da sua própria viagem à Índia. Entre os relatos dos agentes alemães que participaram pessoalmente numa viagem

à Índia, somente os escritos de Balthasar Springer apareceram impressos. Consequentemente, a *Merfart* de Springer, publicada em primeira edição em 1509, atingiu um público mais abrangente. É de salientar o papel decisivo que tiveram as companhias alemãs e os seus agentes como destinatários e mensageiros das notícias que tanto marcaram a recepção da Expansão Portuguesa no Sacro Império.

Em finais da segunda década do século XVI, notaram-se os primeiros sintomas de estagnação, que conduziram, a partir de 1520, à retirada de várias casas comerciais alemãs de Lisboa. São várias as razões que levaram a este desenvolvimento, a saber:

- o deslocamento do comércio internacional de especiarias, açúcar e metais para Antuérpia;
- o interesse reduzido de alguns mercadores-banqueiros alemães relativamente à compra da pimenta, que contrasta claramente com a vontade destes em continuar a vender cobre e prata à Coroa portuguesa;
- a morte de D. Manuel I, que, como nenhum outro monarca da dinastia de Avis, havia favorecido o comércio alemão em Portugal;
- a ascensão de Sevilha como porto principal na Península Ibérica para o comércio ultramarino, processo este que foi dinamizado após a proclamação de Carlos V como imperador, dado que esta personalidade viria a atrair os mercadores-banqueiros alemães a participarem nas empresas coloniais espanholas.

É, portanto, nesta altura, em finais do reinado de D. Manuel I, que várias casas comerciais da Alta Alemanha encerraram as feitorias que tinham em Lisboa e enviaram os seus representantes para Sevilha, mantendo, no entanto, a partir da cidade do Guadalquivir, as suas ligações com Portugal. Termina, desta forma, a fase mais intensa das relações mercantis entre a monarquia portuguesa e os mercadores-banqueiros alemães. Nas décadas seguintes, os negócios entre estas duas partes continuaram, mas já não existia um envolvimento de tantas empresas alemãs em simultâneo, nem

um volume comercial que se pudesse comparar com o atingido na era do *Venturoso*.

Enquanto os interesses das casas comerciais da Alta Alemanha nas trocas comerciais com a Coroa portuguesa perderam, em muitos casos, a sua continuidade ao longo do século XVI, os contactos económicos da Liga Hanseática com Portugal revelaram-se mais persistentes. É de constatar que estas relações já tinham uma longa tradição, baseando-se sobretudo na troca de mercadorias provenientes das respectivas produções nacionais, e não dependiam tanto dos produtos ultramarinos. Dado que o comércio entre a Hansa e Portugal não sofreu os altos e baixos da conjuntura no sensível mercado das especiarias asiáticas, os negócios luso-hanseáticos mantiveram sempre uma relativa estabilidade, mesmo que nunca tivessem atingido a intensidade do comércio praticado entre D. Manuel I e as companhias da Alta Alemanha. Desta forma, as relações económicas entre a Hansa e Portugal transitaram do século XVI para o século XVII, assumindo grande importância no período filipino.²

² Relativamente às relações comerciais entre a Hansa e Portugal no séc. XVI, vd. A. H. de O. Marques 1987d, 17-22; Rau 1951, 115-121; Schumacher 1892, 13-28; Meier 1937; Jeannin 1975. Cf. cap. 1, nota 7.

BIBLIOGRAFIA

ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BA	Biblioteca da Ajuda
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal/ Lisboa
BSB	Bayerische Staatsbibliothek / München (Munique)
cap.	capítulo(s)
CC	Corpo Cronológico
Chanc.	Chancelaria
CNCDP	Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
Cod./ Cód.	Codex/ Códice
coord.	coordenação
DHDP	Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses
DHP	Dicionário de História de Portugal
dir.	direcção
Diss.	(Philosophische) Dissertation; Dissertação
doc(s)/ Dok.	documento(s)/ Dokument(e)
ed.	edição; editor; editado
eds.	editores
FA	Familienarchiv
Fasz./ fasc.	Faszikel/ fascículo
Fol./ fl./ fls.	Folio/ fólio/ fólhos
Frhr. v.	Freiherr von
GNM	Germanisches Nationalmuseum / Nürnberg (Nuremberga)
HHStA	Haus, Hof- und Staatsarchiv / Wien (Viena)
Introd.	Introdução; introduction
Jr.	Júnior
liv.	livro
MIÖG	Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung
MVGN	Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg
NdA	Nota do autor
NDB	Neue Deutsche Biographie
Nr./ n.º	Nummer/ número
port.	português; portuguesa
pref.	prefácio



reed.	reedição
s.d.	sem [indicação da] data/ano [da publicação]
s.ed.	sem [indicação da] editora
s.l.	sem [indicação do] local
Sep.	Separata
StadtAA	Stadtarchiv Augsburg
StadtAN	Stadtarchiv Nürnberg
Tl./ Tle.	Teil/ Teile [port.: parte(s)]
TLA	Tiroler Landesarchiv / Innsbruck
trad.	tradução
transl.	translation; translated
ÚKSAV	Ústredná knižnica Slovenskej akadémie vied [port.: Biblioteca Central da Academia Eslovaca de Ciências] / Bratislava
Univ.	Universidade; Universität
v.	verso
vol(s).	volume(s)
VSWG	<i>Vierteljahresschrift für Sozial- und Wirtschaftsgeschichte</i>

1. FONTES

1.1. Fontes manuscritas

ANTT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Lisboa

- *Cartas Missivas*, maço 2, n.º 73 (Núcleo antigo, 879).
- *Chancelaria de D. Afonso V*,
livros 9-13, 15, 19-20, 31-34, 37.
- *Chancelaria de D. João II*,
livros 15, 19, 21, 25.
- *Chancelaria de D. Manuel [I]*,
livros 3, 5, 22, 25, 35-38, 46; Livro de Extras.
- *Chancelaria de D. João III*,
livros 4, 11, 32; Privilégios, livro 2.
- *Corpo Cronológico (CC)*,
I-4-63 (= Parte I, maço 4, doc. 63);
I-7-85;
I-9-79, I-9-97;
I-10-124;
I-11-50, I-11-63;
I-12-27, I-12-41, I-12-47, I-12-77, I-12-108;
I-16-32, I-16-67;
I-17-120, I-17-126, I-17-130;

- I-18-122;
I-19-12; I-19-111, I-19-134;
I-21-26, I-21-62, I-21-70, I-21-78, I-21-79;
I-22-25, I-22-29;
I-25-39, I-25-41, I-25-75, I-25-76, I-25-97, I-25-119, I-25-127, I-25-129;
I-26-68, I-26-98, I-26-122, I-26-129;
I-27-3;
I-28-6;
I-35-64, I-35-87;
I-43-96;
I-44-3, I-44-4;
I-45-36;
I-93-18, I-93-22;
I-98-5;
II-7-26;
II-14-119;
II-16-105;
II-18-12;
II-19-184;
II-22-91;
II-29-194;
II-59-163;
II-92-125;
II-97-99;
II-155-19.
- *Gavetas*:
 gaveta 15, (maço) 21, n.º 8;
 gaveta 20, 6, n.º 24;
 gaveta 20, 10, n.º 33.
- *Leis extravagantes* (Núcleo antigo; 19).
- *Leitura Nova*, Livro 1 de Extras.
- *Livro das Ilhas*.

AML = Arquivo Municipal de Lisboa – AH

- *Chancelaria Régia*,
 Livro 3º de D. Manuel I, doc. 77;
 Livro 3º de D. Manuel I, doc. 80;
 Livro 4º de D. Manuel, doc. 86.

BA = Biblioteca da Ajuda / Lisboa

- Cód: 44-XIII-52, n.º 7. |
44-XIII-54, n.º 20.
44-XIII-58, doc. 9 (b-e).
46-IX-10.
46-XI-12.
50-V-22.
50-V-33.
51-VI-6.
51-VI-25.

51-VI-28.
 51-VI-36.
 51-VI-38.
 51-IX-42.
 52-XIII-33.

BNP = Biblioteca Nacional de Portugal/ Lisboa

– *Manuscritos Iluminados [L]*, 154.
 – *Reservados*, Cód. 9820.

BSB = Bayerische Staatsbibliothek / München (Munich)

– *CIm* 431.
 – *CIm* 4026.
 – *Cod. hisp.* 27.
 – *Rar.* 204.
 – *Rar.* 204, Beiband 1.
 – *Rar.* 613.
 – 4^o *Inc.c.a.* 424.

GNM = Germanisches Nationalmuseum – Historisches Archiv / Nürnberg (Nuremberg)

– *Autographen*, Kapsel 28.
 – *Behaim Archiv*, Fasz. 1, Nr. 12.
 – *FA Imhoff*, Fasz. 11, Nr. 15.
 – *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 12.
 – *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 17.
 – *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 21.
 – *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 22 (1-3).
 – *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 27.
 – *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 28 (1, 2, 9, 10, 14).
 – *FA Imhoff*, Fasz. 28, Nr. 34 (1-3).
 – *FA Imhoff*, Fasz. 37, Nr. 1a.
 – *FA Imhoff*, Fasz. 44, Nr. 1.
 – *FA Imhoff*, Fasz. 46, Nr. 3.
 – *FA Imhoff*, Teil II, Nr. 6.
 – *Inv.* Nr. H 5582, Kapsel 15 a.
 – *Rst Nürnberg*, XI, 1d.

HHStA = Haus-, Hof- und Staatsarchiv / Wien (Vienna)

– *Familien-Korrespondenz* A 1.
 – *Lusitania* 1.

- *Maximiliana 2* [vd. também: *Maximiliana, alter Zettelkatalog "Portugal"* (18.12.1493)].
- *Reichsregisterbücher X/1*.
- *Reichsregisterbücher Z*.

Österreichische Nationalbibliothek / Wien

- Cod. 3222.
- Cod. 6948.

Staatsarchiv Nürnberg

- *Ratsmanuale 1483/ 2*, 9-11.
- Rep. 54a I, *Rst. Nbg. Rechnungsbelege* 130.

Staats- und Stadtbibliothek Augsburg (Augsburgo)

- 2º Cod. Aug. 382^a. *Zu Konrad Peutingers Literar. Nachlass*, 1 (Dok. I-IX).
- 2º Cod. Aug. 390.

StadtAA = Stadtarchiv Augsburg

- *Rst, Literalien, ad PS Höchstetter*.
- *Rst, Literalien, PS Peutinger*, Fasz. 1.
- *Rst, Reihe "Kaufmannschaft und Handel", Akten*, Fasz. 4, Nr. 24/11.
- *Rst, Stadtgerichtsakten* 189.

StadtAN = Stadtarchiv Nürnberg

- B 14/I Nr. 7.
- B 14/I Nr. 41.
- B 14/I Nr. 43.
- B 14/I Nr. 45.
- B 14/II Nr. 17.
- E 3 Nr. 48.
- E 10/28 Nr. 139.
- E 11/II, *FA Behaim* Nr. 502 (II; III)
- E 11/II, *FA Behaim* Nr. 569/1-4.
- E 11/II, *FA Behaim* Nr. 570.
- E 11/II, *FA Behaim* Nr. 573.
- E 11/II, *FA Behaim* Nr. 582/1-3, 5, 11a-c, 12-14.
- E 11/II, *FA Behaim* Nr. 583/2, 3.
- E 11/II, *FA Behaim* Nr. 584.
- E 11/II, *FA Behaim* Nr. 585.
- E 11/II, *FA Behaim* Nr. 586/3, 7.

- E 11/II, *FA Behaim* Nr. 1325.
- E 28/I Nr. 73.
- E 29/IV Nr. 292.
- E 29/IV Nr. 1487.
- E 29/IV Nr. 1490.
- E 29/IV Nr. 1515.
- E 49/I Nr. 605.
- E 49/II Nr. 745 (I; Ib; II; IX).
- E 49/III Nr. 1.

TLA = Tiroler Landesarchiv / Innsbruck

- *Maximiliana* I/38 (2. Teil).
- *Oberösterreichisches Kammer Raitbuch 1500*.

ÚKSAV = Ústředná knižnica Slovenskej akadémie vied [Biblioteca Central da Academia Eslovaca de Ciências] / Bratislava

- *Rkp.* fasc. 515/8 [*Codex Bratislavensis*] (Lyc. 515/8)].

1.2. Fontes impressas

- Albuquerque, Afonso de. 1942. *Cartas para el-rei D. Manuel I*. Selecção, pref. e notas de António Baião. Lisboa: Sá da Costa.
- Almeida, Justino Mendes de. 1959. «Portugal nas “Crónicas de Nuremberga”». *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* 5, n.º 19-20: 213-216.
- Almeida, Lopo de. 1935. *Cartas de Itália*. Ed. por Rodrigues Lapa. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Arquivo dos Açores*. 1878. Vol. 1. Ponta Delgada: s.ed.
- Arruda, Manuel Monteiro Velho. 1989. *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*. 3.ª ed. Ponta Delgada: Instituto Cultural.
- Baião, António, ed. 1940. *O Manuscrito Valentim Fernandes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Barros, João de. 1988. *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Primeira Década*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda [155?].
- Biedermann, Johann Gottfried, ed. 1748. *Geschlechtsregister des Hochadelichen Patriciats zu Nürnberg*. Bayreuth: Dietzel.
- Bitterli, Urs, ed. 1980. *Die Entdeckung und Eroberung der Welt. Dokumente und Berichte*. Vol. 1. München: Beck.
- Bockwitz, H. H. 1920. «Die „Copia der Newen Zeytung auss Presillg Landt”». *Zeitschrift des Deutschen Vereins für Buchwesen und Schrifttum* 3, Nr. 1-2: 27-35.
- Böhmer, J. F., ed. 1990-2004. *Regesta Imperii XIV: Ausgewählte Regesten des Kaiserreiches unter Maximilian I. 1493-1519*. Vol. 1-4. Wien et al.: Böhlau.
- Brásio, Padre António. 1959. *Uma carta inédita de Valentim Fernandes* (Sep. do Boletim da Biblioteca da Univ. de Coimbra 24). Coimbra: Biblioteca Geral da Univ. de Coimbra.

- «Briefe und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika und Ostindien aus den Jahren 1497 bis 1506 aus Dr. Conrad Peutingers Nachlass.» 1861. In B. Greiff, ed. *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541. Ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*, 112-172. Augsburg: Hartmann'sche Buchdruckerei.
- Calcoen – A dutch narrative of the second voyage of Vasco da Gama to Calicut printed at Antwerp circa 1504*. 1874. Introd. and transl. by J. Ph. Berjeau. London: Basil Montagu Pickering.
- Cassel, Johann Philipp. 1771. *Privilegia und Handlungsfreiheiten, welche die Könige von Portugal ehemals den deutschen Kaufleuten zu Lissabon ertheilet haben*. Bremen: Witwe und Meier.
- Cassel, Johann Philipp. 1776. *Privilegien und Handlungsfreiheiten von den Königen in Portugal ehemals den deutschen Kaufleuten und Hansastädten ertheilet*. Bremen: Diedrich Meier.
- Chaves, Álvaro Lopes de. 1983. *Livro de apontamentos (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina da BNL*. Introd. e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Códice Valentim Fernandes*. 1997. Leitura paleográfica, notas e índice de José Pereira da Costa. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- «„Cronica newer geschichten“ von Wilhelm Rem. 1512-1527.» 1896. In *Die Chroniken der schwäbischen Städte: Augsburg* (Die Chroniken der deutschen Städte 25), 1-281. Leipzig: S. Hirzel.
- Crónicas de Rui de Pina*. 1977. Introd. e revisão de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão.
- Denucé, Jean. 1909. «Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles). Document.» *Archivo Historico Portuguez* 7: 310-319, 377-392.
- Deslandes, Venâncio. 1988. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional [1888].
- Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*. 1947. Coligida e anotada por António da Silva Rêgo. Vol. 1. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*. 1962. Vol. 1. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- Doehard, Renée. 1962. *Études Anversoises. Documents sur le commerce international à Anvers*. 3 vols. Paris: S.E.V.P.E.N.
- Ehrmann, Gabriele. 1979. *Georg von Ehingen, Reisen nach der Ritterschaft: Edition, Untersuchung, Kommentar*. Vol. 1. Göttingen: Kümmerle.
- Ferreira, J. A. Pinto. 1969. «Privilégios concedidos pelos reis de Portugal aos alemães, nos séculos XV e XVI.» *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* 32: 339-396.
- Freire, Anselmo Braamcamp. 1909. «Maria Brandoa, a do Crisfal. Documentos.» *Archivo Historico Portuguez* 7: 53-79, 123-133, 196-208, 320-326.
- Freire, Anselmo Braamcamp. 1910. «Maria Brandoa, a do Crisfal. Documentos.» *Archivo Historico Portuguez* 8: 21-33.
- From Lisbon to Calicut*. 1956. Transl. by Alvin E. Prottegeier, commentary and notes by John Parker. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Galvão, António. 1944. *Tratado dos descobrimentos*. 3.^a ed. Porto: Livraria Civilização [1563].
- Gatterer, M. Johannes Christoph. 1755. *Historia Genealogica Dominorum Holzschuherorum*. 2 Tle. Nürnberg: J. J. Fleischmann.
- Geffcken, Peter, e Mark Häberlein, eds. 2014. *Rechnungsfragmente der Augsburger Welser-Gesellschaft (1496-1551). Oberdeutscher Fernhandel am Beginn der neuzeitlichen Weltwirtschaft*. Stuttgart: Franz Steiner.
- Gesta proxime per Portugalenses in India, Ethiopia et aliis orientalibus terris*. 1958. Trad. de José Pereira da Costa. Lisboa: Inspeção Sup. das Bibliotecas e Arquivos.

- Godinho, Vitorino Magalhães, ed. 1943-56. *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*. 3 vols. Lisboa: Ed. Globo.
- Góis, Damião de. 1926. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Dir. por J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes. 4 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade [1566].
- Greiff, B., ed. 1861. *Tagebuch des Lucas Rem aus den Jahren 1494-1541. Ein Beitrag zur Handelsgeschichte der Stadt Augsburg*. Augsburg: Hartmann'sche Buchdruckerei.
- Guicciardini, Ludovico. 1588. *Descrittione di tutti i Paesi Bassi, altrimenti detti Germania Inferiore*. Anversa: Christofano Plantino.
- Haemmerle, Albert, ed. 1955. *Stetten-Jahrbuch MDCCCCLV. Vol. 2: Deren von Stetten Geschlechterbuch MDXXXVIII*. München: Privatdruck.
- Hümmerich, Franz. 1918. *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien 1505/6*. München: Verlag der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften.
- I Diarii di Marino Sanuto*. 1880. Tomo IV. Pubblicato per cura di Nicolò Barozzi. Venezia: Stabilimento Visentini av. Federico.
- Kellenbenz, Hermann, e Rolf Walter, eds. 2001. *Oberdeutsche Kaufleute in Sevilla und Cadiz (1525-1560). Eine Edition von Notariatsakten aus den dortigen Archiven*. Stuttgart: Franz Steiner.
- König, Erich, ed. 1923. *Konrad Peutingers Briefwechsel*. München: Beck.
- Krása et al., eds. 1986. *European Expansion 1494-1519. The Voyages of Discovery in the Bratislava Manuscript Lc. 515/8 (Codex Bratislavensis)*. Prague: Charles University.
- Kroell, Anne. 1980. «Le voyage de Lazarus Nürnberger en Inde (1517-1518).» *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes* 41: 59-87.
- Marques, João Martins da Silva. 1988. *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*. 3 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Müller, Karl Otto. 1955. *Quellen zur Handelsgeschichte der Paumgartner von Augsburg (1480-1570)*. Wiesbaden: Franz Steiner.
- Müller, Karl Otto. 1962. *Welthandelsbräuche (1480-1540)*. Wiesbaden: Franz Steiner.
- Münzer, Jerónimo. 1991. *Viaje por España y Portugal: 1494-1495*. Introd. de Ramón Alba. Madrid: Polifemo.
- Nascimento, Aires A., ed. 1992a. *Leonor de Portugal: Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*. Lisboa: Cosmos.
- Nascimento, Aires A., ed. 1992b. *Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI*. Lisboa: Cosmos.
- Nascimento, Aires A., ed. 2002. *Diogo Gomes de Sintra: Descobrimento Primeiro da Guiné*. Lisboa: Colibri.
- «Privilégios concedidos a alemães em Portugal (An Deutsche in Portugal erteilte Privilegien). Certidão de Duarte Fernandez (Urkunde des Duarte Fernandez).» 1959. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* (3.^a série) 1: 119-159.
- Polišenský, Josef, e Peter Ratkoš. 1964. «Eine neue Quelle zur zweiten Indienfahrt Vasco da Gamas.» *Historica* 9: 53-67.
- Radzikowski, Piotr, ed. 1998. *Reisebeschreibung Niclas von Popplau Ritters, bürtig von Breslau*. Kraków: Trans-Krak.
- Reichert, Folker, ed. 2009. *Quellen zur Geschichte des Reisens im Spätmittelalter*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Resende, Garcia de. 1973. *Crónica de D. João II e miscelânea* (reed. da versão de 1798). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Ribeiro, Vítor. 1917. *Privilégios de estrangeiros em Portugal (ingleses, franceses, alemães, flamengos e italianos)*. Coimbra: s.ed.
- Rohr, Christiane von. 1939. *Neue Quellen zur zweiten Indienfahrt Vasco da Gamas*. Leipzig: Koehler.

- Schedel, Hartmann. 2004. *Weltchronik 1493* (Reprint). Ed. por Stephan Füssel. Augsburg: Weltbild.
- Schmitt, Eberhard, ed. 1984-86. *Dokumente zur Geschichte der europäischen Expansion*. Vols. 1-2. München: Beck.
- Stier, H. C. G., ed. 1880. *VIãmisches Tagebuch über Vasco da Gama's zweite Reise 1502-1503*. Braunschweig: C. A. Schwetschke und Sohn.
- Strieder, Jakob. 1930. *Aus Antwerpener Notoriatsarchiven. Quellen zur deutschen Wirtschaftsgeschichte des 16. Jahrhunderts*. Berlin/Leipzig: Deutsche Verlags-Anstalt.
- Thausing, Moriz. 1872. *Dürers Briefe, Tagebücher und Reime nebst einem Anhang von Zuschriften an und für Dürer*. Wien: W. Braumüller.
- Tidings out of Brazil*. 1957. Transl. by Mark Graubard, commentary and notes by John Parker. Minneapolis: The University of Minnesota Press.
- Vasconcelos, Basílio de. 1930. «"Itinerário" do Dr. Jerónimo Münzer.» *O Instituto* 80: 541-569.
- Viterbo, Francisco Marques de Sousa. 1909. «D. Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Notas documentaes para o estudo biographico d'esta princesa e para a historia das relações da corte de Portugal com a Casa d'Austria.» *Arquivo Historico Portuguez* 7: 432-440, 8: 34-46.
- Wieser, Fr. R. von, ed. 1907. *Die "Cosmographiae Introductio" des Martin Waldseemüller (Ilacomilus) in Faksimiledruck*. Straßburg: J. H. Ed. Heitz.
- Zeibig, H. G. 1965. «Die kleine Klosterneuburger Chronik (1322 bis 1428).» *Archiv für Kunde österreichischer Geschichtsquellen* 7: 227-268.
- Zurara, Gomes Eanes de. 1978/81. *Crónica dos Feitos Notáveis que se passaram na Conquista de Guiné por Mandado do Infante D. Henrique*. Introd. e notas de Torquato de Sousa Soares. 2 vols. Lisboa: Academia Portuguesa de História [1453?].

2. Estudos

- Albrecht Dürer, 1471-1971. Katalog zur Ausstellung des GNM*. 1971. 2.^a ed. München: Prestel.
- Albuquerque, Luís de. 1965. *Os Guias Náuticos de Munique e Évora*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Albuquerque, Luís de. 1983. *Ciência e experiência nos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Albuquerque, Luís de. 1985a. «Behaim, Martin.» In *Dicionário de História de Portugal (DHP)*. Vol. 1, 321-322. Porto: Figueirinhas.
- Albuquerque, Luís de. 1985b. *Os Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Albuquerque, Luís de. 1987. *As navegações e a sua projecção na ciência e na cultura*. Lisboa: Gradiva.
- Albuquerque, Luís de. 1988. *Navegação Astronómica*. Lisboa: CNCDP.
- Albuquerque, Luís de. 1989. *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*. 4.^a ed. Mem Martins: Europa-América.
- Albuquerque, Luís de. 1990. *Dúvidas e certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*. Vol. 1. Lisboa: Vega.
- Albuquerque, Luís de. 1994a. «Astrologia.» In *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses (DHDP)*. Vol. 1, 95. Lisboa: Caminho.
- Albuquerque, Luís de. 1994b. «Cartografia Portuguesa (Séculos XV-XVII).» In *DHDP*. Vol. 1, 213-217. Lisboa: Caminho.
- Albuquerque, Luís de. 1994c. «Ciência Náutica Portuguesa.» In *DHDP*. Vol. 1, 250-251. Lisboa: Caminho.
- Albuquerque, Luís de. 1994d. «Junta de Matemáticos.» In *DHDP*. Vol. 1, 561-562. Lisboa: Caminho.
- Albuquerque, Luís de. 1994e. «Regimento de Évora.» In *DHDP*. Vol. 2, 935. Lisboa: Caminho.

- Albuquerque, Luís de. 1994f. «Regimento de Munique.» In *DHDP*. Vol. 2, 935-936. Lisboa: Caminho.
- Albuquerque, Luís de. 1994g. «Tábuas Astronómicas.» In *DHDP*. Vol. 2, 1011-1012. Lisboa: Caminho.
- Alessandrini, Nunziatella. 2003. «A comunidade florentina em Lisboa (1481-1557).» *Clio* 9: 63-86.
- Alessandrini, Nunziatella. 2006. «La presenza italiana a Lisbona nella prima metà del Cinquecento.» *Archivio Storico Italiano* 164, n.º 607: 37-54.
- Alessandrini, Nunziatella et al., coord. 2013. *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se pò. Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste».
- Alessandrini, Nunziatella, e Pedro Flor. 2013. «Índícios, sinais e moradas dos Italianos “estantes” em Lisboa (séc. XVI).» In N. Alessandrini et al., coord. *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se pò. Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*, 103-121. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste».
- Almeida, A. A. Marques de. 1993. *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*. Lisboa: Cosmos.
- Almeida, A. A. Marques de. 1994a. «Antuérpia, Feitoria de.» In *DHDP*. Vol. 1, 75-77. Lisboa: Caminho.
- Almeida, A. A. Marques de. 1994b. «Fugger.» In *DHDP*. Vol. 1, 438-439. Lisboa: Caminho.
- Almeida, A. A. Marques de. 1994c. «Lopes, Tomé.» In *DHDP*. Vol. 2, 624-625. Lisboa: Caminho.
- Almeida, A. A. Marques de. 1994d. «Welser.» In *DHDP*. Vol. 2, 1085. Lisboa: Caminho.
- Amado, Maria Teresa. 1994. «Behaim, Martin.» In *DHDP*. Vol. 1, 127-128. Lisboa: Caminho.
- Amaral, Maria Valentina Cotta do. 1965. *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D. João III*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Amburger, Hannah S. M. 1931. «Die Familiengeschichte der Koeler. Ein Beitrag zur Autobiographie des 16. Jahrhunderts.» *MVGN* 30: 153-288.
- Ammann, Hektor. 1970. *Die wirtschaftliche Stellung der Reichsstadt Nürnberg im Spätmittelalter*. Nürnberg: Selbstverlag des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg.
- Andrade, António Alberto Banha de. 1972a. *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*. 2 vols. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Andrade, António Alberto Banha de. 1972b. «O Auto Notarial de Valentim Fernandes (1503) e o seu Significado como Fonte Histórica.» *Arquivos do Centro Cultural Português* 5: 521-545.
- Andrade, António Alberto Banha de. 1974. *História de um Fidalgo Quinhentista Português. Tristão da Cunha*. Lisboa: Instituto Histórico Infante D. Henrique.
- Anselmo, António Joaquim. 1926. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Anselmo, Artur. 1981. *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Apontamentos para a História da Moeda em Portugal*. 1878. Lisboa: Casa da Moeda e Papel Sellado.
- Aubin, Jean. 1975. «Duarte Galvão.» *Arquivos do Centro Cultural Português* 9: 43-85.
- Aubin, Jean. 1990a. «D. João II devant sa succession.» *Arquivos do Centro Cultural Português* 27: 101-140.
- Aubin, Jean, ed. 1990b. *La découverte, le Portugal, et l'Europe: actes du colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.
- Aubin, Jean. 1996-2006. *Le Latin et l'Astrolabe*, 3 vols. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- Azevedo, João Lúcio de. 1978. *Épocas de Portugal Económico. Esboços de História*. 4.ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Babel, Rainer, e Werner Paravicini, eds. 2005. *Grand Tour. Adelige Reisen und europäische Kultur vom 14. bis zum 18. Jahrhundert*. Ostfildern: Jan Thorbecke.

- Bach-Damaskinos, Ruth. 2007. «Lauter kluge Köpfe. Zeitgenossen von Martin Behaim in Nürnberg.» *Norica* 3: 88-92.
- Bagrow, Leo. 1951. *Die Geschichte der Kartographie*. Berlin: Safari.
- Barata, Maria do Rosário Themudo [Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz]. 1971. *Rui Fernandes de Almada: Diplomata portugueses do século XVI*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos.
- Barata, Maria do Rosário Themudo. 1973. «Um português na Alemanha no tempo de Dürer: Rui Fernandes de Almada.» *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* (3.ª série) 15: 85-123.
- Barata, Maria do Rosário Themudo. 1989. «A 1.ª viagem de Lopo Soares à Índia (1504/05). Um termo e um começo.» In *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'*. Actas. Vol. 3, 253-279. Porto: Universidade do Porto/ CNCDP.
- Barata, Maria do Rosário Themudo. 1990. «Quem foi Rui Fernandes Almada?» *Oceanos* 3: 96-99.
- Barata, Maria do Rosário Themudo. 1995. «Portugal e a Europa dividida no século XVI.» *Mare Liberum* 10: 23-31.
- Baum, Wilhelm. 1993. *Kaiser Sigismund: Hus, Konstanz und Türkenkriege*. Graz et al.: Styria.
- Bedini, Silvio A. 1997. *The Pope's Elephant*. Manchester: Carcanet Press.
- Bensaúde, Joaquim, ed. 1914. *Regimento do Astrolábio e do Quadrante (Tractado da Spera do Mundo. Nach dem einzigen bekannten Exemplar in der Münchener K. Hof-, und Staatsbibliothek)*. München: Carl Kuhn.
- Bensaúde, Joaquim. 1917-20. *Les légendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises*. Genève: A. Kundig.
- Bensaúde, Joaquim. 1967. *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*. Amsterdam: N. Israel [1912].
- Bernecker, Walther L. 2000. «Nürnberg und die überseeische Expansion im 16. Jahrhundert.» In Helmut Neuhaus, ed. *Nürnberg. Eine europäische Stadt in Mittelalter und Neuzeit*, 185-218. Nürnberg: Selbstverlag des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg.
- Bernecker, Walther L., e Horst Pietschmann. 2008. *Geschichte Portugals. Vom Spätmittelalter bis zur Gegenwart*. 2.ª ed. München: Beck.
- Berninger, Otto. 1959. «Martin Behaim (zur 500. Wiederkehr seines Geburtstages am 6. Oktober 1459).» *Mitteilungen der Fränkischen Geographischen Gesellschaft* 6: 141-151.
- Beyerstedt, Horst. 2007. «Woher stammt unser Wissen? Archivalien zu Martin Behaim im Stadtarchiv Nürnberg.» *Norica* 3: 48-58.
- Biedermann, Zoltán. 2002. «A última Carta de Francisco de Albuquerque (Cochim, 31 de Dezembro de 1503).» *Anais de História de Além-Mar* 3: 123-153.
- Bitterli, Urs. 1976. *Die Wilden und die Zivilisierten. Grundzüge einer Geistes- und Kulturgeschichte der europäisch-überseeischen Begegnung*. München: Beck.
- Bitterli, Urs, e Eberhard Schmitt, eds. 1991. *Die Kenntnis beider 'Indien' im frühneuzeitlichen Europa*. München: Oldenbourg.
- Blendinger, Friedrich. 1972. «Hoechstetter.» In *Neue Deutsche Biographie (NDB)*. Vol. 9, 302-304. Berlin: Duncker & Humblot.
- Böhm, Christoph. 1998. *Die Reichsstadt Augsburg und Kaiser Maximilian I.* Sigmaringen: Jan Thorbecke.
- Böhme, Max. 1962. *Die großen Reisesammlungen des 16. Jahrhunderts und ihre Bedeutung*. Amsterdam: Meridian.
- Borrêcho, Maria do Céu. 1994. «Hansa, Relações de Portugal com a.» In *DHDP*. Vol. 1, 484. Lisboa: Caminho.
- Bouchon, Geneviève. 1976. «L'inventaire de la cargaison rapportée de l'Inde en 1505.» *Mare Luso-Indicum* 3: 101-136.
- Bouchon, Geneviève. 1985. «Glimpses of the Beginnings of the *Carreira da Índia* (1500-1518).» In Teotónio R. Souza, ed. *Indo-Portuguese History. Old Issues, New Questions*, 40-55. New Delhi: Concept Publishing Company.

- Bouchon, Geneviève. 1998. *Vasco da Gama*. Lisboa: Terramar.
- Bouchon, Geneviève. 2000. *Afonso de Albuquerque: Leão dos Mares da Ásia*. Lisboa: Quetzal.
- Boxer, Charles Ralph. 2012. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70 [1977: *O Império Colonial Português (1415-1825)*].
- Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond. 2000. «Alemães na Inquisição Portuguesa (séculos XVI-XVII).» In Helmut Siepmann, coord. *Portugal, Indien und Deutschland. Portugal, Índia e Alemanha. (Akten der V. deutsch-portugiesischen Arbeitsgespräche. Actas do V Encontro Luso-Alemão)*. Köln/Lisboa: Zentrum Portugiesischsprachige Welt et al.
- Braga, Paulo Drumond. 2005a. «Bombardeiros alemães no Portugal de D. Manuel I.» In *Portugueses no Estrangeiro, Estrangeiros em Portugal*, 237-246. Lisboa: Hugin.
- Braga, Paulo Drumond. 2005b. «Estrangeiros em Portugal no reinado de D. João II. As cartas de naturalização.» In *Portugueses no Estrangeiro, Estrangeiros em Portugal*, 211-220. Lisboa: Hugin.
- Braga, Paulo Drumond. 2005c. «Joana de Habsburgo (1535-1573) e Portugal.» In *Portugueses no Estrangeiro, Estrangeiros em Portugal*, 115-126. Lisboa: Hugin.
- Braga, Paulo Drumond. 2005d. Leonor de Habsburgo, a terceira mulher de D. Manuel I.» In *Portugueses no Estrangeiro, Estrangeiros em Portugal*, 97-114. Lisboa: Hugin.
- Braga, Paulo Drumond. 2005e. *Portugueses no Estrangeiro, Estrangeiros em Portugal*. Lisboa: Hugin.
- Braga, Paulo Drumond. 2005f. «Um polaco em Portugal no tempo de D. João II: Nicolaus von Popplau.» In *Portugueses no Estrangeiro, Estrangeiros em Portugal*, 221-235. Lisboa: Hugin.
- Branco, Maria dos Remédios Castelo. 1989. «Portugal nos finais do século XV visto por Münzer.» In *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'*. Actas. Vol. 4, 285-299. Porto: Universidade do Porto/ CNCDP.
- Brandt, Karl. 1942. *Kaiser Karl V. Werden und Schicksal einer Persönlichkeit und eines Weltreiches*. 4.^a ed. München: Bruckmann.
- Brandt, Armin M. 1989. *Martin Behaim (1459-1507): Seefahrer, Entdecker, Kosmograph*. Regensburg: Pustet.
- Brasão, Eduardo. 1969. *Portugal na Bélgica*. Lisboa: Diamang.
- Bräunlein, Peter J. 1992a. *Martin Behaim: Legende und Wirklichkeit eines berühmten Nürnbergers*. Bamberg: BVB/ Bayerische Verl.-Anstalt.
- Bräunlein, Peter J. 1992b. «Ritter, Seefahrer, Erfinder, Kosmograph, Globusmacher, Instrumentenbauer ... – Zum populären Behaim-Bild des 19. und 20. Jahrhunderts.» In *Focus Behaim-Globus*. Vol. 1, 189-208. Nürnberg: Verlag des GNM.
- Bräunlein, Peter J. 1994. «Das Schiff als »Hölle« im Schembartlauf des Jahres 1506. Eine Deutung im zeitgeschichtlichen Kontext Nürnbergs.» *Jahrbuch für Volkskunde* 17: 197-208.
- Briesemeister, Dietrich. 2003. «"Landt America oder Prasilien". Die Ausformung des frühneuzeitlichen Brasilienbildes in Deutschland.» In O. Grossegese et al., eds. *Portugal – Alemanha – Brasil. Actas do VI Encontro Luso-Alemão*. Vol. 2, 13-32. Braga: Univ. do Minho/ Centro de Estudos Humanísticos.
- Briesemeister, Dietrich. 2004. «"Presillg Landt". Die Vorstellung von Brasilien im deutschen kosmographischen Schrifttum des frühen 16. Jahrhunderts.» In Susanne Grunwald et al., eds. *Pasajes. Passages. Passagen. Homenaje a Christian Wenzlaff-Eggebert*, 729-743. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Brito, José Joaquim Gomes de. 1935. *Ruas de Lisboa. Notas para a história das vias públicas lisbonenses*. 3 vols. Lisboa: Sá da Costa.
- Brunschwig, Henri. 1957. *L'expansion allemande outre-mer du XVe siècle a nos jours*. Paris: Presses universitaires de France.
- Bruscoli, Francesco Guidi. 2013. «Bartolomeo Marchionni: um mercador-banqueiro florentino em Lisboa (séculos XV-XVI).» In N. Alessandrini et al., coord. *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se pò. Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII)*, 39-60. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste».

- Bruscoli, Francesco Guidi. 2014. *Bartolomeo Marchionni “Homem de grossa fazenda” – Un mercante fiorentino a Lisbona e l’impero portoghese*. Firenze: Leo S. Olschki.
- Buescu, Ana Isabel. 2007a. «Carlos V e o Portugal de Quinhentos. Apontamentos de história política.» In *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Vol. 1, 115-133. Lisboa/Ponta Delgada: CHAM/ Universidade dos Açores.
- Buescu, Ana Isabel. 2007b. *Catarina de Áustria (1507-1578). Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Buescu, Ana Isabel. 2008. *D. João III: 1502-1557*. 2.^a ed. Rio de Mouro: Temas e Debates.
- Bussche, Émile vanden. 1874. *Flandre et Portugal*. Bruges: s.ed.
- Cabral, Adolfo de Oliveira. 1946. «Hans Sachs e a Expansão Portuguesa. Reflexos de Portugal na Cultura Europeia.» *Rumo* 6: 155-171.
- Campos, Viriato. 1966. *Viagens de Diogo Cão e de Bartolomeu Dias*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- Canto, Ernesto do. 1878. «Martim Béhaim e o seu globo de Nuremberg.» *Arquivo dos Açores* 1: 435-444.
- Carita, Helder. 1999. *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Carita, Rui. 1989. *História da Madeira*. Vol. 1. Funchal: Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego.
- Carneiro, Roberto, e Artur Teodoro de Matos, eds. 2004. *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa/Ponta Delgada: CHAM/ Universidade dos Açores.
- Carvalho, Filipe Nunes de. 1994. «Solis, João Dias de.» In *DHDP*. Vol. 2, 999-1000. Lisboa: Caminho.
- Carvalho, Joaquim Barradas de. 1953. «A Mentalidade, o Tempo e os Grupos Sociais (Um exemplo português da época dos descobrimentos: Gomes Eanes de Zurara e Valentim Fernandes).» *Revista de História (da Universidade de São Paulo)* 7/15: 37-68.
- Carvalho, Joaquim Barradas de. 1985a. «Fernandes, Valentim.» In *DHP*. Vol. 2, 548-549. Porto: Figueirinhas.
- Carvalho, Joaquim Barradas de. 1985b. «Mayr, Hans.» In *DHP*. Vol. 4, 231. Porto: Figueirinhas.
- Carvalho, Octávio Pais de. 1994. «Aveiro, João Afonso de.» In *DHDP*. Vol. 1, 104. Lisboa: Caminho.
- Castro (Jr.), Augusto César da Silva. 1961. «Diogo Cão e a legenda de Henrique Martelo.» In *Congresso Internacional de História dos Descobrimientos. Actas*. Vol. 2, 85-109. Lisboa: s.ed.
- Castro, Tiago Machado de. 2011. *Bombardeiros na Índia: os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*. Diss. de Mestrado, Univ. Nova de Lisboa.
- Castro, Tiago Machado de. 2013. «Bombardeiros da nómina: documentos sobre os privilégios e o vínculo à Coroa nos reinados de D. Manuel I e de D. João III.» Comunicação apresentada no III Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna, Évora, 2013. Consultado em 5/5/2015. https://www.academia.edu/3986731/Tiago_Machado_de_Castro_Bombardeiros_da_Nomina_EJHIM2013v2.
- Castro, Tiago Machado de. 2014. «Obrigação e vontade na procissão do Corpo de Deus: relação entre ofícios civis e militares à luz de uma resposta régia à Câmara de Lisboa.» *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.^a série, n.º 2: 39-53. <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/2/tiagoc.pdf>.
- Cipolla, Carlo M. 1999. *Segel und Kanonen. Die europäische Expansion zur See*. Berlin: Wagenbach.
- Classen, Albrecht. 2003. «Die Iberische Halbinsel aus der Sicht eines humanistischen Nürnberger Gelehrten Hieronymus Münzer: *Itinerarium Hispanicum* (1494-1495).» *MIÖG* 111: 317-340.
- Coelho, António Borges. 1986. *Quadro para uma viagem a Portugal no séc. XVI*. Lisboa: Caminho.
- Coletto, María del Carmen Mazarío. 1951. *Isabel de Portugal, emperatriz y reina de España*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Congresso internacional ‘Bartolomeu Dias e a sua época’*. Actas. 1989. 5 vols. Porto: Universidade do Porto/ CNCDP.

- Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Actas.* 1961. 7 vols. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Cordeiro, Luciano. 1894. *Uma sobrinha do Infante: Imperatriz da Alemanha e Rainha da Hungria.* Lisboa: Imprensa Nacional.
- Cordeiro, Luciano. 1936. *Questões Histórico-Coloniais.* Vol. 2. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Cortesão, Armando. 1960. *Cartografia Portuguesa Antiga.* Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Costa, Abel Fontoura da. 1937. *Deambulações da Ganda de Modofar, rei de Cambaia, de 1514 a 1516.* Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Costa, Abel Fontoura da. 1939. *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508).* Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Costa, Abel Fontoura da. 1990. *Às portas da Índia em 1484.* Lisboa: Edições Culturais da Marinha [1935].
- Costa, Francisco Carreiro da. 1985. «Huertere, Josse van.» In *DHP.* Vol. 3, 229. Porto: Figueirinhas.
- Costa, João Paulo Oliveira e. 2009. *Henrique, o Infante.* Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Costa, João Paulo Oliveira e. 2010. «A fundação do Estado da Índia e os desafios europeus de D. Manuel I.» In João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, eds. *O Estado da Índia e os Desafios Europeus. Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa,* 39-49. Lisboa: CHAM/ CEPCEP.
- Costa, João Paulo Oliveira e. 2012. *D. Manuel I, um Príncipe do Renascimento.* 10.^a ed. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Costa, João Paulo Oliveira e. 2013. *Mare Nostrum. Em Busca de Honra e Riqueza nos Séculos XV e XVI.* Lisboa: Temas e Debates.
- Costa, João Paulo Oliveira e, e Teresa Lacerda. 2007. *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII).* Lisboa: ACIME.
- Costa, João Paulo Oliveira e et al., coord. 2014. *História da Expansão e do Império Português.* Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Costa, José Pereira da, e Fernando Jasmíns Pereira, pref. 1989. *Livro de Contas da Ilha da Madeira: 1504-1537.* Vol. 2. Coimbra: CEHA.
- Costa, Leonor Freire. 2002. *Império e Grupos Mercantis entre o Oriente e o Atlântico (século XVII).* Lisboa: Livros Horizonte.
- Costa, Leonor Freire, Pedro Lains, e Susana Münch Miranda. 2011. *História económica de Portugal, 1143-2010.* Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Crone, Gerald Roe. 1961. «Martin Behaim, navigator and cosmographer; figment of imagination or historical personage?» In *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Actas.* Vol. 2, 117-133. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Cruz, Maria Augusta Lima. 1999. «Os Desvairados Caminhos da Especiaria nas Letras Portuguesas de Quinhentos.» In Inácio Guerreiro, coord. *A Epopeia das Especiarias,* 166-178. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/ INAPA.
- Curvelo, Alexandra, e Madalena Simões, eds. 2011. *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahrhundert) – Portugal e o Sacro Império (séculos XVI-XVIII).* Münster: Aschendorff.
- Daenell, E. 1910. «Zu den deutschen Handelsunternehmungen in Amerika im 16. Jahrhundert.» *Historische Vierteljahresschrift* 13: 183-191.
- Dauser, Regina, e Magnus U. Ferber. 2010. *Die Fugger und Welser: Vom Mittelalter bis zur Gegenwart.* Augsburg: Verlagsgemeinschaft Augsburg.
- Deerr, Noel. 1949. *The History of Sugar.* Vol. 1. London: Chapman & Hall.

- Delille, Maria Manuela Gouveia, coord. e pref. 2007. *Portugal – Alemanha: Memórias e Imaginários*. Vol. 1. Coimbra: MinervaCoimbra/ Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.
- Denzel, Markus A. 1999a. «Zur Finanzierung des europäischen Asienhandels in der Frühen Neuzeit: Vom Zahlungsausgleich im Gewürzhandel zum bargeldlosen Zahlungsverkehr.» In M. A. Denzel, ed. *Gewürze: Produktion, Handel und Konsum in der Frühen Neuzeit*, 37-69. St. Katharinen: Scripta Mercaturae Verlag.
- Denzel, Markus A., ed. 1999b. *Gewürze: Produktion, Handel und Konsum in der Frühen Neuzeit*. St. Katharinen: Scripta Mercaturae Verlag.
- Denzel, Markus A. 2002. «Professionalisierung und sozialer Aufstieg bei oberdeutschen Kaufleuten und Faktoren im 16. Jahrhundert.» In Günther Schulz, ed. *Sozialer Aufstieg. Funktionselementen im Spätmittelalter und in der frühen Neuzeit*, 413-442. München: Harald Boldt.
- Denzel, Markus A. 2006. «Die geographische Beschleunigung der Kommunikation im frühneuzeitlichen Bankgewerbe Europas. Der bargeldlose Zahlungsverkehr als Beispiel.» *Scripta Mercaturae* 40/2: 169-203.
- Denzer, Jörg 2005. *Die Konquista der Augsburger Welser-Gesellschaft in Südamerika (1528-1556)*. München: Beck.
- «Der Behaim-Globus zu Nürnberg. Eine Faksimile-Wiedergabe in 92 Einzelbildern.» 1943/44. *Ibero-Amerikanisches Archiv* 17: 1-48.
- «Der evangelisch-lutherische Gottesdienst zu Lisboa.» 1858. *Zeitschrift des Vereins für hamburgische Geschichte* 4: 289-295.
- Dharampal-Frick, Gita. 1994. *Indien im Spiegel deutscher Quellen der Frühen Neuzeit (1500-1750). Studien zu einer interkulturellen Konstellation*. Tübingen: Niemeyer.
- Dias, João José Alves. 1995a. «Os primeiros impressores alemães em Portugal.» In *No quinto centenário da “Vita Christi”: os primeiros impressores alemães em Portugal*, 15-27. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Dias, João José Alves. 1995b. «Zur Geschichte der deutschen Kolonie im Portugal des 16. Jahrhunderts. Einige Prozesse der Lissaboner Inquisition.» In Marília dos Santos Lopes et al., eds. *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, 27-35. Pfaffenweiler: Centaurus.
- Dias, João José Alves, coord. 1995c. *No quinto centenário da “Vita Christi”: os primeiros impressores alemães em Portugal*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Dias, João José Alves. 1996. «A primeira impressão das *Ordenações Manuelinas*, por Valentim Fernandes.» In A. H. de Oliveira Marques et al., eds. *Portugal - Alemanha - África: do imperialismo colonial ao imperialismo político. Actas do IV Encontro Luso-alemão*, 31-42. Lisboa: Colibri.
- Dias, João José Alves. 2000. «As obras de autores portugueses impressas na Alemanha durante o século XVI – o caso de Colónia.» In Helmut Siepmann, coord. *Portugal, Indien und Deutschland. Portugal, Índia e Alemanha. (Akten der V. deutsch-portugiesischen Arbeitsgespräche. Actas do V Encontro Luso-Alemão)*, 367-393. Köln/ Lisboa: Zentrum Portugiesischsprachige Welt et al.
- Dias, João José Alves. 2007. «A colónia alemã de Lisboa face à Inquisição: um olhar sobre o século XVI.» In Maria Manuela Gouveia Delille (coord. e pref.). *Portugal – Alemanha: Memórias e Imaginários*. Vol. 1, 75-82. Coimbra: MinervaCoimbra/ Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.
- Dias, Manuel Nunes. 1963/64. *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*. 2 vols. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.
- Dias, Manuel Nunes. 1989. «Dinâmica dos metais alemães na Rota do Cabo.» In *Congresso internacional ‘Bartolomeu Dias e a sua época’*. Actas. Vol. 3, 563-584. Porto: Universidade do Porto/ CNCDP.
- Dicionário de História de Portugal*. 1985. Dir. de Joel Serrão. 6 vols. Porto: Figueirinhas.
- Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. 1994. Dir. de Luís de Albuquerque. 2 vols. Lisboa: Caminho.
- Die Bartholomäus-Bruderschaft der Deutschen in Lissabon. Geschichte, Zweck und Ziele*. 1970. Lisboa: s.ed.
- Diffie, Bailey W., e George D. Winus. 1989/91. *A Fundação do Império Português 1415-1580*. 2 vols. Lisboa: Vega.

- Disney, Anthony, e Emily Booth, eds. 2000. *Vasco da Gama and the Linking of Europe and Asia*. Oxford: Oxford University Press.
- Dollinger, Philippe. 1989. *Die Hanse*. 4.^a ed. Stuttgart: Kröner.
- Domingues, Francisco Contente. 1994a. «Bombardeiro.» In *DHDP*. Vol. 1, 138. Lisboa: Caminho.
- Domingues, Francisco Contente. 1994b. «Sigilo, Política de.» In *DHDP*. Vol. 2, 989-992. Lisboa: Caminho.
- Duchâteau, Armand. 1989. «Balthasar Springer et l'influence des découvertes portugaises en Europe Central.» In *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'*. Actas. Vol. 2, 369-390. Porto: Universidade do Porto/ CNCDP.
- Durrer, Ingrid. 1953. *As relações económicas entre Portugal e a Liga Hanseática desde os últimos anos do século XIV até 1640*. Diss. de Licenciatura, Univ. de Coimbra.
- Ebert, Christopher. 2008. *Between empires: Brazilian sugar in the early Atlantic economy, 1550-1630*. Leiden: Brill.
- Edelmayer, Friedrich et al., eds. 2001. *Die Geschichte des europäischen Welthandels und der wirtschaftliche Globalisierungsprozeß*. Wien/München: Verlag für Geschichte und Politik/ Oldenbourg.
- Ehrenberg, Richard. 1922. *Das Zeitalter der Fugger. Geldkapital und Creditverkehr im 16. Jahrhundert*. 3.^a ed. 2 vols. Jena: Gustav Fischer.
- Ehrhardt, Marion. 1966. «Notícias alemães do século XVI sobre Portugal.» *Humboldt* 14: 114-116.
- Ehrhardt, Marion. 1980. «As Primeiras Notícias Alemãs acerca da Cultura Portuguesa/ Erste deutsche Nachrichten über die portugiesische Kultur.» In M. Ehrhardt, R. Hess, e J. Schmitt-Radefeldt. *Portugal - Alemanha: Estudos sobre a Recepção da Cultura e da Língua Portuguesa na Alemanha*, 7-65. Coimbra: Livraria Almedina.
- Ehrhardt, Marion. 1989. *A Alemanha e os Descobrimientos Portugueses*. Lisboa: Texto Editora.
- Ehrhardt, Marion. 1994. «Geschichte der deutsch-portugiesischen Kulturbeziehungen.» *Zeitschrift für Kulturaustausch* 44/1: 13-19.
- Ehrhardt, Marion. 1996a. «Bartholomäus-Brüderschaft der Deutschen in Lissabon.» In *Deutscher Verein in Lissabon* (Festschrift zur Hundertfünfundsingzigjahresfeier des Deutschen Vereins in Lissabon, 1870-1995), 47-59. Lisboa: s.ed.
- Ehrhardt, Marion. 1996b. «Frühe deutsche Drucker in Portugal.» In A. H. de Oliveira Marques et al., eds. *Portugal – Alemanha – África: do imperialismo colonial ao imperialismo político*. Actas do IV Encontro Luso-alemão, 25-30. Lisboa: Colibri.
- Eirich, Raimund. 2009. «Die Vöhl in Memmingen und ihre Handelsgesellschaft.» *Memminger Geschichtsblätter*: 7-172.
- Erdmann, Carl. 1930. «Der Kreuzzugsgedanke in Portugal.» *Historische Zeitschrift* 141: 23-53.
- Erhard, Andreas, e Eva Ramminger. 1998. *Die Meerfahrt: Balthasar Springers Reise zur Pfefferküste. Mit einem Faksimile des Buches von 1508*. Innsbruck: Haymon.
- Everaert, John. 1989. «Marchands flamands à Lisbonne et l'exportation du sucre de Madère (1480-1530).» In *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*. Vol. 1, 442-480. Funchal: DRAC.
- Everaert, John. 1991. «Os barões flamengos do açúcar na Madeira (ca. 1480 - ca. 1620).» In J. Everaert e E. Stols, eds. *Flandres e Portugal. Na confluência de duas culturas*, 99-117. Lisboa: Inapa.
- Everaert, John. 1996. «L' économie de la première expansion portugaise. Les Barons flamands du sucre à Madère (ca 1480 - 1530).» In *Os Descobrimientos e a Expansão Portuguesa no Mundo. Curso de Verão 1994*. Actas, 133-148. Lisboa: Univ. Lusíada.
- Everaert, John. 2000. «Soldiers, Diamonds and Jesuits: Flemings and Dutchmen in Portuguese India (1505-90).» In Anthony Disney e Emily Booth, eds. *Vasco da Gama and the Linking of Europe and Asia*, 84-99. Oxford: Oxford University Press.
- Everaert, John, e E. Stols, eds. 1991. *Flandres e Portugal. Na confluência de duas culturas*. Lisboa: Inapa.

- Exotica. Os Descobrimentos Portugueses e as Câmaras de Maravilhas do Renascimento*. 2001. Coord. de João Castel-Branco Pereira e Nuno Vassallo e Silva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Faria, Francisco Leite de. 1977. *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*. Lisboa: SEC.
- Faria, Francisco Leite de. 1990. «Ecos literários e impacto cultural dos descobrimentos portugueses no Atlântico.» *Mare Liberum* 1: 93-103.
- Farinelli, Arturo. 1942. *Viajes por España y Portugal desde la edad media hasta el siglo XX*. 2 vols. Roma: Reale Accademia d'Italia.
- Farinha, António Dias. 1999. «A Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia.» *Oceanos* 39: 54-68.
- Feist-Hirsch, Elisabeth. 1987. *Damião de Góis*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Feldbauer, Peter. 2005. *Die Portugiesen in Asien 1498-1620*. Essen: Magnus.
- Feldbauer, Peter, e Jean-Paul Lehnert, eds. 2008. *Die Welt im 16. Jahrhundert*. Wien: Mandelbaum.
- Fernández, Luis Suárez. 1993. «Las relaciones de los Reyes Católicos con la Casa de Habsburgo.» In A. Kohler e F. Edelmayr, eds. *Hispania – Austria*, 38-51. Wien/München: Verlag für Geschichte und Politik/ Oldenbourg.
- Ferreira, Ana Maria Pereira. 2000. «Estrangeiros na Índia no Tempo de Afonso de Albuquerque: Os Anónimos.» *Anais de História de Além-Mar* 1: 53-58.
- Ferreira, Maria Emília Cordeiro. 1985. «Monetário (Münzer), Dr. Jerónimo.» In *DHP*. Vol. 4, 333-334. Porto: Figueirinhas.
- Fleischmann, Peter. 2008. *Rat und Patriziat in Nürnberg. Die Herrschaft der Ratsgeschlechter in der Reichsstadt Nürnberg vom 13. bis zum 18. Jahrhundert*. 3 vols. Neustadt an der Aisch: Schmidt.
- Focus Behaim-Globus*. 1992. 2 vols. Nürnberg: Verlag des GNM.
- Fonseca, Jorge. 2014a. «Lisboa de D. Manuel I no relato de Jan Taccoen.» In J. Fonseca, coord. *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, 91-113. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Fonseca, Jorge, coord. 2014b. *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Fonseca, Luís Adão da. 1997. *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*. Lisboa: Expo 98.
- Fonseca, Luís Adão da. 2011. *D. João II*. 2.^a ed. Lisboa: Temas e Debates.
- Fonseca, Quirino da. 1989. *Os Portugueses no Mar. Memórias Históricas e Arqueológicas das Naus de Portugal*. 2.^a ed. (reed.). Lisboa: Instituto Hidrográfico.
- Franzbach, Martin. 1970. «Brasiliana.» *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* 7: 146-200.
- Freire, Anselmo Braamcamp. 1908. «Maria Brandoa, a do Crisfal. Cap. II: A feitoria de Flandres.» *Archivo Historico Portuguez* 6: 322-442.
- Freire, Anselmo Braamcamp. 1918/19. «Ida da Imperatriz D. Isabel para Castela.» *Boletim da Classe de Letras* 13: 561-657.
- Freire, Anselmo Braamcamp. 1920. *Notícias da Feitoria de Flandres*. Lisboa: Arquivo Histórico Português.
- Friede, Juan. 1961. *Los Welser en la conquista de Venezuela*. Caracas/Madrid: Ediciones Edime.
- Füssel, Stephan, ed. 1987. *Pirckheimer-Jahrbuch 1986*. Vol. 2: *Reiseberichte der Frühen Neuzeit. Wirtschafts- und kulturhistorische Quellen*. München: Wilhelm Fink.
- Füssel, Stephan, ed. 1992. *Pirckheimer-Jahrbuch 1992*. Vol. 7: *Die Folgen der Entdeckungsreisen für Europa*. Nürnberg: Hans Carl.
- Gaab, Hans. 2007. «Ein Zeitgenosse Martin Behaims: Der Kaufmann Bernhard Walther (1430-1504), Liebhaberastronom und Vorbesitzer des Albrecht-Dürer-Hauses.» *Norica* 3: 69-77.
- Gallois, Lucien. 1963. *Les géographes allemands de la Renaissance*. Amsterdam: Meridian.

- Garcia, José Manuel, ed. 1983. *(As) Viagens dos Descobrimentos*. Lisboa: Editorial Presença.
- Garcia, José Manuel. 1989. *História de Portugal. Uma Visão Global*. 4.^a ed. Lisboa: Editorial Presença.
- Garcia, José Manuel. 1993. «A Carta de D. Manuel a Maximiliano sobre o Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia.» *Oceanos* 16: 28-32.
- Garcia, José Manuel. 1994. «O encontro de D. João II com Cristóvão Colombo em 1483.» *Oceanos* 17: 104-108.
- Garcia, José Manuel. 2009. *D. Manuel I*. Matosinhos/Lisboa: QuidNovi.
- Garcia, José Manuel. 2012a. *D. João II vs. Colombo – Duas estratégias divergentes na busca das Índias*. Vila do Conde: Quid Novi.
- Garcia, José Manuel. 2012b. *O Mundo dos Descobrimentos Portugueses*. 8 vols. Vila do Conde: QuidNovi.
- Garcia, José Manuel et al. 1999. *A viagem de Vasco da Gama à Índia*. Lisboa: Academia de Marinha.
- Geffcken, Peter 2002. «Die Welser und ihr Handel 1246-1496.» In Mark Häberlein e Johannes Burkhardt, eds. *Die Welser. Neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*, 27-167. Berlin: Akademie Verlag.
- Gennrich, Paul Wilhelm. 1936. *Evangelium und Deutschtum in Portugal. Geschichte der Deutschen Evangelischen Gemeinde in Lissabon*. Berlin/Leipzig: de Gruyter.
- Gennrich, Paul Wilhelm. 1942. «Damião de Goes.» *Archiv für Reformationsgeschichte* 39: 197-220.
- Ghillany, F. W. 1842. *Der Erdglobus des Martin Behaim vom Jahre 1492 und der des Johann Schöner vom Jahre 1520*. Nürnberg: Leonhard Schrag.
- Ghillany, F. W. 1853. *Geschichte des Seefahrers Ritter Martin Behaim nach den ältesten vorhandenen Urkunden bearbeitet*. Nürnberg: Bauer und Raspe.
- Godinho, Vitorino Magalhães. 1990. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar (séculos XIII-XVIII)*. Lisboa: Difel.
- Godinho, Vitorino Magalhães. s.d. [1985]. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 2.^a ed. 4 vols. Lisboa: Editorial Presença.
- Góes, Synésio Sampaio. 1999. «Navegantes do Brasil.» *Oceanos* 39: 34-52.
- Goldschmidt, E. P. 1938. *Hieronymus Münzer und seine Bibliothek*. London: Warburg Institute.
- Goris, J. A. 1925. *Étude sur les colonies marchandes méridionales (portugais, espagnols, italiens) à Anvers de 1488 à 1567*. Louvain: Librairie Universitaire.
- Görz, Günther. 2007. «Altes Wissen und neue Technik. Zum Behaim-Globus und seiner digitalen Erschließung.» *Norica* 3: 78-87.
- Gracias, Amâncio. 1941. «Alemães na Índia nos séculos XV a XVIII.» *Boletim do Instituto Vasco da Gama* 50: 1-95.
- Gracias, Fátima da Silva, Celsa Pinto, e Charles Borges, eds. 2005. *Indo-Portuguese History: Global Trends*. Goa: s.ed.
- Gramulla, Gertrud Susanna. 1972. *Handelsbeziehungen Kölner Kaufleute zwischen 1500 und 1650*. Köln/Wien: Böhlau.
- Grau, Ingeborg. 2008. «Lokale Entwicklungen, Assimilation und Marginalisierung. Afrika südlich der Sahara.» In Peter Feldbauer e J. P. Lehnert, eds. *Die Welt im 16. Jahrhundert*, 177-209. Wien: Mandelbaum.
- Grauert, Hermann. 1908. «Die Entdeckung eines Verstorbenen zur Geschichte der großen Länderentdeckungen. Ein Nachtrag zu Dr. Richard Staubers Monographie über die Schedelsche Bibliothek.» *Historisches Jahrbuch der Görres-Gesellschaft* 29: 304-333.
- Grossegesse, Orlando et al., eds. 2003. *Portugal – Alemanha – Brasil. Actas do VI Encontro Luso-Alemão (6. Deutsch-Portugiesisches Arbeitsgespräch)*. 2 vols. Braga: Univ. do Minho/ Centro de Estudos Humanísticos.

- Grosshaupt, Walter. 1990. «Commercial Relations between Portugal and the Merchants of Augsburg and Nuremberg.» In Jean Aubin, ed. *La découverte, le Portugal, et l'Europe: actes du colloque*, 359-397. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian.
- Grote, Ludwig. 1975. «Kaiser Maximilian in der Schedelschen Weltchronik.» *MVGN* 62: 60-83.
- Guinote, Paulo J. A. 1999. «Ascensão e Declínio da Carreira da Índia: séculos XV-XVIII.» In *Vasco da Gama e a Índia*. Vol. 2, 7-39. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Günther, Siegmund. 1890. *Martin Behaim*. Bamberg: Buchner.
- Häberlein, Mark. 1998. *Brüder, Freunde und Betrüger. Soziale Beziehungen, Normen und Konflikte in der Augsburger Kaufmannschaft um die Mitte des 16. Jahrhunderts*. Berlin: Akademie Verlag.
- Häberlein, Mark. 1999. «Nürnberger (Norimberger), Lazarus.» In *NDB*. Vol. 19, 372-373. Berlin: Duncker & Humblot.
- Häberlein, Mark. 2002. «Fugger und Welser: Kooperation und Konkurrenz 1496-1614.» In Mark Häberlein e Johannes Burkhardt, eds. *Die Welser. Neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*, 223-239. Berlin: Akademie Verlag.
- Häberlein, Mark. 2003. «Rehlinger (von Rehlingen), Augsburger Patrizierfamilie.» In *NDB*. Vol. 21, 281-282. Berlin: Duncker & Humblot.
- Häberlein, Mark. 2006. *Die Fugger. Geschichte einer Augsburger Familie (1367-1650)*. Stuttgart: Kohlhammer.
- Häberlein, Mark. 2010a. «Der Kopf in der Schlinge: Praktiken deutscher Kaufleute im Handel zwischen Sevilla und Antwerpen um 1540.» In M. Häberlein e Christoph Jeggle, eds. *Praktiken des Handels. Geschäfte und soziale Beziehungen europäischer Kaufleute in Mittelalter und früher Neuzeit*, 335-353. Konstanz: UVK.
- Häberlein, Mark. 2010b. «Fremdsprachen in den Netzwerken Augsburger Handelsgesellschaften des 16. und frühen 17. Jahrhunderts.» In M. Häberlein e C. Kuhn, eds. *Fremde Sprachen in frühneuzeitlichen Städten. Lernende, Lehrende und Lehrwerke*, 23-44. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Häberlein, Mark. 2014a. «Asiatische Gewürze auf europäischen Märkten: Das Beispiel der Augsburger Welser-Gesellschaft von 1498 bis 1580.» *Jahrbuch für Europäische Überseegeschichte* 14: 41-62.
- Häberlein, Mark. 2014b. «Atlantic Sugar and Southern German Merchant Capital in the Sixteenth Century.» In Susanne Lachenicht, ed. *Europeans Engaging the Atlantic: Knowledge and Trade, 1500-1800*, 47-71. Frankfurt/New York: Campus.
- Häberlein, Mark, e Johannes Burkhardt, eds. 2002. *Die Welser. Neue Forschungen zur Geschichte und Kultur des oberdeutschen Handelshauses*. Berlin: Akademie Verlag.
- Häberlein, Mark, e Christian Kuhn, eds. 2010. *Fremde Sprachen in frühneuzeitlichen Städten. Lernende, Lehrende und Lehrwerke*. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Häbler, Konrad. 1892. «Kolonial-Unternehmungen der Fugger, Ehinger und Welser im 16. Jahrhundert.» *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin* 27: 405-419.
- Häbler, Konrad. 1895. «Die „Neuwe Zeitung aus Presilg-Land“ im Fürstlich Fugger'schen Archiv.» *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin* 30: 352-368.
- Häbler, Konrad. 1896. «Deutsche Pilgerfahrten nach Santiago de Compostella und das Reisetagebuch des Sebald Örtel (1521-1522).» *Mitteilungen aus dem Germanischen Nationalmuseum*: 61-73.
- Häbler, Konrad. 1897a. *Die Geschichte der Fugger'schen Handlung in Spanien*. Weimar: E. Felber.
- Häbler, Konrad. 1897b. *The early printers of Spain and Portugal*. London: Chiswick Press.
- Häbler, Konrad. 1900. *Deutsche Buchdrucker in Spanien und Portugal*. Mainz: von Zabern.
- Häbler, Konrad. 1903. *Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*. Leipzig: Hirschfeld.
- Häbler, Konrad. 1924. *Die deutschen Buchdrucker des 15. Jahrhunderts im Auslande*. München: Rosenthal.
- Hack, Achim Thomas. 2011. «Eleonore von Portugal.» In Amalie Föbel, ed. *Die Kaiserinnen des Mittelalters*, 306-326. Regensburg: Pustet.

- Hack, Achim Thomas. 2012. «Das Geburtsdatum der Kaiserin Eleonore.» *MIÖG* 120: 146-153.
- Halbartschlager, Franz. 2004. «“Bombardeiros e comerciantes”. Dois exemplos pela colaboração dos alemães na expansão portuguesa no ultramar durante a época de D. João III.» In Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, eds. *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, 661-682. Lisboa/Ponta Delgada: CHAM/ Universidade dos Açores.
- Hamann, Günther. 1968. *Der Eintritt der südlichen Hemisphäre in die europäische Geschichte. Die Erschließung des Afrikaweges nach Asien vom Zeitalter Heinrichs des Seefahrers bis zu Vasco da Gama*. Wien: Böhlau.
- Hammel-Kiesow, Rolf. 2000. *Die Hanse*. München: Beck.
- Hanreich, Antonia. 2002a. «D. Leonor de Portugal, esposa do Imperador Frederico III (1436-1467).» In Ludwig Scheidl/ José A. Palma Caetano. *Relações entre Portugal e a Áustria. Testemunhos históricos e culturais*, 45-64. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Hanreich, Antonia. 2002b. «Eleonore von Portugal, Gemahlin Kaiser Friedrichs III. (1436-1467).» In Ludwig Scheidl e José A. Palma Caetano. *Relações entre Portugal e a Áustria. Testemunhos históricos e culturais*, 65-85. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Harreld, Donald J. 2004. *High Germans in the Low Countries: German Merchants and Commerce in Golden Age Antwerp*. Leiden: Brill.
- Harrisse, Henry. 1866/72. *Bibliotheca Americana vetustissima. A description of works relating to America, published between the years 1492 and 1551*. 2 vols. New York: Geo P. Philes.
- Harrisse, Henry. 1969. *The Discovery of North America. A critical, documentary and historic investigation*. Amsterdam: N. Israel [1892].
- Hartig, Otto. 1908. «Der Brief des Dr. Hieronymus Münzer vom 14. Juli 1493 über die Westfahrt nach Kathay in portugiesischen Druckausgaben.» *Historisches Jahrbuch der Görres-Gesellschaft* 29: 334-337.
- Hecker, [Prof. Dr.]. 1875. «Ein Gutachten Conrad Peutingers in Sachen der Handelsgesellschaften. Ende 1522.» *Zeitschrift des Historischen Vereins für Schwaben und Neuburg* 2: 188-216.
- Hellwig, Friedemann. 1980. «Zur Herstellungstechnik des Behaim-Globus.» In R. Schmitz e F. Krafft, eds. *Humanismus und Naturwissenschaften*, 207-210. Boppard: Boldt.
- Hendrich, Yvonne. 2007. *Valentim Fernandes – Ein deutscher Buchdrucker in Portugal um die Wende vom 15. zum 16. Jahrhundert und sein Umkreis*. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- Hennig, Richard. 1956. *Terrae Incognitae*. 2.^a ed. Vol. 4. Leiden: Brill.
- Herbers, Klaus. 2000. «„Murcia ist so groß wie Nürnberg“ – Nürnberg und Nürnberger auf der Iberischen Halbinsel: Eindrücke und Wechselbeziehungen.» In Helmut Neuhaus, ed. *Nürnberg. Eine europäische Stadt in Mittelalter und Neuzeit*, 151-183. Nürnberg: Selbstverlag des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg.
- Herbers, Klaus. 2005. «Die »ganze« Hispania: der Nürnberger Hieronymus Münzer unterwegs – seine Ziele und Wahrnehmungen auf der Iberischen Halbinsel (1494-1495).» In Rainer Babel e Werner Paravicini, eds. *Grand Tour. Adeliges Reisen und europäische Kultur vom 14. bis zum 18. Jahrhundert*, 293-308. Ostfildern: Jan Thorbecke.
- Herbers, Klaus, e Peter Rückert, eds. 2009 *Augsburger Netzwerke zwischen Mittelalter und Neuzeit: Wirtschaft, Kultur und Pilgerfahrten*. Tübingen: Narr.
- Hering, Bernd. 1992. «Zur Herstellungstechnik des Behaim-Globus. Neue Ergebnisse.» In *Focus Behaim-Globus*. Vol. 1, 289-300. Nürnberg: Verlag des GNM.
- Hering, Ernst. 1940. *Die Fugger*. Leipzig: Goldmann.
- Hildebrandt, Reinhard. 1977. «Augsburger und Nürnberger Kupferhandel 1500-1619. Produktion, Marktanteile und Finanzierung im Vergleich zweier Städte und ihrer wirtschaftlichen Führungsschicht.» In H. Kellenbenz, ed. *Schwerpunkte der Kupferproduktion und des Kupferhandels in Europa: 1500-1650*, 190-224. Köln/Wien: Böhlau.

- Hinsch, J. D. 1890. «Die Bartholomäus-Brüderschaft der Deutschen in Lissabon.» *Hansische Geschichtsblätter* 17: 1-27.
- Hollegger, Manfred. 2005. *Maximilian I. (1459-1519). Herrscher und Mensch einer Zeitenwende*. Stuttgart: Kohlhammer.
- Horst, Thomas. 2009. «The Voyage of the Bavarian Explorer Balthasar Sprenger to India (1505/1506) at the Turning Point between the Middle Ages and the Early Modern Times: His Travelogue and the Contemporary Cartography as Historical Sources.» In Philipp Billion et al., eds. *Weltbilder im Mittelalter – Perceptions of the World in the Middle Ages*, 167-198. Bonn: Bernstein.
- Houtte, Jan A. van. 1991a. «As relações políticas e dinásticas entre Portugal e a Bélgica.» In J. Everaert e E. Stols, eds. *Flandres e Portugal. Na confluência de duas culturas*, 11-31. Lisboa: Inapa.
- Houtte, Jan A. van. 1991b. «O comércio meridional e a “nação” portuguesa em Bruges.» In J. Everaert e E. Stols, eds. *Flandres e Portugal. Na confluência de duas culturas*, 33-51. Lisboa: Inapa.
- Hümmerich, Franz. 1922. *Die erste deutsche Handelsfahrt nach Indien 1505/06. Ein Unternehmen der Welser, Fugger und anderer Augsburger sowie Nürnberger Häuser*. München/Berlin: Oldenbourg.
- Hurtienne, René. 2009. «Ein Gelehrter und sein Text. Zur Gesamtedition des Reiseberichts von Dr. Hieronymus Münzer, 1494/95 (CIm 431).» In Helmut Neuhaus ed. *Erlanger Editionen. Grundlagenforschung durch Quelleditionen: Berichte und Studien*, 255-272. Erlangen/Jena: Palm & Enke.
- Hurtienne, René. 2010. «Arzt auf Reisen. Medizinische Nachrichten im Reisebericht des *doctoris utriusque medicinae* Hieronymus Münzer († 1508) aus Nürnberg.» In Franz Fuchs, ed. *Medizin, Jurisprudenz und Humanismus in Nürnberg um 1500*, 47-69. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Imhoff, Christoph Frhr. v. 1975. «Die Imhoff – Handelsherren und Kunstliebhaber.» *MVGN* 62: 1-75.
- Imhoff, Christoph Frhr. v. 1987. «Nürnberg's Indienpioniere. Reiseberichte von der ersten oberdeutschen Handelsfahrt nach Indien (1505/6).» In Stephan Füssel, ed. *Pirckheimer-Jahrbuch 1986*. Vol. 2, 11-44. München: Wilhelm Fink.
- Imhoff, Christoph Frhr. v. 1989. *Berühmte Nürnberger aus neun Jahrhunderten*. 2.^a ed. Nürnberg: Verlag Nürnberger Presse.
- Jacob, Ernst Gerhard. 1957. «Zum gegenwärtigen Stand der Martin-Behaim-Forschung.» *Forschungen und Fortschritte* 31/7: 218-221.
- Jahnel, Helga. 1950. *Die Imhoff: eine Nürnberger Patrizier- und Großkaufmannsfamilie. Eine Studie zur reichsstädtischen Wirtschaftspolitik und Kulturgeschichte an der Wende vom Mittelalter zur Neuzeit (1351-1579)*. Diss., Univ. Würzburg.
- Jakob, Reinhard. 2000. «Der Skandal um einen Nürnberger Imhoff-Faktor im Lissabon der Renaissance. Der Fall Calixtus Schüler und der Bericht Sebald Kneussels (1512).» *Jahrbuch für Fränkische Landesforschung* 60: 83-112.
- Jakob, Reinhard. 2001. «Pock (Bock), Georg (Jörg).» In *NDB*. Vol. 20, 554-555. Berlin: Duncker & Humblot.
- Jakob, Reinhard. 2002. «Zucker, Edelsteine und ein Rhinoceros. Briefe aus Portugal (1494-1522).» *Anzeiger des Germanischen Nationalmuseums*: 74-85.
- Jakob, Reinhard. 2003. «Re(h)m, Augsburger Kaufmannsfamilie.» In *NDB*. Vol. 21, 408-410. Berlin: Duncker & Humblot.
- Jakob, Reinhard. 2007a. «Die Ehrenrettung des deutschen Seefahrers Martin Behaim. Die Kolonialhistorikerin und Frauenpolitikerin Hedwig Fitzler und ihr sensationeller Quellenfund.» *MVGN* 94: 227-244.
- Jakob, Reinhard. 2007b. «Martin Behaim (1459-1507) – ein Nürnberger in Portugal im Kontext der Entdeckungsgeschichte.» *Regiomontanusbote* 20/3: 25-34.
- Jakob, Reinhard. 2007c. «Wer war Martin Behaim? Auf den Spuren seines Lebens.» *Norica* 3: 32-47.
- Jakob, Reinhard. 2010. «Springer (Sprenger), Balthasar.» In *NDB*. Vol. 24, 761-762. Berlin: Duncker & Humblot.

- Jansen, Max. 1910. *Jakob Fugger der Reiche. Studien und Quellen*. Vol. 1. Leipzig: Duncker & Humblot.
- Jansen, Reinhard. 1965. «Die historischen Grundlagen zu „Os Lusíadas“ VIII, 18.» *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft. Erste Reihe: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 5: 228-247.
- Jeannin, Pierre. 1975. «Die Rolle Lübecks in der hansischen Spanien- und Portugalfahrt des 16. Jahrhunderts.» *Zeitschrift des Vereins für Lübeckische Geschichte und Altertumskunde* 55: 5-40.
- Jeannin, Pierre. 1986. *Os Mercadores do Século XVI*. Porto: Vertente.
- Johnson, Christine R. 2006. «Renaissance German Cosmographers and the Naming of America.» *Past & Present* 191: 3-43.
- Johnson, Christine R. 2008. *The German Discovery of the World. Renaissance Encounters with the Strange and Marvelous*. Charlottesville: University of Virginia Press.
- Jordan Gschwend, Annemarie 1993. «Catarina de Áustria: Coleção e „Kunstkammer“ de uma Princesa Renascentista.» *Oceanos* 16: 62-70.
- Jüsten, Helga. 2007. *Valentim Fernandes e a literatura de viagens*. Lagos: Câmara Municipal.
- Kalus, Maximilian. 2009. «Der Fugger-Welsersche Pfefferhandel in neuem Licht. Organisation, Netzwerk und Korrespondenten.» In Angelika Westermann e Stefanie von Welser, eds. *Neunhofer Dialog I: Einblicke in die Geschichte des Handelshauses Welser*, 59-90. St. Katharinen: Scripta Mercaturae Verlag.
- Kalus, Maximilian. 2010. *Pfeffer – Kupfer – Nachrichten. Kaufmannsnetzwerke und Handelsstrukturen im europäisch-asiatischen Handel am Ende des 16. Jahrhunderts*. Augsburg: Wißner.
- Kalus, Maximilian. 2011. «Beschaffung und Vertrieb von Pfeffer und Gewürzen in Oberdeutschland im 16. Jahrhundert.» In Angelika Westermann e Stefanie von Welser, eds. *Beschaffungs- und Absatzmärkte oberdeutscher Firmen im Zeitalter der Welser und Fugger*, 79-110. Husum: Matthiesen.
- Kellenbenz, Hermann. 1958. «Portugiesische Forschungen und Quellen zur Behaimfrage.» *MVGN* 48: 79-95.
- Kellenbenz, Hermann. 1960a. «Nürnberger Handel um 1540.» *MVGN* 50: 299-324.
- Kellenbenz, Hermann. 1960b. «Os mercadores alemães de Lisboa por volta de 1530.» *Revista Portuguesa de História* 9: 125-140.
- Kellenbenz, Hermann. 1961. *As relações económicas entre o Brasil e a Alemanha na época colonial*. Recife: Imprensa Oficial/ Arquivo Público Estadual.
- Kellenbenz, Hermann. 1963a. «Die Unternehmertätigkeit des portugiesischen Prinzen Heinrich und die deutschen Ritter.» In Karl Gustav Specht, ed. *Studium sociale. Ergebnisse sozialwissenschaftlicher Forschung der Gegenwart*, 751-761. Köln/Opladen: Westdeutscher Verlag.
- Kellenbenz, Hermann. 1963b. «Le front hispano-portugais contre l'Inde et le rôle d'une agence de renseignements au service de marchands allemands et flamands.» *Studia* 11: 263-290.
- Kellenbenz, Hermann. 1964. «A estadia de dois „Ulrich Ehinger“, mercadores alemães, em Lisboa nos princípios do séc. XVI.» *Bracara Augusta* 16/17: 171-176.
- Kellenbenz, Hermann. 1966. «La participation des capiteaux de l'Allemagne méridionale aux entreprises portugaises d'outremer au tournant du XVe siècle.» In *Les aspects internationaux de la découverte océanique aux XVe et XVIe siècles. Actes du Cinquième Colloque international d'histoire maritime*, 309-317. Paris: S.E.V.P.E.N.
- Kellenbenz, Hermann. 1967. «Die Beziehungen Nürnbergs zur Iberischen Halbinsel, besonders im 15. und in der ersten Hälfte des 16. Jahrhunderts.» *Beiträge zur Wirtschaftsgeschichte Nürnbergs* 1: 456-493.
- Kellenbenz, Hermann. 1968. «Jácome Fixer. Deutsche Handelsbeziehungen zu Portugal um 1600.» *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft. Erste Reihe: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 8: 251-274.
- Kellenbenz, Hermann. 1969. «Martin Behaim.» *Fränkische Lebensbilder* 3: 69-84.

- Kellenbenz, Hermann. 1970a. «Die fremden Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel vom 15. Jahrhundert bis zum Ende des 16. Jahrhunderts.» In H. Kellenbenz, ed. *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, 265-376. Köln/Wien: Böhlau.
- Kellenbenz, Hermann, ed. 1970b. *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*. Köln/Wien: Böhlau.
- Kellenbenz, Hermann. 1970c. «Wirtschaftsgeschichtliche Aspekte der überseeischen Expansion Portugals.» *Scripta Mercaturae* 2: 1-39.
- Kellenbenz, Hermann. 1974. «Briefe über Pfeffer und Kupfer.» In *Geschichte-Wirtschaft-Gesellschaft* (Festschrift für Clemens Bauer zum 75. Geburtstag), 205-227. Berlin: Duncker & Humblot.
- Kellenbenz, Hermann. 1976/77. «Die Brüder Diego und Cristóbal de Haro.» *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft. Erste Reihe: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 14: 303-315.
- Kellenbenz, Hermann. 1977a. «Europäisches Kupfer, Ende 15. bis Mitte 17. Jahrhundert. Ergebnisse eines Kolloquiums.» In H. Kellenbenz, ed. *Schwerpunkte der Kupferproduktion und des Kupferhandels in Europa: 1500-1650*, 290-351. Köln/Wien: Böhlau.
- Kellenbenz, Hermann, ed. 1977b. *Schwerpunkte der Kupferproduktion und des Kupferhandels in Europa: 1500-1650*. Köln/Wien: Böhlau.
- Kellenbenz, Hermann. 1978. «The Role of the Great Upper German Families in Financing the Discoveries.» *Terrae Incognitae* 10: 45-59.
- Kellenbenz, Hermann. 1985a. «Alemães em Portugal.» In *DHP*. Vol. 1, 89-91. Porto: Figueirinhas.
- Kellenbenz, Hermann. 1985b. «Alemanha, Relações de Portugal com a.» In *DHP*. Vol. 1, 91-92. Porto: Figueirinhas.
- Kellenbenz, Hermann. 1985c. «Cron, Ferdinand.» In *DHP*. Vol. 2, 238-239. Porto: Figueirinhas.
- Kellenbenz, Hermann. 1985d. «Fuggers em Portugal.» In *DHP*. Vol. 3, 84-86. Porto: Figueirinhas.
- Kellenbenz, Hermann. 1985e. «Imhoff.» In *DHP*. Vol. 3, 245-246. Porto: Figueirinhas.
- Kellenbenz, Hermann. 1985f. «Welser, Os.» In *DHP*. Vol. 6, 348-350. Porto: Figueirinhas.
- Kellenbenz, Hermann, ed. 1986. *Handbuch der europäischen Wirtschafts- und Sozialgeschichte*. Vol. 3. Stuttgart: Klett-Cotta.
- Kellenbenz, Hermann. 1989. «The Portuguese Discoveries and the Italian and German Initiatives in the Indian Trade in the first two Decades on the 16th Century.» In *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'*. *Actas*. Vol. 3, 609-623. Porto: Universidade do Porto/ CNCDP.
- Kellenbenz, Hermann. 1990a. *Die Fugger in Spanien und Portugal bis 1560: ein Großunternehmen des 16. Jahrhunderts*. 3 vols. München: Vögel.
- Kellenbenz, Hermann. 1990b. «Relações comerciais da Madeira e dos Açores com Alemanha e Escandinávia.» In *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, 99-113. Lisboa: CNCDP.
- Kellenbenz, Hermann. 1990c. «The Herwards of Augsburg and their Indian Trade during the first half of the Sixteenth Century.» In K. S. Mathew, ed. *Studies of Maritime History*, 69-83. Pondicherry: Pondicherry University.
- Kellenbenz, Hermann. 1991a. «Der Norden und die Iberische Halbinsel von der Wikingerzeit bis ins 16. Jahrhundert.» In H. Kellenbenz. *Kleine Schriften*. Vol. 1 (VSWG: Beihefte 92), 51-76. Stuttgart: Franz Steiner.
- Kellenbenz, Hermann. 1991b. «Martin Behaim und die portugiesischen Forschungen.» *Anzeiger des Germanischen Nationalmuseums*: 57-60.
- Kellenbenz, Hermann. 1991c. «Neues zum oberdeutschen Ostindienhandel, insbesondere der Herwart in der ersten Hälfte des 16. Jahrhunderts.» In Pankraz Fried, ed. *Forschungen zur schwäbischen Geschichte*, 81-96. Sigmaringen: Jan Thorbecke.
- Kern, Ernst. 1936 «Studien zur Geschichte des Augsburger Kaufmannshauses der Höchstetter.» *Archiv für Kulturgeschichte* 26: 162-198.

- Kießling, Rolf. 2011. «Das Patriziat in Augsburg vom 15. bis zum 17. Jahrhundert.» In Christoph Emmendorffer e Helmut Zäh, eds. *Bürgermacht & Bücherpracht. Augsburger Ehren- und Familienbücher der Renaissance*, 19-36. Luzern: Quaternio.
- Kleinschmidt, Harald. 2000/01. «Das Ostasienbild Maximilians I. Die Bedeutung Ostasiens in der Kaiserpropaganda um 1500.» *Majestas* 8/9: 81-170.
- Kleinschmidt, Harald. 2008. *Ruling the Waves. Emperor Maximilian I., the Search for Islands and the Transformation of the European World Picture c. 1500*. Utrecht: Hes & de Graaf.
- Kleinschmidt, Renate. 1966. *Balthasar Springer. Eine quellenkritische Untersuchung*. Diss., Univ. Wien.
- Klíma, Jan. 2012. «Repercussões dos descobrimentos portugueses nas relações luso-checas.» In István Rákóczi e Clara Riso, eds. *Os Descobrimentos Portugueses e a Mitteleuropa*, 51-68. [Budapest]: ELTE Eötvös Kiadó.
- Knabe, Wolfgang. 1993. *Auf den Spuren der ersten deutschen Kaufleute in Indien: Forschungsexpedition mit der Mercator entlang der Westküste und zu den Aminen*. Anhausen, 1993.
- Knefelkamp, Ulrich. 1992a. «Der Behaim-Globus und die Kartographie seiner Zeit.» In *Focus Behaim-Globus*. Vol. 1, 217-222. Nürnberg: Verlag des GNM.
- Knefelkamp, Ulrich. 1992b. «Martin Behaims Wissen über die portugiesischen Entdeckungen.» *Mare Liberum* 4: 87-95.
- Knefelkamp, Ulrich. 1997. «Münzer, Hieronymus.» In *NDB*. Vol. 18, 557-558. Berlin: Duncker & Humblot.
- Knefelkamp, Ulrich. 1998. «Indien in der Kartographie des 15. und 16. Jahrhunderts.» *Periplus* 8: 18-45.
- Knefelkamp, Ulrich. 2007. «Die Neuen Welten bei Martin Behaim und Martin Waldseemüller.» In Michael Kraus e Hans Ottomeyer, eds. *Novos Mundos – Neue Welten. Portugal und das Zeitalter der Entdeckungen*, 73-88. Dresden: Sandstein.
- Knefelkamp, Ulrich, e Hans-Joachim König, eds. 1988. *Die Neuen Welten in alten Büchern*. Bamberg: s.ed.
- Knittler, Herbert. 2001. «Europas Wirtschafts- und Handelsräume am Vorabend der atlantischen Expansion.» In Friedrich Edelmayer et al., eds. *Die Geschichte des europäischen Welthandels und der wirtschaftliche Globalisierungsprozeß*, 12-32. Wien/München: Verlag für Geschichte und Politik/ Oldenbourg.
- Kohler, Alfred. 1993a. «Die dynastische Politik Maximilians I.» In A. Kohler e Friedrich Edelmayer, eds. *Hispania – Austria*, 29-37. Wien/München: Verlag für Geschichte und Politik/ Oldenbourg.
- Kohler, Alfred. 1993b. Maximilian I. und das Reich der “1500 Inseln”.» In Elisabeth Zeilinger, ed. *Österreich und die Neue Welt*, 1-7. Wien: Österreichische Nationalbibliothek.
- Kohler, Alfred. 2006. *Columbus und seine Zeit*. München: Beck.
- Kohler, Alfred. 2014. *Karl V. 1500–1558. Eine Biographie*. 3.^a ed. München: Beck.
- Koller, Erwin 1996. «Die Verheiratung Eleonores von Portugal mit Kaiser Friedrich III. in zeitgenössischen Berichten.» In A. H. de Oliveira Marques et al., eds. *Portugal - Alemanha - África: do imperialismo colonial ao imperialismo político. Actas do IV Encontro Luso-alemão*, 43-56. Lisboa: Colibri.
- Kömmerling-Fitzler, Hedwig [Fitzler, M. A. H.]. 1937. *Die Entstehung der sogenannten Fuggerzeitungen in der Wiener Nationalbibliothek*. Baden: Rohrer.
- Kömmerling-Fitzler, Hedwig. 1967/68. «Der Nürnberger Kaufmann Georg Pock († 1528/29) in Portugiesisch-Indien und im Edelsteinland Vijayanagara.» *MVGN* 55: 137-184.
- Kraus, Michael, e Hans Ottomeyer, eds. 2007. *Novos Mundos – Neue Welten. Portugal und das Zeitalter der Entdeckungen*. Dresden: Sandstein.
- Krendl, Peter. 1980. «Ein neuer Brief zur ersten Indienfahrt Vasco da Gamas.» *Mitteilungen des Österreichischen Staatsarchivs* 33: 1-21.

- Krendl, Peter. 1981/82. «Kaiser Maximilian I. und Portugal. Die dynastisch-politischen Beziehungen und einige der entdeckungs- und naturgeschichtlichen Denkmale und Zeugnisse.» *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft. Erste Reihe: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 17: 165-189.
- Krendl, Peter. 2002. «O Imperador Maximiliano I e Portugal.» In Ludwig Scheidl e José A. Palma Caetano. *Relações entre Portugal e a Áustria. Testemunhos históricos e culturais*, 87-110. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Kröll, Friedhelm. 2007. «Behaims Zeit – Welt im Umbruch.» *Norica* 3: 65-68.
- Kuder, Manfred, e Heinz Peter Ptak. 1984. *Deutsch-Portugiesische Kontakte in über 800 Jahren und ihre wechselnde Motivation*. Bammental/Heidelberg: Klemmerberg.
- Kunstmann, Friedrich. 1848. «Die Deutschen in Portugal.» *Germania* 2: 79-96.
- Kunstmann, Friedrich. 1854. *Hieronymus Münzer's Bericht über die Entdeckung der Guinea*. München: Verlag der Königlichen Akademie.
- Kunstmann, Friedrich. 1856. «Valentin Ferdinand's Beschreibung der Westküste Afrika's bis zum Senegal.» In *Abhandlungen der Historischen Classe der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften*. Vol. 8/1, 221-285. München: Königlich Bayerische Akademie der Wissenschaften.
- Kunstmann, Friedrich. 1861. *Die Fahrt der ersten Deutschen nach dem portugiesischen Indien*. München: Kaiser.
- Kunstmann, Friedrich. 1862. «Valentin Ferdinand's Beschreibung der Serra Leoa mit einer Einleitung über die Seefahrten nach der Westküste Afrika's im vierzehnten Jahrhunderte.» In *Abhandlungen der Historischen Classe der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften*. Vol. 9/1, 111-142. München: Verlag der Königlichen Akademie.
- Lacerda, Teresa. 2006. *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma avaliação social*. Diss. de Mestrado, Univ. Nova de Lisboa. Consultado em 2/9/2017. http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/files/varia/tese_teresa.pdf.
- Lach, Donald F. 1994. *Asia in the Making of Europe*. Vol. 1. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- Landsteiner, Erich. 2008. «Kein Zeitalter der Fugger. Zentraleuropa.» In Peter Feldbauer e J. P. Lehnert, eds. *Die Welt im 16. Jahrhundert*, 52-82. Wien: Mandelbaum.
- Lang, Heinrich. 2010. «Fremdsprachenkompetenz zwischen Handelsverbindungen und Familiennetzwerken. Augsburger Kaufmannssöhne aus dem Welser-Umfeld in der Ausbildung bei Florentiner Bankiers um 1500.» In M. Häberlein e C. Kuhn, eds. *Fremde Sprachen in frühneuzeitlichen Städten. Lernende, Lehrende und Lehrwerke*, 75-91. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Le Goff, Jacques. s.d. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. Lisboa: Gradiva.
- Lima, Durval Pires de. 1943. *Os primeiros livros e livreiros de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Lisboa, João Luís. 1994a. «Açores.» In *DHDP*. Vol. 1, 12-15. Lisboa: Caminho.
- Lisboa, João Luís. 1994b. «Bruges, Feitoria de.» In *DHDP*. Vol. 1, 145-146. Lisboa: Caminho.
- Lisboa, João Luís. 1994c. «Dulmo, Fernão.» In *DHDP*. Vol. 1, 361. Lisboa: Caminho.
- Lisboa, João Luís. 1994d. «Feitorias.» In *DHDP*. Vol. 1, 403-404. Lisboa: Caminho.
- Liske, Javier. 1878. *Viajes de Extranjeros por España y Portugal en los siglos XV, XVI y XVII*. Madrid: Medina.
- Lopes, Marília dos Santos. 1990. «Portugal: uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII.» *Mare Liberum* 1: 205-308.
- Lopes, Marília dos Santos. 1992. *África. Eine neue Welt in deutschen Schriften des 16. und 17. Jahrhunderts*. Stuttgart: Franz Steiner.
- Lopes, Marília dos Santos. 1994a. «Alemanha, Relações de Portugal com a.» in *DHDP*. Vol. 1, 44-48. Lisboa: Caminho.
- Lopes, Marília dos Santos. 1994b. «Góis, Damião de.» in *DHDP*. Vol. 1, 464-467. Lisboa: Caminho.
- Lopes, Marília dos Santos. 1994c. «Hirschvogel.» in *DHDP*. Vol. 1, 491. Lisboa: Caminho.

- Lopes, Marília dos Santos. 1994d. «Hochstetter.» in *DHDP*. Vol. 1, 498-499. Lisboa: Caminho.
- Lopes, Marília dos Santos. 1994e. «Imhoff.» in *DHDP*. Vol. 1, 516-517. Lisboa: Caminho.
- Lopes, Marília dos Santos. 1994f. «Mayr, Hans.» in *DHDP*. Vol. 2, 716. Lisboa: Caminho.
- Lopes, Marília dos Santos. 1994g. «Springer, Balthasar.» in *DHDP*. Vol. 2, 1007. Lisboa: Caminho.
- Lopes, Marília dos Santos. 1994h. «Tradition und Imagination: 'Kalkutische Leut' im Kontext alt-neuer Weltbeschreibungen des 16. Jahrhunderts.» In Denys Lombard e Roderich Ptak, eds. *Asia Maritima: Bilder und Wirklichkeit (1300-1800)*, 13-26. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Lopes, Marília dos Santos. 1996. «*Vimos oje cousas maravilhosas*. Valentim Fernandes e os Descobrimentos Portugueses.» In A. H. de Oliveira Marques et al., eds. *Portugal - Alemanha - África: do imperialismo colonial ao imperialismo político. Actas do IV Encontro Luso-alemão*, 13-23. Lisboa: Colibri.
- Lopes, Marília dos Santos. 1998a. *Coisas maravilhosas e até agora nunca vistas. Para uma iconografia dos Descobrimentos*. Lisboa: Quetzal.
- Lopes, Marília dos Santos. 1998b. «Dom Manuel oder das Projekt eines glücklichen Königs.» *Periplus* 8: 8-17.
- Lopes, Marília dos Santos. 2002. *Da Descoberta ao Saber. Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*. Viseu: passagem.
- Lopes, Marília dos Santos. 2007. «Os Descobrimentos Portugueses e a Alemanha.» In Maria Manuela Gouveia Delille, coord. e pref. *Portugal – Alemanha: Memórias e Imaginários*. Vol. 1, 29-60. Coimbra: MinervaCoimbra/Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.
- Lopes, Marília dos Santos. 2012. «Ao serviço do Império: a nobilitação de estrangeiros na corte joanina e manuelina.» In Miguel Jasmins Rodrigues, coord. *Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, 1-9. Lisboa: IICT.
- Lopes, Marília dos Santos, Ulrich Knefelkamp, e Peter Hanenberg, eds. 1995. *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*. Pfaffenweiler: Centaurus.
- Lopes, Paulo. 2013. *Um Agente Português na Roma do Renascimento. Sociedade, Quotidiano e Poder num Manuscrito Inédito do Século XVI*. Lisboa: Temas e Debates.
- Lutz, Heinrich. 1958. *Conrad Peutinger. Beiträge zu einer politischen Biographie*. Augsburg: Die Brigg.
- Macchi, Giuliano. 1978. «L'avventura definitiva. Un secolo di viaggi e scoperte portoghesi.» *Quaderni portoghesi* 4: 21-48.
- Macedo, Jorge Borges de. 1987. *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Malekandathil, Pius. 1999. *The Germans, the Portuguese and India*. Münster: Lit.
- Markl, Dagoberto L. 1972. «Albrecht Dürer e Portugal. O ano Dürer no Museu Nacional de Arte Antiga.» *Panorama* 41: 45-51.
- Marques, Alfredo Pinheiro. 1987. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos descobrimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Marques, Alfredo Pinheiro. 1994a. «Martellus, Henricus.» In *DHDP*. Vol. 2, 702-704. Lisboa: Caminho.
- Marques, Alfredo Pinheiro. 1994b. «Monetário, Jerónimo.» In *DHDP*. Vol. 2, 759. Lisboa: Caminho.
- Marques, Alfredo Pinheiro. 1994c. «Regiomontano.» In *DHDP*. Vol. 2, 936-937. Lisboa: Caminho.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 1980a. «Navegação Prussiana para Portugal nos Princípios do Século XV.» In A. H. de O. Marques. *Ensaios da História Medieval Portuguesa*, 135-157. 2.^a ed. Lisboa: Vega.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 1980b. «Notas para a História da Feitoria Portuguesa na Flandres.» In A. H. de O. Marques. *Ensaios da História Medieval Portuguesa*, 159-193. 2.^a ed. Lisboa: Vega.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 1985. «Hansa, Relações com a.» In *DHP*. Vol. 3, 187-188. Porto: Figueirinhas.

- Marques, António Henrique de Oliveira. 1987a. «Damião de Góis e os mercadores de Danzig.» In A. H. de O. Marques. *Portugal Quinhentista*, 33-70. Lisboa: Quetzal.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 1987b. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV* (Nova História de Portugal 4). Lisboa: Editorial Presença.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 1987c. *Portugal Quinhentista (Ensaios)*. Lisboa: Quetzal.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 1987d. «Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI.» In A. H. de O. Marques. *Portugal Quinhentista*, 9-32. Lisboa: Quetzal.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 1988. *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. 3.^a ed. Lisboa: Editorial Estampa.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 1988-92. «Die Beziehungen zwischen Portugal und Deutschland im Mittelalter und 16. Jahrhundert.» *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft. Erste Reihe: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 20: 115-131.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 1989. «Portugal e os Portugueses na época de Bartolomeu Dias (resumo e conclusões).» In *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'*. Actas. Vol. 3, 15-16. Porto: Universidade do Porto/ CNCDP.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 1993. *Hansa e Portugal na Idade Média*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Presença.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 1995a. «Alemães e impressores alemães no Portugal de finais do século XV.» In *No quinto centenário da "Vita Christi": os primeiros impressores alemães em Portugal*, 11-14. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 1995b. «Deutsche Reisende im Portugal des 15. Jahrhunderts.» In Marília dos Santos Lopes et al., eds. *Portugal und Deutschland auf dem Weg nach Europa*, 11-26. Pfaffenweiler: Centaurus.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 2000. «Dezasseis séculos de relações luso-germânicas.» *Lusorama* 43-44: 13-39.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 2001. *Geschichte Portugals und des portugiesischen Weltreichs*. Stuttgart: Kröner.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 2003. «Relações Luso-Germânicas em Períodos de Crise.» In O. Grossegesse et al., eds. *Portugal – Alemanha – Brasil. Actas do VI Encontro Luso-Alemão*. Vol. 1, 19-30. Braga: Univ. do Minho/ Centro de Estudos Humanísticos.
- Marques, António Henrique de Oliveira. 2007. «Os Germanos em Portugal (séculos V-XII): revisão do problema.» In Maria Manuela Gouveia Delille, coord. e pref. *Portugal – Alemanha: Memórias e Imaginários*. Vol. 1, 17-27. Coimbra: MinervaCoimbra/ Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.
- Marques, António Henrique de Oliveira, Alfred Opitz, e Fernando Clara, eds. 1996. *Portugal - Alemanha - África: do imperialismo colonial ao imperialismo político. Actas do IV Encontro Luso-alemão*. Lisboa: Colibri.
- Martins, José V. de Pina. 1972. «Para a História da Cultura Portuguesa do Renascimento: A Iconografia do Livro Impresso em Portugal no tempo de Dürer.» *Arquivos do Centro Cultural Português* 5: 80-189.
- Martins, José V. de Pina., ed. 1982. *Damião de Góis, humaniste européen*. Braga: Barbosa y Xavier.
- Martins, Miguel Gomes. 2011. *De Ourique a Aljubarrota: a guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Massing, Jean Michel. 1991. «The Quest for the Exotic: Albrecht Dürer in the Netherlands.» In Jay A. Levenson, ed. *Circa 1492: art in the age of exploration*, 115-119. New Haven/London: Yale University Press.
- Mathew, K. S. 1999a. *Indo-Portuguese Trade and the Fuggers of Germany (Sixteenth Century)*. New Delhi: Manohar.
- Mathew, K. S. 1999b. «The Germans and Portuguese India.» In *Vasco da Gama e a Índia*. Vol. 1, 281-293. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Matos, Jorge Semedo de. 1999. «A navegação atlântica dos portugueses em 1500.» *Oceanos* 39: 82-99.

- Mattoso, José, ed. 1993. *História de Portugal*. Vol. 3: *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Maurício, Domingos. 1959. «O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria.» *Brotéria* 68: 17-37.
- Maurício, Domingos. 1968. «O Infante Santo D. Fernando na Flandres e na Alemanha?» *Brotéria* 87: 101-122.
- Meier, Harri. 1937. «Zur Geschichte der hansischen Spanien- und Portugalfahrt bis zu den spanisch-amerikanischen Unabhängigkeitskriegen.» *Ibero-amerikanische Studien* 5: 93-152.
- Meilinger, Johannes. 1911. *Der Warenhandel der Augsburger Handelsgesellschaft Anton Haug, Hans Langenauer, Ulrich Link und Mitverwandte (1522-1562)*. Diss., Univ. Leipzig.
- Mendonça, Manuela [Manuela Mendonça M. Fernandes]. 1989. «Alguns aspectos das relações externas de D. João II.» In *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'*. Actas. Vol. 1, 333-358. Porto: Universidade do Porto/ CNCDP.
- Mendonça, Manuela. 1991. *D. João II. Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mercadal, J. Garcia. 1952. *Viajes de extranjeros por España y Portugal* Madrid: Aguilar.
- Monumenta Ethnographica. Frühe völkerkundliche Bilddokumente*. 1962. Vol. 1. Graz: Akademische Druck- u. Verlagsanstalt.
- Metzig, Gregor M. 2010. «Kanonen im Wunderland. Deutsche Büchschützen im portugiesischen Weltreich (1415-1640).» *Militär und Gesellschaft* 14/2: 267-298.
- Metzig, Gregor M. 2011a. «Guns in Paradise. German and Dutch Artillerymen in the Portuguese Empire (1415-1640).» *Anais de História de Além-Mar* 12: 61-87.
- Metzig, Gregor M. 2011b. «Maximilian I. (1486-1519), Portugal und die Expansion nach Übersee.» *Jahrbuch für Europäische Überseegeschichte* 11: 9-43.
- Michaelsen, Stephan. 2005. «The German Welser Company in Portugal and India in the Sixteenth Century.» In F. da S. Gracias, C. Pinto e C. Borges, eds. *Indo-Portuguese History: Global Trends*, 337-344. Goa: s.ed.
- Mörsdorf, Klaus. 1957/58. *A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa*. Munique/Lisboa: União Gráfica.
- Moura, Vasco Graça. 1990. «Retratos de Isabel.» *Oceanos* 3: 35-46.
- Müller, Johannes. 1929. «Der Anteil der Familien Ehinger-Göttingen von Konstanz und der Österreicher Ehinger von Ulm an den überseeischen Unternehmungen der Welser. VSWG 22: 373-387.
- Müller, Peter. 1935. «Alemães na terra portuguesa.» *Boletim do Instituto Alemão* 5 (Suplemento): 29-37.
- Muris, Oswald. 1943/44. «Der „Erdapfel“ des Martin Behaim.» *Ibero-Amerikanisches Archiv* 17: 49-64.
- Muris, Oswald. 1955. «Der Globus des Martin Behaim.» *Mitteilungen der Geographischen Gesellschaft Wien* 97: 169-182.
- Murr, Christoph Gottlieb von. 1801. *Diplomatische Geschichte des portugiesischen berühmten Ritters Martin Behaims. Aus Originalurkunden*. 2.^a ed. Gotha: Justus Pertes.
- Murr, Christoph Gottlieb von [Murr, Christophe Theophile de]. 1802. *Histoire Diplomatique du Chevalier Portugais Martin Behaim de Nuremberg. Avec la description de son globe terrestre*. Strasbourg/Paris: Treuttel et Würtz.
- Nachrodt, Hans Werner. 1995. «Martin Behaim und sein „Erdapfel“. Bemerkungen zur Lebens- und Wirkungsgeschichte.» *Jahrbuch für Fränkische Landesforschung* 55: 45-64.
- Nagel, Rolf. 1971. «Ein Brief König Manuels I. an Kaiser Maximilian I.» *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft. Erste Reihe: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 11: 201-205.
- Neuhaus, Helmut. 2000a. «Zwischen Realität und Romantik: Nürnberg im Europa der Frühen Neuzeit.» In H. Neuhaus, ed. *Nürnberg. Eine europäische Stadt in Mittelalter und Neuzeit*, 43-68. Nürnberg: Selbstverlag des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg.

- Neuhaus, Helmut, ed. 2000b. *Nürnberg. Eine europäische Stadt in Mittelalter und Neuzeit*. Nürnberg: Selbstverlag des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg.
- Newitt, Malyn. 2005. *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668*. London/New York: Routledge.
- Noronha, Tito de. 1874. *A imprensa portuguesa durante o século XVI*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Nürnberger entdecken die Welt. Reisebücher aus vier Jahrhunderten* (Ausstellungskatalog der Stadtbibliothek Nürnberg 82). 1972. Nürnberg: Stadtbibliothek.
- Nusser, Horst G. W., ed. 1980. *Frühe deutsche Entdecker: Asien in Berichten unbekannter deutscher Augenzeugen 1502-1506*. München: Nusser.
- Oliveira, Aurélio de. 2004. «As missões de Diogo Gomes de 1456 e 1460.» In Francisco Ribeiro da Silva et al., eds. *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, 805-814. Porto: Faculdade de Letras da Univ. do Porto.
- Oliveira, Luís Filipe. 1994a. «Galvão, Duarte.» In *DHDP*. Vol. 1, 446-447. Lisboa: Caminho.
- Oliveira, Luís Filipe. 1994b. «Gomes, Diogo.» In *DHDP*. Vol. 1, 467-468. Lisboa: Caminho.
- Oliveira, José Manuel Pereira. 1960. *Martin Behaim*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos.
- O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*. 2007. Coord. de Avelino de Freitas de Meneses e João Paulo Oliveira e Costa. 2 vols. Lisboa/Ponta Delgada: CHAM/ Universidade dos Açores.
- Otte, Enrique. 2004a. *Von Bankiers und Kaufleuten, Räten, Reedern und Piraten, Hintermännern und Stroh Männern. Aufsätze zur atlantischen Expansion Spaniens*. Ed. de Günter Vollmer e Horst Pietschmann. Stuttgart: Franz Steiner.
- Otte, Enrique. 2004b. «Die Welser in Santo Domingo.» In E. Otte. *Von Bankiers und Kaufleuten, Räten, Reedern und Piraten, Hintermännern und Stroh Männern. Aufsätze zur atlantischen Expansion Spaniens*, 117-159. Stuttgart: Franz Steiner.
- Otte, Enrique. 2004c. «Jakob und Hans Cromberger und Lazarus Nürnberger, die Begründer des deutschen Amerikahandels.» In E. Otte. *Von Bankiers und Kaufleuten, Räten, Reedern und Piraten, Hintermännern und Stroh Männern. Aufsätze zur atlantischen Expansion Spaniens*, 161-197. Stuttgart: Franz Steiner.
- Pangerl, Daniel Carlo. 2010. «Sterndeutung als naturwissenschaftliche Methode der Politikberatung. Astronomie und Astrologie am Hof Kaiser Friedrichs III. (1440-1493).» *Archiv für Kulturgeschichte* 92/2: 309-327.
- Paravicini, Werner. 2010. «Bericht und Dokument Leo von Rožmitál unterwegs zu den Höfen Europas (1465-1466).» *Archiv für Kulturgeschichte* 92/2: 253-307.
- Paviot, Jacques. 1990. «As relações económicas entre Portugal e a Flandres no séc. XV.» *Oceanos* 4: 28-35.
- Paviot, Jacques. 1993. «L'intégration des découvertes portugaises dans les mentalités européennes au XVe siècle.» *Arquivos do Centro Cultural Português* 32: 3-14.
- Paviot, Jacques. 1995. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. Lisboa/Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian/ CNCDP.
- Paviot, Jacques. 2006. «Les Flamands au Portugal au XV^e Siècle (Lisbonne, Madère, Açores).» *Anais de História de Além-Mar* 7: 7-40.
- Pedrosa, Fernando Gomes. 2000. *Os Homens dos Descobrimentos e da Expansão Marítima: Pescadores, Marinheiros e Corsários*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Peixoto, Jorge. 1964. «Alemães que trabalharam no livro em Portugal nos sécs. XV e XVI.» *Gutenberg-Jahrbuch* 1964: 120-127.
- Pelúcia, Alexandra. 2009. *Martim Afonso de Sousa e sua Linhagem. Trajectórias de uma Elite no Império de D. João III e de D. Sebastião* (Coleção Teses 6). Lisboa: CHAM.

- Pereira, António dos Santos. 1989. «A metalurgia portuguesa em finais de Quatrocentos e primórdios de Quinhentos: alguns subsídios.» In *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'*. Actas. Vol. 3, 231-239. Porto: Universidade do Porto/ CNCDP.
- Pereira, António dos Santos. 2003. *Portugal. O Império Urgente (1475-1525)*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Pereira, Fernando Jasmins. 1969. «O Açúcar Madeirense de 1500 a 1537. Produção e Preços.» *Estudos Políticos e Sociais* 7, n.º 1: 81-141; n.º 2: 441-528.
- Peres, Damião. 1941. «Ainda a cronologia das viagens de Diogo Cão.» *Revista Portuguesa de História* 1: 175-176.
- Peres, Damião. 1983. *História dos Descobrimentos Portugueses*. 3.ª ed. Porto: Vertente.
- Peters, Lambert F. 2005. *Strategische Allianzen, Wirtschaftsstandort und Standortwettbewerb: Nürnberg 1500-1625*. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- Pieper, Renate. 2000. *Die Vermittlung einer neuen Welt: Amerika im Nachrichtennetz des Habsburgischen Imperiums 1493-1598*. Mainz: P. von Zabern.
- Pieper, Renate. 2001. «Die Anfänge der europäischen Partizipation am weltweiten Handel: Die Aktivitäten der Portugiesen und Spanier im 15. und 16. Jahrhundert.» In Friedrich Edelmayer et al., eds. *Die Geschichte des europäischen Welthandels und der wirtschaftliche Globalisierungsprozeß*, 33-53. Wien/München: Verlag für Geschichte und Politik/ Oldenbourg.
- Pietschmann, Horst. 2005. «Humanismo y comercio en la Alemania del Sur: su percepción sobre México (1490-1530).» In H. Pietschmann et al., eds. *Alemania y México: Percepciones mutuas en impresos, siglos XVI-XVIII*, 1-54. México: Universidad Iberoamericana.
- Pietschmann, Horst. 2006. «Die iberische Expansion im Atlantik und das Reich, ca. 1470 – ca. 1530.» In Claudia Schnurmann e Hartmut Lehmann, eds. *Atlantic Understandings: Essays on European and American History in Honor of Hermann Wellenreuther*, 43-59. Hamburg: Lit.
- Pietschmann, Horst. 2007. «Bemerkungen zur „Jubiläumshistoriographie“ am Beispiel „500 Jahre Martin Waldseemüller und der Name Amerika“.» *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* 44: 367-389.
- Pietschmann, Horst. 2011. «Deutsche und imperiale Interessen zwischen portugiesischer und spanischer Expansion im 15. Jahrhundert.» In Alexandra Curvelo e Madalena Simões, eds. *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahrhundert) – Portugal e o Sacro Império (séculos XVI-XVIII)*, 15-30. Münster: Aschendorff.
- Pintassilgo, Joaquim. 1994. «Fernandes, Valentim.» In *DHDP*. Vol. 1, 411-412. Lisboa: Caminho.
- Pinto, Carla Alferes. 2011. «S. Bartolomeu, Afonso de Albuquerque e os bombardeiros alemães. Um episódio artístico em Cochim.» In Alexandra Curvelo e Madalena Simões, eds. *Portugal und das Heilige Römische Reich (16.-18. Jahrhundert) – Portugal e o Sacro Império (séculos XVI-XVIII)*, 263-280. Münster: Aschendorff.
- Pinto, João Rocha. 1988. «Houve diários de bordo durante os séculos XV e XVI?» *Revista da Universidade de Coimbra* 34: 383-416.
- Pinto, João Rocha. 1989. *A Viagem: Memória e Espaço. A Literatura Portuguesa de Viagens: Os primitivos relatos de viagem ao Índico 1497-1550* (Cadernos da Revista de História Económica e Social 11/12). Lisboa: Sá da Costa.
- Pinto, João Rocha. 1994. «Literatura de viagens.» In *DHDP*. Vol. 2, 606-613. Lisboa: Caminho.
- Pinto, João Rocha, e Leonor Freire Costa. 1985. «Relação anónima da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia.» *Cadernos da Revista de História Económica e Social* 6-7: 141-199.
- Pohl, Hans. 1967. «Die Zuckereinfuhr nach Antwerpen durch portugiesische Kaufleute während des 80jährigen Krieges.» *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* 4: 348-373.
- Pohl, Hans. 1977. *Die Portugiesen in Antwerpen (1567-1648). Zur Geschichte einer Minderheit* (VSWG: Beihefte 63). Wiesbaden: Franz Steiner.

- Pohl, Hans, ed. 1990. *The European Discovery of the World and its Economic Effects on Pre-Industrial Society, 1500-1800* (VSWG: Beihefte 89). Stuttgart: Franz Steiner.
- Pohl, Hans. 1991. «Os portugueses em Antuérpia (1550-1650).» In J. Everaert e E. Stols, eds. *Flandres e Portugal. Na confluência de duas culturas*, 53-79. Lisboa: Inapa.
- Pohle, Jürgen. 2000. *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*. Münster et al.: Lit.
- Pohle, Jürgen. 2003a. «Der lange Weg in den “Großen Krieg”: die Schlacht bei Tannenberg und ihre Ursachen.» In *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Coord. de Luís Adão da Fonseca et al. Vol. 2, 751-762. Porto: Livraria Civilização Editora.
- Pohle, Jürgen. 2003b. «Notícias Alemãs sobre o Brasil em Tempos Remotos e o Eco da *Copia der neuen Zeytung auß Presillg Landt*.» In O. Grossegeesse et al., eds. *Portugal – Alemanha – Brasil. Actas do VI Encontro Luso-Alemão*. Vol. 2, 33-44 (com um anexo). Braga: Univ. do Minho/ Centro de Estudos Humanísticos.
- Pohle, Jürgen. 2007a. «As Relações luso-alemãs no Reinado de D. Manuel I (1495-1521).» In Maria Manuela Gouveia Delille, coord. e pref. *Portugal – Alemanha: Memórias e Imaginários*. Vol. 1, 61-74. Coimbra: MinervaCoimbra/ Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.
- Pohle, Jürgen. 2007b. *Martin Behaim (Martinho da Boémia): Factos, Lendas e Controvérsias* (cadernos do cieq 26). Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos.
- Pohle, Jürgen. 2012. «Martin Behaim (Martinho da Boémia) e os Açores. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta* 21: 189-201.
- Pohle, Jürgen. 2015a. «Lucas Rem e Sebald Kneussel: due agenti commerciali tedeschi a Lisbona all’inizio del secolo XVI e le loro testimonianze.» *Storia Economica* 18/2: 315-329.
- Pohle, Jürgen. 2015b. «“Os primeiros alemães a procurar a Índia”: Maximiliano I, Conrad Peutinger e a alta finança alemã estabelecida em Lisboa.» *AMMENTU. Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe* 7: 19-28. Consultado em 26/1/2016. <http://www.centrostudisea.it/attachments/article/205/Ammentu%20007%202015.pdf>.
- Pohle, Jürgen. 2015c. «Rivalidades e cooperação: algumas notas sobre as casas comerciais alemãs em Lisboa no início de Quinhentos.» *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.^a série, n.º 3: 19-38. Consultado em 26/7/2015. http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/3/03_alema.pdf.
- Polišenský, Josef. 1980. «Centro da Europa, Portugal e a América que leva o Nome do Brasil.» *Ibero-Americana Pragensia* 12 (1978): 9-18.
- Polišenský, Josef, e Peter Ratkoš. 1980. «Codex Bratislavensis e as suas Notícias sobre as Viagens Portuguesas para a Índia nos Anos de 1502 a 1517.» *Ibero-Americana Pragensia* 12 (1978): 173-196.
- Pölnitz, Götz Frhr. v. 1949/51. *Jakob Fugger*. 2 vols. Tübingen: Mohr.
- Pölnitz, Götz Frhr. v. 1957. «Martin Behaim. Zum 450. Todestag.» *Gehört - Gelesen* 4/8: 744-752.
- Pölnitz, Götz Frhr. v. 1959. «Martin Behaim.» In Karl Rüdinger, ed. *Gemeinsames Erbe. Perspektiven europäischer Geschichte*, 129-141. München: Bayerischer Schulbuch-Verlag.
- Pölnitz, Götz Frhr. v. 1960. *Die Fugger*. Frankfurt am Main: Heinrich Scheffler.
- Prak, Maarten, ed. 2001. *Early Modern Capitalism: Economic and Social Change in Europe 1400-1800*. London: Routledge.
- Quiles, Daniel López-Cañete. 1995. «El Globo de Martin Behaim y las Memorias de Diogo Gomes.» *Mare Liberum* 10: 553-564.
- Radulet, Carmen M. 1983. *Documenti delle scoperte portoghesi*. Vol. 1, Bari: Atriatca.
- Radulet, Carmen M. 1988. *As viagens de Diogo Cão. Um problema ainda em aberto*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

- Radulet, Carmen M. 1989. «A Política Atlântica de D. João II e as Viagens de Descobrimento.» In *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'*. Actas. Vol. 2, 189-200. Porto: Universidade do Porto/ CNCDP.
- Radulet, Carmen M. 1990. «As Viagens de Descobrimento de Diogo Cão. Nova Proposta de Interpretação.» *Mare Liberum* 1: 175-204.
- Radulet, Carmen M. 1991. «Diogo Cão no Reino do Congo.» *Oceanos* 8: 38-42.
- Radulet, Carmen M. 1994. «Cão, Diogo.» In *DHDP*. Vol. 1, 192-194. Lisboa: Caminho.
- Rákóczi, István. 1994. «Hungria, Relações de Portugal com a.» In *DHDP*. Vol. 1, 502-504. Lisboa: Caminho.
- Rákóczi, István, e Clara Riso, eds. 2012. *Os Descobrimientos Portugueses e a Mitteleuropa*. [Budapeste]: ELTE Eötvös Kiadó.
- Ramalheira, Ana Maria Pinhão. 2002. *Alcácer Quibir e D. Sebastião na Alemanha. Representações Historiográficas e Literárias (1578 – ca. 1800)*. Coimbra: MinervaCoimbra et al.
- Ramalho, Américo da Costa. 1943. «Sobre a data da morte de Diogo Cão.» *Revista Portuguesa de História* 2: 319-321.
- Rau, Virgínia. 1951. *A Exploração e o Comércio do Sal de Setúbal*. Lisboa: s.ed.
- Rau, Virgínia. 1964. «Relações Diplomáticas de Portugal durante o Reinado de D. Afonso V.» *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft. Erste Reihe: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 4: 247-260.
- Rau, Virgínia. 1965. «Fatores e feitorias – “instrumentos” do comércio internacional português no século XVI.» *Brotéria* 81: 458-478.
- Rau, Virgínia. 1968. «Rumos e vicissitudes do comércio do sal português nos séculos XIV a XVIII.» In V. Rau. *Estudos de História*. Vol. 1, 175-202. Lisboa: Verbo.
- Rau, Virgínia. 1970. «Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI).» In H. Kellenbenz, ed. *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, 15-30. Köln/Wien: Böhlau.
- Rau, Virgínia. 1984a. «Alguns aspectos das relações luso-alemãs nos princípios do século XVI.» In V. Rau. *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, 285-290. Lisboa: Editorial Presença.
- Rau, Virgínia. 1984b. «Os mercadores-banqueiros estrangeiros em Portugal no tempo de D. João III (1521-1557).» In V. Rau. *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, 67-82. Lisboa: Editorial Presença.
- Rau, Virgínia, e Jorge Borges de Macedo. 1962. *O Açúcar da Madeira nos Fins do Século XV*. Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo.
- Ravenstein, Ernest George. 1900. «The voyages of Diogo Cão and Bartolomeu Dias, 1482-88.» *The Geographical Journal* 16/6: 625-655.
- Ravenstein, Ernest George. 1908. *Martin Behaim, his life and his globe*. London: Philip & son.
- Ravenstein, Ernest George. s.d. *Martim de Bohemia (Martin Behaim)*. Lisboa: Livraria Ferin.
- Reinhard, Wolfgang. 1983. *Geschichte der europäischen Expansion*. Vol. 1. Stuttgart: Kohlhammer.
- Reinhard, Wolfgang, ed. 1996. *Augsburger Eliten des 16. Jahrhunderts: Prosopographie wirtschaftlicher und politischer Führungsgruppen 1500-1620*. Berlin: Akademie Verlag.
- Reinhard, Wolfgang. 1997. *Partner oder Parasit? Europäische Wirtschaft und Neue Welt 1500-1800*. Münster: Lit.
- Reinhard, Wolfgang. 2008. *Kleine Geschichte des Kolonialismus*. 2.^a ed. Stuttgart: Kröner.
- Renouard, Yves. 1985a. «Borgonha, Relações de Portugal com o ducado de.» In *DHP*. Vol. 1, 358-359. Porto: Figueirinhas.
- Renouard, Yves. 1985b. «Isabel, Duquesa da Borgonha.» In *DHP*. Vol. 3, 341. Porto: Figueirinhas.
- Ribeiro, Mário de Sampayo. 1943. *Processo e história de uma atoarda. O retrato de Damião de Goes por Alberto Dürer*. Coimbra: Instituto Alemão.

- Richert, Gertrud. 1960. «Königliche Frauen aus dem Hause Avis.» *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft. Erste Reihe: Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 1: 140-152.
- Rodrigues, Jorge Nascimento, e Tessaleno Devezas. 2009. *Portugal – O Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*. V. N. Famalicão: Centro Atlântico.
- Roeck, Bernd. 2005. *Geschichte Augsburgs*. München: Beck.
- Rogers, Francis Millet. 1961. *The travels of the Infant D. Pedro of Portugal*. Cambridge Mass.: Harvard University Press.
- Rössner, Philipp Robinson. 2011. «Geld- und währungspolitische Probleme in Deutschland am Vorabend der „Preisrevolution“ (1470-1540). Quellenbefund und Forschungshypothesen.» In Angelika Westermann e Stefanie von Welser, eds. *Beschaffungs- und Absatzmärkte oberdeutscher Firmen im Zeitalter der Welser und Fugger*, 287-309. Husum: Matthiesen.
- Rössner, Philipp Robinson. 2012. *Deflation – Devaluation – Rebellion. Geld im Zeitalter der Reformation*. Stuttgart: Franz Steiner.
- Rötzer, Hans Gerd. 2005. «Kolumbus kam ihm zuvor. Hieronymus Münzer und der Seeweg westwärts.» *Montfort. Vierteljahresschrift für Geschichte und Gegenwart Vorarlbergs* 57/3: 223-227.
- Rücker, Elisabeth. 1980. «Nürnberger Frühhumanisten und ihre Beschäftigung mit Geographie. Zur Frage einer Mitarbeit von Hieronymus Münzer und Conrad Celtis am Text der Schedelschen Weltchronik.» In R. Schmitz e F. Krafft, eds. *Humanismus und Naturwissenschaften*, 181-192. Boppard: Boldt.
- Safley, Thomas Max. 2011. «Der Konkurs der Höchstetter 1529 in Abhängigkeit von Beschaffungs- und Absatzmärkten für Quecksilber.» In Angelika Westermann e Stefanie von Welser, eds. *Beschaffungs- und Absatzmärkte oberdeutscher Firmen im Zeitalter der Welser und Fugger*, 273-286. Husum: Matthiesen.
- Santarém, Visconde de. 1842. *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. Vol. 1. Paris: J. P. Aillaud.
- Schaper, Christa. 1970. «Die Hirschvogel von Nürnberg und ihre Faktoren in Lissabon und Sevilla.» In H. Kellenbenz, ed. *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, 176-196. Köln/Wien: Böhlau.
- Schaper, Christa. 1972. «Hirschvogel.» In *NDB*. Vol. 9, 230-231. Berlin: Duncker & Humblot.
- Schaper, Christa. 1973. *Die Hirschvogel von Nürnberg und ihr Handelshaus*. Nürnberg: Verein für Geschichte der Stadt Nürnberg.
- Scheidl, Ludwig, e José A. Palma Caetano. 2002. *Relações entre Portugal e a Áustria. Testemunhos históricos e culturais / Beziehungen zwischen Portugal und Österreich. Historische und kulturelle Zeugnisse*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Schick, Léon. 1957. *Un grand homme d'affaires au début du XVIe siècle: Jacob Fugger*. Paris: S.E.V.P.E.N.
- Schickert, Gerhard, e Thomas Denk. 2010. *Die Bartholomäus-Brüderschaft der Deutschen in Lissabon. Entstehung und Wirken, vom späten Mittelalter bis zur Gegenwart / A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa. Origem e actividade, do final da Idade Média até à Actualidade*. Estoril: A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães.
- Schmeller, J. A. 1847. *Über Valentim Fernandez Alemão und seine Sammlung von Nachrichten über die Entdeckungen und Besitzungen der Portugiesen in Afrika und Asien bis zum Jahre 1508*. München: Die Akademie.
- Schmid, Wolfgang. 2003. *Dürer als Unternehmer. Kunst, Humanismus und Ökonomie in Nürnberg um 1500*. Trier: Porta Alba.
- Schmitt, Eberhard. 1992. «Atlantische Expansion und maritime Indienfahrt im 16. Jahrhundert.» In Stephan Füssel, ed. *Pirckheimer-Jahrbuch 1992*. Vol. 7, 127-144. Nürnberg: Hans Carl.

- Schmitt, Eberhard. 1999. «Europäischer Pfefferhandel und Pfefferkonsum im Ersten Kolonialzeitalter.» In Markus A. Denzel, ed. *Gewürze: Produktion, Handel und Konsum in der Frühen Neuzeit*, 15-26. St. Katharinen: Scripta Mercaturae Verlag.
- Schmitz, Rudolf, e Fritz Krafft, eds. 1980. *Humanismus und Naturwissenschaften*. Boppard: Boldt.
- Schneider, Jürgen. 2000. «Nürnberg und die Rückwirkungen der europäischen Expansion (16.-18. Jahrhundert).» In Helmut Neuhaus, ed. *Nürnberg. Eine europäische Stadt in Mittelalter und Neuzeit*, 293-359. Nürnberg: Selbstverlag des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg.
- Schorer, Maria Thereza. 1957. «Notas para o estudo das relações dos banqueiros alemães com o empreendimento colonial dos países ibéricos na América no século XVI.» *Revista de História (da Universidade de São Paulo)* (8.º ano) 15/32: 275-355.
- Schulte, Aloys. 1923. *Geschichte der großen Ravensburger Handelsgesellschaft*. 3 vols. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt.
- Schultheiß, Werner. 1951. «Des Seefahrers Martin Behaim Geburts- und Todestag.» *MVGN* 42: 353-357.
- Schultheiß, Werner. 1957a. «Der Nürnberger Großkaufmann und Diplomat Andreas I. Imhoff und seine Zeit (1491-1579).» *Mitteilungen aus der Stadtbibliothek Nürnberg* 6/1: 3-12.
- Schultheiß, Werner. 1957b. «Martin Behaim und die Nürnberger Kosmographen.» In *Martin Behaim und die Nürnberger Kosmographen*, 4-9. Nürnberg: GNM.
- Schultheiß, Werner. 1972. «Holzschuher, v.» In *NDB*. Vol. 9, 579. Berlin: Duncker & Humblot.
- Schulze, Franz. 1902. *Balthasar Springers Indienfahrt 1505/1506. Wissenschaftliche Würdigung der Reiseberichte Springers zur Einführung in den Neudruck seiner „Meerfahrt“ vom Jahre 1509*, Straßburg: Heitz.
- Schumacher, Hermann A. 1892. «Bremen und die Portugiesischen Handels-Freibriefe der Deutschen.» *Bremisches Jahrbuch* 16: 1-28.
- Schwob, Anton. 1977. *Oswald von Wolkenstein. Eine Biographie*. 2.ª ed. Bozen: Athesia.
- Serpa, António Ferreira. 1904. «Martinho de Bohemia (Martin Behaim).» *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa* (22.ª série) 9: 297-307.
- Serpa, António Ferreira. 1929. *Os flamengos na Ilha do Faial. A família Utra (Hurtere)*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. 1980a. *História de Portugal*. Vol. 2: *Formação do Estado Moderno (1415-1495)*. Lisboa: Verbo.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. 1980b. *História de Portugal*. Vol. 3: *O Século de Ouro (1495-1580)*. Lisboa: Verbo.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. 1985a. «Áustria e Portugal, Casa de.» In *DHP*. Vol. 1, 254-255. Porto: Figueirinhas.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. 1985b. «Catarina de Áustria, D.» In *DHP*. Vol. 2, 24-25. Porto: Figueirinhas.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. 1985c. «Isabel, Imperatriz D.» In *DHP*. Vol. 3, 341. Porto: Figueirinhas.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. 1985d. «Leonor, Imperatriz D.» In *DHP*. Vol. 3, 481-482. Porto: Figueirinhas.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. 1994. *Portugal e o Mundo (nos séculos XII a XVI): Um Percorso de Dimensão Universal*. Lisboa/São Paulo: Verbo.
- Siebenhüner, Kim. 2011. «Europäische Juwelenhändler auf indischen Beschaffungsmärkten.» In Angelika Westermann e Stefanie von Welser, eds. *Beschaffungs- und Absatzmärkte oberdeutscher Firmen im Zeitalter der Welser und Fugger*, 237-251. Husum: Matthiesen.
- Silva (Almarjão), José Maria da Costa e. 1977. «Raríssimo ex-libris quinhentista de um nobre alemão ao serviço de Portugal.» *A Arte de Ex-Libris* (22.º ano) 11, n.º 78: 29-30.
- Silva, Luciano Pereira da. 1945. *Obras completas*. Vol. 2. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Silva, Nuno Vassallo e. 1989. *Subsídios para o estudo do comércio das pedras preciosas em Lisboa, no século XVI* (Sep. do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 3.ª série, n.º 91/2). Lisboa: s.ed.

- Silva, Nuno Vassallo e. 1991. «O Relicário que fez Mestre João.» *Oceanos* 8: 110-113.
- Silva, Nuno Vassallo e. 2001. «Preciosidades e Maravilhas entre Goa e Lisboa.» In *Exótica. Os Descobrimentos Portugueses e as Câmaras de Maravilhas do Renascimento*, 27-37. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silveira, Martim Cunha de. 1989. «Os Flamengos nos Açores.» *Oceanos* 1: 69-71.
- Sporhan-Krempel, Lore. 1968. *Nürnberg als Nachrichtenzentrum zwischen 1400 und 1700*. Nürnberg: Verein für Geschichte der Stadt Nürnberg.
- Stauber, Richard. 1908. *Die Schedelsche Bibliothek*. Freiburg: Herder.
- Stols, Eddy. 1973. «Os Mercadores Flamengos em Portugal e no Brasil antes das Conquistas Holandesas.» *Anais de História* 5: 9-54.
- Stols, Eddy. 2001. «A Repercussão das Viagens e das Conquistas Portuguesas nas Índias Orientais na Vida Cultural da Flandres no Século XVI.» In Joaquim Romero Magalhães e Jorge Manuel Flores, coord. *Vasco da Gama. Homens, Viagens e Culturas. Actas do Congresso Internacional*. Vol. 2, 11-38. Lisboa: CNCDP.
- Stols, Eddy. 2014. «Lisboa: um portal do mundo para a nação flamenga.» In Jorge Fonseca, coord. *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, 7-76. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Strasen, E. A., e Alfredo Gândara. 1944. *Oito Séculos de História Luso-Alemã*. Lisboa: Instituto Ibero-Americano de Berlim.
- Strieder, Jakob. 1938. «Deutscher Metallwarenexport nach Westafrika im 16. Jahrhundert.» In Heinz Friedrich Deininger, ed. *Das reiche Augsburg. Ausgewählte Aufsätze Jakob Strieders zur Augsburger und süddeutschen Wirtschaftsgeschichte des 15. und 16. Jahrhunderts*, 155-167. München: Duncker & Humblot.
- Stromer von Reichenbach, Wolfgang Frhr. 1963. *Die Nürnberger Handelsgesellschaft Gruber-Podmer-Stromer im 15. Jahrhundert*. Nürnberg: Selbstverlag des Vereins für Geschichte.
- Stromer von Reichenbach, Wolfgang Frhr. 1970. «Oberdeutsche Unternehmen im Handel mit der Iberischen Halbinsel im 14. und 15. Jahrhundert.» In H. Kellenbenz, ed. *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, 156-175. Köln/Wien: Böhlau.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1995. *O Império Asiático Português 1500-1700: uma história política e económica*. Linda-a-Velha: Difel.
- Subrahmanyam, Sanjay. 1998. *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*. Lisboa: CNCDP.
- Sylva, J. A. Telles da. 1971. *Manuscritos & Livros Valiosos*. Vol. 2. Lisboa: Telles da Silva.
- Thomaz, Luís Filipe Reis. 1989. «O projecto imperial joanino (tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II).» In *Congresso internacional 'Bartolomeu Dias e a sua época'*. Actas. Vol. 1, 81-98. Porto: Universidade do Porto/ CNCDP.
- Thomaz, Luís Filipe Reis. 1990. «L'idée impériale manueline.» In Jean Aubin, ed. *La découverte, le Portugal, et l'Europe: actes du colloque*, 35-103. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais.
- Thomaz, Luís Filipe Reis. 1994a. «A "Política Oriental" de D. Manuel I e suas contracorrentes.» In L. F. Thomaz. *De Ceuta a Timor*, 189-206. Linda-a-Velha: Difel.
- Thomaz, Luís Filipe Reis. 1994b. *De Ceuta a Timor*. Linda-a-Velha: Difel.
- Thomaz, Luís Filipe Reis. 1994c. «Os portugueses e a rota das especiarias.» In L. F. Thomaz. *De Ceuta a Timor*, 169-187. Linda-a-Velha: Difel.
- Thomaz, Luís Filipe Reis. 1998. *A questão da pimenta em meados do século XVI. Um debate político do governo de D. João de Castro*. Lisboa: CEPCEP.
- Timann, Ursula. 1992. «Der Illuminist Georg Glockendon, Bemaler des Behaim-Globus.» In *Focus Behaim-Globus*. Vol. 1, 273-278. Nürnberg: Verlag des GNM.
- Timann, Ursula. 2007. «Die Handwerker des Behaim-Globus.» *Norica* 3: 59-64.
- Trautmann, Dietmar. 1974. «Imhof, Andreas.» In *NDB*. Vol. 10, 148-149. Berlin: Duncker & Humblot.

- Trías, Rolando A. Laguarda. 1973. *El predescubrimiento del Río de la Plata por la expedición portuguesa de 1511-12*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Trnek, Helmut. 2001. «Objectos exóticos nas *Kunstammer* dos Habsburgos. Respectivos Inventários e Conteúdos.» In *Exótica. Os Descobrimientos Portugueses e as Câmaras de Maravilhas do Renascimento*, 39-67. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valente, Vasco. 1950. *O vidro em Portugal*. Porto: Portucalense.
- Vasco da Gama e a Índia. 1999. 3 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vasconcellos, Joaquim de. 1929. *Albrecht Dürer e a sua influência na Península*. 2.^a ed. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Verlinden, Charles. 1970. «Quelques types de marchands italiens et flamands dans la Péninsule et dans les premières colonies ibériques au XVe siècle.» In H. Kellenbenz, ed. *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, 31-47. Köln/Wien: Böhlau.
- Verlinden, Charles. 1984. «Le peuplement flamand aux Açores au XVe siècle.» In *Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV-XVII)*. *Actas do Colóquio Internacional*, 298-307. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Verlinden, Charles. 1985a. «Antuérpia, Relações comerciais de Portugal com.» In *DHP*. Vol. 1, 160-161. Porto: Figueirinhas.
- Verlinden, Charles. 1985b. «Bruges, Relações comerciais de Portugal com.» In *DHP*. Vol. 1, 388-389. Porto: Figueirinhas.
- Verlinden, Charles. 1990. «Petite propriété et grande entreprise à Madère à la fin du XVème siècle.» In *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, 7-21. Lisboa: CNCDP.
- Verlinden, Charles. 1991a. «A colonização flamenga nos Açores.» In J. Everaert e E. Stols, eds. *Flandres e Portugal. Na confluência de duas culturas*, 81-97. Lisboa: Inapa.
- Verlinden, Charles. 1991b. «Die Azoren und der Globus.» *Anzeiger des Germanischen Nationalmuseums*: 54-56.
- Veth, J., e S. Müller. 1918. *Albrecht Dürers Niederländische Reise*. 2 vols. Berlin/Utrecht: s.ed.
- Vieira, Alberto. 1987. *O Comércio inter-insular nos Séculos XV e XVI: Madeira, Açores, Canárias (Alguns Elementos para o seu Estudo)*. [Funchal]: Sec. Reg. Turismo e Cultura/ Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Vieira, Alberto. 1994. «O Infante e a Madeira.» *Mare Liberum* 7: 31-63.
- Viterbo, Francisco Marques de Sousa. 1908. *A Armaria em Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia.
- Vogel, Klaus A. 1992. «Amerigo Vespucci und die Humanisten in Wien.» In Stephan Füssel, ed. *Pirckheimer-Jahrbuch 1992*. Vol. 7, 53-104. Nürnberg: Hans Carl.
- Wagner, Georg. 1969. «Der letzte Türkenkreuzzugsplan Kaiser Maximilians I. aus dem Jahre 1517.» *MIÖG* 77: 314-353.
- Walter, Rolf. 1987. «Nürnberg, Augsburg und Lateinamerika im 16. Jahrhundert – Die Begegnung zweier Welten.» In Stephan Füssel, ed. *Pirckheimer-Jahrbuch 1986*. Vol. 2, 45-82. München: Wilhelm Fink.
- Walter, Rolf. 1992a. *Der Traum vom Eldorado: Die deutsche Conquista in Venezuela im 16. Jahrhundert*. München: Eberhard.
- Walter, Rolf. 1992b. «Nürnberg in der Weltwirtschaft des 16. Jahrhunderts. Einige Anmerkungen, Feststellungen und Hypothesen.» In Stephan Füssel, ed. *Pirckheimer-Jahrbuch 1992*. Vol. 7, 145-169. Nürnberg: Hans Carl.
- Walter, Rolf. 2006a. *Geschichte der Weltwirtschaft. Eine Einführung*. Köln et al.: Böhlau.
- Walter, Rolf. 2006b. «High-finance interrelated. International Consortiums in the commercial world of the 16th century.» Paper presented at Session 37 of the XIV International Economic History Congress, Helsinki, 2006. Consultado em 28/10/2015. <http://www.helsinki.fi/iehc2006/papers1/Walter.pdf>.

- Walter, Rolf. 2009. «Die Welser und ihre Partner im „World Wide Web“ der Frühen Neuzeit.» In Angelika Westermann e Stefanie von Welser, eds. *Neunhofer Dialog I: Einblicke in die Geschichte des Handelshauses Welser*, 11-27. St. Katharinen: Scripta Mercaturae Verlag.
- Wee, Herman van der. 1963. *The growth of the Antwerp market and the European economy, fourteenth-sixteenth centuries*. The Hague: M. Nijhoff.
- Wee, Herman van der. 2009. «Der Antwerpener Weltmarkt als nordeuropäischer Stützpunkt der internationalen Geschäftsaktivitäten der Welser im 16. Jahrhundert.» In Angelika Westermann e Stefanie von Welser, eds. *Neunhofer Dialog I: Einblicke in die Geschichte des Handelshauses Welser*, 29-40. St. Katharinen: Scripta Mercaturae Verlag.
- Weiß, Dieter J. 2000. «Des Reiches Krone – Nürnberg im Spätmittelalter.» In Helmut Neuhaus, ed. *Nürnberg. Eine europäische Stadt in Mittelalter und Neuzeit*, 23-41. Nürnberg: Selbstverlag des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg.
- Welser, Hubert Frhr. v. 1958. «Lukas Rem.» In Götz Frhr. v. Pölnitz, ed. *Lebensbilder aus dem Bayerischen Schwaben*. Vol. 6, 166-185. München: Hueber.
- Werner, Theodor Gustav. 1965a. «Nürnberg's Erzeugung und Ausfuhr wissenschaftlicher Geräte im Zeitalter der Entdeckungen. Das Martin-Behaim-Problem in wirtschaftsgeschichtlicher Betrachtung.» *MVGn* 53: 69-149.
- Werner, Theodor Gustav. 1965b. «Repräsentanten der Augsburger Fugger und Nürnberger Imhoff als Urheber der wichtigsten Handschriften des Paumgartner-Archivs über Welthandelsbräuche im Spätmittelalter und am Beginn der Neuzeit.» *VSWG* 52: 1-41.
- Werner, Theodor Gustav. 1967. «Die Beteiligung der Nürnberger Welser und Augsburger Fugger an der Eroberung des Rio de la Plata und der Gründung von Buenos Aires.» *Beiträge zur Wirtschaftsgeschichte Nürnbergs* 1: 494-592.
- Werner, Theodor Gustav. 1975. «Das kaufmännische Nachrichtenwesen im späten Mittelalter und in der frühen Neuzeit und sein Einfluß auf die Entstehung der handschriftlichen Zeitung.» *Scripta Mercaturae* 2: 3-52.
- Westermann, Angelika, e Stefanie von Welser, eds. 2009. *Neunhofer Dialog I: Einblicke in die Geschichte des Handelshauses Welser*. St. Katharinen: Scripta Mercaturae Verlag.
- Westermann, Angelika, e Stefanie von Welser, eds. 2011. *Beschaffungs- und Absatzmärkte oberdeutscher Firmen im Zeitalter der Welser und Fugger*. Husum: Matthiesen.
- Westermann, Ekkehard. 1992. «Über Wirkungen des europäischen Ausgriffs nach Übersee auf den europäischen Silber- und Kupfermarkt des 16. Jahrhunderts.» In Armin Reese, ed. *Columbus: Tradition und Neuerung*, 52-69. Idstein: Schulz-Kircher.
- Westermann, Ekkehard. 2001. *Silberrausch und Kanonendonner. Deutsches Silber und Kupfer an der Wiege der europäischen Weltherrschaft*. Lübeck: Schmidt-Römhild.
- Westermann, Ekkehard. 2009. «Auftakt zur Globalisierung: Die „Novos Mundos“ Portugals und Valentim Fernandes als ihr Mittler nach Nürnberg und Augsburg. Korrekturen – Ergänzungen – Anfragen.» *VSWG* 96: 44-58.
- Westermann, Ekkehard. 2013. «Die versunkenen Schätze der „Bom Jesus“ von 1533. Die Bedeutung der Fracht des portugiesischen Indiensglers für die internationale Handelsgeschichte – Würdigung und Kritik.» *VSWG* 100: 459-478.
- Wiedmann, Gerhard. 2005. «Der Nürnberger Nikolaus Muffel in Rom (1452).» In Rainer Babel e Werner Paravicini, eds. *Grand Tour. Adeliges Reisen und europäische Kultur vom 14. bis zum 18. Jahrhundert*, 105-114. Ostfildern: Jan Thorbecke.
- Wiesflecker, Hermann. 1971-86. *Kaiser Maximilian I. Das Reich, Österreich und Europa an der Wende zur Neuzeit*. 5 vols. München: Oldenbourg.
- Wiesflecker, Hermann. 2005. «Neue Beiträge zu Balthasar Sprengers Meerfahrt nach „Groß-India“.» In Klaus Brandstätter e Julia Hörmann, eds. *Tirol – Österreich – Italien* (Festschrift für Josef Riedmann zum 65. Geburtstag), 647-660. Innsbruck: Universitätsverlag Wagner.

- Wilczek, Elmar. 2009. «Die Welser in Lissabon und auf Madeira. Neue Aspekte deutsch-portugiesischer Kontakte vor 500 Jahren.» In Angelika Westermann e Stefanie von Welser, eds. *Neunhofer Dialog I: Einblicke in die Geschichte des Handelshauses Welser*, 91-118. St. Katharinen: Scripta Mercaturae Verlag.
- Willers, Johannes. 1980. «Der Erdglobus des Martin Behaim im Germanischen Nationalmuseum.» In R. Schmitz e F. Krafft, eds. *Humanismus und Naturwissenschaften*, 193-206. Boppard: Boldt.
- Willers, Johannes. 1991. «Neues zu Martin Behaim nach archivalischen Recherchen.» *Anzeiger des Germanischen Nationalmuseums*: 11-12.
- Willers, Johannes. 1992a. «Die Geschichte des Behaim-Globus.» In *Focus Behaim-Globus*. Vol. 1, 209-216. Nürnberg: Verlag des GNM.
- Willers, Johannes. 1992b. «Leben und Werk des Martin Behaim.» In *Focus Behaim-Globus*. Vol. 1, 173-188. Nürnberg: Verlag des GNM.
- Winter, Heinrich. 1959. «Martin Behaim, Geschichte und Legende.» *Die Erde* 90: 359-362.
- Winter, Heinrich. 1961. «New light on the Behaim problem.» In *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Actas*. Vol. 2, 399-410. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Wolff, Philippe. 1988. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Novos Tempos?* Lisboa: Edições 70.
- Wuttke, Dieter. 1991. «Humanismus in den deutschsprachigen Ländern und Entdeckungsgeschichte 1493-1534.» In U. Bitterli e E. Schmitt, eds. *Die Kenntnis beider 'Indien' im frühneuzeitlichen Europa*, 1-35. München: Oldenbourg.
- Wuttke, Dieter. 2007. *German Humanist Perspectives on the History of Discovery, 1493-1534* (cadernos do cieq 27). Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos
- Zinner, Ernst. 1956. *Deutsche und niederländische astronomische Instrumente des 11. bis 18. Jhs.* München: Beck.
- Zinner, Ernst. 1960. «Nürnberg's wissenschaftliche Bedeutung am Ende des Mittelalters.» *MVGn* 50: 113-119.
- Zorn, Wolfgang. 2001. *Augsburg. Geschichte einer europäischen Stadt: Von den Anfängen bis zur Gegenwart*. 4.^a ed. Augsburg: Wißner.



JÜRGEN POHLE (n. 1965, Trier, Alemanha)

Estudou História e Geografia na Albertus-Magnus-Universität zu Köln (Colónia), onde se doutorou em 1999/2000 com uma tese sobre a Alemanha e a expansão marítima portuguesa nos séculos XV e XVI (*Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert, Münster et al.: Lit, 2000*). Exerceu funções de docente no Departamento de História da Universidade Autónoma de Lisboa *Luís de Camões* de 2000 a 2006 e na Universidade Atlântica, em Oeiras, de 2000 a 2014. Foi investigador do Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos (CIEG) da Universidade de Coimbra (2004-06) e bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (2010-15). É, desde 2010, investigador integrado do CHAM – Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa. Actualmente é bolseiro de pós-doutoramento no âmbito do projecto estratégico do CHAM financiado pela FCT (UID/HIS/04666/2013). Autor de vários livros e artigos, sobretudo referentes à história das relações luso-alemãs na Idade Moderna.

CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR